

Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Aldrin A. S. Castellucci

TRABALHADORES, MÁQUINA POLÍTICA E ELEIÇÕES NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Tese apresentada ao
Programa de Pós-
Graduação em História da
Universidade Federal da
Bahia como requisito
parcial para a obtenção do
grau de Doutor em História.

Salvador - Bahia
Maio de 2008

Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Aldrin A. S. Castellucci

TRABALHADORES, MÁQUINA POLÍTICA E ELEIÇÕES NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Tese apresentada ao
Programa de Pós-
Graduação em História da
Universidade Federal da
Bahia como requisito
parcial para a obtenção do
grau de Doutor em História.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Beatriz Ana Loner (UFPel)
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Prof^a. Dr^a. Maria Cecília Velasco e Cruz (UFBA - Orientadora)
Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira (UFBA)
Prof. Dr. Paulo Santos Silva (UNEB)

Salvador - Bahia
Maio de 2008

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DA FFCH-UFBA

Castellucci, Aldrin Armstrong Silva
C349 Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República / Aldrin
Armstrong Silva Castellucci. -- Salvador, 2008.
262 f. il.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cecília Velasco e Cruz.
Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

1. Eleições – Brasil – História. 2. Classe Operária. 3. Partidos Políticos –
Brasil. 4. Trabalho – Brasil. I. Cruz, Maria Cecília Velasco e. II.
Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.

CDD – 324.981

Não podia ser de outra maneira. O objetivo inicial das jornadas de fevereiro era uma reforma eleitoral, pela qual seria alargado o círculo dos elementos politicamente privilegiados da própria classe possuidora e derrubado o domínio exclusivo da aristocracia financeira. Quando estalou o conflito de verdade, porém, quando o povo levantou as barricadas, a Guarda Nacional manteve uma atitude passiva, o exército não ofereceu nenhuma resistência séria e a monarquia fugiu, a República pareceu ser a seqüência lógica. Cada partido a interpretava a seu modo. Tendo-a conquistado de armas na mão, o proletariado imprimiu-lhe sua chancela e proclamou-a uma *república social*. Indicava-se, assim, o conteúdo geral da revolução moderna, conteúdo esse que estava na mais singular contradição com tudo que, com o material disponível, com o grau de educação atingido pelas massas, dadas as circunstâncias e condições existentes, podia ser imediatamente realizado na prática.

Karl Marx¹

¹ MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. 7ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 28.

Aos meus pais
A Vivianne
A Lucas

RESUMO

A passagem do Império para a República foi marcada pelo surgimento de um forte clima de otimismo e grande expectativa, por parte de largos setores da classe operária, de melhorar sua condição social e influenciar nos processos de decisão política do Brasil. De norte a sul do país, inúmeras organizações que se autoproclamavam operárias e socialistas foram criadas. Em Salvador, foi fundado, em 1890, o Partido Operário da Bahia, mas, após sérias dissensões em seu interior, a organização cindiu-se, surgindo a União Operária Bahiana. Em 1893, as duas facções rivais se reagruparam, dando lugar à formação do Centro Operário da Bahia. Reconstituímos esse processo e analisamos a composição dessa organização em termos sócio-ocupacionais e étnico-nacionais, o ideário social abraçado por seus membros, a ampla e complexa rede associativa na qual eles estavam envolvidos, abrangendo irmandades religiosas, sociedades mutualistas e sindicatos. Tem centralidade para a tese o entendimento da forma como ocorreu a participação da classe operária de Salvador nas eleições municipais, estaduais e federais, procurando compreender o sentido da ação do Partido Operário da Bahia, da União Operária Bahiana e do Centro Operário da Bahia. Buscamos dimensionar o significado e o peso do voto operário e das alianças das organizações e lideranças operárias com os partidos e políticos tradicionais. Isso nos levou a procurar saber quantos e quais operários se candidataram e / ou se elegeram para os diversos cargos eletivos. Demonstramos como essa participação ocorreu nos marcos da política tradicional e como a própria estruturação do Centro Operário da Bahia se desenrolou em sintonia com o sistema político-eleitoral da época. Apontamos para a tese de que a forma como estava organizado e o *modus operandi* de seus militantes, principalmente durante as eleições, faziam com que o Centro Operário da Bahia atuasse e se revestisse do caráter de uma máquina política da Primeira República. Concluo com a assertiva de que a retro-alimentação dos conflitos internos entre as facções, principalmente durante os pleitos para a eleição da diretoria da associação, guardava estreita relação com o processo que redundava na escolha dos representantes do povo nas diversas esferas de poder.

ABSTRACT

The shift from the Monarch system to the Republican was seen by different sectors of the working class as a highly optimistic setting and great expectation to improve their social condition and to participate and to influence in the processes concerning political decisions in Brazil. In the whole country, a number of organizations were created and claimed themselves as working class and socialist. In 1890, Bahia's Working Party was founded in the city of Salvador, but after internal disagreements, some members decided to split and create Bahia's Working Union. In 1893, these two opposing groups united in order to create Bahia's Working Centre. We trace back this process and scrutinize the composition of the aforementioned association in terms of: social-labor and ethnical-national; the social identity engaged by its members; the wide and complex associative network in which they were involved, encompassing religious groups, mutual societies and unions. The dissertation focuses mainly in the understanding the way in which Salvador's working class participated in the municipal, state, and federal elections, drawing special attention to the actual meaning of the actions of organizations such as Bahia's Working Party, Bahia's Working Union, and Bahia's Working Center. We attempted to measure the meaning and the aftermaths of the working class vote as well as the alliances of organizations and working class leaders to traditional parties. Such context prompted us to investigate how many members of those organizations were candidates, who they were and which ones accomplished elective positions. Also, we demonstrate how this way of participation occurred in the sphere of traditional politics and how the structure of Bahia's Working Centre unfolded alongside with political elective system of the time. The dissertation highlights the way in which its militants were organized and their *modus operandi*, especially during the elections, and they forced Bahia's Working Center to participate and act in accordance to the purposes of the First Republic policies. The dissertation finishes asserting that the back and forth nature of internal conflicts between antagonistic groups, especially during the electoral periods for the leading of the association, nested a straightforward relationship with the processes which resulted in the choices of the representative figures of the people to the several spheres of power.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	9
INTRODUÇÃO	13
I- REGRAS DO JOGO	21
II- A MONTAGEM DE UMA MÁQUINA POLÍTICA OPERÁRIA	44
III- OS PERSONAGENS	94
IV- AS IDÉIAS	143
V- OS ATORES EM CENA	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS	229
APÊNDICES	233
FONTES E BIBLIOGRAFIA	239

AGRADECIMENTOS

A escrita de uma tese de doutorado é, paradoxalmente, um trabalho solitário, feito por um pesquisador, mas impossível ou, no mínimo, muito difícil de ser levado a cabo se não contar com o apoio de um sem número de pessoas e instituições. Disso decorre o fato de o nosso texto estar escrito, integralmente, na primeira pessoa do plural, para que faça jus a essa rede que se forma em torno do pós-graduando, amparando-o e garantindo as condições mínimas necessárias ao sucesso de sua empresa acadêmica. Portanto, é preciso dizer que as pessoas e as instituições compartilham com o pesquisador os méritos que a obra acaso tenha, embora estejam absolutamente isentas dos eventuais deméritos nela existentes.

Feito esse preâmbulo, começamos por agradecer à professora Maria Cecília Velasco e Cruz, que ouviu as primeiras expectativas de seu orientando com relação a esta pesquisa de doutoramento quando ainda finalizávamos a dissertação de mestrado, sabendo orientá-la com o compromisso, a dedicação e a seriedade acadêmica que lhe são peculiares, como já fizera na experiência anterior. Ela acompanhou nossa trajetória em todos esses anos, nos cursos de mestrado e doutorado, sempre fazendo críticas pertinentes e indicando caminhos luminosos. Os membros da banca de exame de qualificação, Prof^a Dr^a Beatriz Ana Loner, Prof. Dr. Antonio Luigi Negro e Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira, fizeram comentários significativos que, na medida do possível, tentamos incorporar ao texto final.

Foram muitas as instituições e as pessoas que nelas trabalham que nos ajudaram ao longo desses quatro anos. Bruna Ismerin Silva Santos se mostrou uma excelente auxiliar de pesquisa, desempenhando seu trabalho com competência e afinco. Tanto que hoje ela segue os seus próprios caminhos, fazendo o curso de mestrado na UFBA. O Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) financiaram diversas viagens de pesquisa e para apresentação de comunicações científicas em eventos nacionais. Sem essa ajuda, não teríamos tido acesso a preciosas fontes históricas e acervos bibliográficos em instituições como a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, ou a Biblioteca de Ciências Humanas e o Arquivo Edgar Leuenroth, em Campinas, na UNICAMP. O amparo nos possibilitou socializar nossa pesquisa e realizar trocas acadêmicas em várias reuniões nacionais e estaduais da Associação Nacional de História (ANPUH) e do GT Mundos do Trabalho. No caso da UNEB, precisamos registrar um agradecimento adicional, já que fomos amparados por uma bolsa de doutorado do Programa de Apoio à Capacitação Docente e de Técnicos Administrativos (PAC-DT/UNEB). Além disso, os colegas do

Colegiado de História e do Departamento de Ciências Humanas do Campus IV nos beneficiaram com uma liberação parcial das atividades docentes no ano de 2007 e com uma licença integral no primeiro semestre de 2008.

Somos imensamente gratos pela presteza com que fomos atendidos em todas as solicitações que fizemos a Soraia Ariane, na secretaria do PPGH-UFBA, e a Marina Santos, na Biblioteca da Pós-Graduação da FFCH-UFBA. A equipe da Biblioteca Setorial de Ciências Humanas da UFBA confeccionou a Ficha Catalográfica de nossa Tese, o que agradecemos. Não podemos esquecer a grande ajuda do colega e amigo José Carlos Félix, que preparou o Abstract de nossa Tese. Fomos assistidos com igual solicitude nas diversas instituições de pesquisa de Salvador, particularmente nas seções de periódicos raros e obras raras da Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e no Arquivo Histórico de Salvador (AHS). Na Seção de Periódicos Raros da BPEB, mais conhecida como Biblioteca Central dos Barris, devemos consignar um agradecimento especial à bibliotecária Ana Cristina Fernandes Nascimento e aos assistentes administrativos Luiz José de Carvalho e Eliseu Arcanjo Brandão. A forma prestativa e educada com a qual eles tratam o público usuário contrasta vivamente com o descaso total e absoluto dos sucessivos governos no que tange à preservação do inestimável acervo sob sua guarda.

Também devemos registrar o carinho e a força dados por Vivianne, que tem sido uma grande companheira desde o início dos tempos, e por meus pais, Wellington e Estevina, meus irmãos Wellington, Luciano, Sayonara, Pedro e Vitor, minha tia Leonor e meus primos Marco e Siomara. Sem eles, o isolamento necessário ao trabalho acadêmico seria ainda maior. A última referência vai para os inúmeros e valorosos companheiros da UNEB, que travam uma luta cotidiana e sem trégua em favor da educação pública, gratuita, laica e de qualidade, posta ao serviço da humanidade e contra a onda privatista e a barbárie capitalista. Não podemos deixar de mencionar alguns. Começamos pelos camaradas de nossa gestão junto à Associação dos Docentes da UNEB (ADUNEB), entre 2005 e 2007: Abraão Felix da Penha, Iacy Maia Mata, Luciana Teixeira, Marlene Dutra, Paulo Santos Silva e Zózina Almeida. Registremos, também, o nome do camarada Milton Pinheiro, um conselheiro dissonante no CONSU da UNEB.

Há, ainda, os velhos companheiros: Alexandre Coutinho, Carlos Zacarias, Claudio Novais, Iuri Ramos... Ao longo de todos esses anos, temos feito de nossas Universidades não apenas o nosso local de trabalho e de estudo, mas o nosso *front*.

Entre uma greve e outra, temos tomado muitas cervejas, batido muito papo, divergido e convergido, e até vencido algumas batalhas... Ganharemos a guerra?

INTRODUÇÃO

No dia 23 de dezembro de 1930, o advogado Agripino Nazareth, Consultor Técnico do recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, enviou uma mensagem ao Comitê Pró-Reivindicação do Centro Operário da Bahia, em resposta ao telegrama com felicitações que lhe fora enviado por ter sido convidado para compor os quadros do “Ministério da Revolução”.

Em sua missiva, publicada no *Diário de Notícias* de 8 de janeiro de 1931, Agripino Nazareth explicou que aceitara o “honroso convite” que lhe fizera Lindolpho Collor porque estava imbuído da “convicção” de que o “eminente compatriota” estava “firmemente disposto a integrar o proletariado brasileiro nos direitos que lhe cabem” e pelos quais ele havia sempre pugnado. De acordo com Agripino, o “grande espírito que incorporou ao programa da Aliança Liberal todo um capítulo de legítimas reivindicações operárias não desgarraria dos princípios firmados no memorável manifesto de 20 de setembro de 1929”. Além disso, “a Revolução Brasileira criou para os trabalhadores, até bem pouco tempo entregues à sanha policial, um ambiente propício a necessárias reivindicações”. Segundo Agripino Nazareth, a cada dia e a cada ato do ministro, se fortalecia nele a convicção de que Lindolpho Collor não fizera “simples frase” quando tomou posse na nova pasta e “declarou que o Ministério do Trabalho seria o Ministério Específico da Revolução”.

Portanto, era preciso que os trabalhadores não perdessem a “esperança no dealbar de uma era nova para o proletariado de nosso país”. De acordo com Agripino Nazareth, pensavam como ele Evaristo de Moraes e Joaquim Pimenta. Não haveria outra explicação para estarem os três “cooperando” com o Governo Provisório e o “alto senso de seleção de valores” que Vargas havia atribuído a Lindolpho Collor. Valendo-se da oportunidade oferecida pelo telegrama enviado pelos membros do Centro Operário da Bahia, Agripino Nazareth os concitou a restaurar as “antigas agremiações de classe, para o ressurgimento da Federação dos Trabalhadores Baianos e filiação à Confederação Brasileira do Trabalho”, que seria instalada no Rio de Janeiro assim que se completasse o processo de organização nos estados.

Por isso, deveria prosseguir o trabalho de reivindicação em favor dos operários, mas deveriam ser afastados do Centro Operário da Bahia os “elementos estranhos que o converteram num coio de politicalha”. Agripino Nazareth foi ainda mais longe, e disse que o Centro Operário era um “patrimônio” que representava “o esforço e a dedicação de algumas gerações proletárias”, mas que os “agentes dos dominadores políticos” haviam se infiltrado nele, “comprometendo-lhe a finalidade e chegando a tornar os

operários apenas tolerados na casa sua”. Otimista, Agripino disse que se os operários o reivindicassem de volta, o Centro guardaria sua “feição educativa e de beneficência”, devendo ser reativadas as associações que compuseram a Federação dos Trabalhadores Baianos, que haviam sido “esmagadas pelos antigos dominadores”. Esses sindicatos operários redivivos deveriam “refletir o pensamento e aspirações do proletariado, articulando-se com o Ministério do Trabalho para obtenção do quanto o espírito de justiça social, tão vivo nas palavras e nos atos do atual detentor da nova pasta, possa reconhecer nos legítimos reclamos obreiros”.

Agripino Nazareth fez questão de avisar aos operários que o interventor federal que governava a Bahia vinha de uma “campanha iniciada na propaganda liberal” que tinha tido continuidade “nas urnas eleitorais” e foi “vitoriosa”, afinal, no embate entre as “armas revolucionárias” contra as dos “defensores do regime oligárquico”. Ele era, pois, um indivíduo “integrado na mentalidade do Brasil Novo”. Portanto, não oporia entraves ao processo de “reorganização sindical dos trabalhadores baianos”. Mais interessante, porém, foi o salvo-conduto apresentado por Agripino Nazareth aos trabalhadores. Segundo ele, os operários baianos eram “fiéis à antiga orientação de adeptos do sindicalismo puro, sem mescla de ideologia política”. Nesse sentido, sua organização se constituiria numa “barreira à penetração do bolchevismo dissolvente e da politicagem profissional”, ambos “igualmente funestos à vida das associações de classe”.²

Agripino Nazareth ganhara projeção após a malsucedida *Insurreição Anarquista de 1918*, no Rio de Janeiro, quando fugiu para Salvador, onde organizou a vitoriosa greve geral de junho de 1919, o primeiro movimento dessa natureza ocorrido na Bahia. A greve geral abriu caminho para o fortalecimento da organização sindical, a ponto de em julho de 1920 a Federação dos Trabalhadores Baianos, fundada um ano antes, já reunir dezesseis sindicatos e mais de 25 mil trabalhadores sob a influência do “socialismo coletivista”, o ideário professado por Agripino Nazareth. Aliás, ele havia sido o principal articulador da fundação do Partido Socialista Baiano, em agosto de 1920, com uma boa penetração nos meios operários. Agripino Nazareth, inclusive, foi

² *Diário de Notícias*, Salvador, 8 jan. 1931, p. 1. O primeiro interventor da Bahia foi Leopoldo Afrânio do Amaral, que governou de 1º de novembro de 1930 a 18 de fevereiro de 1931. O segundo interventor assumiu em 18 de fevereiro e governou até 15 de julho de 1931. Esses dois curtos governos civis corresponderam à fase do “tumulto” e do “confronto”, conforme análise de Consuelo Novais Sampaio. A “acomodação” foi conseguida com o terceiro interventor, o tenente Juracy Magalhães, que governou a Bahia até 1937. SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e representação: o legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1992, p. 63.

lançado candidato a uma cadeira na Câmara dos Deputados Federais, juntamente com Maurício de Lacerda, ao Senado.

No começo dos anos 1920, Agripino Nazareth continua a se declarar “socialista coletivista” e um defensor da Revolução Russa. Ele chegou a participar do Grupo Clarté, a Internacional do Pensamento, criada por intelectuais de esquerda para defender o país dos Sovietes. Em meados dos anos 1920, essa situação começou a mudar, já que Agripino Nazareth começou a ter atritos com o PCB. Em 1930, como se viu, ele já havia adotado um discurso explicitamente anticomunista.³

Apesar de sua trajetória política ter se cruzado com o movimento operário e com as lutas sindicais da Bahia, Agripino Nazareth reconstruía a seu modo essa *memória* ao afirmar que o sindicalismo operário baiano era “puro”, livre de influências “políticas” e “ideológicas”. Na verdade, essa *memória* não era sequer uma pálida lembrança da *História* que ele vivera naquele estado, pois não havia nada de neutralidade político-ideológica na maioria dos sindicatos operários baianos, e ele sabia disso. Pelo contrário, os trabalhadores tinham uma longa tradição de participação nas eleições desde o Império que, como veremos, se ampliou sob a República. E é aqui que nós voltamos ao Centro Operário da Bahia, pois as críticas de Agripino Nazareth em 1930, já como membro do “Ministério da Revolução”, foram feitas, precisamente, ao aspecto que era mais visível, mais constante e mais consistente na referida organização em toda a Primeira República, e é ela que mais destacamos em nossa tese, qual seja, a da participação da classe operária na política.

É exatamente a dimensão da participação da classe operária na política formal, tão pouco explorada pela historiografia, a que nos propomos estudar. Nosso problema central está relacionado ao envolvimento do Centro Operário da Bahia – e da parcela da classe operária que ele representava – com as máquinas político-eleitorais oligárquicas da Primeira República. Essas relações foram engendradas ainda nas origens do Partido Operário da Bahia, fundado em 1890, e de sua dissidência, a União Operária Bahiana, e perpassaram toda a história do Centro Operário da Bahia de 1893 até depois de 1930.

Estamos interessados em compreender os mecanismos utilizados pelas referidas organizações em seu esforço para garantir aos trabalhadores os meios de influenciar nos rumos políticos do país e, assim, ampliar suas conquistas sociais. Portanto, podemos definir a concepção de política desses trabalhadores como um conjunto abrangente e

³ Sobre Agripino Nazareth, ver: CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: Fieb, 2004.

diversificado de meios para a consecução de ganhos materiais e simbólicos. Daí que para esse amplo segmento da classe operária baiana, não havia qualquer contradição entre integrar uma irmandade, uma associação mutualista e um sindicato, empreender lutas contra a carestia e por oportunidade de trabalho, organizar ou tomar parte numa greve e solicitar e/ou aceitar a mediação de advogados, jornalistas e autoridades do Estado, inclusive da polícia. Longe de se apresentarem como excludentes entre si, todas essas coisas tinham seu espaço no cotidiano dos trabalhadores.

Encontramos mobilizações dessas organizações operárias para carrear apoio político – principalmente na forma do voto, mas não exclusivamente – para autoridades e políticos dos mais diversos matizes e das mais diversas esferas de poder. Em alguns momentos, algumas lideranças operárias e socialistas projetaram-se tentando lograr resultado nas viciadas eleições da Primeira República, principalmente para os cargos do Conselho Municipal, das Juntas Distritais e da Justiça de Paz. Muitas vezes, as chamadas “candidaturas operárias” ou “candidaturas da classe operária” eram apresentadas conjuntamente em chapas das oligárquicas elites estaduais e locais. Na maioria dos casos, tanto nos momentos de pleitos institucionais da macro-política como nas eleições para a diretoria da entidade, os alinhamentos terminavam por levar à formação ou estremecimento das facções, conflitos internos, dissidências e rearranjos.

Nossa tese central é a de que o Centro Operário da Bahia, compreendido como uma organização que surgiu enquanto desdobramento do Partido Operário da Bahia e da União Operária Bahiana, cumpriu um papel relevante nos arranjos políticos das elites baianas ao longo da Primeira República, conseguindo mobilizar amplos setores da classe operária para apoiar determinados candidatos e chapas situacionistas ou oposicionistas nas eleições do período. Além disso, sustentamos que as relações de clientela e patronagem entre setores da nascente classe operária e membros das elites políticas e econômicas baianas já haviam sido construídas desde o século XIX. Por fim, a partir da análise do corpus documental que levantamos, defendemos a tese segundo a qual o Centro Operário da Bahia, sucessor do Partido Operário da Bahia e da União Operária Bahiana, constituiu-se e atuou também como máquina política, a despeito de suas especificidades e independente de ter se relacionado com outras máquinas político-eleitorais oligárquicas da Primeira República. Por estarmos lidando com um setor operário qualificado e escolarizado – os artesãos –, o que estava em jogo era, por meio da cidadania política, conseguir adquirir direitos sociais por intermédio de uma legislação do trabalho.

Nossa tese está, portanto, vinculada à *nova* história política. Houve um tempo em que a política e a biografia eram inseparáveis, e só se escrevia sobre determinado personagem para elogiá-lo ou detrá-lo. Escreviam-se biografias de estadistas, políticos, militares, membros da nobreza, líderes revolucionários, intelectuais ou empresários bem-sucedidos com o objetivo declarado de legitimá-los, destacar suas virtudes ou desqualificá-los e enfatizar seus defeitos. Com frequência, procurava-se pôr o biografado como alguém que estava à frente de seu tempo. Em alguns casos, os homens pareciam agir livres de condicionantes sociais. A apologia ou a difamação eram os traços mais marcantes desses textos, e isso não era à toa. Os “grandes personagens” eram os sujeitos privilegiados pelo paradigma da História até as primeiras décadas do século XX. A História era essencialmente episódica, factual, linear, refém do psicologismo, marcada por um discurso oficial, apesar de se reivindicar *objetiva*, e por uma narrativa da biografia dos grandes homens e de seus feitos políticos, administrativos, diplomáticos e militares.

A tal ponto esse enfoque se cristalizou de modo negativo para a História, que no fim dos anos 1920, início dos anos 1930, a *Escola dos Annales*, o importante movimento fundado na França por Lucien Febvre e Marc Bloch, tendeu a distanciar-se da política e da biografia, e a centrar suas análises nas estruturas sociais e econômicas, nos fenômenos ligados à *longa duração*.⁴ De modo diverso, mas também se distanciando da história política tradicional, a história social britânica passou a centrar sua atenção nos homens e mulheres comuns, nas classes e grupos sociais, nos movimentos operários e sindicais e numa ampla variedade de formas de protestos sociais. Os estudos de Christopher Hill sobre a Revolução Inglesa do século XVII e os grupos populares que dela tomaram parte; os trabalhos de Edward Thompson sobre o processo de formação da classe operária inglesa no século XVIII; e os estudos de Eric Hobsbawm sobre o movimento operário e o sindicalismo britânico no século XIX são bons exemplos disso.⁵

A história política só voltou à tona, profundamente renovada, a partir da década de 1970. Ela se beneficiou largamente do contato e das trocas teóricas e conceituais com outras disciplinas, a exemplo da ciência política, da sociologia, da lingüística e do

⁴ Uma avaliação do assunto pode ser encontrada em: BURKE, Peter. *A Escola dos Annales* (1929-1989). A Revolução Francesa da Historiografia. Tradução de Nilo Odalia. São Paulo: Editora da Unesp, 1997, Cap. I; BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. 2ª reimpressão, São Paulo: Ed. da Unesp, 1992, p. 7-37.

⁵ HOBBSAWM, Eric. Da história social à história da sociedade. In: *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 83-105.

direito, passando a se interessar por fenômenos sociais até então ignorados, como os grupos de pressão e os partidos políticos, a abstenção e a participação eleitoral. Ainda mais importantes foram o abandono do enfoque centrado nos *personagens de proa* e a opção por abarcar e compreender todos os sujeitos, inclusive as *pessoas comuns*, na análise do jogo político. Por fim, a nova história política se apresentou enquanto um campo que centrava sua atenção numa dimensão específica da realidade social, mas não tinha a ilusão de pretender estudar o político de modo apartado das outras esferas da vida humana em sociedade.⁶

Foi a partir dessas aquisições e mudanças de perspectivas que resolvemos fazer uma história política da classe operária, isto é, um estudo que visasse reconstituir dimensões políticas da vida dos trabalhadores, até então pouco exploradas pela historiografia. Ao fazê-lo, nos demos conta de que uma fração da classe operária baiana havia forjado, no alvorecer da República, uma máquina política para participar das eleições e influenciar no processo político local. Como se isso já não fosse importante, percebemos que, à diferença do que havia ocorrido em outros estados brasileiros, nos quais experiências similares foram efêmeras ou descontínuas, mas recorrentes, na Bahia a organização criada pelos operários teve uma longevidade e uma atuação singulares, conforme veremos mais adiante.

Nosso estudo, pois, demanda a reconstituição da trajetória de um sem número de indivíduos e tem por objetivo compreender seu envolvimento com o jogo político formal. Nosso universo de pesquisa é formado pelas centenas de pessoas que compuseram o Partido Operário da Bahia, a União Operária Bahiana e o Centro Operário da Bahia.⁷ Os marcos cronológicos adotados foram os da fundação da primeira organização, em 1890, e o início dos anos 1920, quando há uma mudança substantiva no jogo político até então vigente. Aqui é preciso deixar claro que tais demarcações não se referem ao espaço-tempo de existência das referidas instituições dos trabalhadores, mas ao seu período de atuação mais marcante, já que o Centro Operário sobreviveu à Primeira República.

Os integrantes dessas associações também têm itinerários que se iniciaram em meados do século XIX e, muitas vezes, sobreviveram à República Velha. Além disso, uma parte deles iniciou seu envolvimento com a política e as eleições ainda no Império,

⁶ RÉMOND, René. Introdução. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

⁷ As explicações teórico-metodológicas acerca de como compusemos nossa amostra e o tratamento dado a ela estão no início do Capítulo III.

inclusive alinhando-se ao Partido Liberal e ao Partido Conservador. Em função dessas particularidades, foram feitas digressões e avanços em relação ao nosso período de estudo visando o aprofundamento e a melhor compreensão de determinados fenômenos.

A tese está dividida em cinco capítulos. No Capítulo I, explicamos como era o funcionamento do sistema político-eleitoral brasileiro da Primeira República, destacando os traços de continuidade e descontinuidade em relação ao Império. No Capítulo II, reconstituímos o processo de formação do Partido Operário da Bahia, suas relações com as organizações similares do Rio de Janeiro e de outras cidades, a forma como ele estava estruturado, sua profunda sintonia com o sistema político-eleitoral da época, os primeiros conflitos, a cisão que levou à formação da União Operária Bahiana e, finalmente, o realinhamento e a fusão das duas facções para criar o Centro Operário da Bahia, em 1893. No Capítulo III, traçamos o perfil sócio-ocupacional e étnico-nacional dos membros do Centro Operário, destacando a ampla e diversificada rede associativa na qual eles estavam envolvidos, composta por irmandades religiosas, associações mutualistas e sindicatos. No Capítulo IV, descrevemos sumariamente os principais elementos que compunham o ideário social dos referidos sujeitos. No Capítulo V, analisamos a natureza da ação das organizações operárias estudadas nas eleições, procurando distinguir as diferenças entre as práticas políticas quando os pleitos eram municipais das que eram desenvolvidas nos processos estaduais e federais. Na Conclusão, teço as necessárias considerações acerca do grau de eficácia do tipo de ação política empreendida pelo Centro Operário da Bahia.

CAPÍTULO I

REGRAS DO JOGO

Somos decididos adversários do sufrágio universal. (...) A escola ultrademocrática, vítima eterna de absurdas e extravagantes ilusões, jamais refletirá nas lições da experiência e nos ditames da razão. As massas populares, altamente indiferentes ou apaixonadas e desvairadas, serão sempre o instrumento cego de todos os despotismos e nunca a base segura e sólida em que repouse o edifício trabalhoso e delicado do governo constitucional representativo, única forma, até hoje possível da verdadeira liberdade. A eleição neste regime é a origem de toda a direção social; dela saem os legisladores, os fiscais do governo e o próprio governo; dela emanam e nela fenecem todos os poderes sociais. Não é das trevas, da ignorância, das abusões, das paixões selvagens e brutais que surgirá o reinado da razão e da justiça na sociedade. Se a escola ultrademocrática é incorrigível, não é de recear, porém, que a luz da civilização deixe de iluminar o espírito público sobre a verdadeira liberdade.

Francisco Belisário Soares de Souza, 1872.⁸

O direito de votar é um dos primeiros que distinguem e validam o cidadão perante o país, e por isso torna-se necessário e de alta conveniência, que todos, principalmente os pequenos e perseguidos, como nós..., operários, não se abstenham nem se descuidem de qualificar-se eleitores, para não perder o direito de cidadão votante.

Todos, sem exceção de um só, achando-se nas condições exigidas pela lei, devem constituir-se com o direito de votar, uma vez que lhes assiste também o direito de somente usá-lo quando quiserem e entenderem.

Domingos Silva, 1895.⁹

Quase uma geração e um verdadeiro abismo social separam as palavras pronunciadas pelos dois personagens que nos servem de epígrafe neste Capítulo. O primeiro foi advogado, jornalista, banqueiro, ministro da Fazenda e conselheiro de Estado, eleito uma vez deputado provincial, cinco vezes deputado geral e, por fim, senador vitalício do Império pelo Partido Conservador até a sua queda, em 1889. Era um homem umbilicalmente vinculado ao estado de coisas reinante, que atribuía à participação popular e não aos seus pares a responsabilidade pelos vícios do sistema

⁸ SOUZA, Francisco Belisário Soares de. *O sistema eleitoral no Império* (com apêndice contendo a legislação eleitoral no período 1821-1889). Brasília: Senado Federal, 1979, p. 36 e 131. Os interessados em obter dados biográficos do autor devem consultar: LYRA, Tavares de. *Instituições políticas do Império*. Brasília: Senado Federal / UnB, 1979, p. 253-254.

⁹ SILVA, Domingos. "Aos Operários". In: *Jornal de Notícias*, Salvador, 9 out. 1895, p. 2. Os dados biográficos e as fontes sobre Domingos Silva serão apresentados mais à frente.

representativo de seu tempo. Em sua opinião, o fim das fraudes eleitorais passava pela exclusão da maior parte de seus compatriotas, tidos como incapazes do ponto de vista material, intelectual, político e moral. Para ele, só uma parte do povo estava apta a valorizar e sustentar a cidadania política, no que estava em sintonia perfeita com o pensamento das elites políticas e econômicas do ocidente.

O segundo era um simples operário da construção civil, mestiço, conclamando seus companheiros ao alistamento eleitoral, um homem comum com o sonho de poder influenciar nos rumos do novo regime, a República. Ele e seus camaradas acreditaram que a autêntica “Marianne” era pura virtude e lhes traria fortuna se fosse vitoriosa. Então, ousaram fundar um partido operário com o objetivo de alcançar a igualdade política e social com a qual sonhavam há muito tempo. Em busca de ventura, eles foram ainda mais longe ao apresentarem seus nomes como candidatos a vários cargos eletivos e conseguirem ocupar diversos postos de eleição popular. Juntos, eles acreditaram que alcançariam uma maior inserção nos negócios públicos brasileiros.

Os dois indivíduos tinham não apenas origens e condições sociais radicalmente diferentes, mas compreensões igualmente distintas sobre o que era a cidadania, quem tinha direito a tê-la, os limites que deveriam ser impostos a cada indivíduo e o papel de cada um na sociedade e na política. Em alguma medida, o que eles pensavam e diziam era representativo daquilo que estava nas cabeças e nas palavras dos membros de sua classe social. Enquanto as classes dominantes se aproximavam, cada vez mais, do ideal de restrição dos direitos políticos e de diminuição do eleitorado do país, as classes trabalhadoras pressionavam por uma maior abertura à participação do povo nos processos decisórios da nação. Por isso, o perfeito entendimento dessa questão e das influências que ela tinha sobre os rumos e a forma de atuação do Partido Operário da Bahia, de sua dissidência, a União Operária Bahiana, e de seu sucessor, o Centro Operário da Bahia, passa, necessariamente, por uma explicação preliminar sobre alguns aspectos importantes acerca do funcionamento do sistema político-eleitoral do Brasil no Império e na Primeira República numa perspectiva comparativa.

Nesse sentido, a primeira questão a ser respondida é quanto à extensão da cidadania. A Constituição Política do Império do Brasil, outorgada em 25 de março de 1824, em seu Título 2º, Art. 6º, considerava cidadãos todos os indivíduos que tivessem nascido no Brasil, inclusive os *libertos* e *ingênuos*, ainda que o pai fosse estrangeiro, desde quando não estivesse a serviço de outro Estado Nacional. Logo, não havia barreiras de “cor” ou “raça” para a aquisição de cidadania. As pessoas nascidas em

Portugal ou em quaisquer de suas possessões, mas que morassem no Brasil à época em que foi proclamada a Independência e não houvessem expressado o desejo de manter a nacionalidade portuguesa, foram consideradas cidadãs brasileiras automaticamente.¹⁰

No Capítulo VI, Artigos 90 a 97 da Constituição de 1824, estabeleciam-se as inclusões e exclusões no que diz respeito ao direito de tomar parte nas eleições, fosse como votante, eleitor ou candidato. Assegurava-se o direito de voto a todos os cidadãos brasileiros do sexo masculino a partir dos 25 anos. Se eles fossem casados, ou detentores de patentes de oficiais militares, adquiririam seus direitos políticos a partir dos 21 anos. Se fossem membros do clero ou bacharéis, tais direitos eram-lhes assegurados, independente da idade. Até 1881, as eleições eram indiretas, isto é, em dois turnos, ou graus, para usarmos a linguagem da época. Os *cidadãos ativos* eram de duas ordens: *votantes* e *eleitores*. Ambos tinham que se enquadrar em uma das condições acima mencionadas para conseguirem se alistar. No primeiro turno, os *votantes* sufragavam os candidatos a *eleitores*, e estes elegiam, no segundo turno, os representantes do povo nas Assembléias Provinciais, na Câmara dos Deputados e no Senado.¹¹ A Justiça de Paz também era eletiva, com seus membros sendo eleitos pelo voto direto, o mesmo ocorrendo com os vereadores, que acumulavam funções legislativas e executivas no plano local. O poder executivo no plano provincial era exercido pelos presidentes de província, nomeados pelo imperador.

O voto era censitário, exigindo-se dos votantes uma renda anual de cem mil-réis, e dos eleitores, de duzentos mil-réis. Com a reforma eleitoral de 1846, esses valores foram duplicados, mas eles não eram suficientemente elevados a ponto de impedir a *qualificação* de pessoas relativamente pobres que aspirassem direitos de cidadania. Além disso, tais rendas poderiam ser apenas declaradas, dispensando-se ou sendo flexível sua comprovação. Como demonstraremos mais adiante, até 1881, as listas de votantes estão repletas de membros das classes operárias em geral e dos trabalhadores de ofício em particular, mais qualificados e melhor remunerados.

Apesar de não ter sido *stricto sensu* universal, o direito de voto se mostrou relativamente alargado. Tanto que a Constituição de 1824 definiu os *libertos* nascidos no Brasil como cidadãos, assegurando-lhes o direito de serem *votantes* nas eleições de

¹⁰ CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL – Jurada a 25 de março de 1824. In: CONSTITUIÇÕES DO BRASIL. Compilação dos textos, notas, revisão e índices: Adriano Campanhole e Hilton Lobo Campanhole. 5ª ed., São Paulo: Atlas, 1981, p. 629-651.

¹¹ O Senado era vitalício. Quando surgia uma vaga, procedia-se à eleição e os três nomes mais votados eram encaminhados ao Imperador, que mandava diplomar um de sua livre escolha.

primeiro turno. Porém, por meio do Art. 93, era-lhes vetada a plenitude da cidadania política ao excluí-los da condição de *elegíveis* ou mesmo de *eleitores* de segundo grau. Os escravos estavam terminantemente excluídos do direito de voto, já que não eram cidadãos, e as mulheres, apesar de serem cidadãs do ponto de vista dos direitos civis, na prática continuaram excluídas de direitos políticos.

No que diz respeito às barreiras levantadas contra a cidadania plena dos ex-escravos, Joaquim Nabuco observou, em seu clássico *O abolicionismo*, de 1883, que os *libertos* só adquiriram o direito de *elegibilidade* após a reforma de 1881, quando foi suprimida a eleição indireta, em dois turnos.¹² De fato, Richard Graham sustenta que, inicialmente, o baiano José Antonio Saraiva (1823-1895), líder do Gabinete Liberal, havia concebido a lei de 1881 com referências explícitas à mudança de *status* dos libertos, assegurando-lhes a condição de *eleitores* e *elegíveis*, embora fosse patente que o primeiro-ministro objetivasse a redução do número dos que podiam votar no país. De todo modo, os protestos de seus pares fizeram-no recuar da menção direta aos libertos, mas a lei foi aprovada com uma redação que garantia tais direitos aos ex-cativos, desde quando eles preenchessem os outros requisitos de renda e comprovação, comuns aos outros cidadãos.¹³

Ainda que os *libertos* possam ser qualificados de cidadãos imperfeitos, já que eles tinham direitos políticos limitados, o fato de poderem votar nas eleições primárias é significativo, pois o Brasil estava inserido em um contexto internacional em que as limitações aos direitos políticos eram comuns. Barreiras ao direito de voto de natureza sócio-econômica, sexual, etária e de escolarização eram disseminadas em todo o mundo do século XIX até as primeiras décadas do XX.¹⁴ O próprio modelo de eleição indireta, baseada no voto censitário, adotado no Império do Brasil, inspirou-se no sistema criado pela Constituição francesa de 1791, inclusive na linguagem adotada. Naquele país, os direitos políticos foram reservados a uma minoria dos franceses, com os sujeitos sendo divididos em três categorias: os *cidadãos passivos*, setor formado por três milhões de indivíduos excluídos dos direitos eleitorais em função de não disporem de propriedades; os *cidadãos ativos*, grupo formado por cerca de quatro milhões de pessoas, pagadores de contribuição direta equivalente a três dias de trabalho, que se reuniam em

¹² NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 25.

¹³ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 261.

¹⁴ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Regresso: máscaras institucionais do liberalismo oligárquico*. Rio de Janeiro: Opera Nostra Ed., 1994.

assembléias primárias para designar as municipalidades e os eleitores; e os *eleitores* propriamente ditos, minoria formada por cinquenta mil franceses escolhidos à razão de um para cada cem cidadãos ativos. Os sujeitos que formavam esse grupo contribuíam com o equivalente a dez dias de trabalho, e reuniam-se em *assembléias eleitorais*, nas capitais dos departamentos, para designar os deputados, juízes e membros das administrações departamentais. Por fim, os deputados que integravam a *assembléia legislativa* deveriam ser detentores de propriedades de raiz e pagar uma contribuição de um marco de prata. “À aristocracia de nascimento, este sistema eleitoral censitário em dois graus, fazia suceder a aristocracia do dinheiro. O povo estava eliminado da vida política”.¹⁵

Só para que fiquemos em mais uns poucos exemplos de restrições à participação política no mundo ocidental, basta mencionarmos que mesmo na Inglaterra, onde as reformas de 1867 e 1883 aumentaram o eleitorado masculino maior de 21 anos de 8% para 29% da população, o clientelismo, a manipulação e as fraudes eram práticas inseparáveis das eleições e se constituíam em sérios entraves à participação popular. Hobsbawm observou que, no pleito de 1914, metade da classe operária foi impedida, na prática, de votar, graças às múltiplas dificuldades criadas durante o alistamento eleitoral.¹⁶

Do ponto de vista da barreira de sexo, vale dizer que o Decreto de 5 de março de 1848, instituindo o voto universal na França, na realidade suprimiu a exigência de renda, isto é, derrubou a barreira sócio-econômica, mas manteve a exclusão feminina, já que a lei garantia o direito de voto aos homens maiores de 21 anos e o direito de elegibilidade aos maiores de 25 anos.¹⁷ Foi a Nova Zelândia o primeiro país a conceder o direito de voto às mulheres, em 1893, ao passo que o Reino Unido do *inglês livre de nascimento* só o fez em 1928, e a França da Revolução de 1789 e da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, apenas em 1944, depois do Brasil, que garantiu tal direito com o Código Eleitoral de 1932.¹⁸ As exclusões de direitos políticos brasileiros

¹⁵ SOBOUL, Albert. *A Revolução Francesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1979, v. 1, p. 144-145.

¹⁶ HOBBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios* (1875-1914). Tradução de Siene Maria Campos & Yolanda Steidel de Toledo. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, especialmente o Capítulo 4 – A política da democracia. As citações são das páginas 127 e 129.

¹⁷ GARRIGOU, Alain. O rascunho do sufrágio universal. Arqueologia do Decreto de 5 de março de 1848. In: CANÊDO, Leticia Bicalho (org.). *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005, p. 37-63.

¹⁸ NICOLAU, Jairo. A participação eleitoral no Brasil. In: VIANNA, Luiz Werneck (org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. 1ª reimpressão, Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ / FAPERJ, 2003, p. 255-295.

não eram, pois, anomalias. Elas estavam em profunda sintonia com o entendimento e as restrições à cidadania praticadas na Europa do período.

No Brasil Império, a mudança mais profunda e de percepção e alcance mais rápido no que diz respeito à cidadania política ocorreu a partir de 9 de janeiro de 1881, quando foi aprovada a chamada Lei Saraiva. O novo sistema suprimiu a eleição indireta, em dois turnos, e os *votantes* deixaram de existir. A eleição dos deputados gerais e provinciais, bem como, dos senadores, passou a ser feita pelo voto distrital direto. Voltava-se ao sistema chamado de *círculo de um deputado*, segundo o qual cada representante do povo era eleito por maioria absoluta dos sufrágios de seu distrito. A comprovação da renda de, no mínimo, duzentos mil-réis anuais, por parte dos *eleitores*, tornou-se mais rigorosa. O fato mais importante foi que o alistamento de novos eleitores ficou condicionado à alfabetização dos aspirantes a cidadãos.

As novas barreiras censitárias, e, principalmente, de escolarização – saber ler e escrever – provocaram uma radical diminuição do eleitorado. Pelos cálculos de José Murilo de Carvalho, o número de votantes potenciais em 1872 era de 1.097.698, o que correspondia a 10,8% da população total. Esse número poderia chegar a 13%, quando separamos os escravos dos demais indivíduos. Em 1886, cinco anos depois de a Lei Saraiva ter sido aprovada, o número de cidadãos que poderiam se qualificar eleitores era de 117.022, isto é, 0,8% da população.¹⁹ As cifras apresentadas por José Murilo de Carvalho não diferem substancialmente das de Sérgio Buarque de Holanda. Usando como fonte o Relatório da Diretoria Geral de Estatística do Império, tal autor informa que, em 1874, a população de votantes do Brasil era de 1.114.066 indivíduos. Após a Lei Saraiva, o número de eleitores passou a ser de 145.296, menos de 1,5% do total de habitantes do Brasil, estimado em 9.941.471 em 1881.²⁰ As estimativas de Richard Graham apontam para a mesma direção. Segundo esse autor, em 1870, o número de cidadãos que dispunham dos requisitos para serem *votantes* era de 1.039.659, ao passo que, após a lei de 1881, o Brasil passou a ter cerca de 150 mil indivíduos qualificados ao exercício da condição de *eleitores*, dos quais apenas 96.411 efetivamente votaram no pleito daquele ano.²¹

¹⁹ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 395.

²⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*, t. II (O Brasil Monárquico), v. 7 – (Do Império à República). 7ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 262-263.

²¹ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 262 e 464-465.

A queda do antigo regime e a instauração do novo implicaram mudanças substantivas nesse quadro? Não há uma resposta única e categórica a essa questão, pois se é verdade que existem continuidades, também é possível achar discontinuidades. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, em seu Título IV, Seção I, Art. 69, manteve a definição geral dos cidadãos brasileiros como aqueles que nasceram no Brasil ou eram filhos de pai brasileiro e adicionou os estrangeiros que estivessem no país em 15 de novembro de 1889 e não declarassem, nos seis meses seguintes, a disposição de conservar sua nacionalidade original. Trata-se de concessão semelhante à que havia sido feita aos portugueses por ocasião da Independência. A cidadania e o direito de voto foram estendidos, ainda, aos que se naturalizassem, além dos beneficiários da chamada *grande naturalização*. O Art. 70 excluía explicitamente do direito de tomar parte nas eleições os analfabetos, as praças de *pret* (com exceção dos alunos das escolas militares de ensino superior), os mendigos e os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto, que importasse a renúncia da liberdade individual. Já o Art. 71 suspendia, temporariamente, a cidadania dos que fossem considerados física ou moralmente incapazes, e dos condenados, que ficariam alijados de participar de qualquer pleito por período igual ao de sua pena. O mesmo dispositivo cassava, definitivamente, os direitos dos que se naturalizassem em outra nação ou se pusessem a serviço do governo de outro país. As mulheres foram simplesmente ignoradas, e continuaram excluídas de direitos políticos.²²

Por meio do Decreto nº 6, de 19 de novembro de 1889, a República já havia eliminado o censo pecuniário como pré-condição para usufruto de direitos políticos. O Decreto 200 A, de 8 de fevereiro de 1890, conhecido como Regulamento Lobo, em função de seu autor ser o então ministro dos Negócios do Interior, Aristides da Silveira Lobo, reduziu a idade do voto masculino de 25 para 21 anos, garantindo tal direito aos homens que fossem casados, aos oficiais militares, aos bacharéis e doutores e aos clérigos de ordens sacras, independente de critérios etários. Ficavam excluídos do direito de voto os filhos-famílias (com exceção dos maiores de 21 anos, ainda que

²² CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL – PROMULGADA A 24 DE FEVEREIRO DE 1891. In: CONSTITUIÇÕES DO BRASIL. Compilação dos textos, notas, revisão e índice: Adriano Campanhole e Hilton Lobo Campanhole. 5ª ed., São Paulo: Editora Atlas, 1981, p. 567-623.

morassem na companhia dos pais) e as praças de *pret* do Exército, da Armada e dos corpos policiais.²³

Além das questões relativas à inclusão ou exclusão nas definições dos direitos políticos, é importante discutir, também, alguns elementos do funcionamento do próprio sistema político-eleitoral. Sob o Império, o Poder Moderador, exercido pelo Imperador, era o centro de onde emanavam as principais decisões, pois, na singular experiência parlamentarista brasileira, a ele competia dissolver ou convocar o Parlamento por meio de novas eleições, demitir ou admitir Gabinetes, independente de maiorias ou minorias políticas do Partido Conservador ou do Partido Liberal, chamados ao comando do Governo de acordo com a vontade e a conveniência do monarca. Como constatou Raymundo Faoro, esse poder de compor ou depor Gabinetes sem que eles tivessem, necessariamente, maioria na Câmara dos Deputados, era *legal*, posto que *constitucional*, mas *ilegítimo*, do ponto de vista da *doutrina* inglesa. Daí que para esse autor nosso parlamentarismo fosse uma farsa, na qual o imperador *reinava, governava e administrava*. As câmaras eram produtos dos gabinetes, o oposto do que prescrevia o credo liberal, que mandava fazer, primeiro, as eleições, quando seria eleito o partido com maioria no parlamento, saindo dele o primeiro-ministro.²⁴

A República, instaurada em 15 de novembro de 1889, realizou alterações substanciais nesse quadro político-institucional. O Poder Moderador, o Senado vitalício e o Conselho de Estado foram extintos, o mesmo ocorrendo com o voto censitário. O *centralismo* do Império foi substituído pelo *federalismo*, e os antigos presidentes de província, nomeados pelo imperador, passavam a ser governadores de estado, eleitos pelo voto popular direto, o mesmo acontecendo com o presidente e vice-presidente da República. Os mandatos do presidente e do vice-presidente da República, eleitos separadamente, foram fixados em quatro anos, não podendo ser reeleitos. Os senadores passaram a ser temporários e seu número passou a ser de três por unidade federada, cada um com mandato de nove anos, e renovação de um terço a cada três anos, o mesmo tempo de duração dos mandatos dos deputados federais.

A Constituição do Estado da Bahia também fixou em quatro anos o mandato do chefe do poder executivo estadual, isto é, de seu governador, e fez uso da prerrogativa federativa para também estabelecer um poder legislativo bicameral, com uma câmara

²³ PORTO, Walter Costa. *O voto no Brasil – Da Colônia à 6ª República*. 2ª ed. rev., Rio de Janeiro: Topbooks, 2002, p. 185.

²⁴ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed., revista, São Paulo: Globo, 2001, p. 410-411.

dos deputados estaduais, formada por 42 representantes, com mandatos de dois anos, e um senado estadual, composto por 21 membros, com mandatos de seis anos e renovação de um terço a cada dois anos.²⁵

Como se sabe, este acabou sendo apenas o arcabouço formal do regime político, profundamente marcado por um *pacto não escrito*, firmado entre as oligarquias dominantes, depois de anos de crise. Como notou Renato Lessa, a primeira década de existência do novo regime foi de grande dificuldade de *institucionalização*, marcada por motins militares e revoltas políticas mais graves, como a Revolta da Armada e a Revolução Federalista, por conspirações monarquistas e pela insatisfação dos sertanejos que edificaram Canudos e, sob a liderança de Antonio Conselheiro, resistiram ao Exército Nacional. A *rotinização* do regime só sobreveio no quadriênio governamental do presidente Campos Sales (1898-1902), por meio da chamada *política dos governadores*, ou, como preferiu aquele político, *política dos estados*. A partir de eficiente ingerência junto à Câmara dos Deputados, o presidente Campos Sales conseguiu promover uma reforma do Regimento Interno daquela casa legislativa, de tal sorte, que a Comissão de Verificação de Poderes passou a *reconhecer* todos os candidatos ao parlamento que tivessem o apoio das *situações estaduais* e a expurgar os demais por meio das chamadas *degolas*. Estava conquistada a docilidade do Legislativo e o apoio do Executivo dos Estados.²⁶

Esse *pacto não escrito*, firmado pelas elites, guarda uma estreita relação com o que acontecia no plano local, ou seja, no espaço privilegiado para o exercício do *mandonismo*, do *poder privado*, o que nos remete ao problema do coronelismo. Em seu clássico *Coronelismo, enxada e voto*, de 1949, Victor Nunes Leal definiu o coronelismo como um sistema permeado por uma ampla e intrincada rede de relações e compromissos recíprocos envolvendo vários atores, com funções diversas, no período da Primeira República. De sua teia faziam parte os municípios, os estados federados e a União, cada qual cumprindo um papel distinto. Segundo Leal, o coronelismo surgiu da “superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada”. Essa contradição ocorreu no contexto de importantes mudanças na passagem do século XIX para o XX, ligadas ao enfraquecimento

²⁵ CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – Promulgada em 2 de julho de 1891. In: CONSTITUIÇÃO E LEIS DO ESTADO DA BAHIA PROMULGADAS EM 1891 E 1892 SOB NS. 1 A 10. Bahia: Typ. e Encadernação do Diário da Bahia, 1892.

²⁶ LESSA, Renato. A invenção da república no Brasil: da aventura à rotina. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 11-58.

econômico dos proprietários rurais, que cada vez mais tinham que se subordinar ao estado para dele obter os recursos necessários à manutenção do controle sobre seus dependentes e impor o medo aos seus rivais. Deriva dessa situação a essência do coronelismo: “Da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta-branca ao chefe local governista (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive a nomeação de funcionários estaduais do lugar”. Entre os funcionários estaduais de nomeação mediante indicação dos chefes locais, estavam os delegados de polícia e os coletores de impostos, instrumentos da autonomia *extralegal* de que dispunham os coronéis para imporem seu poder e seus interesses pela violência, perseguição e intimidação.²⁷

Decorre dessas alterações mais gerais que os atores principais da política brasileira mudam, radicalmente, quando comparados com o Império. Enquanto sob o antigo regime o Poder Moderador era a fonte de definição e estabilização política, sob o novo regime, os protagonistas eram os estados, em especial os economicamente mais fortes, ligados à cafeicultura. As unidades federadas eram detentoras do direito de contrair empréstimos no exterior, decretar impostos de exportação e ter suas próprias constituições, corpos militares e códigos eleitorais e judiciários. Como já se disse, o sistema político era liberal em sua forma, mas oligárquico em seu efetivo funcionamento.

As profundas desigualdades econômicas, sociais, demográficas e regionais, existentes entre os estados da Federação brasileira, determinaram papéis e pesos diferenciados nas estruturas de poder e no jogo político e eleitoral nacional. Em São Paulo e Minas Gerais, as unidades que possuíam as economias mais pujantes e os maiores colégios eleitorais do Brasil, as oligarquias se aglutinaram em partidos únicos, que absorviam todas as forças políticas estaduais, cujas lutas eram canalizadas para o nível intrapartidário, e suas ações tinham caráter monolítico no plano federal. Isso

²⁷ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 2ª ed., São Paulo: Alfa-Omega, 1975, p. 20, 50-51. Nesse sentido, como corretamente lembrou Carvalho, o coronelismo não deve ser confundido com o mandonismo e o clientelismo, pois enquanto o primeiro conceito nos remete a um sistema político cuja vigência histórica foi a Primeira República, o mandonismo seria uma característica da política tradicional, cujas origens nos remetem à colonização, em fase de desaparecimento nos dias atuais. O coronelismo seria um momento particular do mandonismo. Quanto ao clientelismo, Carvalho o definiu como “um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma do voto”. Ele seria o “mandonismo visto do ponto de vista bilateral”. CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo e Clientelismo: uma discussão conceitual*. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 40, nº 2, 1997.

garantia a esses estados e suas compactas bancadas no Congresso, representadas pelo Partido Republicano Paulista (PRP) e pelo Partido Republicano Mineiro (PRM), o controle do processo político brasileiro. Daí a expressão *política do café com leite*.²⁸ Não era esse, todavia, o padrão existente no Rio Grande do Sul, outro ente federado relevante no jogo político da época, mas onde, ao contrário do monolitismo partidário paulista e mineiro, vigorava um bipartidarismo carregado de acirrada competição entre o Partido Republicano Rio-Grandense, de Julio de Castilhos e Borges de Medeiros, e o Partido Federalista, depois rebatizado Partido Libertador.²⁹

Em sua pesquisa, Consuelo Novais Sampaio demonstrou que a situação da Bahia também foi bem diversa do padrão paulista e mineiro, já que nesse estado não surgiu uma oligarquia hegemônica e coesa, capaz de garantir longo período de estabilidade às instituições políticas. A disputa e o conflito entre as facções marcaram o novo regime desde o início. O movimento republicano, na Bahia, não usufruiu do vigor que tivera em outros lugares, e o Governo foi dominado pelos antigos políticos, monarquistas convictos, recém-convertidos à República por “puro espírito de sobrevivência política”. O republicano histórico e proclamador do novo regime na Bahia, o médico Virgílio Clímaco Damásio (1838-1913), só chefou o estado por cinco dias, ao cabo dos quais entregou o cargo ao monarquista, ex-membro do Partido Liberal, Manuel Victorino Pereira (1853-1902), indicado pelo ministro da Fazenda, Ruy Barbosa. As divergências entre os membros das elites surgiram logo que o Governo apresentou a chapa dos candidatos baianos à Assembléia Nacional Constituinte, que não agradou ao conselheiro José Luiz de Almeida Couto (1833-1895), último presidente de província da Bahia, que abriu dissidência e fundou o Partido Nacional, com outros notáveis dos dois partidos tradicionais do Império. Não foi à toa que o PN já nasceu dividido: de um lado estava José Luiz de Almeida Couto, aliado de Ruy Barbosa e proeminente membro do antigo Partido Liberal, que tinha como porta-voz o *Diário da Bahia*, o órgão dos liberais desde 1868; de outro lado estava o crítico da “Águia de Haia”, Amphilophio Botelho Freire de Carvalho (1850-1903), que fora chefe de polícia, juiz de direito e ministro do Supremo Tribunal Federal, egresso das fileiras do extinto Partido Conservador, representado pela

²⁸ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na República Velha. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 162-226. Dúvidas acerca da hegemonia e da falta de conflitos na relação existente entre os estados de Minas Gerais e São Paulo foram levantadas por VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2001.

²⁹ Para uma análise detida sobre o funcionamento do sistema político no Rio Grande do Sul, ver: FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2ª ed. rev. e ampl., Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1996.

Gazeta da Bahia, que depois deu lugar ao *Estado da Bahia*. O PN incorporou em suas fileiras, ainda, os membros do Partido Católico, também fundado em 1890, mas logo se dissolveu, cedendo espaço ao Partido Nacional Democrata (PND), de duração efêmera.

Em maio de 1892, novos arranjos foram feitos na política baiana, surgindo o Partido Republicano Federalista, que passou a se fazer ouvir pelo *Diário da Bahia*. Presidido pelo ex-governador José Gonçalves da Silva (1838-1911), contava, em seu diretório, com figuras como Severino Vieira (1849-1917) e Luiz Vianna (1846-1920), ambos oriundos do Partido Conservador. Esses chefes políticos vão divergir entre si em torno das eleições, donde surgiram duas novas organizações: o Partido Republicano Federal, congregando os partidários do *florianista* Luiz Vianna, doravante chamados de *vianistas*; e o Partido Republicano Constitucional, reunindo os *antiflorianistas* seguidores de José Gonçalves da Silva, denominados de *gonçalvistas*. Em 1900, nova cisão se operou, desta vez entre os *vianistas*, que tinham no *Diário de Notícias* o seu porta-voz, e os *severinistas*, seguidores de Severino Vieira, que foi empossado governador da Bahia com o apoio de seu antigo aliado (e depois desafeto), Luiz Vianna, e do presidente Campos Sales (1898-1902) e sua *política dos governadores*.

Segundo Consuelo Novais Sampaio, foi desse conflito entre *vianistas* e *severinistas*, em 1900, que surgiu o Partido Republicano da Bahia (PRB), a primeira organização da elite política baiana relativamente coesa, formalmente estruturada e com alguma inserção junto aos doutores e coronéis do interior do estado, sob a liderança do governador Severino Vieira. Na defesa dos interesses da burguesia agro-mercantil, o PRB abrigou as antigas tendências políticas baianas - conservadora, liberal, federalista e constitucionalista. Além dos quadros já citados, nele entraram o ex-deputado geral pelo Partido Conservador José Marcelino de Souza (1848-1917), empossado presidente da Comissão Executiva, e o ex-governador Joaquim Manuel Rodrigues Lima (1892-1896), que ficou com a presidência do Conselho Geral. José Joaquim Seabra e Francisco de Paula Oliveira Guimarães foram eleitos delegados do PRB na Capital Federal. Com o tempo, surgiram as facções dos *marcelinistas* e dos *seabristas*.

De 1901 a 1907, o PRB controlou e impôs alguma estabilidade política à Bahia. Entrementes, neste ano, os dois principais caciques do partido – os ex-governadores Severino Vieira (1900-1904) e José Marcelino de Souza (1904-1908) – não chegaram a um acordo sobre a indicação de quem chefiaria o executivo baiano no quadriênio de 1908 a 1912. O nome que terminou por prevalecer foi o de João Ferreira de Araújo Pinho (1851-1917), bacharel em direito e promotor de justiça que, sob o Império, havia

sido eleito deputado provincial pelo Partido Conservador, que renunciou em fins de 1911, sendo sucedido, interinamente, pelo presidente da Câmara dos Deputados do Estado, Aurélio Rodrigues Vianna. Seja como for, o conflito entre *severinistas* e *marcelinistas* enfraqueceu o PRB e pavimentou o caminho para a ascensão de J. J. Seabra e do Partido Republicano Democrata (PRD) ao governo da Bahia na esteira da *política das salvaçãoes* do presidente Hermes da Fonseca. A partir de então, o *seabrismo* se transformou na nova força hegemônica da política baiana, pois Seabra conseguiu um primeiro mandato de governador para o quadriênio de 1912-1916, elegeu seu sucessor e correligionário, Antonio Ferrão Moniz de Aragão, para o período seguinte (1916-1920) e voltou ao governo para um segundo mandato (1920-1924). Em meados dos anos 1920, porém, o *seabrismo* entrou em crise. O banqueiro Francisco Marques de Góes Calmon sucedeu-o no governo da Bahia, mas esse é um capítulo que não nos interessa para o presente estudo.³⁰

Ter esse quadro em mente é de imprescindível importância, pois será com essas forças que os integrantes das organizações operárias terão de se relacionar e compor arranjos político-eleitorais, seja no plano local, com o lançamento de candidatos operários ao Conselho Municipal, às Juntas Distritais e à Justiça de Paz, seja no plano estadual e federal, quando a classe operária engrossará as fileiras dos eleitores de uma das facções oligárquicas que disputavam os cargos majoritários e proporcionais.

De todo modo, ainda mais importante é frisar o fato de que o grau de inserção bem-sucedida da classe operária baiana no sistema político-eleitoral era diretamente proporcional à intensidade dos conflitos interoligárquicos. Quanto maior a cisão entre as elites, maiores eram as chances de as lideranças operárias negociarem em condições mais vantajosas posições no jogo político, inclusive elegendo representantes seus nos pleitos municipais. Essa assertiva é particularmente válida para a cidade do Salvador, onde o eleitorado tinha maiores possibilidades de manter algum nível de independência em relação aos chefes políticos tradicionais, situação bem diversa da descrita por Victor Nunes Leal sobre a população votante da zona rural, formada, basicamente, por clientelas cativas, submetidas, pela dependência econômica e/ou pela violência, ao poder dos coronéis.

³⁰ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. 2ª ed., Salvador: Editora da UFBA, 1999. Ver, também da mesma autora, os seguintes verbetes: Diário da Bahia e Diário de Notícias. In: ABREU, Alzira Alves de et. al. (organização). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora da FGV; CPDOC, 2001, p. 1843-1844 e 1847-1848, respectivamente. Os dados biográficos dos políticos baianos podem ser encontrados em: http://www.fpc.ba.gov.br/arquivo_cmemo_memgovs_governadores_biografia.asp

A polarização entre as facções oligárquicas contribuiu para que o Estado não usasse a repressão policial de modo contínuo, como regra, contra o movimento operário, pois isso poria o partido dominante na defensiva diante das denúncias que seriam feitas pela grei adversária que estivesse na oposição. Essa situação foi observada, também, no Rio Grande do Sul, onde a tese positivista da incorporação do proletariado à sociedade, assimilada pelo PRR, reforçava a posição de moderação das elites dominantes.³¹ Também nesse aspecto, o Rio Grande do Sul e a Bahia se diferenciavam do padrão de Estado impermeável à *questão social*, garantidor da dominação da burguesia industrial e repressor do movimento operário que, segundo Boris Fausto, caracterizava São Paulo.³²

Para que isso possa ser demonstrado, é preciso apontar alguns aspectos dos processos eleitorais do Império e da Primeira República. A primeira questão diz respeito à circunscrição eleitoral. Até 1855, os deputados eram eleitos por maioria simples, tendo como referência a província. O Decreto nº 842, de 19 de setembro de 1855, conhecido como *Lei dos Círculos*, alterou esse quadro, introduzindo no país o *voto distrital*, por meio do qual, cada deputado, para ser eleito, deveria obter maioria absoluta dos votos de sua circunscrição. O objetivo declarado era o de assegurar às minorias o direito de representação na Câmara dos Deputados, um discurso que, como veremos, passou a ser recorrente. Além disso, com o objetivo de diminuir a influência do governo nas eleições, a lei de 1855 criou uma série de *incompatibilidades*, ou seja, vetou a um grande número de funcionários comissionados e autoridades policiais, judiciárias e administrativas o direito de se candidatarem para que não fizessem uso da máquina administrativa em proveito próprio. Contudo, alegando que o novo sistema havia dado lugar ao predomínio do poder local e ao enfraquecimento dos partidos políticos e da unidade nacional, as elites trocaram esse dispositivo por outro. O Decreto 1.082, de 18 de agosto de 1860, substituiu os *círculos de um deputado* pelos *círculos de três deputados*, por meio dos quais os três candidatos mais votados em cada distrito seriam eleitos por maioria simples. Não demorou até que, em 20 de outubro de 1875, esse sistema também fosse revogado pelo Decreto 2.675, conhecido como *Lei do Terço*, que suprimiu o *voto distrital* e colocou em seu lugar a antiga representação por

³¹ LONER, Beatriz Ana. O canto da sereia: os operários gaúchos e a oposição na República Velha. *História-Unisinos* (Dossiê trabalho e movimento operário), São Leopoldo, RS: PPGH-Unisinos, v. 6, nº 6, p. 97-125, 2002. Ver também: SILVA JR., Adhemar Lourenço da. A bipolaridade política rio-grandense e o movimento operário (188?-1925). *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, PUCRS, v. XXII, nº 2, p. 5-26, dezembro de 1996.

³² FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: DIFEL, 1976, p. 233-243; FAUSTO, Boris. Conflito social na República Oligárquica: a greve de 1917. *Estudos CEBRAP*. São Paulo: Cebrap, nº 10, p. 79-109, out.-nov.-dez. de 1974.

circunscrição provincial. A novidade era que agora o eleitor votava em apenas dois terços dos cargos disponíveis, e não na chapa completa. O Decreto 3.029, de 9 de janeiro de 1881, mais conhecido como Lei Saraiva, restabeleceu os distritos de um deputado para a eleição de representantes à Assembléia Geral, e fixou a renda mínima exigida para se alistar um *eleitor* em duzentos mil-réis. Apontou-se para a necessidade de se garantir o sigilo do voto e foram ampliados os casos de inelegibilidade e incompatibilidade.³³

De todo modo, não é possível deixar de mencionar, também, o papel de destaque que cabia a uma instituição fundamental no processo eleitoral do Império: a Justiça de Paz. O cargo de juiz de paz foi criado pela Constituição de 1824, com investidura eletiva e jurisdição limitada aos distritos. Entretanto, seus poderes foram significativamente ampliados pelo Código de Processo Criminal de 1832, tornando-o, cada vez mais, parte da engrenagem da política local, diretamente ligado a um dos partidos da época. Com a Lei 261, de 3 de dezembro de 1841, as atribuições do juiz de paz foram limitadas. Essa legislação reformou o Código Penal, ampliando os poderes dos juízes de direito, estabelecendo a exigência de formação em Direito para os juízes municipais, que passaram a ser nomeados pelo ministro da Justiça, e transferindo para os delegados e subdelegados de polícia, agentes do poder central, antigas prerrogativas dos juízes de paz, inclusive a de nomear os inspetores de quarteirão. As instituições que garantiam alguma autonomia local e regional, criadas pelos liberais, estavam cedendo ante a pressão centralista dos conservadores.

Mas os juízes de paz continuaram a ter papel central nas eleições, especialmente nas *juntas de qualificação*, quando se decidia quem poderia ou não se alistar como votante, e nas próprias *mesas receptoras de votos*. Um decreto de 4 de maio de 1842 criou o procedimento da qualificação prévia dos *votantes* e dos *elegíveis*, tarefa que ficava a cargo de uma junta composta do juiz de paz, do vigário e do delegado ou subdelegado de polícia. Já a Lei 383, de 19 de agosto de 1846, reorganizou essa junta qualificadora, que passou a ser composta pelo juiz de paz mais votado, investido como seu presidente e personagem determinante na definição da maioria, e mais outros quatro membros, encarregados das funções de mesários, secretários e escrutinadores, escolhidos entre os eleitores das duas facções em conflito. Essa primeira fase das

³³ SOUZA, Francisco Belisário Soares de Souza. *O sistema eleitoral no Império* (com apêndice contendo a legislação eleitoral no período 1821-1889). Brasília: Senado Federal, 1979; PORTO, Walter Costa. *O voto no Brasil – Da Colônia à 6ª República*. 2ª ed. rev., Rio de Janeiro: Topbooks, 2002, 186.

eleições primárias era tão importante, e o papel do juiz de paz era tão determinante, que o então deputado geral conservador fluminense, Francisco Belisário Soares de Souza (1839-1889), adversário confesso do voto universal, chegou a proferir o seguinte axioma: “Feita uma boa qualificação, está quase decidida a eleição”. Vamos conceder a palavra mais longamente a este *saquarema*, testemunha de época e partícipe dos eventos que narrou em seu clássico *O sistema eleitoral no Império*:

(...) e não há quem ignore qual a importância decisiva de uma qualificação para o resultado da eleição primária. A junta reúne-se cada ano e pode alterar toda a lista das qualificações anteriores. Nem sempre os partidos acompanham e fiscalizam com solicitude o trabalho da qualificação. É um processo tedioso para o qual poucos têm disposição e sobra de tempo. O votante absolutamente ignora o que se faz, nem lhe dá o menor cuidado, sua sorte e seu direito em questão no consistório de sua igreja matriz. São os cabalistas que excluem a este, incluem aquele e têm todo o trabalho e gastos do fastidioso e informe processo. Cada parcialidade pede aos seus correligionários mais considerados e estranhos à mesa qualificadora uma lista dos seus votantes. O nome do indivíduo a quem pertence o votante determina a oposição dos contrários à sua qualificação. A condição a que se recorre mais geralmente para justificar todas as exclusões e inclusões é possuir-se ou não a renda legal. (...).³⁴

A Lei Saraiva realizou algumas alterações neste quadro. Ela estabeleceu que o processo de qualificação fosse feito pelos juízes municipais, e o juiz de direito ficasse incumbido da tarefa de organizar a lista definitiva dos eleitores de sua comarca. Todavia, as mesas eleitorais ainda seriam formadas pelo juiz de paz mais votado da paróquia, investido como seu presidente, e quatro mesários, também eletivos. Essas mesas continuaram com a determinante função de apurar os votos. A elas competia a elaboração das atas, que seriam remetidas à junta de apuração final, formada pelo juiz de direito da comarca e pelos presidentes das mesas eleitorais da circunscrição.

Por meio das juntas de qualificação de votantes e das mesas eleitorais, portanto, as facções rivais poderiam cabalar votos, eleitores poderiam sofrer violências ou serem coagidos a votar ou deixar de votar em um ou outro candidato, em uma ou outra chapa, em um ou outro partido. As juntas de qualificação e as mesas eleitorais poderiam proceder à inclusão ou exclusão de eleitores, impugnação de votos, fazer eleições à base

³⁴ SOUZA, Francisco Belisário Soares de Souza. *O sistema eleitoral no Império* (com apêndice contendo a legislação eleitoral no período 1821-1889). Brasília: Senado Federal, 1979, p. 26. A citação anterior é da página 27. A confissão do autor de que era adversário do voto universal está na página 36.

do *bico de pena* e se aliar ou ser leniente com os *fósforos*, indivíduos com habilidades especiais para votarem em lugar de outros cidadãos qualificados. Os *capangas eleitorais* poderiam receber carta-branca para promover os conhecidos *rolos*, isto é, os conflitos por eles abertos a serviço desta ou daquela facção em luta. Muitas vezes, o teatro das eleições era palco de muitos conflitos, alguns sangrentos.

Na Primeira República (1889-1930) adotou-se, regra geral, o voto *distrital*, com exceção da primeira eleição, realizada em 15 de setembro de 1890, quando foram eleitos os deputados para a Constituinte Nacional, tendo por divisão territorial o estado e não o distrito. É que o chamado Regulamento Alvim, isto é, o Decreto 511, de 23 de junho de 1890, elaborado pelo novo ministro do Interior, José Cesário de Faria Alvim, instituíra que o primeiro pleito do novo regime seria feito por meio do sistema majoritário.³⁵

A eleição de 1890 foi marcada pela tensão e pelo temor de restauração monárquica, o que serviu de base para que o governo criasse vários mecanismos de controle sobre o eleitorado. José Maria Bello chegou a dizer que a Assembléia Constituinte de 1890 havia sido “compactamente republicana, federativa e presidencialista” em função do Regulamento Alvim, qualificado por esse autor como uma “máquina tão compressora da possível verdade dos pleitos quanto as das leis eleitorais da Monarquia”. Segundo José Maria Bello, as constituições do Império e da República brasileiras eram muito parecidas no que dizia respeito à crença religiosa que ambas tinham nas “fórmulas do liberalismo político”, primeiro o francês, depois o norte-americano, pois o “individualismo político e econômico” estava “ascendente no mundo em 1824 e em pleno apogeu em 1891”.³⁶

De fato, o governo exerceu um controle explícito sobre as eleições. O presidente Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório da República, nomeou os governadores dos estados. Os governadores dos estados nomearam os membros das municipalidades (câmaras, conselhos ou intendências municipais). O Art. 8º do Regulamento Alvim dizia explicitamente que cabia ao presidente da municipalidade fazer a divisão dos distritos de paz, numerar as seções eleitorais e designar os locais onde seriam feitas as eleições, usando, preferencialmente, edifícios públicos. O Art. 9º obrigava o presidente da municipalidade a divulgar tais informações por meio de editais

³⁵ PORTO, Walter Costa. *O voto no Brasil – Da Colônia à 6ª República*. 2ª ed. rev., Rio de Janeiro: Topbooks, 2002, p. 185-186.

³⁶ BELLO, José Maria. *História da República (1889-1954)*. 4ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959, p. 83.

devidamente publicados. O Art. 11º estabelecia que as mesas eleitorais não apenas receberiam os votos, como também fariam a apuração parcial. Em seguida, tais resultados deveriam ser encaminhados pelas mesas eleitorais para a municipalidade, responsável por fazer a apuração geral trinta dias após as eleições, conforme rezava o Art. 53º. O Art. 13º definia a composição das mesas. Por esse dispositivo, o presidente da municipalidade deveria acumular seu cargo com a presidência da mesa eleitoral. Além disso, esse mesmo indivíduo teria a prerrogativa de indicar os outros quatro membros da mesa, sendo que dois seriam, também, intendentes ou conselheiros e outros dois seriam escolhidos entre os eleitores. O Art. 14º determinava que o presidente fizesse tais indicações com antecedência de trinta dias em relação ao pleito.³⁷

Apesar de ter sido concebido, teoricamente, apenas para regular o pleito de 1890, o Regulamento Alvim teve vida longa em pelo menos um aspecto, qual seja, o do deslocamento da gestão de todo o processo eleitoral do âmbito da Justiça para o das municipalidades. As legislações de 1890, 1892 e 1904 tinham em comum o fato de terem tirado o processo eleitoral das mãos do Judiciário e de o terem colocado francamente exposto às influências políticas locais, o que pode ter contribuído para uma maior abertura à participação popular, como veremos em momento oportuno.

A segunda regulamentação sobre o processo eleitoral surgiu com a Lei nº 35, de 26 de janeiro de 1892. Nela, os estados foram divididos em distritos, cada qual elegendo três deputados pela maioria simples. Uma terceira regra apareceu em 15 de novembro de 1904, com a Lei nº 1.269, mais conhecida como Lei Rosa e Silva. Por ela, os distritos de três deputados são substituídos pelos de cinco, também eleitos por maioria simples. Nos dois casos, o eleitor votava em *lista incompleta*, ou seja, se o distrito tivesse três deputados, o eleitor votaria em dois, e se tivesse quatro ou cinco, o eleitor teria direito de votar em três. A idéia era, mais uma vez, assegurar o direito de representação das minorias. É preciso lembrar, porém, que a legislação de 1904 introduziu uma inovação, reafirmada pela Lei 3.208, de 27 de dezembro de 1916, chamada de *voto a descoberto*, uma violação, na prática, do princípio do *voto secreto*.³⁸

³⁷ Quase toda a legislação eleitoral do Império e da Primeira República, incluindo a Lei Saraiva (1881), o Regulamento Alvim e o Regulamento Lobo, ambos de 1890, além da Constituição de 1891 e das leis posteriores a 1890, encontram-se no sítio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE): <http://www.tse.gov.br/internet/index.html>

³⁸ FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 301-317; TELAROLLI, Rodolpho. *Eleições e fraudes eleitorais na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1982; NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

Porém, como veremos, ainda mais importante é marcar que o voto distrital é um elemento-chave na compreensão do caráter e do significado das relações da classe operária com a política formal e com os partidos e políticos tradicionais, pois Salvador era a “Cabeça” do 1º Distrito Eleitoral da Bahia. Portanto, todos os candidatos a deputados que quisessem se eleger por essa circunscrição, obrigatoriamente teriam que conquistar os votos do eleitorado da capital baiana, que, em grande parte, era composto pelos operários qualificados que estudamos. Esses sufrágios, como se sabe, não poderiam ser obtidos do mesmo modo que se fazia no imenso mundo rural que sitiava Salvador e outras poucas cidades as quais podemos reputar o caráter de mundo urbano. A sujeição pura e simples, pela violência, seria uma prática muito arriscada, pois o que esses trabalhadores queriam era cidadania.

Antes de mergulharmos nessas questões, é importante retermos algumas informações sobre a organização política da Bahia. A Constituição do Estado da Bahia, promulgada no dia 2 de julho de 1891, estabeleceu para a cidade do Salvador um poder legislativo, ao qual denominou de Conselho Municipal, que seria composto por quinze membros. Esses representantes seriam chamados de conselheiros, e seriam eleitos pelo voto popular em *lista incompleta* para mandatos de quatro anos. O poder executivo seria exercido por um intendente, também eleito pelo sufrágio direto para mandato quadrienal. A referida carta criava, ainda, duas inovações: as Juntas Distritais, formadas por um administrador e dois membros, todos de eleição popular para um quadriênio, e a Assembléia Municipal, que reunia os conselheiros municipais, os administradores e membros das juntas distritais e os cidadãos residentes da cidade que pagavam as maiores somas de impostos. Por fim, a constituição republicana baiana dispunha sobre a Justiça de Paz, de primeira instância, formada por juízes de paz com jurisdição nos distritos, eleitos para mandatos de quatro anos. Os juízes de paz a serem eleitos seriam em número de quatro por paróquia, e o serviço seria feito através de uma escala anual por ordem de votação.³⁹

³⁹ CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – Promulgada em 2 de julho de 1891. In: CONSTITUIÇÃO E LEIS DO ESTADO DA BAHIA PROMULGADAS EM 1891 E 1892 SOB NS. 1 A 10. Bahia: Typ. e Encadernação do Diário da Bahia, 1892. A nomenclatura adotada em Salvador era diferente da usada no Rio de Janeiro. Na então Capital Federal, a partir de 1892, os membros do poder legislativo municipal eram chamados de intendentess, termo que, na capital baiana, servia para qualificar o chefe do poder executivo. No Rio de Janeiro, prefeito já era o nome dado ao chefe do poder executivo da cidade. Além da Câmara Municipal, a constituição fluminense de 1892 instituiu, ainda, as Juntas Distritais e a Assembléia Municipal, formada pelas duas instituições anteriores, tal qual ocorria em Salvador. Sobre a organização municipal do Rio, ver: PINTO, Surama Conde Sá. *A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, p. 38-39.

Para implementar esses preceitos constitucionais, a Lei Estadual nº 4, de 20 de outubro de 1891 (Organização Municipal), em seu Art. 36, estabeleceu as atribuições dos conselhos municipais, que poderiam agir por meio de leis, posturas, regulamentos e instruções, sobre todos os assuntos que dissessem respeito à administração, à economia e à polícia municipal. O elenco de temas sobre os quais os conselheiros poderiam legislar foi minuciosamente listado em 52 itens, que englobavam aspectos importantes da vida das cidades, como a criação de distritos, a fixação da receita e despesa municipal, o sistema de arrecadação e fiscalização das contribuições e impostos, as medidas para assegurar a higiene, a saúde e a educação pública, a urbanização e normatização das construções públicas e particulares, a definição dos locais de moradia e das áreas comerciais e industriais, além da organização do “serviço de matrículas e de proteção ao trabalho, regulando a admissão e horas de atividade dos menores nas fábricas, reprimindo a vagabundagem, distribuindo pelas obras do município os operários que se achem desocupados, e evitando a exploração dos empreiteiros, intermediários e de pessoas estranhas à arte ou ofício”. A mesma legislação fixou a competência das Juntas Distritais, encarregadas de assuntos semelhantes no plano dos distritos e tendo que submeter suas decisões à aprovação do Conselho Municipal.⁴⁰

A competência dos juízes de paz foi definida pelo Art. 9º da Lei Estadual nº 15, de 15 de julho de 1892 (Organização Judiciária). Cabia aos juízes de paz o “processo e julgamento em primeira instância: a) das ações mobiliárias, excetuadas as da competência do Tribunal Administrativo, e das puramente pessoais, umas e outras até o valor de 200\$000, salvo dentre as últimas, as que versarem sobre estada, capacidade e nacionalidade; b) da infração de posturas e regulamentos municipais”; a feitura de corpos de delito; tomar conhecimento de flagrantes delitos, remetendo, imediatamente, os autos respectivos à autoridade competente para o devido processo; presidir, em seu respectivo distrito, aos atos do casamento civil, sendo abolidos os juízos privativos de casamento; fazer parte do Júri Correcional nos termos do Art. 119; propor a nomeação do escrivão de paz de seu distrito; exercer a jurisdição disciplinar sobre os escrivães e oficiais de justiça que perante eles servirem. Mas, é preciso reconhecer que o poder de

⁴⁰ Lei nº 4, de 20 de outubro de 1891 (Organização Municipal). In: CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – Promulgada em 2 de julho de 1891. In: CONSTITUIÇÃO E LEIS DO ESTADO DA BAHIA PROMULGADAS EM 1891 E 1892 SOB NS. 1 A 10. Bahia: Typ. e Encadernação do Diário da Bahia, 1892.

fato dos juizes de paz era ainda maior que o de *direito*, o que fica evidente pelo papel central que eles cumpriam nas eleições.⁴¹

Os parlamentares baianos fizeram uso da autonomia dada aos estados pela Constituição Federal para legislarem amplamente sobre o processo eleitoral. A Assembléia Legislativa da Bahia aprovou, ainda em 21 de janeiro de 1892, a Lei Estadual nº 10, dispondo minuciosamente sobre como deveria ser feito o alistamento eleitoral, quem poderia ser ou não eleitor e elegível, a forma como deveriam ser formadas as mesas eleitorais, sua composição e seu funcionamento, além dos dias em que deveriam ser feitos cada pleito. Foram estabelecidos critérios para a ocupação de cada cargo eletivo e enumeradas as pessoas que não dispunham do direito de se alistar como eleitor – analfabetos, mendigos, praças de *pret* e “religiosos de ordem monástica, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitos a voto de obediência, regra ou estatuto que importe renúncia de liberdade individual”, exclusões já previstas na Constituição e na legislação federal, examinadas páginas atrás. A novidade estava no disposto no Art. 1º, Parágrafo Único, onde se lia que, para os cargos municipais, eram alistáveis os estrangeiros que, além de saberem ler e escrever, fossem residentes há pelo menos um ano e pagassem impostos ao município na forma do que estabelecia o Art. 127 da Constituição Estadual.⁴² Antes que essa legislação completasse três anos, uma nova já havia sido aprovada pela Assembléia Legislativa da Bahia, a Lei nº 104, de 12 de agosto de 1895, também discriminando quem eram os eleitores, os elegíveis e inelegíveis e regulando meticulosamente o curso e as etapas das eleições.⁴³

As principais regras que presidiam a organização municipal e a eleição de seus respectivos cargos só foram alteradas em 1915, quando foi aprovada uma nova Lei Orgânica dos Municípios (Lei Estadual 1.102, de 11 de agosto de 1915), e o cargo de Intendente deixou de ser eletivo e passou a ser de nomeação pelo Governador do Estado, com aprovação do Senado da Bahia e reconhecimento de poderes pelo Conselho Municipal de Salvador. Além disso, o número de conselheiros municipais da capital

⁴¹ Lei nº 15, de 15 de julho de 1892 (Organização Judiciária). In: CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – Promulgada em 2 de julho de 1891. In: CONSTITUIÇÃO E LEIS DO ESTADO DA BAHIA PROMULGADAS EM 1891 E 1892 SOB NS. 1 A 10. Bahia: Typ. e Encadernação do Diário da Bahia, 1892.

⁴² Lei Estadual nº 10, de 21 de janeiro de 1892. In: CONSTITUIÇÃO E LEIS DO ESTADO DA BAHIA PROMULGADAS EM 1891 E 1892 SOB NS. 1 A 10. Bahia: Typ. e Encadernação do Diário da Bahia, 1892.

⁴³ Lei Estadual nº 104, de 12 de agosto de 1895. In: Collecção completa e anotada das leis eleitoraes e atos do Executivo sobre alistamento e eleições estaduaes. Bahia: Typographia d’ “A Bahia”, 1907.

baiana foi aumentado de quinze para dezesseis, com mandatos de quatro anos e renovação da metade bienalmente. Por fim, os eleitores não votavam mais para as Juntas de Administração dos distritos urbanos, mantendo-se a eleição no caso dos distritos rurais. Os munícipes soteropolitanos só puderam eleger o chefe do poder executivo municipal outra vez com a aprovação da Lei Estadual 1.187, de 24 de maio de 1920, que restabeleceu a eleição popular direta do intendente, o qual passou a ter mandato de dois anos, sufragado juntamente com a renovação da metade do conselho municipal.⁴⁴

Agora que já conhecemos quais indivíduos eram portadores de direitos políticos e os princípios que regiam o sistema e o processo eleitoral e a ocupação de cargos eletivos na Primeira República, já podemos passar ao exame dos dados sobre o envolvimento da classe operária soteropolitana e de suas organizações nas eleições do referido período. É o que faremos a seguir a partir da reconstituição e análise do processo que levou à fundação do Partido Operário da Bahia, de sua dissidência, a União Operária Bahiana, e do Centro Operário da Bahia, organização que surgiu do realinhamento dos indivíduos que atuaram nas duas primeiras entidades.

⁴⁴ BOCCANERA JUNIOR, Silio. *Bahia Histórica: Reminiscências do Passado, Registro do Presente*. Bahia: Tipografia Baiana, 1921, p. 12-15.

CAPÍTULO II

A MONTAGEM DE UMA MÁQUINA POLÍTICA OPERÁRIA

A república, companheiros, é o regime do fraco contra a prepotência do forte; é a igualdade dos povos; é a condenação da aristocracia, em favor da democracia; é o aniquilamento do feudalismo, é o desmoronamento das oligarquias e predomínios; é o símbolo da liberdade, da razão e do direito.

(...)

Os nossos interesses e a nossa vida se acham tão ligados e dependentes desta forma de governo, que seria uma infâmia, se pretender tratar do nosso bem-estar, sem tocar ou entrar rapidamente nestas apreciações, razões pelas quais, fui levado a este pequeno esboço.

Domingos Silva, 18 de junho de 1893.⁴⁵

O SURGIMENTO DOS PARTIDOS OPERÁRIOS NO BRASIL

A última década do século XIX foi fortemente marcada por um clima de otimismo, expectativa e anseio de participação política gerado na classe operária brasileira em virtude da Abolição da escravidão e da Proclamação da República, levando à fundação de organizações que se autoproclamavam operárias e socialistas em vários centros urbanos do país, muitas vezes acumulando e articulando, de forma complexa e original, funções mutualistas, beneficentes, recreativas, sindicais e político-partidárias numa época em que praticamente não existiam sindicatos. O entusiasmo com que o operário da construção civil baiano Domingos Silva se refere ao novo regime na epígrafe acima é apenas uma, entre muitas outras evidências, que sustentam essa afirmação.

Na cidade do Rio de Janeiro, centro nervoso do país, surgiu, em janeiro de 1890, o jornal *Voz do Povo*, embrião dos mais importantes e conhecidos partidos operários brasileiros de então. Na direção do jornal *Voz do Povo* estavam figuras como Maurício José Velloso, José Veiga e Gustavo de Lacerda (1843-1909), que logo fizeram reuniões com operários de diversos ofícios e procederam à formação das comissões paroquiais do partido operário, realizaram o alistamento dos trabalhadores e apresentaram as bases programáticas da organização.

Já na terceira reunião, realizada em 29 de janeiro de 1890, no Liceu de Artes e Ofícios, apareceram figuras que ganharão destaque a partir de então, como o torneiro mecânico e armeiro do Arsenal de Guerra, Francisco Juvêncio Sadock de Sá, o

⁴⁵ SILVA, Domingos. “Manifesto aos dignos Artistas, Operários e Proletários do Estado da Bahia”. APEB, Seção Legislativa, Câmara dos Deputados, Ofícios Recebidos e Expedidos (1891-1894), livro 1187.

tipógrafo Luiz da França e Silva, que era membro do jornal *Voz do Povo* e editor da *Revista Tipográfica*, e o tenente da Marinha José Augusto Vinhaes, um personagem nascido no Maranhão, filho de um comerciante português, mas que havia estudado na Europa, onde tivera contato com as idéias socialistas e positivistas, e que havia tomado parte ativa nas campanhas abolicionista e republicana. Apesar de sua posição de classe, seu prestígio entre os trabalhadores se solidificou após sua curta passagem como diretor interino da Repartição Geral dos Telégrafos em função das melhorias sociais que implementara naquele órgão logo após a queda da Monarquia, mas isso aconteceu em detrimento da influência do tipógrafo França e Silva e do grupo da *Voz do Povo*.

Com efeito, em 9 de fevereiro de 1890, duas reuniões paralelas foram feitas, concretizando a cisão entre essas duas forças. O grupo do tenente José Augusto Vinhaes se reuniu no Teatro Recreio Dramático e teve a significativa assistência de três mil cidadãos. Do conclave nasceu o Centro do Partido Operário, o CPO, sob a direção do próprio Vinhaes e do mestre de oficinas da Central do Brasil, Bento José Ribeiro. Optando por uma linha moderada e reformista, o CPO apresentou-se com um programa de caráter essencialmente sindical, no qual constavam bandeiras e reivindicações relacionadas à formação de uma caixa de auxílio a operários idosos e inválidos, a jornada de trabalho de oito horas, a fixação de um salário mínimo, a elaboração de uma legislação de proteção ao trabalho de mulheres e crianças, a abolição do trabalho por empreitada, o aumento salarial e outros.

O grupo da *Voz do Povo* se reuniu no Teatro Fênix Dramática e contou com uma audiência de apenas 52 indivíduos. Ainda assim, foi eleito um diretório formado por Gustavo de Lacerda, Antonio Dias da Silva e Vital Faleiros. Essa experiência parece não ter gerado muitos frutos, pois, no começo de março, Luiz da França e Silva criou um novo jornal, o *Echo Popular*, e fundou, a partir dele, o Partido Operário Nacional. O novo partido operário contou com a adesão, entre outros, do então rábula Antonio Evaristo de Moraes (1871-1939), lançando em 29 de abril de 1890 seu Manifesto Programa, com 12 pontos.

O CPO do tenente Vinhaes foi pensado e criado enquanto uma organização de massa. Ele possuía representação delegada de dois operários por oficina, fossem públicas ou privadas, com mandatos imperativos. Em sua composição, havia o predomínio dos operários do Estado, lotados no Arsenal da Marinha, no Arsenal de Guerra e na Estrada de Ferro Central do Brasil. Mas havia também a presença de servidores públicos, a exemplo dos da Alfândega, da Companhia de Bonde Vila Isabel,

das Estradas de Ferro Baturité e Rio do Ouro e da Repartição Geral dos Telégrafos. Finalmente, havia representantes, também, de várias fábricas privadas.

O CPO do tenente Vinhaes organizava aulas, conferências, bailes, atividades recreativas e possuía uma caixa de socorros para seus filiados. Porém, sua ação de maior envergadura talvez tenha sido a criação do Banco dos Operários, em junho de 1890, com 6.722 acionistas, sendo que 1.934 eram proletários. O Banco dos Operários teve capital inicial de cinco mil contos de réis e contava com seções comercial, edificadora, de penhores, de cooperativas, hipotecária e de contas correntes. Entre as realizações da instituição, destaca-se a criação de um Armazém Cooperativo e a construção da Vila Operária de São Francisco Xavier.

Com exceção do tenente Vinhaes, que fora eleito deputado federal para a Constituinte de 1890, em grande medida, devido ao apoio dos republicanos, o CPO não parece ter elegido mais nenhum dos seus membros. Porém, é preciso dizer que graças ao trânsito que o tenente Vinhaes possuía junto ao presidente Deodoro da Fonseca, os artigos 205 e 206 do Código Penal de 1890, que criminalizavam abertamente a greve, foram alvos de uma interpretação do Ministério da Justiça, que, em tese, amenizava seu caráter repressivo ao movimento operário. Além disso, Vinhaes chegou mesmo a mediar e liderar greves, inclusive contra seu antigo aliado, depois adversário, Deodoro da Fonseca, e em seguida contra Floriano Peixoto.

Tudo indica que o CPO foi o grupo hegemônico no movimento operário do Rio de Janeiro de 1890 até setembro de 1893, quando o tenente Vinhaes aderiu à Revolta da Armada, levando a organização à desagregação. A área de influência do CPO abrangia o Clube dos Artistas e Operários Paranaenses e o Partido Operário de São Paulo, além da Liga Operária de Pernambuco e do Partido Operário do Ceará, que também mantinham boas relações com o Partido Operário de Luiz da França e Silva. Do ponto de vista das relações e contatos com organizações de fora do Distrito Federal, o Partido Operário de França e Silva, no entanto, será mais bem-sucedido. Seu arco abrangia o Centro Operário de Campos, o Partido Operário de Niterói, o Partido Operário de Vitória, o Centro Operário Luiz França, de Natal, a Liga Operária de Pernambuco, o Partido Operário do Ceará e, como veremos, o Partido Operário da Bahia e a União Operária Baiana. Menos simpático à greve e mais confiante nas alianças e negociações políticas com as autoridades, França e Silva e seu Partido Operário pugnavam pela formação de Tribunais de Arbitragem, compostos por operários e patrões, como meio de solução dos conflitos entre capital e trabalho. Seu feito mais conhecido está relacionado

à organização do chamado Congresso Operário Nacional, realizado em 1892, no Rio de Janeiro, do qual saíram o Partido Operário do Brasil e seu complexo e amplo programa de 41 pontos.

Além destes dois partidos operários, foram fundados no Rio de Janeiro, também, o Clube Republicano dos Operários do Engenho de Dentro, de dezembro de 1889, logo assimilado pelo CPO de Vinhaes; o Congresso Operário, de março de 1890, um misto de organização política com sociedade beneficente que mantinha uma relativa autonomia em relação aos dois grupos principais de Vinhaes e França e Silva; o Partido Operário de São Cristóvão, do início de 1891, que atuava na área de influência de França e Silva; e o Novo Centro Operário, uma dissidência do CPO, surgida em dezembro de 1892, sob a liderança de José Pereira Azurara e tendo nas Bolsas de Trabalho o ponto principal de sua plataforma.⁴⁶

Cabe dizer que nas demais regiões do Brasil, diversos partidos operários e socialistas também foram criados, a exemplo do Rio Grande do Sul e do Pará, estados em que várias entidades e lideranças da classe operária construíram alianças com setores oligárquicos a partir da Proclamação da República.⁴⁷ Além disso, militantes sociais baianos foram encontrados atuando em organizações do estado de São Paulo, como o médico Estevam Estrella, responsável, juntamente com Arthur Brèves, pela edição do jornal *O Socialista*, publicado pelo Centro Socialista de São Paulo, uma organização fundada em 1895 a partir da fusão de vários grupos políticos de imigrantes portugueses, espanhóis, italianos, alemães e franceses. Estrella tomou parte, ainda, no chamado Segundo Congresso Socialista Brasileiro, de 1902, e foi secretário-geral do Partido Socialista Brasileiro, organização criada nesse conclave e que mantinha núcleos em várias cidades, inclusive em Salvador. Outro militante social baiano que pode ter atuado como elo entre as organizações de seu estado com as de outras regiões foi o médico abolicionista e republicano Vicente Ferreira de Souza (1852-1908), um dos principais colaboradores do periódico *A Questão Social*, publicado pelos médicos Sóter de Araújo

⁴⁶ Para a reconstituição histórica do processo de organização dos partidos operários do Rio de Janeiro baseei-me em PÁDUA, J. A. Valladares. *A Capital, a República e o Sonho: a experiência dos partidos operários de 1890. Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 28, nº 2, p. 163-192, 1985.

⁴⁷ SALLES, Vicente. *Marxismo, socialismo e os militantes excluídos: capítulos da história do Pará*. Belém: Paka-Tatu, 2001, p. 37-83; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Que a união operária seja a nossa pátria!:* história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Editora da UFSM; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001, p. 55-134; LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora da UFPel., 2001.

e Silvério Fontes e pelo professor Carlos Escobar, núcleo do qual nascerá o Centro Socialista de Santos, em 1895.⁴⁸

O PARTIDO OPERÁRIO DA BAHIA

Na Bahia, também houve movimentação de segmentos importantes da classe operária para fundar organizações políticas próprias visando participar das eleições republicanas. A imprensa refletia bem esse clima surgido com o novo regime. Tanto que dava uma ampla cobertura às tentativas da classe operária de se integrar ao jogo político e, por meio dele, conseguir reformas graduais e pacíficas que melhorassem suas condições de vida e, quiçá, levassem-na até o socialismo pela via evolutiva. As próprias lideranças operárias e socialistas baianas, como se verá, tinham um espaço inédito nas folhas que circulavam pela cidade do Salvador. Importantes documentos, como estatutos, históricos, relatórios e nominatas de chapas eleitorais do Partido Operário da Bahia, de sua dissidência, a União Operária Bahiana, e de seu sucessor, o Centro Operário da Bahia, foram publicados por jornais de diversos matizes ideológicos e vinculados às diferentes oligarquias que se formavam. Não fosse por essa atmosfera carregada de esperança e agitação social e política, essa página da história da classe operária, por força de sua própria natureza fragmentada e episódica, talvez não pudesse ser escrita.

Com efeito, na Bahia, uma das primeiras organizações operárias que surgiram após a Proclamação da República foi o Club União dos Artistas Republicanos de Pirajá, sob a presidência provisória do “artista” Manuel do Nascimento de Jesus, que também era filiado à Sociedade Bolsa de Caridade e à Sociedade Protetora dos Desvalidos. Em 9 de março de 1890, quando fez uma assembléia de seus membros com a presença do comendador João Augusto Neiva, encarregado de redigir os estatutos da entidade, esse clube já possuía cerca de duzentos sócios.⁴⁹

É importante registrar que a movimentação da classe operária baiana, sob a República, ocorreu em sintonia com a dos trabalhadores do Rio de Janeiro. No início de

⁴⁸ Para um mapeamento amplo e detalhado do processo de formação e a atuação dos grupos e partidos socialistas no estado de São Paulo, ver: BIONDI, Luigi. Entre associações étnicas e de classe. Os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920). 2002. Tese. (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002; PANSARDI, Marcos Vinícius. *Republicanos e operários: os primeiros anos do movimento socialista no Brasil (1889-1903)*. 1993. 247 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993, p. 131-156.

⁴⁹ *Jornal de Notícias*, Salvador, 4 e 11 mar. 1890, p. 2.

março de 1890, como vimos, o tipógrafo Luiz da França e Silva organizou um Partido Operário rival do CPO do tenente Vinhaes. Ao mesmo tempo, correspondeu-se com lideranças de vários estados, inclusive da Bahia, onde o “notável artista” marceneiro e capitão da Guarda Nacional Manuel Victorino José Pereira Junior foi indicado “chefe” da “organização federal” baiana. Além disso, uma comissão de “chefes internos” fora formada. Na carta enviada a Pereira Junior, os “chefes” do Partido Operário da Capital Federal encaminharam o programa do partido e instruções minuciosas sobre como o “chefe” da organização federada na Bahia devia proceder. Entre outras coisas, mandaram que toda a imprensa fosse comunicada dos atos de fundação, a fim de que tivesse a mais ampla cobertura a grande reunião que deveria ser realizada com a classe operária, na qual seria feita a “eleição para subchefe” do Partido.⁵⁰

Contudo, essa experiência inicial parece ter encontrado alguma dificuldade. Tanto que as notícias sobre essa organização operária federada à do tipógrafo Luiz da França e Silva no Rio de Janeiro somem de nossas fontes. O capitão da Guarda Nacional e operário da construção Domingos Silva, em seu “pequeno e rude histórico do partido operário”, escrito nas páginas do *Pequeno Jornal* no início de 1891, dá-nos algumas informações importantes, mas apenas sobre a organização que surgiu depois, a partir de junho de 1890.⁵¹ Escritos no calor do momento, os artigos de Domingos Silva tinham o objetivo declarado de “arrancar a máscara” de um grupo de operários que estava abrindo uma “dissidência tremenda” no Partido Operário. Esse grupo dissidente, segundo ele, começara a atuar ainda em agosto de 1890, reunindo-se no salão da sociedade musical Luso-Guarani, no Pelourinho.⁵²

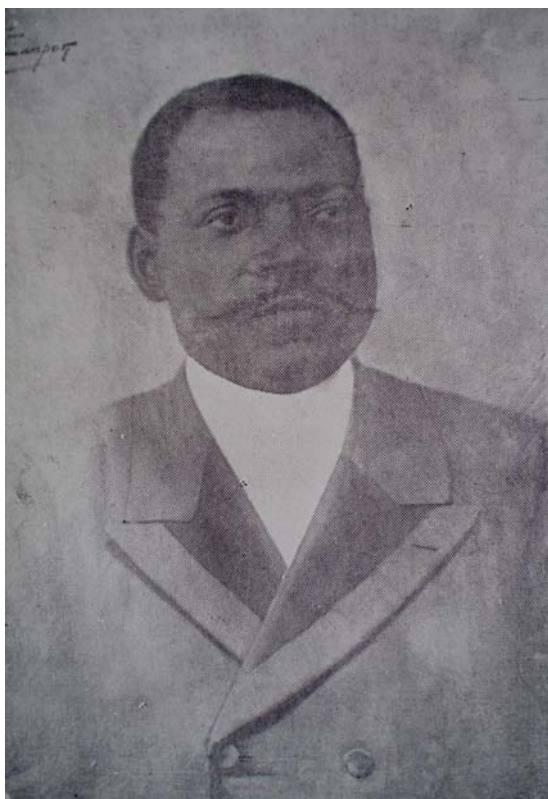
De acordo com a versão de Domingos Silva, o Partido Operário da Bahia teria sido fundado por iniciativa do alfaiate Elysiario Elysio da Cruz, do ferreiro Francisco Pedro do Bomfim e do carpinteiro José Maria de Souza. Esses “artistas” teriam publicado, nas páginas dos jornais vespertinos do dia 3 de junho de 1890, um convite aos trabalhadores baianos para que comparecessem a uma reunião que seria realizada na casa de Elysiario Elysio da Cruz no dia 5 de junho de 1890, à qual teriam comparecido “56 artistas e operários”. Elysiario da Cruz explicou a seus companheiros que a finalidade da reunião convocada era “organizar um clube, uma liga ou um partido entre

⁵⁰ *Jornal de Notícias*, Salvador, 13 mar. 1890, p. 2; 19 mar. 1890, p. 1.

⁵¹ Esta série teve sete artigos intitulados “Ao ilustrado público, especialmente às classes artísticas e operárias”, publicados no *Pequeno Jornal* nos dias 15, 16, 21, 22 e 27/01/1891 e 4 e 21/02/1891. Mas Domingos Silva publicou vários outros artigos avulsos, tanto no *Pequeno Jornal*, quanto em outros periódicos de Salvador.

⁵² *Pequeno Jornal*, Salvador, 15 jan. 1891, p. 2.

as classes artísticas e operárias” com o objetivo de promover o seu “levantamento e desenvolvimento”, conforme já ocorria em outros estados. Fundado o partido, tendo como núcleo dirigente o triunvirato acima mencionado, tratou-se de formar uma comissão, também constituída por três membros, com o objetivo de redigir o programa da organização.⁵³



Domingos Francisco da Silva (1865-1914). Operário da construção civil, depois, empreiteiro de obras, capitão da Guarda Nacional, conselheiro municipal, dirigente do Partido Operário, fundador e primeiro presidente do Centro Operário da Bahia.
Fonte: Associação Centro Operário da Bahia. Relatório (Exercício 1949-1950). Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1950.

Domingos Silva fez uma avaliação bastante positiva daquele momento inicial da vida do Partido Operário. Seu discurso enfatizava a condição de ex-escravos dos operários baianos, bem como a marginalização social e política até então por eles vivida. Domingos Silva também falou muito bem das lideranças que fundaram o Partido Operário. No histórico feito, descreveu o triunvirato dirigente como sendo formado por “três artistas pobres e pequenos”, porém “honrados e probos”, “dotados de intenções e intuítos bondosos”, que não se importavam em “pôr em perigo suas próprias vidas, para

⁵³ *Pequeno Jornal*, Salvador, 16 jan. 1891, p. 2.

afrontar as dificuldades que se antepunham ao adiantamento da classe, contanto que encontrassem entre seus companheiros o apoio, a solidariedade e uma união compacta”.⁵⁴

Essa versão dada sobre o papel desempenhado por Elysiario Elysio da Cruz estava em consonância com o que nos informaram outras fontes. Por elas, ficamos sabendo que, naquele primeiro momento, a questão candente eram as eleições para a Constituinte Nacional de 1890. Porém, há uma discrepância em relação aos militantes de quais distritos tomaram a iniciativa principal para fundar o Partido Operário. Enquanto para algumas fontes a maioria dos que tomaram parte do movimento de fundação era formada por artífices das freguesias de São Pedro e da Vitória, a memória de Domingos Silva dizia que foram os trabalhadores dos distritos de Brotas e dos Mares que conseguiram, em função de sua “simpatia e dedicação”, reunir a maioria dos operários daquelas duas regiões da cidade.⁵⁵ De todo modo, veremos que, no início de sua existência, independente de quais foram os distritos com maior número de operários mais ativos, todas as freguesias da cidade estavam organizadas.

Uma segunda reunião do Partido Operário teria ocorrido no dia 15 de junho de 1890, no salão do Club dos Maquinistas, localizado à rua Direita do Palácio, n. 4. O encontro fora precedido de muitos anúncios pela imprensa, distribuição de avulsos em grande quantidade e convites pessoais. Talvez esta seja a razão de terem comparecido a esta reunião mais de duzentos operários, oportunidade em que o “artista” Francisco Lopes Nuno fez o relatório dos trabalhos da comissão redatora do programa do Partido Operário.⁵⁶ Em seu parecer, o “distinto artista” Francisco Lopes Nuno concluiu que seria melhor que o Partido Operário da Bahia adotasse o mesmo programa que havia sido abraçado pelo Partido Operário da capital federal. A proposição foi considerada acertada, posto que “a adoção de um programa diverso, em cada Estado, importaria a divisão na classe, importaria uma falta de compreensão relativamente ao que era o partido nascente, num país que entrava em grandes transformações”.⁵⁷

O último ato da reunião do dia 15 de junho de 1890 teria sido a nomeação, pelo presidente da comissão central do partido, Elysiario da Cruz, das comissões paroquiais dos distritos da Sé, São Pedro, Santana, Conceição da Praia, Pilar, Santo Antonio, Rua

⁵⁴ *Pequeno Jornal*, Salvador, 16 jan. 1891, p. 2.

⁵⁵ *Jornal de Notícias*, Salvador, 9 jun. 1890, p. 1; *Pequeno Jornal*, Salvador, 4 fev. 1891, p. 3.

⁵⁶ *Pequeno Jornal*, Salvador, 16 jan. 1891, p. 2.

⁵⁷ *Pequeno Jornal*, Salvador, 21 jan. 1891, p. 2.

do Paço, Mares, Brotas, Penha e Vitória.⁵⁸ O pintor e desenhista Manuel Querino parece ter antevisto o crescimento da influência de seus futuros adversários internos e propôs, em uma assembléia realizada no dia 22 de junho de 1890, no salão do Club dos Maquinistas, a ampliação da comissão central do Partido Operário de três para nove membros. O requerimento foi aprovado e naquela mesma sessão foi eleita a nova comissão, que ficou constituída pelos artesãos Elysiario Elysio da Cruz (presidente), Francisco Pedro do Bomfim (1º secretário), José Maria de Souza (2º secretário), Aurélio Sebastião Cardoso, Francisco Amaro Paraíso, Ângelo Custódio de Oliveira, Luiz Gonzaga, Marciano da Silva Castro (vogais). O nono nome não é mencionado, mas é possível que fosse Domingos Silva ou o próprio Manuel Querino.⁵⁹

No dia 7 de julho de 1890, atendendo a recursos impetrados junto à comissão central, Elysiario Elysio da Cruz modificou a composição de algumas comissões paroquiais, dividiu parte daquelas circunscrições, criou comissões em distritos até então desorganizados, como Itapuã e São Tomé de Paripe, excluiu e adicionou novos membros em outras e nomeou os dirigentes das comissões do Partido Operário em várias localidades do interior da Bahia, a exemplo de Cachoeira, São Félix, Curralinho (atual Castro Alves), Tapera, Pedra Branca, Brejão, Areia, Giboa, Amargosa e Tartaruga.⁶⁰

Uma rápida análise dos dados evidencia a forte penetração da organização na classe operária e seu significativo enraizamento nos bairros urbanos e suburbanos. Porém, foi possível percebermos, também, que o Partido Operário da Bahia foi estruturado em sintonia com o sistema político vigente. As alterações feitas nas direções da comissão central e das comissões paroquiais parecem ser uma evidência de que pressões, conflitos e cizânias internas já estavam ocorrendo, anunciando a ruptura que se efetivaria mais adiante na organização. Mais que isso, o processo, visto em seu conjunto, parece ser indicativo de que as disputas entre as facções da organização giravam mais em torno de lutas pelo poder em moldes oligárquicos do que em função de projetos políticos e ideologias diferentes.

Ao longo do mês de julho de 1890, várias reuniões da comissão central e das comissões paroquiais foram feitas.⁶¹ É provável que a raiz da dissidência que se formará esteja em uma das sessões da comissão central, realizada no dia 17 de julho. É que nessa

⁵⁸ *Pequeno Jornal*, Salvador, 21 jan. 1891, p. 2.

⁵⁹ *Pequeno Jornal*, Salvador, 22 e 27 jan. 1891, p. 2.

⁶⁰ *Pequeno Jornal*, Salvador, 21 jan. 1891, p. 2.

⁶¹ *Jornal de Notícias*, Salvador, 11, 16 e 19 jul. 1890, p. 1.

reunião, presidida por Elysiario Elysio da Cruz, deliberou-se que o Partido Operário apresentaria uma chapa com 22 nomes às eleições de 15 de setembro de 1890, quando seriam escolhidos os representantes para o Congresso Nacional Constituinte. Na composição social da nominata havia vários nomes de operários, como o sapateiro Thomaz Pereira Palma, o maquinista Irenio Baptista dos Reis Lessa, o pintor e desenhista Manuel Raymundo Querino e o marceneiro Manuel Victorino José Pereira Junior, mas havia, também, pessoas de fora da classe operária, a exemplo do farmacêutico Amaro de Lellis Piedade (1856-1908), do médico liberal e abolicionista que virou florianista Aristides Cesar Spinola Zama (1837-1906), efetivamente eleito deputado à Constituinte Republicana de 1890, do também médico e abolicionista, conselheiro José Luiz de Almeida Couto (1833-1895), que foi intendente de Salvador entre 1883 e 1895 e último presidente de província da Bahia, pelo Partido Liberal, antes da Proclamação da República, e de Luiz Tarquínio (1844-1903), o filho de uma liberta que começou a vida como auxiliar de serviços gerais e caixeiro, mas que se tornou um rico comerciante de tecidos e, depois, um poderoso capitão da indústria têxtil, proprietário da Companhia Empório Industrial do Norte.⁶²

A forma como foi feita a indicação da chapa do Partido Operário às eleições de 15 de setembro de 1890, bem como sua composição, provocaram insatisfações e reações imediatas contra o grupo dirigente da organização. Lideranças de vários distritos convocaram uma reunião que seria realizada no dia 20 de julho de 1890, no salão da sociedade musical Luso-Guarani, doravante o quartel-general da dissidência.⁶³ Aberta a sessão de assembléia, “os artistas protestaram energicamente contra a chapa que foi publicada em nome do Partido Operário”, posto que ela teria sido formada “secretamente” a partir de ingerências da “politicagem”. A insatisfação aumentou em função de o presidente do partido, Elysiario da Cruz, não responder às críticas que lhes eram feitas. Os membros da facção rival disseram-lhe, também, que aquela já era a segunda vez que ele tentara iludir os operários, “procurando proteger aos seus amigos políticos e não a sua classe”, uma possível referência ao conselheiro José Luiz de Almeida Couto ou mesmo ao Barão de São Marcos, inspetor do Arsenal de Marinha, que também compusera a chapa apresentada pelo núcleo dirigente do Partido Operário. O abolicionista Pamphylo da Santa Cruz e diversos membros do partido questionaram a não inclusão do nome de Edístio Martins, “artista de reconhecido merecimento e senhor

⁶² *Pequeno Jornal*, Salvador, 19 jul. 1890, p. 1.

⁶³ *Pequeno Jornal*, Salvador, 19 jul. 1890, p. 1.

das simpatias populares”, na nominata da organização. Alguns trabalhadores propuseram a destituição do presidente e de toda a comissão central do Partido Operário. O tipógrafo Candido de Araújo Brizindor chegou a apresentar uma “moção de desconfiança” contra o alfaiate Elysiario da Cruz, um dispositivo político, próprio dos sistemas parlamentaristas, por meio do qual o partido de oposição tenta impor uma derrota ou um recuo do governo sobre algum assunto. O mecanismo também é conhecido como *moção de censura*, invenção dos britânicos, de 1782, após a derrota que seus exércitos sofreram na Guerra de Independência dos EUA, quando o Parlamento inglês forçou a demissão do primeiro-ministro, Lord North, aceita pelo Rei Jorge III.⁶⁴



Luiz dos Santos, depois **Luiz Tarquínio (1844-1903)**. Filho de uma lavadeira de nome Maria Luiza dos Santos, que teria sido liberta antes da lei de 13 de maio de 1888. Tornou-se um comerciante bem-sucedido e depois um poderoso capitão da indústria têxtil, com a Companhia Empório Industrial (1891). Sob a República, foi Intendente e Conselheiro Municipal.
Fonte: *Diário de Notícias*, Salvador, 8 out. 1903.

No caso do Partido Operário da Bahia, uma das medidas só não foi levada adiante em função de uma proposta de conciliação, apresentada pelo pintor e desenhista Manuel Querino. Argumentando a necessidade de garantir a unidade da classe operária, Manuel Querino convenceu seus companheiros a deixarem a comissão central continuar

⁶⁴ *Pequeno Jornal*, Salvador, 21 jul. 1890, p. 2.

a exercer suas atribuições, desde que ela fizesse uma declaração formal, a ser veiculada pela imprensa, de que o Partido Operário não tomaria “sobre si a responsabilidade de chapa alguma, votando os artistas nos colegas que entenderem”. A proposição de que o partido deveria manter-se neutro foi aprovada e a moção de desconfiança contra seu presidente foi retirada.⁶⁵ De todo modo, o carpinteiro José Maria de Souza, presidente da comissão paroquial de Santana e membro da comissão central, declarou à imprensa que se afastara de ambas as funções no Partido Operário.⁶⁶

A cisão foi irreversível. Convocatórias assinadas pela facção dos tipógrafos Argemiro de Leão e Manoel Victorio da Ascensão e pelo alfaiate João Pessoa de Britto foram publicadas na imprensa declarando que a comissão central estava destituída e chamando os trabalhadores para uma assembléia a ser realizada no dia 27 de julho de 1890, no salão da Sociedade Filarmônica Luso-Guarani, cuja finalidade era a reorganização do Partido Operário.⁶⁷ Nesta reunião, o capitão José Polybio da Rocha fez uma intervenção tentando reconciliar as facções em luta, mas sua posição foi rechaçada por Manuel Querino, Pedro Augusto da Silva, Pedro de Alcântara, Candido Brizindor, Pedro do Bomfim, Pamphilo da Santa Cruz e Eloy Pinto.⁶⁸ O desdobramento mais importante dessa reunião foi a “aclamação unânime” do industrial Gonçalo José Pereira Espinheira, sobre o qual não foi possível encontrar dados biográficos, presidente do Partido Operário.⁶⁹ Uma comissão foi incumbida de comunicar ao “ativo industrial” que ele fora aclamado “chefe provisório” do Partido Operário e presidente de sua comissão central. A indicação foi aceita pelo empresário, que marcou uma assembléia de posse para domingo, 3 de agosto de 1890.⁷⁰

Porém, no mesmo dia 27 de julho de 1890, enquanto seus antagonistas realizavam uma assembléia na Sociedade Filarmônica Luso-Guarani, o grupo hegemônico do Partido Operário fazia outra assembléia no Club dos Maquinistas, na qual elegeu o operário Olavo José de Almeida membro da comissão central em substituição a Luiz Gonzaga, outro operário que havia pedido afastamento. Além disso, em nota à imprensa, os membros da comissão central e de algumas comissões paroquiais protestaram contra o grupo opositor. Argumentaram que seus adversários

⁶⁵ *Jornal de Notícias*, Salvador, 21 jul. 1891, p. 1; *Pequeno Jornal*, Salvador, 22 jul. 1890, p. 2; *Diário da Bahia*, Salvador, 22 jul. 1890, p. 1.

⁶⁶ *Diário da Bahia*, Salvador, 23 jul. 1890, p. 2.

⁶⁷ *Jornal de Notícias*, Salvador, 26 jul. 1890, p. 1; *Pequeno Jornal*, Salvador, 26 jul. 1890, p. 3; *Diário da Bahia*, Salvador, 27 jul. 1890, p. 1.

⁶⁸ *Diário da Bahia*, Salvador, 29 jul. 1890, p. 1.

⁶⁹ *Pequeno Jornal*, Salvador, 29 jul. 1890, p. 2.

⁷⁰ *Jornal de Notícias*, Salvador, 29 jul. 1890, p. 1

não tinham legitimidade para realizar uma sessão ou tomar as decisões que tomaram à revelia da direção mantida pela assembléia “legalmente constituída” de 15 de julho de 1890. O documento era subscrito, entre outros, pelo operário da construção Domingos Silva, pelo ferreiro Francisco Pedro do Bomfim e pelo alfaiate Elysiario Elysio da Cruz.⁷¹

Como forma de demonstrar sua hegemonia sobre a classe operária, a facção que se autoproclamava formada pelos artistas e operários fundadores do Partido Operário fez circular um abaixo-assinado de protesto contra o grupo opositor, com atualização diária na imprensa. O documento foi a público a partir do dia 2 e circulou, pelo menos, até o dia 12 de agosto de 1890, tendo começado com 203 assinaturas e chegado a 315.⁷²

A facção rival, entretanto, não recuou, e convocou “todas as classes operárias” para a assembléia de posse do industrial Gonçalo José Pereira Espinheira como novo presidente do Partido Operário. A investidura seria realizada na sede da Filarmônica Luso-Guarani, local que, como dissemos, terminou por se tornar o quartel-general desse grupo.⁷³ Ato contínuo, a reunião foi realizada, tendo comparecido “crescido número de artistas, representantes da imprensa e pessoas do povo”. O marceneiro e capitão da Guarda Nacional José Polybio da Rocha, “chefe interino do Partido Operário”, fez o discurso inicial e deu posse ao novo presidente, entregando-lhe uma “fita” de “grão-chefe”, símbolo dignitário representado por três pequenas chaves, um íris e uma cruz representando o cruzeiro. Em sinal de agradecimento pelas distinções que havia recebido, o novo “chefe” da dissidência do Partido Operário pronunciou, “cheio de emoção”, um “bonito discurso”, no qual declarou estar disposto a empenhar-se pelo “engrandecimento” do partido ao qual acabara de “aliar-se”. Fizeram uso da palavra, também, o pintor e desenhista Manuel Querino, orador oficial daquela sessão, o comendador Augusto Neiva, representando a *Gazeta da Bahia*, e o tipógrafo Argemiro de Leão, que propôs e fez aprovar uma subscrição, aberta aos trabalhadores que quisessem assinar, na qual se reconhecia o industrial Gonçalo José Pereira Espinheira, “chefe do Partido Operário” da Bahia. Os editores do *Jornal de Notícias* fizeram votos para que a “bandeira pura e imaculada do nascente partido”, “agremiação de homens do trabalho que tudo poderá fazer para constituir-se o defensor legítimo dos seus

⁷¹ *Pequeno Jornal*, Salvador, 1 ago. 1890, p. 2.

⁷² *Pequeno Jornal*, Salvador, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11 e 12 ago. 1890, p. 2-3.

⁷³ *Pequeno Jornal*, Salvador, 1 ago. 1890, p. 2; *Jornal de Notícias*, Salvador, 2 ago. 1890, p. 1; *Diário da Bahia*, Salvador, 2 e 3 ago. 1890, p. 3.

interesses”, “jamais se chafurde nos lodaçais da política, que tudo corrompe e aniquila”.⁷⁴

O novo presidente da dissidência do Partido Operário tratou de marcar uma assembléia que deveria ser realizada na sede da Filarmônica Luso-Guarani, no Pelourinho, domingo, 10 de agosto de 1890, para a qual convidou, significativamente, “todas as classes operárias” e “todos os proprietários de fábricas com os seus operários”, com o objetivo de apresentar o seu “programa de governo”.⁷⁵ Outras duas reuniões foram marcadas, ainda, para os dias 31 de agosto e 7 de setembro de 1890, ambas pela manhã, na Luso-Guarani.⁷⁶

Apesar do tom triunfalista do *Jornal de Notícias* e da facção de Manuel Querino e Argemiro de Leão, a batalha pelo controle do Partido Operário - leia-se, de sua legenda, de sua memória e de seu capital político - não estava decidida. Tanto que o grupo dos “fundadores”, liderado por Elysiario da Cruz, também convocou uma assembléia de “todos os artistas e operários e representantes de todas as classes proletárias como elemento popular ativo deste estado”, a realizar-se também no domingo, 31 de agosto de 1890, só que no Club Democrático, localizado à rua Carlos Gomes.⁷⁷

A sessão iniciou-se às treze horas e trinta minutos e foi presidida pelo triunvirato formado pelo alfaiate Elysiario Elysio da Cruz, o ferreiro Francisco Pedro do Bomfim e o operário da construção Domingos Silva, que se apresentaram como membros da “comissão central promotora” do Partido Operário. Inscreveram-se para falar, entre outros, o capitão da Guarda Nacional Pedro Augusto da Silva, Januário Leôncio dos Santos, Francisco P. Sanches e o tenente da Guarda Nacional Olavo José de Almeida, um “artista” que, como vimos, também passara a integrar a comissão central do partido. Todos usaram sua oportunidade de falar para marcar que eram os legítimos organizadores e dirigentes do partido. Como prova, apresentaram atas de fundação, listas de adesões e ofícios de congratulações mútuas entre os operários da comissão central e das comissões paroquiais, correspondências com autoridades e instituições públicas, como o Instituto Agrícola, além de outras associações, a exemplo da Liga Artística Cachoeirana. Por fim, o grupo fundador insistia que Elysiario Elysio da Cruz

⁷⁴ *Jornal de Notícias*, Salvador, 4 ago. 1890, p. 1; *Diário da Bahia*, Salvador, 5 ago. 1890, p. 1.

⁷⁵ *Pequeno Jornal*, Salvador, 8 e 9 ago. 1890, p. 2; *Jornal de Notícias*, Salvador, 9 ago. 1890, p. 1; *Diário da Bahia*, Salvador, 9 ago. 1890, p. 3.

⁷⁶ *Pequeno Jornal*, Salvador, 30 ago. 1890, p. 1; *Diário da Bahia*, Salvador, 6 e 7 set. 1890, p. 3.

⁷⁷ *Pequeno Jornal*, Salvador, 29 ago. 1890, p. 2.

era o autêntico representante do Partido Operário Brasileiro, ou seja, da organização de Luiz da França e Silva, na Bahia. Por volta das cinco horas da tarde, a sessão foi encerrada, após o discurso do tipógrafo Argemiro de Leão, uma presença que deve ter sido considerada, no mínimo, hostil.⁷⁸

Nos dias que se seguiram, reuniões conflituosas foram feitas, também, por várias comissões paroquiais, entre as quais as de Brotas, Santo Antonio e Mares. Na sessão da freguesia de Santo Antonio, realizada no dia 3 de setembro de 1890, às oito e meia da noite, na rua dos Carvões, na residência de seu presidente, o operário Theodoro Marques Gomes, reconheceu-se a legitimidade do diretório provisório da Luso-Guarani e, tal como queria a dissidência, deliberou-se por não se apoiar nenhuma chapa eleitoral ao pleito que elegeria representantes para o Congresso Constituinte, ficando cada trabalhador livre para escolher os candidatos que melhor lhe conviesse. Na concorrida assembléia da freguesia dos Mares, presidida pelo “distinto artista” Antonio Borges Nogueira e bastante influenciada pelo operário da construção Domingos Silva, a situação foi oposta, com a liderança do industrial Gonçalo José Pereira Espinheira sendo rejeitada, a despeito de lhe ser reputada a condição de “cidadão” dotado de “boas e honestas qualidades”, mas não habilitado a dirigir a classe operária por não ser “artista”, ou seja, por não integrá-la socialmente, um argumento muito próximo ao usado pelos socialistas da capital federal, Luiz da França e Silva e Gustavo de Lacerda nos ataques que ambos desferiam ao tenente José Augusto Vinhaes, o líder do CPO.⁷⁹

A luta entre as facções terminou por conduzir a uma cisão formal do Partido Operário, tal qual ocorrera no Rio de Janeiro. As duas facções intensificaram as reuniões separadas, muitas vezes feitas em dias, horários e locais distintos. O grupo de Elysiario Elysio da Cruz e Domingos Silva fazia suas assembléias no Club dos Maquinistas, na Sociedade Montepio dos Artistas e no Club Democrático, ao passo que os dissidentes, liderados por Argemiro de Leão e Manuel Querino, reuniam-se na Sociedade Filarmônica Luso-Guarani.

Com efeito, na sexta-feira, 26 de setembro de 1890, o grupo fundador, liderado por Elysiario Elysio da Cruz e Domingos Silva, fez uma reunião da comissão central, na qual, com base no programa partidário, assimilado de seus companheiros do Rio, nomeou uma comissão para organizar os estatutos do Partido Operário, de um montepio e do Banco Operário na Bahia, ambos vinculados ao partido. O comitê era formado pelo

⁷⁸ *Pequeno Jornal*, Salvador, 1 ago. 1890, p. 2.

⁷⁹ *Pequeno Jornal*, Salvador, 30 ago. 1890, p. 1; 6, 9 e 12 set. 1890, p. 2;

engenheiro Antonio Pinto da Silva Valle, pelo marceneiro Manuel Victorino José Pereira Junior, Jeronymo José de Almeida e pelos artistas João Pinto Barreto e Alexandre Gallo. Foi formada, também, uma segunda comissão, composta pelos engenheiros Christovam Pereira Mascarenhas, Antonio Pinto da Silva Valle, Arthur Freire de Carvalho e Enedino José de Sant'Anna, encarregada de “representar o partido na imprensa, quer na defesa das grandes idéias e princípios sociais, que o partido sustenta e defende, quer na defesa dos artistas e operários individualmente, que forem feridos em seus direitos”. Além dos quatro engenheiros, a direção do Partido Operário buscou a proteção do *Pequeno Jornal*, um órgão de imprensa cujo editor-chefe era o florianista Aristides Cezar Spinola Zama. Em sua folha, foi publicado farto material sobre o Partido Operário e sua dissidência.⁸⁰ No decorrer de outubro de 1890, foram feitas várias reuniões das comissões encarregadas de realizar a propaganda e elaborar as bases estatutárias do partido, do montepio e do banco operário.⁸¹

Com vistas a intensificar a propaganda e a conseguir uma maior capilaridade do Partido Operário no estado, o diretório daquela organização apelou para o “patriotismo” de cada artista, operário ou industrial, bem como dos editores dos jornais mais lidos em cada localidade, para que fizessem reuniões de fundação de comitês locais, para os quais seriam enviadas nomeações, programas e instruções.⁸² Como reforço a esse apelo, Domingos Silva fez uma análise preliminar dos sucessos obtidos pelos partidos operários europeus e do significativo desenvolvimento do Partido Operário no Brasil, salientando que essa organização já estava sendo implantada em várias unidades federadas do país, apesar do indiferentismo e do pouco apreço que gozava entre muitos membros da própria classe operária, dos políticos tradicionais e de grande parte da imprensa, especialmente na Bahia, onde destacava, mais uma vez, a “honrosa exceção” do *Pequeno Jornal*. Dirigindo-se particularmente aos seus conterrâneos, Domingos Silva insistia na tese de que os operários baianos tinham que provar sua capacidade de superar suas divergências e garantir sua união, sob pena de lhes ser atribuído o “epíteto de insociáveis, descrentes e ciosos”.⁸³

Esse argumento será retomado em meados de novembro de 1890, quando Domingos Silva apresentou, nas páginas do *Pequeno Jornal*, a proposta de *Lei*

⁸⁰ *Pequeno Jornal*, Salvador, 27 set. 1890, p. 2; *Pequeno Jornal*, Salvador, 14 mar. 1891, p. 2. Nesta última fonte, em lugar de Jeronymo José de Almeida o nome que aparece é o do jornalista Francisco Pires de Carvalho.

⁸¹ *Jornal de Notícias*, Salvador, 13 out. 1890, p. 2; *Pequeno Jornal*, Salvador, 9, 13 e 18 out. 1890, p. 2.

⁸² *Pequeno Jornal*, Salvador, 4, 6, 7 e 9 out. 1890, p. 2.

⁸³ *Pequeno Jornal*, Salvador, 1 nov. 1890, p. 2.

Orgânica do Partido Operário do Estado Federado da Bahia. Em artigo publicado junto a esse revelador documento, Domingos Silva passou a descrever, “na qualidade de simples operário”, a “miserabilidade do desprestígio e do indiferentismo” à qual estava submetida a sua classe em função de sua falta de união. Nesse sentido, ele passou a descrever as condições de vida do operário “alquebrado pela velhice”, as conseqüências físicas das privações que passara devido ao desemprego, do excesso de “trabalho demasiado escravizado” e dos baixos salários. Em sua narrativa sobre os destinos da classe operária, Domingos Silva fez seus companheiros compreenderem que a desunião era a causa até mesmo do uso dos corpos dos trabalhadores indigentes que morriam nos hospitais em “investigações da ciência médica”. A falta de unidade da classe operária era a causa, também, das prisões arbitrárias e dos julgamentos viciados e injustos, muitas vezes dominados pelo capricho e pela prepotência, pelo ódio pessoal ou de classe de poderosos contra membros das classes subalternas. Por fim, Domingos Silva falava de como as famílias operárias eram sempre olhadas com “desprezo e escárnio” pelas famílias opulentas.⁸⁴

Com efeito, para Domingos Silva, o Partido Operário era a organização moldada a garantir dignidade, coesão e consciência de classe aos trabalhadores, assegurando-lhes seus interesses. A *Lei Orgânica do Partido Operário do Estado Federado da Bahia* o definia como a “congregação de todos os artistas, operários e industriais tomados numa só acepção – operários”. Seriam considerados filiados todos os operários que tomassem parte da assembléia na qual seria apresentada, discutida e aprovada a proposta de *Lei Orgânica*, a menos que solicitassem sua eliminação. Além disso, seriam filiados todos os proletários “que por suas qualidades cívicas e morais” demonstrassem que eram “sociáveis”.⁸⁵

A *Lei Orgânica* estabelecia que o partido teria um centro diretório, composto de 25 membros, os quais elegeriam, de entre si, um presidente, um vice-presidente, dois secretários e um tesoureiro. A partir de uma lista organizada pela comissão provisória, esse diretório seria aclamado pela mesma assembléia em que seria aprovada a lei orgânica do partido. Em seguida, seria marcada uma nova assembléia para serem empossados os dirigentes. O diretório eleito indicaria o presidente de cada comissão paroquial (distrital) e as paróquias ou freguesias que tivessem dois distritos teriam dois

⁸⁴ *Pequeno Jornal*, Salvador, 17 nov. 1890, p. 2.

⁸⁵ LEI ORGÂNICA DO PARTIDO OPERÁRIO DO ESTADO FEDERADO DA BAHIA. *Pequeno Jornal*, Salvador, 17 nov. 1890, p. 2.

presidentes indicados, um para cada distrito. Em todos os casos, os presidentes de cada distrito indicariam seus auxiliares. O diretório teria autoridade, ainda, para nomear uma comissão central delegada, composta de nove membros, em cada cidade, comarca ou vila da Bahia. Por fim, o diretório teria autonomia para, por maioria simples, reorganizar a sua própria composição, excluindo e incluindo membros da direção, o mesmo podendo fazer com as direções distritais e municipais / locais, sempre que a “marcha e orientação do partido exija”.

Em resumo, o diretório central, o presidente em particular, reunia prerrogativas e poderes muito grandes, que praticamente lhes davam o controle sobre a máquina partidária e deixavam muito pouca margem para a democracia e o debate interno. A análise da forma como o Partido Operário foi criado e estruturado, bem como de seu funcionamento, nos autoriza a qualificá-lo como uma máquina política. Entre as características que podemos mencionar para sustentar tal afirmação estão a organização dos conselhos paroquiais da entidade em sintonia com as circunscrições eleitorais de Salvador, sua estrutura altamente centralizada e com traços oligárquicos e personalistas, sua linguagem denunciadora da cultura política tradicional, a exemplo da recorrência do uso da palavra “chefe” para designar os dirigentes, e o *modus operandi*, essencialmente pragmático, paternalista e clientelista, marcado pela despreocupação, da parte da maioria de seus membros, com os grandes temas políticos, tidos como “abstratos, gerais e distantes”, e pelo apego às questões específicas e pontuais, alvos de relações diretas, baseadas na lealdade pessoal e dependência, isto é, na troca de votos e apoio político por favores e proteção. Numa visão de conjunto, podemos dizer que a dimensão ideológica, ou seja, a adesão ao socialismo parece ter sido preocupação de um reduzidíssimo número de militantes.⁸⁶

Nesse sentido, é preciso esclarecer que, apesar das muitas críticas feitas pelo grupo dissidente aos fundadores, o fato é que os membros da União Operária Bahiana não se diferenciavam dos que compunham o Partido Operário da Bahia. As duas facções buscaram apoio e construíram arranjos com os políticos e partidos tradicionais. Os discursos aparentemente mais ideológicos e politizados de alguns personagens dissidentes, especialmente os de Argemiro de Leão, Candido de Araújo Brizindor, Ismael Ribeiro dos Santos e Manuel Querino, tinham forte apelo retórico, mas não resistem a um exame concreto das práticas do grupo que deu origem à União Operária

⁸⁶ Sobre o conceito de máquina política, ver: DINIZ, Eli. *Voto e máquina política*. Patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Bahiana, tão ligada às oligarquias quanto Domingos Silva, Elysiario Elysio da Cruz ou qualquer outro membro do Partido Operário da Bahia.

Entre as atribuições e objetivos colocados para o Partido Operário estava a aquisição de um prédio na parte alta de Salvador, onde funcionaria sua sede e se reuniria seu diretório. O segundo ponto seria a montagem de uma tipografia, na qual seria impresso o jornal do partido, por meio do qual seria feita a defesa dos operários e de seus familiares, além de “anunciar suas obras, indústrias, oficinas, empresas, etc...”. Um terceiro objetivo seria construir, “no sítio mais aprazível da capital, um grande edifício, de acordo com os preceitos modernos de arquitetura, para amparar o operário, no caso de invalidez, velhice e de moléstias, com especiais tratamentos”. O quarto ponto apontava para uma preocupação, vinculada a anterior, de criar um montepio por meio do qual seriam concedidas pensões às viúvas e aos filhos menores e filhas que não se casassem ou se amancebassem. Um quinto objetivo seria a criação de um banco operário, com a finalidade de dar crédito à classe operária.

O sexto e sétimo pontos diziam respeito a questões relacionadas ao mercado de trabalho. Um dos itens versava sobre a necessidade de formulação de uma tabela de “classificação no valor das obras de construção e demolição, de modo que os operários não sejam prejudicados por erros de seus cálculos, deixando que lucre, com seu prejuízo, o proprietário”. O outro item estipulava que o diretório deveria fazer o que estivesse ao seu alcance para evitar que os operários entrassem em concorrência pelas mesmas obras. Além disso, o diretório deveria pedir auxílio às autoridades públicas para bloquear o acesso ao mercado de trabalho a indivíduos sem profissão e aos que tivessem um ofício, mas praticassem outra atividade para a qual não tinham qualificação.

O partido deveria, ainda, guardar os direitos constitucionais de seus filiados e familiares e defendê-los quando eles fossem presos “por pequeno distúrbio, por ofender a moral ou por desrespeitar as autoridades públicas”, momento em que o presidente do diretório distrital entraria em entendimento com a autoridade, desculpando-se com ela pelo fato ocorrido, e procuraria, “por boas maneiras”, “conseguir a soltura do delinquente”. O dirigente do partido deveria fazer o registro da ocorrência e do nome do filiado envolvido, tentaria dissuadi-lo de seu comportamento delituoso, sendo-lhe negada defesa nos casos de terceira reincidência, ocasião em que o diretório central deveria ser notificado de uma eventual pronúncia.

Em sua seção final, a *Lei Orgânica do Partido Operário do Estado Federado da Bahia* declarava-se de acordo com o regime da “República Democrática Federativa dos

Estados Unidos do Brasil”, e se colocava à disposição para, na medida de suas forças, auxiliar aos poderes públicos nas “reformas completas e radicais” que proporcionariam a “grandeza do país”. Daí que o diretório deveria apresentar, em todos os pleitos eleitorais, candidatos da classe operária, com vistas a representá-la e defender seus interesses. Declarava seu propósito de solidarizar-se com as demais classes sociais na busca do bem-comum, especialmente com a “distinta classe comercial, com a qual deve sempre procurar unificar-se na idéia”. Finalizava citando o estandarte do Partido Operário da Bahia: “partido da ordem, trabalho e progresso”, uma nítida influência positivista.

Esses elementos são claros indicativos de que, a exemplo de seus congêneres de outros estados, o Partido Operário da Bahia era uma organização multifacetada, que, além do papel de máquina política, reunia funções beneficentes, de caridade aos operários pobres e desvalidos, mutualistas, sindicais, de valorização dos ofícios e de controle sobre os preços das obras e da contratação de mão-de-obra, isto é, de regulação e controle de seu mercado de trabalho, o que evidencia que uma parte dos trabalhadores ainda nutria esperanças de manter ou galgar a condição de artesãos independentes.

Após a publicação da proposta de *Lei Orgânica do Partido Operário*, duas reuniões foram convocadas para discuti-la. A primeira foi convocada por Domingos Silva, segundo secretário do partido, e deveria ser realizada sexta-feira, 21 de novembro de 1890, às sete horas da noite, na Sociedade Montepio dos Artistas, tendo sido convidados “todos os artistas, operários e industriais”.⁸⁷ Em função da chuva, essa reunião foi remanejada para domingo, 30 de novembro de 1890, às onze horas da manhã, também na Sociedade Montepio dos Artistas, e seria presidida por Elysiario Elysio da Cruz.⁸⁸

Não obtivemos informações sobre as discussões acerca da *Lei Orgânica do Partido Operário*, tudo levando a crer que ela fora lida e aprovada sem muito debate, até porque estava em sintonia com o funcionamento e a prática da organização desde que fora criada. A sessão seguinte do Partido Operário ocorreu no dia 2 de dezembro de 1890, no Liceu de Artes e Ofícios, quando foi empossada a nova diretoria, com a audiência de mais de oitenta sócios, além do comendador Augusto Neiva e do governador Manuel Victorino.⁸⁹

⁸⁷ *Pequeno Jornal*, Salvador, 17 e 18 nov. 1890, p. 2.

⁸⁸ *Pequeno Jornal*, Salvador, 29 nov. 1890, p. 2.

⁸⁹ *Pequeno Jornal*, Salvador, 3 dez. 1890, p. 2.

As últimas reuniões importantes do ano ocorreram nos dias 14 e 21 de dezembro de 1890, quando foram discutidas as alterações que estavam sendo feitas nos artigos 205 e 206 do Código Penal que tornavam crime e estabeleciam penas de prisão e multa para os operários que atentassem contra o princípio da *liberdade de trabalho*, ou seja, que se associassem para fazer greve e piquete. A sessão de domingo, 21 de dezembro de 1890, realizada no salão nobre do Liceu de Artes e Ofícios, teve a participação de lideranças das duas facções, com destaque para o marceneiro José Polybio da Rocha, do tipógrafo Argemiro de Leão, do “artista” Prediliano Pereira Pitta, dos operários Roque de Araújo, Antonio Celso Leitão e Domingos Silva, além do jornalista do *Diário de Notícias* Raymundo Bizarria. A assembléia parece ter contado com uma audiência grande, e solicitações foram feitas para que todos se abstivessem de tratar de “política” e se ocupassem, apenas, do protesto que havia sido organizado contra aqueles que queriam “decretar medidas vexatórias e humilhantes” aos “homens do trabalho”.⁹⁰

O envolvimento do Partido Operário com as eleições seria retomado no início do ano seguinte. Já no dia 8 de janeiro de 1891, uma reunião da comissão central foi feita na Sociedade Montepio dos Artistas, às oito horas da noite, sob a presidência do alfaiate Elysiario Elysio da Cruz. O diretório deliberou que o partido apresentaria candidatos no pleito que seria realizado em 5 de fevereiro de 1891, quando seriam eleitos os deputados e senadores ao Congresso Constituinte Estadual. A chapa do Partido Operário era composta do operário Olavo José de Almeida, do pintor e desenhista Manuel Querino, do “artista” Constantino de Aquino Leite, dos marceneiros José Polybio da Rocha e Victorino José Pereira Junior e do industrial têxtil Antonio Francisco Brandão. Na nominata do Partido Operário para as o pleito de 5 de fevereiro constaria, ainda, o nome de Francisco Leôncio Ribeiro Sanches ao senado estadual, mas ele recusou a indicação. Fato importante de ser observado é que nesta chapa do Partido Operário havia nomes das duas facções em luta.⁹¹

Talvez se tratasse de uma tentativa de reconciliação entre as partes, mas é difícil saber o que de fato aconteceu. Dias depois, uma nota curta e seca foi publicada no *Jornal de Notícias* comunicando que o diretório da organização desistira de apresentar candidatos ao pleito de 5 de fevereiro de 1891, tal qual havia ocorrido na eleição de 15 de setembro de 1890. Muito provavelmente os grupos rivais não tenham chegado a um

⁹⁰ *Pequeno Jornal*, Salvador, 15 e 22 dez. 1890, p. 1-2; *Jornal de Notícias*, Salvador, 15 e 22 dez. 1890, p. 1.

⁹¹ *Pequeno Jornal*, Salvador, 8 e 9 jan. 1891, p. 1; *Diário da Bahia*, Salvador, 23 jan. 1891, p. 2.

acordo sobre os nomes que deveriam ser lançados candidatos, já que havia consenso quanto a participar das eleições.⁹²

A UNIÃO OPERÁRIA BAHIANA

Como vimos, as dissensões internas relacionadas às eleições de representantes para a Constituinte Nacional (1890) e Estadual (1891) levaram à cisão do Partido Operário da Bahia. A dissidência criou uma nova organização, na passagem de 1890 para 1891, à qual deu o nome de União Operária Bahiana. Os dissidentes, que já em agosto de 1890 começaram a realizar reuniões separadas do núcleo original do Partido Operário, tiveram a preocupação de formalizar sua separação não apenas mudando o nome de sua organização, mas também redigindo, discutindo e aprovando um novo estatuto.

É claro que, além das divergências relacionadas à participação nas eleições e à direção e controle político da entidade, havia outras questões que minavam a unidade do Partido Operário. Desde o início, uma das grandes polêmicas surgidas girava em torno da conveniência ou não de se criar uma tipografia própria com o objetivo de imprimir o jornal partidário. Em meados de junho de 1890, o tipógrafo Candido de Araújo Brizindor, um dos expoentes da dissidência, já editava um jornal intitulado *O Operário*, apresentado pelo *Jornal de Notícias* como órgão “defensor das classes operárias”.⁹³ Já naquele momento, anunciava-se a intenção de transformar o jornal numa empresa tipográfica, com capital de três contos de réis, dividido em seiscentas ações de cinco mil-réis, que só poderiam ser adquiridas por operários. Uma assembléia da classe operária seria convocada para discussão e deliberação sobre o assunto.⁹⁴ Mas o processo parece ter enfrentado dificuldades, pois em julho de 1890, os leitores são informados de que *O Operário* teve a sua publicação suspensa provisoriamente.⁹⁵

Candido Brizindor insistia que a direção partidária tinha que encampar sua idéia, mas a comissão central resistia ao empreendimento, apesar de reconhecer os “relevantes serviços prestados à causa do partido” pelo jornal *O Operário* e “os esforços feitos por

⁹² *Jornal de Notícias*, Salvador, 14 jan. 1891, p. 1.

⁹³ Não confundir com o periódico de mesmo nome que circulou a partir de 6 de julho de 1897, editado pelo industrial Luiz Tarquínio, e distribuído aos operários da Vila Operária da Companhia Empório Industrial do Norte. Em 1901, o referido industrial reuniu e publicou artigos de diversos números desse jornal em forma de opúsculo. Ver TARQUÍNIO, Luiz. *Preceitos morais e cívicos*. Bahia: Litho-Typographia L. H. Linguori, 1901.

⁹⁴ *Jornal de Notícias*, Salvador, 18 jun. 1890, p. 1.

⁹⁵ *Jornal de Notícias*, Salvador, 15 jul. 1890, p. 1.

este órgão de publicidade para levar a efeito a união da classe artística e operária”. Argumentava-se que a organização não dispunha de recursos para arcar com tal compromisso. Foi então que, segundo Domingos Silva, o tipógrafo Candido Brizindor e seus companheiros tentaram depor o alfaiate Elysiario Elysio da Cruz da presidência do Partido Operário.⁹⁶

O grupo de Candido Brizindor não desistira da idéia e resolveu colocá-la em prática na esteira dos acontecimentos que levaram à cisão do Partido Operário. Dessa forma, numa quarta-feira, 10 de setembro de 1890, foi feita uma reunião na Sociedade Filarmônica Luso-Guarani, na qual 49 subscritores da “Empresa Typográfica do Partido Operário”, isto é, da dissidência, representando 131 ações, após discutirem vários assuntos, nomearam uma comissão encarregada de formular uma proposta de estatutos para aquela empreitada jornalística. A comissão era composta dos “artistas” José Polybio da Rocha, Prediliano Pereira Pitta, Manoel Victorio da Ascensão, Clarimundo Ferreira e José Moreira Rios, e deveria apresentar os resultados de seu trabalho para discussão e aprovação numa assembléia de acionistas em oito dias.⁹⁷

Seja como for, não foi possível acessar nenhum número de *O Operário*, apenas a promessa, feita no *Pequeno Jornal* de 17 de janeiro de 1891, de que aquele “periódico dedicado aos interesses do Partido Operário” reapareceria em tempo breve.⁹⁸ Cerca de duas décadas depois, Manuel Querino citou uma passagem de uma das edições de *O Operário*, sugestiva de um certo desencantamento com a República:

Os operários nada mais têm a esperar dos antigos homens políticos, por quem foram sempre enganados e ludibriados, no tempo do Império; é preciso, portanto, que hoje que a nossa pátria comum atravessa nova fase que só o acaso lhe deparou, como em 1500 deparou aos navegantes lusitanos, cada classe procure viver por si, em matéria política.⁹⁹

Outros integrantes do Partido Operário publicaram jornais nos quais divulgaram suas idéias e projetos, a exemplo do “artista” Edistio Martins, que se associou a Pinheiro Viegas e Joviniano Costa para publicar, a partir de junho de 1890, *O Socialista*. Uma das transcrições de seu artigo-programa expunha um de seus objetivos:

⁹⁶ *Pequeno Jornal*, Salvador, 22 jan. 1891, p. 2.

⁹⁷ *Jornal de Notícias*, Salvador, 12 set. 1890, p. 1; *Diário da Bahia*, Salvador, 10 e 12 set. 1890, p. 3 e 1.

⁹⁸ *Pequeno Jornal*, Salvador, 17 jan. 1891, p. 1.

⁹⁹ QUERINO, Manoel R. *As Artes na Bahia* (Escorço de uma Contribuição Histórica). 2ª ed. melhorada. Salvador: Oficinas do Diário da Bahia, 1913, p. 162-176 (Movimento Operário na República).

Com todas as forças de que pudermos dispor, combateremos pela propaganda do socialismo, que é a idéia dominante dos povos modernos, a salvação das classes desfavorecidas da fortuna e o elevamento do trabalho humano.¹⁰⁰

A batalha pelo controle dos meios de comunicação e divulgação do ideário social e político a ser seguido, contudo, parece ter sido vencida pelo grupo fundador do Partido Operário. Com efeito, em meados de 1891, surgiu *A Voz do Operário*, tendo como redatores os operários construtores Domingos Francisco da Silva e Matheus Alves da Cruz Rocha. O periódico começou como órgão oficial do Partido Operário e transformou-se em jornal do Centro Operário da Bahia a partir de 1894, sendo publicado até, pelo menos, 1908.¹⁰¹



Manuel Raymundo Querino (1852-1923). Pintor e desenhista que integrou a Liga Operária Bahiana (1876), o Partido Operário da Bahia e a União Operária Bahiana (1890) e Centro Operário da Bahia (1893), além de ter sido conselheiro municipal de Salvador.

Fonte: RIBEIRO, Ismael. *A Voz do Operário Falando a Verdade*. s.c.p.,

¹⁰⁰ *Jornal de Notícias*, Salvador, 26 jun. 1890, p. 1.

¹⁰¹ Infelizmente, a coleção completa do jornal parece não ter sobrevivido.

Seja como for, os debates que resultaram na *Constituição da União Operária do Estado Federado da Bahia* começaram, pelo menos, em meados de outubro de 1890.¹⁰² Uma nova reunião foi convocada pelo alfaiate e coronel da Guarda Nacional Ismael Ribeiro dos Santos e deveria ser realizada na manhã de domingo, 2 de novembro de 1890, na Sociedade Filarmônica Luso-Guarani, que tinha sua sede localizada na Praça José de Alencar, no Pelourinho. Além disso, tal qual fizera o grupo do Partido Operário, o diretório da União Operária Bahiana decidiu nomear uma comissão de propaganda das idéias e do programa de sua organização. Esse comitê, que deveria focar suas ações principalmente junto à imprensa, era formado pelo pintor e desenhista Manuel Raymundo Querino, pelos tipógrafos Argemiro de Leão, Candido de Araújo Brizindor e José Bernardo da Cunha e pelo desenhista (depois, Bacharel em Direito) Guilherme Conceição Foeppel, ou seja, pelo núcleo central da dissidência.¹⁰³

Nos meses de novembro e dezembro de 1890, diversas reuniões do grupo que se chamaria União Operária Bahiana foram feitas com seus membros para discutir seu estatuto.¹⁰⁴ Em uma dessas sessões, realizada no domingo, 28 de dezembro de 1890, na Filarmônica Luso-Guarani, após uma consulta feita aos seus companheiros do Rio de Janeiro, os militantes dissidentes baianos conseguiram aprovar a última redação do que seria a *Constituição da União Operária do Estado Federado da Bahia*. Na mesma assembléia, foram lançados votos de louvor na ata da sessão ao marceneiro e capitão da Guarda Nacional José Polybio da Rocha, aos tipógrafos Argemiro de Leão e Manuel Martins da Cruz e ao “artista” Prediliano Pereira Pitta, o primeiro pela redação da Constituição e os últimos pelo parecer que deram sobre o documento. Por fim, uma comissão foi formada, composta pelo marceneiro José Polybio da Rocha, pelo alfaiate João Pessoa de Britto e pelo sapateiro Godofredo de Mattos, com a finalidade de interceder a favor de um operário da Fábrica Leite & Alves, que havia sido preso em função de uma suposta falsificação de cigarros daquela firma.¹⁰⁵

Também de modo idêntico ao que fora feito pelo núcleo original do Partido Operário, após a discussão e aprovação de seu estatuto, os membros daquela que seria a União Operária Bahiana tomaram a iniciativa de eleger um novo diretório. Uma assembléia operária foi convocada para uma manhã de domingo, 22 de fevereiro de

¹⁰² *Pequeno Jornal*, Salvador, 18 out. 1890, p. 1; *Diário da Bahia*, Salvador, 18 e 19 out. 1890, p. 3.

¹⁰³ *Pequeno Jornal*, Salvador, 30 e 31 out. 1890, p. 1-2; *Jornal de Notícias*, Salvador, 30 out. 1890, p. 1.

¹⁰⁴ *Pequeno Jornal*, Salvador, 28 e 29 nov. 1890, p. 1 e 2; *Pequeno Jornal*, Salvador, 4, 12, 15 e 22 dez. 1890, p. 1 e 2; *Jornal de Notícias*, Salvador, 20 dez. 1890, p. 1; *Diário da Bahia*, Salvador, 12 e 14 nov. 1890, p. 1 e 3.

¹⁰⁵ *Jornal de Notícias*, Salvador, 29 dez. 1890, p. 1.

1891, na Filarmônica Luso-Guarani, e uma comissão eleitoral foi constituída, composta pelos artistas Prediliano Pereira Pitta e Pedro de Alcântara dos Santos Almeida, pelo gráfico Fabio Camacho, pelo maquinista José Maria Leal e pelo desenhista Guilherme Conceição Foeppel, o primeiro na presidência e os demais como mesários.¹⁰⁶

Assim, às dez horas da manhã de domingo, 22 de fevereiro de 1891, “um grande número de operários” se reuniu na Sociedade Filarmônica Luso-Guarani e elegeu o novo diretório da futura União Operária Bahiana, que teria um mandato de um ano. A nova direção da dissidência foi formada pelo marceneiro José Polybio da Rocha (presidente), alfaiate João Pessoa de Britto (vice-presidente), desenhistas Manuel Raymundo Querino (1º secretário) e Guilherme Conceição Foeppel (2º secretário), sapateiro Severiano Godofredo de Mattos, alfaiate Elysiario Elysio da Cruz, maquinista José Maria Leal, tipógrafo Manuel Victorino da Ascensão, pedreiro Frederico Francisco da Silva Guimarães e alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos (vogais).¹⁰⁷

Elysiario Elysio da Cruz, que, como vimos, já ocupava a presidência da comissão central do Partido Operário, declinou do cargo para o qual havia sido eleito na reunião da dissidência, dizendo-se surpreso com tal indicação, negando legitimidade àquela reunião e ao seu diretório e reafirmando o efeito deletério, para a força e coesão do Partido Operário, do conflito deflagrado pelo grupo opositor. Em sua nota à imprensa, Elysiario da Cruz declarou não alimentar a “parvoíce de ser chefe ou presidente de fato do partido” e que “o partido operário não é uma sala de dança ou uma simples orgia, que procura divertir e brincar, como pensam alguns colegas”. Disse ainda que estava disposto a aceitar a liderança de um “chefe” que reunisse atributos como “reputação”, “influência”, “instrução”, “valor moral”, “independência”, “ilustração”, “posição social” e “tino político”, um sujeito que fosse capaz de ser um “defensor” da classe operária, alguém que garantisse o “futuro” dos trabalhadores e dirigisse seu “destino” com a “consciência e autoridade” necessárias. O modesto alfaiate Elysiario da Cruz dizia não ser ele o detentor de tais qualidades, capazes de inspirar confiança e união em toda a classe operária, e que, juntamente com os demais membros do diretório, estava disposto a passar a direção do Partido Operário a quem reunisse “capacidade” para o exercício de tal cargo.¹⁰⁸

¹⁰⁶ *Pequeno Jornal*, Salvador, 19 e 21 fev. 1891, p. 1 e 2; *Jornal de Notícias*, Salvador, 20 fev. 1891, p. 1; *Diário da Bahia*, Salvador, 22 fev. 1891, p. 1.

¹⁰⁷ *Pequeno Jornal*, Salvador, 23 fev. 1891, p. 2.

¹⁰⁸ *Pequeno Jornal*, Salvador, 25 fev. 1891, p. 2.

Diante da recusa de Elysiario Elysio da Cruz em aceitar o cargo para o qual fora eleito, o diretório da União Operária Bahiana convocou o operário gravador Paulo Cezar do Nascimento, que figurava como o imediato em votos.¹⁰⁹ Ao mesmo tempo, o diretório provisório convidou a classe operária e a imprensa para assistirem a uma assembléia de posse do diretório efetivo que acabara de ser eleito, a realizar-se no domingo, 29 de fevereiro de 1891, na Sociedade Filarmônica Luso-Guarani.¹¹⁰

Até então, as duas facções, apesar de separadas na prática, continuavam a convocar suas reuniões e publicar seus documentos na imprensa usando o nome de Partido Operário. A identificação do grupo fundador e da dissidência só era possível a partir das informações referentes aos nomes dos filiados que mais se destacavam em cada um dos lados das hostes operárias, dos lugares onde cada facção se reunia e das propostas que os diferentes grupos e militantes defendiam.

Isso mudou a partir de março de 1891. Diversos operários e membros do diretório recém-eleito da dissidência iniciaram um movimento propondo o abandono do nome Partido Operário e a adoção da nomenclatura que acabou prevalecendo, União Operária Bahiana. A proposta deveria ser discutida na assembléia de posse do novo diretório, no dia 11 de março de 1891, às 8 horas da noite, na sede da Sociedade Filarmônica Luso-Guarani, ocasião em que seria tratada, também, da questão do Banco Operário.¹¹¹ De fato, José Paulo Leite da Luz, um dos incorporadores do Banco dos Operários, compareceu à assembléia de posse do diretório e “deu as explicações necessárias sobre o mesmo banco, sendo em seguida subscritas muitas ações pelos operários presentes”.¹¹² Conforme facultava sua Constituição, após a posse, o diretório da União Operária fez outra reunião e nomeou o tipógrafo Argemiro de Leão “chefe” de sua comissão de propaganda.¹¹³

O diretório da dissidência, então, convocou uma assembléia da organização para a manhã de quarta-feira, dia 25 de março de 1891, no salão da Sociedade Filarmônica Luso-Guarani, ocasião em que a questão da nomenclatura a ser adotada seria discutida e resolvida.¹¹⁴ Naquela assembléia confirmou-se a adoção do nome União Operária Bahiana, já que os membros da dissidência “julgaram não trazer vantagens” à classe

¹⁰⁹ *Pequeno Jornal*, Salvador, 26 fev. 1891, p. 2.

¹¹⁰ *Pequeno Jornal*, Salvador, 27 e 28 fev. 1891, p. 2 e 1.

¹¹¹ *Pequeno Jornal*, Salvador, 7, 9 e 10 mar. 1891, p. 1 e 2; *Jornal de Notícias*, Salvador, 10 mar. 1891, p. 1.

¹¹² *Pequeno Jornal*, Salvador, 12 mar. 1891, p. 1; *Jornal de Notícias*, Salvador, 13 mar. 1891, p. 1.

¹¹³ *Pequeno Jornal*, Salvador, 14 e 20 mar. 1891, p. 1.

¹¹⁴ *Pequeno Jornal*, Salvador, 23 e 24 mar. 1891, p. 1 e 2; *Jornal de Notícias*, Salvador, 23 mar. 1891, p. 1.

operária a manutenção da consigna Partido Operário. Além disso, o tipógrafo Argemiro de Leão, uma das principais lideranças da União Operária, “ocupou-se largamente do movimento atual das greves”, assunto sobre o qual voltaremos a falar no Capítulo IV.¹¹⁵

Quanto à *Constituição da União Operária do Estado Federado da Bahia*, apesar de ter sido aprovada em assembléia geral da dissidência no dia 28 de dezembro de 1890, sua publicação só foi feita nas edições do *Pequeno Jornal* de 4 e 6 de abril de 1891. É possível que a demora se devesse à indefinição sobre a nomenclatura da organização que surgiu da dissidência. Apesar das diferenças de forma, não há discrepâncias essenciais entre a *Constituição da União Operária* e a *Lei Orgânica do Partido Operário*. O documento da dissidência apresentava a nova organização como “agremiação e unificação de todos os operários, artistas e artífices” da Bahia e tinha por fins “desenvolver as artes, os ofícios e as indústrias”, “pugnar pelos direitos e interesses de cada indivíduo pertencente a qualquer destas classes e cooperar para o bem geral do proletariado”. Para a consecução de tais fins, a União Operária recorreria a “todos os meios lícitos ao seu alcance”, que iam da “propaganda pela imprensa”, realização de “conferências públicas”, promoção da “educação literária e artística dos seus agremiados” até “tomar parte em todas as eleições políticas a que se procederem neste estado, apresentando candidatos seus, que, eleitos, pugnem pelos direitos e interesses” dos “operários, artistas e artífices” da Bahia.¹¹⁶

Há uma ênfase, pois, na promoção da instrução como mecanismo de aquisição da cidadania política, ou seja, como meio de os trabalhadores se qualificarem eleitores e candidatos e, assim, poder intervir no processo político. E isso não era sem razão. A participação nas eleições estava minuciosamente regulamentada pela *Constituição da União Operária*. Assim que se aproximasse a data de qualquer pleito, fosse “estadual, municipal ou paroquial”, o diretório deveria expedir circular a todas as comissões diretoras dos núcleos paroquiais de Salvador e dos centros de agremiação do interior, solicitando que eles fizessem a indicação de nomes de “operários, artistas e artífices de suas respectivas localidades que reúnam as qualidades precisas para bem-desempenharem o mandato de que forem investidos”. Após receber as listas, o diretório organizaria as chapas dos candidatos, “contemplando somente operários, artistas e artífices”, e as submeteria à apreciação de assembléias de agremiados em toda a Bahia,

¹¹⁵ *Jornal de Notícias*, Salvador, 26 mar. 1891, p. 2; *Pequeno Jornal*, Salvador, 28 mar. 1891, p. 1.

¹¹⁶ CONSTITUIÇÃO DA UNIÃO OPERÁRIA DO ESTADO FEDERADO DA BAHIA. *Pequeno Jornal*, Salvador, 4 e 6 abr. 1891, p. 2.

convocadas exclusivamente para esse fim. Não havendo questionamentos, as chapas seriam recomendadas ao eleitorado por meio da grande imprensa.

O leitor deve atentar para uma inflexão ideológica ou uma mudança tática adotada pela dissidência, posto que, no início do conflito, esta facção não vetava, às pessoas de fora da classe operária, o exercício de cargos de direção na organização. Tanto sim que o industrial Gonçalo José Pereira Espinheira foi empossado presidente do Partido Operário pelos dissidentes em meados de 1890, sob o protesto veemente do grupo fundador.

De acordo com as mesmas disposições estatutárias, o diretório da União Operária seria composto por onze membros, sendo um presidente, um vice-presidente, dois secretários e oito vogais. Ao diretório era facultada a prerrogativa de nomear uma comissão efetiva, de sua confiança, para fazer a propaganda da organização através da imprensa. Essa comissão poderia ter um número ilimitado de membros, mas seu “chefe” obrigatoriamente teria que ser integrante do diretório. A esse respeito, vale a pena lembrar que o membro do diretório indicado para chefiar a comissão de propaganda da União Operária foi o tipógrafo Argemiro de Leão.

Os estatutos da União Operária estabeleciam que a eleição do diretório seria feita por escrutínio secreto, sempre no dia 15 de junho ou no primeiro domingo seguinte, para um mandato de um ano, devendo os eleitores sufragar uma lista com os nomes completos dos candidatos e seus respectivos cargos, ganhando a chapa que obtivesse a maioria dos votos dos agremiados das paróquias da capital e dos centros de agremiação do interior. Os sócios das localidades interioranas, porém, tinham que estar presentes em Salvador no momento do pleito, além de serem obrigados a apresentar alguns documentos comprovantes de sua filiação à entidade e de sua própria identificação pessoal. Feita a apuração dos votos, a chapa vencedora seria empossada pelo 1º secretário da gestão anterior, que também lhe passaria todos os documentos e papéis pertencentes ao arquivo da União Operária. Nos casos em que os procedimentos eleitorais consumissem tempo demasiado para a realização da posse no mesmo dia, a investidura seria feita no primeiro domingo após a eleição.

Segundo a Constituição da União Operária, em todas as deliberações, o presidente do diretório só teria o *voto de qualidade*, podendo, porém, em casos urgentes, “despachar certos papéis”, sem prejuízo de ulterior deliberação do diretório em suas reuniões ordinárias, realizadas semanalmente, ou da assembléia da União Operária. Além do instrumento do *ad referendum*, ao presidente do diretório também era dada a

prerrogativa exclusiva de representar a União Operária em suas correspondências com autoridades do Estado e da União e com outras associações e instituições. Ao presidente do diretório caberia, ainda, a presidência das assembléias, zelando pela ordem nas sessões e garantindo que ninguém fugisse do assunto pautado ou dirigisse palavras ofensivas a outrem. Restrições de cunho extremamente subjetivas e sujeitas à manipulação eram postas para a eleição dos membros do diretório, a exemplo da disposição que estabelecia que qualquer agremiado que obtivesse maioria de votos poderia ser empossado, “contanto que não lhe falem as qualidades de aptidão, desenvolvimento intelectual quanto baste para uma boa administração, e tenha dedicação às classes agremiadas, provadas por atas”, um claro mecanismo posto para filtrar, política e ideologicamente, e dificultar a renovação dos quadros dirigentes da organização.

O mesmo documento instituíra que o diretório seria “solidário em seus atos” e que ele só poderia ser destituído de seu mandato nos casos em que ficasse comprovada a violação das disposições estatutárias da organização. Para isso, seria necessário que, no mínimo, dez comissões diretoras convocassem uma assembléia extraordinária, ouvissem a defesa do diretório sob suspeição e convencessem dois terços dos agremiados da entidade da culpa dos referidos dirigentes. Concluída a difícil tarefa de convencimento da assembléia, o diretório seria destituído, uma comissão provisória seria indicada e esta organizaria uma nova eleição para o diretório efetivo. Os despojados de seus cargos ficariam dois anos sem direitos políticos na entidade e os votos que acaso lhes fossem dirigidos seriam considerados nulos.

De modo idêntico à estrutura organizacional do Partido Operário, que possuía comissões paroquiais e municipais / locais, a Constituição da União Operária também previa a existência de núcleos operários em cada paróquia de Salvador, dirigidos por uma comissão formada por um presidente e outros quatro membros, e centros de agremiação nas comarcas, também dirigidos por um presidente e mais quatro membros. Tanto os núcleos das paróquias soteropolitanas, quanto os centros de agremiação das comarcas interioranas deviam sua nomeação e ficavam subordinados ao diretório, de quem receberiam instruções e a quem se reportariam em suas correspondências, inclusive relatórios circunstanciados sobre o seu movimento. Ao diretório era permitido, também, organizar regulamentos para as comissões diretoras dos núcleos operários das paróquias da capital e centros de agremiação das comarcas, podendo, inclusive, modificá-los, quando as circunstâncias o exigissem.

Por fim, os estatutos da União Operária previam a realização de um congresso operário anual, ao qual caberia realizar reformas nas disposições estatutárias da organização, e estabelecia que o diretório poderia nomear, entre os seus membros, conforme suas aptidões e contando com a “coadjuvação” de seus agremiados, comissões para tratar de assuntos relevantes, a exemplo dos que dissessem respeito à “estatística e instrução técnica”, “legislação, reformas urgentes, tribunal das greves e outras questões”, “finanças, bancos e montepios”, “criação e manutenção de um jornal” e “doutrinas e princípios políticos da União”.

AS CONEXÕES ENTRE SALVADOR E O RIO DE JANEIRO

O fato é que as duas facções operárias baianas buscavam se ligar ideológica e até organicamente aos dois partidos operários principais do Rio de Janeiro, inclusive assimilando e combinando diferentes propostas e táticas de ambos em solo baiano, a exemplo do Banco Operário que, originalmente, havia sido pensado e posto em prática pelo tenente José Augusto Vinhaes, líder do CPO, mas, acabou sendo encampado, também, pelos partidários do tipógrafo Luiz da França e Silva na Bahia.

Já vimos que o Club União dos Artistas Republicanos de Pirajá, fundado logo após a proclamação da República, sob a presidência provisória do “artista” Manuel do Nascimento de Jesus, declarou lealdade política ao Partido Operário do tipógrafo Luiz da França e Silva. Como já tivemos a oportunidade de demonstrar, o aparente insucesso dessa primeira organização política da classe operária baiana sob o novo regime não resultou em desânimo. Em meados de 1890, em sintonia com o que ocorria na capital federal, um Partido Operário fora fundado na Bahia em relação direta com o do tipógrafo Luiz da França e Silva.

As conexões entre o Partido Operário da Bahia e a organização do tipógrafo Luiz da França e Silva podem ser percebidas na memória construída sobre o assunto pelo então operário da construção civil, capitão da Guarda Nacional e fundador do Centro Operário e do Círculo Católico na Bahia, Domingos Silva. Segundo ele registrou, no dia 18 de julho de 1890, a comissão central do Partido Operário da Bahia recebera um telegrama do Rio de Janeiro, no qual era informada que J. Roberto Kinsmann Benjamin, “chefe do Partido Operário Brasileiro”, estaria indo para a Europa,

e que no dia 20 de julho de 1890 passaria pelo porto de Salvador.¹¹⁷ Elysiario da Cruz, então, convocou a seus companheiros das comissões paroquiais e, juntos, fizeram uma subscrição e prepararam uma “simples recepção, em vista da escassez de tempo”. Em companhia dos operários Francisco Pedro do Bomfim e Domingos Silva, Elysiario Elysio da Cruz dirigiu-se ao Barão de São Marcos, inspetor do Arsenal de Marinha, e lhe pediu auxílio na homenagem que planejava fazer. O inspetor, então, emprestou-lhe um “vaporzinho elegantemente preparado, e também o Arsenal para desembarque e embarque do esperado chefe”.¹¹⁸

Domingos Silva anotou que “o ato daquele emérito militar, satisfazendo no todo, sem o menor interesse, a súplica de três operários pequenos, porque sua classe até então não tinha a energia de recomendá-los, mais uma vez atestou o verdadeiro amor pela classe operária, e o valor dos seus sentimentos patrióticos”. Deferência fora prestada, também, ao coronel Argollo, que ceder a banda do 16º Batalhão para que ela tocasse na sessão magna que seria realizada no salão nobre do Club dos Maquinistas.¹¹⁹

A chegada de Kinsmann Benjamin ocorrera às 9 horas da manhã do dia 20 de julho a bordo de um paquete. Assim que o sinal foi dado, o vaporzinho cedido pelo barão de São Marcos com os membros do Partido Operário baiano a bordo saiu do Arsenal de Marinha e foi recepcionar o convidado no Forte de São Marcelo. A comissão de recepção, presidida por Elysiario da Cruz, entregou um buquê de cravos a Kinsmann Benjamin e o convidou à terra, o que foi prontamente aceito. O desembarque aconteceu no Arsenal de Marinha, onde o conviva foi recebido em meio a “estrepitosos vivas”. Em função de o Elevador Lacerda estar lotado de populares, que acompanhavam o préstito, a subida à Cidade Alta foi feita pela Ladeira da Conceição. Ao chegar ao Largo do Teatro São João, a banda do 16º Batalhão já estava executando “bonitas marchas”.¹²⁰

A festa continuou até o Club dos Maquinistas, onde aconteceu a sessão magna, presidida pelo próprio convidado. O coroamento ocorreu no Hotel Bonaux, local onde foi servido um “modesto lanche” e foram feitos “muitos brindes, vivas e saudações em profusão”. O embarque de Kinsmann Benjamin ocorreu às quatro horas da tarde e Domingos Silva reputou o evento como “um dos espetáculos que mais honraram, que

¹¹⁷ Na realidade, a chefia de Kinsmann Benjamin sobre o Partido Operário era apenas simbólica / honorífica. Ele era um representante da New York Life Insurance Company que se aliara ao tipógrafo Luiz da França e Silva, e seu prestígio político na capital federal nem de longe correspondia às honrarias que lhe foram prestadas na Bahia.

¹¹⁸ *Pequeno Jornal*, Salvador, 4 fev. 1891, p. 3.

¹¹⁹ *Pequeno Jornal*, Salvador, 4 fev. 1891, p. 3.

¹²⁰ *Pequeno Jornal*, Salvador, 4 fev. 1891, p. 3.

mais enobreceram e que muito distinguiu a classe operária”. O líder operário baiano chegou mesmo a ressentir-se da falta de cobertura da imprensa a um acontecimento por ele considerado único na história da classe operária da Bahia.¹²¹

Mas não apenas o núcleo original do Partido Operário da Bahia mantinha relações com o tipógrafo Luiz da França e Silva. Os dissidentes também estabeleceram contatos estreitos com o Partido Operário do Brasil. Prova disso é que, quando França e Silva organizou o Congresso Operário Nacional, também conhecido como Primeiro Congresso Socialista Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, de 1º de agosto a 5 de setembro de 1892, a União Operária Bahiana enviou representação. Após algumas reuniões e discussões no mês de junho de 1892, feitas no Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, da qual tomaram parte, entre outros, os operários Caetano de Mattos, Prediliano Pereira Pitta, Anastácio Vicente Vianna, José Polybio da Rocha, Guilherme Conceição Foeppel e Tertuliano Guimarães, indicou-se os nomes do pintor e desenhista Manuel Raymundo Querino e do tipógrafo Argemiro de Leão, este último já residente no Rio, como delegados da Bahia no conclave.¹²²

Uma comissão foi formada, presidida pelo “artista” Prediliano Pereira Pitta, com o objetivo de indicar, preliminarmente, o que deveria ser apresentado no conclave. Entre os pontos a serem defendidos pela delegação baiana, estavam: a) “dia normal de 8 horas de trabalho”; b) “criação de bancos com ações de pequeno valor, sendo acionistas os operários”; c) “criação de um jornal operário de propaganda em cada estado, a fim de que o operário tenha verdadeira intuição de seus direitos”; d) “criação de escolas profissionais em todas as cidades, quer pelo governo, quer pela iniciativa particular, a fim de serem aperfeiçoados os nossos produtos”; e) “criação de uma caixa de socorros mútuos para socorrer os operários que se invalidarem no trabalho”; f) “neutralidade completa em tudo que possa afetar responsabilidade política”.¹²³

Veremos mais desse ideário social no Capítulo IV, mas, é interessante notar que, em suas lembranças, Manuel Querino não produziu um juízo muito positivo dos trabalhadores da capital da República, fazendo o oposto em relação aos seus conterrâneos:

O operariado do Rio de Janeiro, mais amigo dos cafés e
mais afeiçoado às modas do que sociável, pouca importância

¹²¹ *Pequeno Jornal*, Salvador, 4 fev. 1891, p. 3.

¹²² *Diário da Bahia*, Salvador, 8 jun. 1892, p. 2; *Pequeno Jornal*, Salvador, 15, 21 e 22 jun. 1892, p. 2; *Jornal de Notícias*, Salvador, 18, 20, 21 e 22 jun. 1892, p. 2, 2, 1 e 1.

¹²³ *Diário da Bahia*, Salvador, 23 jun. e 17 jul. 1892, p. 2 e 1; *Jornal de Notícias*, Salvador, 16 jul. 1892, p. 1.

ligou aos interesses vitais da coletividade; pois, ganhando na razão do esforço produzido, satisfeitas suas necessidades, tudo o mais corre bem. Aqui, porém, as coisas andam melhores: existia a orientação do que dizia respeito às necessidades da ocasião, discutiram com proveito o problema da grandeza do trabalho, pela emancipação dos trabalhadores; as condições econômicas relacionadas com a carestia dos gêneros de primeira necessidade, mesmo porque, o que sempre acontece é o seguinte:

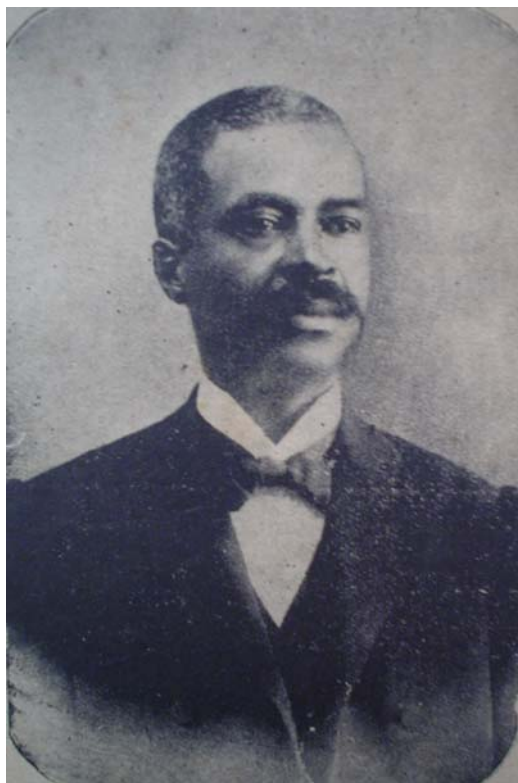
A classe operária, aceitando a proteção direta ou indireta do poder público, deixa que este absorva sua liberdade, perdendo, ao mesmo tempo, sua independência política, pela melhoria passageira de um bem-estar econômico, aparente e instável.¹²⁴

Seja como for, apesar de ter deixado poucos vestígios e de ter sido praticamente ignorado pelos estudiosos, que não lhes dedicaram mais que umas poucas linhas esparsas e diluídas em meio a textos que trataram do movimento socialista no Brasil, é preciso reconhecer que o Congresso Operário Nacional de 1892, organizado pelo tipógrafo Luiz da França e Silva, teve sua importância. Provavelmente, seu legado mais importante tenha sido a criação do Partido Operário do Brasil, não por uma solidez ideológica e organizativa ou mesmo por uma longevidade que essa entidade nunca teve, mas pelo seu programa. O objetivo de aglutinar as dezenas de clubes, centros e partidos operários e socialistas que existiam espalhados pelo Brasil numa única organização de base nacional não foi alcançado, mas os 41 pontos, publicados no jornal carioca *O Socialista*, constituía-se no mais amplo e minucioso documento de seu tempo, apontando para questões centrais da política e da vida operária.

O programa do Partido Operário do Brasil defendia, entre outras coisas, a realização de eleições diretas para todos os cargos eletivos pelo sufrágio universal e sua revogabilidade pelo mesmo sistema; o direito de votar e de ser votado para todos os indivíduos que atingissem a maioridade civil; imposto único direto sobre salários e rendimentos; instrução primária, técnica e secular, gratuitas e obrigatórias; “completa liberdade de consciência, de pensamento, de imprensa, de reunião, de associação e de locomoção”; criação de bolsas de trabalho; exclusão dos patrões e proprietários da administração das sociedades operárias; proibição do trabalho infantil (menores de 12 anos); jornada de trabalho normal de 8 horas / dia, menor que 8 horas nos setores insalubres e de 5 horas no noturno; salário mínimo que atendesse às “necessidades da

¹²⁴ QUERINO, Manoel R. *As Artes na Bahia* (Escorço de uma Contribuição Histórica). 2ª ed. melhorada. Salvador: Oficinas do Diário da Bahia, 1913, p. 162-176 (Movimento Operário na República).

vida social”; “garantia de todos os direitos civis e políticos à mulher”; e imposto sobre heranças.¹²⁵



Ismael Ribeiro dos Santos (1857-1931). Alfaiate, coronel da Guarda Nacional, conselheiro municipal de Salvador e presidente do Centro Operário da Bahia nos quadriênios de 1899-1903 e 1907-1911.
Fonte: RIBEIRO, Ismael. *A Voz do Operário Falando a Verdade*. s.c.p., 1930.

A EMERGÊNCIA DO CENTRO OPERÁRIO DA BAHIA

A partir de meados de 1893, as duas facções operárias baianas em luta tenderam a um reagrupamento. O grupo fundador do Partido Operário da Bahia e a dissidência vinculada à União Operária Bahiana se re-alinharam para fundar uma nova organização, o Centro Operário da Bahia, uma entidade que já nascera sob o signo do conflito e da disputa interna, mas que, objetivamente, foi hegemonizada, no início, pelo séquito do operário construtor e capitão da Guarda Nacional, Domingos Francisco da Silva.

¹²⁵ O programa do *Partido Operário Brasileiro* de 1892 foi reproduzido em CARONE, Edgar. *O movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1981, p. 304-308; e em *O SOCIALISMO NO BRASIL*. Seleção e Introdução Evaristo Moraes Filho. Brasília: UnB / Câmara dos Deputados, 1979, p. 240-243.

Assim, uma reunião foi marcada pela autoproclamada “comissão da classe operária” para domingo, 18 de junho de 1893, no Liceu de Artes e Ofícios, para a qual foram convocados “todos os artistas, operários e proletários”.¹²⁶ Domingos Silva redigiu um longo “*Manifesto aos dignos Artistas, Operários e Proletários do Estado da Bahia*”, no qual concitava seus companheiros a lutarem por uma república social, baseada na igualdade, sem oligarquias, sem privilégios e sem influência dos ricos.¹²⁷

Junto a esse *manifesto*, sobre o qual falaremos mais no Capítulo IV, foi encaminhado à Câmara dos Deputados da Bahia um ofício, datado de 1º de julho de 1893, no qual era informada a criação, na reunião do dia 18, de uma “Comissão Provisória”, que, com a denominação de Centro Operário da Bahia, organizaria, unificaria e representaria, por meio de uma *Lei*, a classe operária baiana. A comissão provisória era composta de 21 operários, sobressaindo os nomes dos operários que haviam fundado o Partido Operário, a exemplo de Elysiario Elysio da Cruz e Domingos Silva, apresentado como presidente, mas também apareceram os nomes daqueles que aderiram à União Operária Bahiana, a dissidência do Partido Operário, caso de Ismael Ribeiro dos Santos, doravante expoente da facção rival à de Domingos Silva no interior do Centro Operário.¹²⁸

Uma reunião dessa comissão executiva do Centro Operário da Bahia foi feita na noite de quinta-feira, 27 de julho de 1893, momento em que outra comissão se formou, sendo composta pelos operários Domingos Silva, Virgílio Francisco Coelho, Ubaldo José de Oliveira Couto, Matheus Alves da Cruz Rocha e Aypio José Vianna, sendo encarregada de “estudar e terminar a lei da organização de classe”.¹²⁹ Até o final do ano, outras sessões do Conselho Executivo e assembléias gerais foram feitas, sem que o quadro delineado fosse alterado.

Pode-se dizer que, do ponto de vista da dinâmica do movimento operário, a reunião do dia 18 de junho de 1893 foi o marco real de fundação do Centro Operário da Bahia. Porém, sua formalização e instalação solene só ocorreram no dia 6 de maio de 1894, numa grande assembléia realizada no Teatro Politeama Bahiano, à qual se fizeram presentes cerca de cinco mil operários, além de “todo o mundo oficial” e de

¹²⁶ *Jornal de Notícias*, Salvador, 13 jun. 1893, p. 2.

¹²⁷ SILVA, Domingos. “Manifesto aos dignos Artistas, Operários e Proletários do Estado da Bahia”. APEB, Seção Legislativa, Câmara dos Deputados, Ofícios Recebidos e Expedidos (1891-1894), *livro 1187*.

¹²⁸ APEB, Seção Legislativa, Câmara dos Deputados, Ofícios Recebidos e Expedidos (1891-1894), *livro 1187*.

¹²⁹ *Jornal de Notícias*, Salvador, 29 jul. 1893, p. 1.

representantes das diferentes associações existentes em Salvador à época. De fato, a presidência provisória dos trabalhos foi confiada ao conselheiro José Luiz de Almeida Couto, intendente municipal de Salvador, e depois ao Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, governador da Bahia, uma prática que pode ter sido informada pelas antigas formas de controle que o Governo Imperial impunha às sociedades mutualistas.

Isto porque, as sociedades de auxílio-mútuo, surgidas desde a primeira metade do século XIX, foram objeto de ingerência e regulamentação, por parte do Estado, a partir de 1860, com a Lei nº 1.083, de 22 de agosto de 1860, e o Decreto nº 2.711, de 19 de dezembro de 1860. Esses dispositivos permitiam, até mesmo, que a presidência das associações de socorros mútuos fosse exercida pelo presidente de província, e seus estatutos teriam que ser lidos e aprovados pelo Conselho de Estado. É possível que esse rigoroso controle que o Estado exercia sobre as sociedades mutualistas tenha pavimentado o caminho para as íntimas relações entre as autoridades e as lideranças desse associativismo daí por diante, constituindo-se em solo fértil para a construção das redes de clientelismo que atravessaram o século XIX e tiveram continuidade no XX.¹³⁰

De todo modo, na sessão de assembléia geral do dia 6 de maio de 1894, promulgou-se a *Constituição do Centro Operário do Estado da Bahia*, sendo o operário construtor Domingos Francisco da Silva aclamado seu primeiro presidente, o que atesta o crescimento de sua liderança, já que nas origens do Partido Operário o papel de maior destaque coube ao alfaiate Elysiario Elysio da Cruz. O Centro Operário foi instalado inicialmente em um prédio na antiga rua Direita do Palácio (depois rua Chile), e sua primeira diretoria refletia a tentativa de reconciliar as duas facções rivais, o que fica evidente pela assimilação de Ismael Ribeiro dos Santos, principal adversário de Domingos Silva a partir de então.¹³¹

¹³⁰ Essa legislação sofreu mudanças no período posterior, inclusive com um relativo relaxamento do controle estatal. Ver, por exemplo, o Decreto nº 5.112, de 17 de outubro de 1872, a Lei 3.150, de 4 de novembro de 1882, e o Decreto 8.821, de 20 de dezembro de 1882. Para uma avaliação dessa legislação e das relações entre o Estado e esse associativismo, ver: SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas* (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940). 574 f. 2004. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004; LUCA, Tania Regina de. *O sonho do futuro Assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo / Brasília: Contexto / CNPq, 1990.

¹³¹ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, p. 344-351, 2 jul. 1923. Edição Especial do Centenário; CONSTITUIÇÃO DO CENTRO OPERÁRIO DO ESTADO DA BAHIA. *Diário da Bahia*, Salvador, 8, 9 e 17 jun. 1894. A primeira diretoria ficou assim constituída: Domingos Silva (presidente); Ubaldo José de Oliveira Couto (vice-presidente); José Pereira de Lacerda (1º secretário); Tertuliano Francisco da Silva Guimarães (2º secretário); Elysiario Elysio da Cruz; Virgílio Francisco Coelho; Anacleto Dias da Silva; Matheus Alves da Cruz Rocha; Ismael Ribeiro dos Santos; Edistio Martins; Francisco Lopes Nuno; Eloy Aleixo Franco; Wenceslau Telles da Silva; João Damasceno Alves da Costa; Pedro Augusto da Silva; José Maria da Rocha Argollo; Braulino Baptista

A *Constituição do Centro Operário do Estado da Bahia*, promulgada em 6 de maio de 1894, foi publicada nas edições dos dias 8, 9 e 17 de junho de 1894 do *Diário da Bahia*, o antigo órgão do Partido Liberal, do qual fizera parte o conselheiro José Luiz de Almeida Couto, sendo depois o jornal oficial do Partido Republicano Federalista sob o novo regime. Ela consagrava uma estrutura organizativa interna muito semelhante às adotadas pelo Partido Operário da Bahia e pela União Operária Bahiana, sendo, pois, quase um decalque dos elementos constitutivos das regras do sistema político brasileiro surgido com a República, especialmente no que tange às eleições.¹³²

Com efeito, a *Constituição do Centro Operário da Bahia* apresentava-o como um ente que falaria “em nome da união, prosperidade e garantias dos seus membros”, assegurando o “desenvolvimento das artes, ofícios e indústrias” e aglutinando as “classes artística, operária e proletária”. Do mesmo modo que ocorrera nas duas entidades que o antecederam, o Centro Operário da Bahia possuía um núcleo do qual se irradiavam as principais decisões. Esse centro político decisório era chamado de conselho executivo do Centro Operário, composto de 21 membros, inclusive um presidente, um vice-presidente, 1º e 2º secretários. Em cada paróquia dos municípios, inclusive na capital, haveria conselhos paroquiais do Centro Operário. As paróquias que tivessem dois distritos teriam o mesmo número de conselhos paroquiais. Os conselhos paroquiais teriam nove membros, inclusive um presidente, um vice-presidente, 1º e 2º secretários. Em cada vila, cidade ou comarca do interior do estado que tivesse um grupo de operários dispostos a aderir à entidade seria organizado um conselho filial do Centro Operário. A direção dos conselhos filiais teria quinze membros e a mesma estrutura do conselho central e dos conselhos paroquiais. Os conselhos paroquiais só seriam formados quando possuísem cem operários agremiados ou mais por paróquia, ao passo que era exigido um mínimo de cinquenta trabalhadores filiados para que fosse fundado um conselho filial.

Todos os cargos seriam eletivos, com mandatos de quatro anos, a contar da data da posse, que deveria ser feita trinta dias após a eleição, a ser marcada com pelo menos quinze dias de antecedência. Só poderiam votar os operários filiados e que estivessem quites com suas mensalidades. O sufrágio seria feito por uma chapa constando os nomes de todos os candidatos e seus respectivos cargos, do mesmo modo que ocorria nas

Ferraz; Fortunato José do Espírito Santo; Francisco Salles dos Santos; Américo Ludgero Chaves; João Ferreira de Mendonça (vogais).

¹³² CONSTITUIÇÃO DO CENTRO OPERÁRIO DO ESTADO DA BAHIA. *Diário da Bahia*, Salvador, 8, 9 e 17 jun. 1894.

eleições institucionais, só podendo “ser eleito e ocupar qualquer cargo do Centro Operário o agremiado associado que viver da profissão e estiver em dia com seus compromissos”. Os “poderes” dos “novos eleitos” precisavam ser “reconhecidos” pelos que tivessem terminado seus mandatos, uma incrível semelhança com o esquema vigente na Primeira República por meio do qual a Câmara dos Deputados controlava sua própria renovação a partir da “comissão de verificação de poderes”, promotora das famosas “degolas”.

As mesmas disposições estatutárias do Centro Operário definiam, entre as muitas atribuições do conselho executivo, organizar um tribunal de arbitragem, composto de nove membros, com a finalidade de dirimir conflitos entre operários e proprietários, uma clara influência do pensamento do tipógrafo Luiz da França e Silva. A direção deveria organizar, também, uma tabela de preços de obras, com especificações quanto à idade e ao sexo do operário, bem como, quanto à duração do trabalho. Os valores deveriam estar em sintonia com a variação cambial e dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Este segundo ponto é um traço típico de sindicatos de ofício com pretensões de regulamentar, proteger e até controlar o mercado de trabalho em benefício de seus filiados por meio do chamado *closed shop*, e, como vimos, já estava presente na *Lei Orgânica do Partido Operário*. O Centro Operário deveria, por fim, lutar pela jornada de trabalho de oito horas, começando às oito da manhã e terminando às dezesseis horas, sem redução dos salários, e combater o emprego de menores de dez anos e de mulheres casadas ou viúvas de sócios em “trabalhos forçados por necessidade”, bandeiras igualmente defendidas pelos integrantes do Partido Operário da Bahia e da União Operária Bahiana.

A *Constituição do Centro Operário* estabelecia, ainda, que essa organização deveria oferecer curso “primário”, “secundário”, “acessório” e “técnico”, um ponto que, certamente, era tributário das preocupações que aqueles militantes sociais manifestaram, desde 1890, com a instrução enquanto mecanismo de aquisição da cidadania política. O Centro deveria criar, também, uma biblioteca, uma filarmônica e uma orquestra; estabelecer uma tipografia para uso dos oficiais sócios e para a impressão do jornal *A Voz do Operário*; criaria uma casa de recolhimento de menores pobres e de órfãos de operários para serem treinados como aprendizes de um ofício; uma segunda casa de recolhimento destinada a abrigar os operários filiados vítimas de invalidez, velhice ou doença; uma caixa de socorros para operários acometidos de moléstia ou invalidez,

auxílio funerário e pensão para viúvas em casos de morte¹³³; assistência judiciária nos litígios envolvendo operários na condição de inocentes ou perseguidos; criação de uma caixa operária, mediante a expedição de ações de dez mil-réis, com capital de um mil contos de réis, que poderia ser ampliado de acordo com a necessidade, acessível aos operários de ambos os sexos, tendo fundo, gestão e regulamento próprios e objetivando a construção de casas de tamanho regular, que deveriam ser alugadas ou vendidas a operários, o que sem dúvida alguma constituía uma novidade no leque de *serviços* prestados pelas sociedades de socorros mútuos no Brasil.

A mesma norma previa a realização de um congresso operário a cada três anos, em Salvador, a contar da data da instalação definitiva da organização. O evento deveria ser dirigido pelo conselho executivo e contar com a participação de delegações de todos os conselhos filiais, sendo convocado com antecedência de sessenta dias por meio da imprensa. O congresso operário teria entre os seus objetivos “tomar as medidas que julgar consentâneas para o adiantamento geral dos operários, levantando as artes, os ofícios e as indústrias, e respeitando as leis federais e estaduais”. Além disso, o conclave poderia realizar reformas na Constituição do Centro Operário, tendo em vista a “conveniência” e a necessidade de adequação de suas disposições aos “nossos hábitos e costumes”.

Por fim, o documento que deveria nortear a conduta e as ações dos membros do Centro Operário criava uma distinção entre os filiados, que poderiam ser agremiados ou associados. O primeiro pagaria 2\$000 de jóia e \$500 de mensalidade, ao passo que o último teria que desembolsar uma jóia de 5\$000 e mensalidades de 1\$000. Suspeitamos que a distinção estava relacionada à extensão ou não de direitos políticos na entidade aos seus membros, mas isso não fica totalmente esclarecido. De todo modo, nos dois casos, a filiação era antecedida por uma investigação da conduta do candidato na sociedade, e ele só adquiriria seus direitos legais após um ano de contribuição, perdendo-os após seis meses de inadimplência. Além disso, a *Constituição do Centro Operário* instituía outras três ordens de sócios: benfeitores, beneméritos e honorários, “sendo indiferente a classe a que pertençam, desde que, pelos serviços prestados à sociedade, tornem-se dignos de qualquer distinção”. Distinção, aliás, era feita, também,

¹³³ A concessão e manutenção das pensões às viúvas estavam expressamente condicionadas por restrições morais, como se pode ver pelo art. 15, § 7º: “Provado que a viúva não tem meio nenhum de vida, o Centro será obrigado a dar-lhe uma pensão mensal de 25\$000, sendo de 50\$000 no caso de morte, ficando ainda o mesmo Centro obrigado a aumentar os socorros, logo que seus recursos assim permitam, deixando, porém, de ser aplicadas estas disposições se chegar ao conhecimento do Centro que a viúva casou-se ou não vive honradamente”. Grifos nossos.

aos operários que tomassem parte da primeira eleição do Centro Operário, pois receberiam o tratamento de “fundadores”, e seus nomes seriam “gravados em um livro especial”, o que, certamente, valia-lhes algum capital político.

Logo após os atos de fundação, feita com a pompa e beneplácito das elites estaduais, a liderança do Centro Operário da Bahia buscou revestir a nova organização de uma legitimidade mais ampla. Para tanto, ainda no dia 6 de maio de 1894, Domingos Silva enviou um telegrama ao “íncrito marechal” Floriano Peixoto, no qual fez um relato da solenidade de instalação do Centro Operário, congratulou-se com aquela autoridade pela “vitória sobre a revolução” e solicitou “apoio” para o empreendimento político que liderava na Bahia. O telegrama terminava com proclamações de “Viva a República” e “Viva a igualdade”.¹³⁴

Decerto, os sucessos político-militares do marechal Floriano Peixoto mencionados por Domingos Silva se refiram à Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul, e à Revolta da Armada, no Rio de Janeiro, deflagradas entre 1893 e 1894. Mas esses dados tomados isoladamente não dizem muito. O que é importante pôr em relevo é a natureza do governo de Floriano Peixoto (1891-1894) e o significado da busca de seu “apoio”. Em seu trabalho, Lincoln de Abreu Penna sustentou que o *florianismo* nasceu da Revolta da Armada. A população do Rio de Janeiro, tradicionalmente habituada a se abster da política institucional, identificou-se com o marechal Floriano em sua contenda com o oficialato da Marinha de Guerra, principalmente depois que seus poderosos navios começaram um incessante bombardeio da capital federal, forçando um grande contingente populacional a se deslocar para os subúrbios nos trens da Central do Brasil. Quanto mais os insurretos usavam suas canhoneiras contra o Distrito Federal, mais empurravam a população para o lado daquele que personificava a defesa da cidade. E a defesa da cidade, para a população pobre do Rio, constituía-se na defesa de um espaço conquistado a duras penas. Perfilando-se ao presidente, a população do Rio de Janeiro imaginava defender a República contra as tentativas de restauração monárquica, ou seja, contra a ordem que os excluía. Foi então que surgiram duas tendências que terminaram por se constituir em base política e social do marechal Floriano Peixoto: o florianismo de governo, representado por Francisco Glicério e o

¹³⁴ *Diário da Bahia*, Salvador, 28 jun. 1894, p. 1.

PRF, e o florianismo de rua, composto pelos estratos médios urbanos mais pobres e por jovens oficiais do Exército.¹³⁵

O florianismo se caracterizava por ser antioligárquico e por um nacionalismo e uma xenofobia exacerbados, principalmente contra a colônia portuguesa, o que se explica pelo envolvimento do governo português no acoitamento, em suas embarcações, dos oficiais da Armada do Brasil que se levantaram contra o governo brasileiro. Os estratos populares viam no “marechal de ferro” alguém que poderia exercer os poderes da República para colocá-los ao serviço da coletividade. Floriano era alguém que garantiria a co-participação popular nas grandes decisões nacionais. A própria origem social e regional de Floriano, um sujeito pobre e nordestino, bem como sua conduta simples e acessível aos cidadãos mais humildes, colaboravam para essa imagem de governante permeável às demandas dos mais pobres. Floriano foi associado à República e esta foi associada à entrada em cena dos que sempre haviam sido excluídos, tanto política quanto socialmente. Ao defender e demonstrar sentimentos positivos em relação ao Marechal, o povo o fazia também em seu interesse.¹³⁶

Os motivos para essa associação não eram apenas políticos, pois Floriano se mostrou sensível aos problemas relacionados à carestia de vida, ao açambarcamento de alimentos, às péssimas condições de habitação dos trabalhadores e dos pobres e à especulação imobiliária, tomando medidas visando o controle de preços do comércio varejista e atacadista e dos cortiços, atividades controladas pelos portugueses na cidade do Rio de Janeiro.¹³⁷ Portanto, é perfeitamente possível que as saudações à República e à igualdade, proclamadas por Domingos Silva no referido telegrama enviado a Floriano Peixoto, estivessem imbuídas desse sentido de personificar no Marechal o novo regime que acabara de ser instituído. Provavelmente, o que se queria era comprometer esse novo regime com o sonho de uma República Social. Voltaremos a esse assunto, mais adiante.

Nesse primeiro momento de existência do Centro Operário era preciso edificar a nova organização na prática. Por duas razões, essa tarefa foi facilitada. Em primeiro lugar, porque a estrutura organizativa prevista na Constituição do Centro Operário da Bahia não o diferenciava substancialmente das duas entidades que o antecederam. Na

¹³⁵ PENNA, Lincoln de Abreu. *O progresso da ordem: o florianismo e a construção da República*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997, principalmente o capítulo 3.

¹³⁶ PENNA, Lincoln de Abreu. *O progresso da ordem...*

¹³⁷ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da república*. Jacobinismo: ideologia e ação, 1893-1897. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 250-252.

realidade, aquela forma de organização era ideal para o tipo de jogo político no qual o Centro Operário se envolvera e já estava assimilada por sua base social. Em segundo lugar, mas não menos importante, os objetivos gerais das três instituições – do Partido Operário da Bahia, da União Operária Bahiana e do Centro Operário da Bahia – tão pouco se distinguiram, apesar da ampliação notável do leque de metas a serem perseguidas por este último. Intervir no jogo político institucional, isto é, nas eleições, visando conquistar reformas sociais e acumular ganhos para a classe operária que estava se formando, eis o objetivo desta que foi uma das mais sólidas correntes a atuar no movimento operário baiano.

Com efeito, teve início, então, um grande esforço para formar os conselhos paroquiais nos bairros de Salvador e os conselhos filiais nas vilas e cidades do interior da Bahia, procedendo-se à filiação dos trabalhadores em torno de antigas e novas lideranças operárias. Já no dia 27 de maio de 1894, o artista Euzébio Pecegueira presidiu uma assembléia com “grande número de operários”, na qual foi lida a Constituição do Centro Operário e fundado o Conselho Paroquial da Freguesia de Pirajá.¹³⁸ Já o “proyecto artista” e capitão da Guarda Nacional, Manuel Friandes, dirigiu uma sessão de assembléia dos trabalhadores do 2º Distrito de Santana, realizada no domingo, 10 de junho de 1894, às 9 horas da manhã, em sua residência, sendo eleito presidente do Conselho Paroquial daquela localidade. Segundo uma missiva enviada à imprensa por um anônimo operário, o nome de Manuel Friandes fora indicado graças ao fato de ele ser um “artista honrado”, recomendado por sua “honestidade”, “amor ao trabalho” e “exemplar dedicação em favor da prosperidade da sua classe”.¹³⁹ O presidente do conselho provisório do Distrito dos Mares também convocara uma reunião para domingo, 17 de junho de 1894, às 10 horas da manhã, em uma das salas da Fábrica Martins Fernandes (cigarros), com a finalidade de eleger os membros do conselho paroquial definitivo.¹⁴⁰

Na noite do último domingo de agosto de 1894, chegara o momento da freguesia da Penha. O ato, presidido pelo “artista” Bento Luiz dos Santos, fora feito no Colégio Pereira, que ficara “repleto de operários e cidadãos de outras classes”. O presidente do Centro Operário, Domingos Silva, fez uma conferência de uma hora e meia, espaço de tempo no qual “tratou de pontos essenciais para o bem-estar da classe operária da

¹³⁸ *Diário da Bahia*, Salvador, 30 mai. 1894, p. 1.

¹³⁹ *Diário da Bahia*, Salvador, 9 e 10 jun. 1894, p. 2 e 3.

¹⁴⁰ *Diário da Bahia*, Salvador, 15 e 16 jun. 1894, p. 2 e 1.

Bahia”. Entre os temas discutidos pelo operário construtor, destaque especial fora dado à “educação dos operários, da sua união e do amor ao trabalho”. Domingos Silva disse, ainda, que “o 13 de maio libertara o homem, mas não o espírito e que o 15 de novembro, trazendo a República e entregando ao povo grandes liberdades e garantias, até hoje não tinha lhe oferecido os meios para bem se aproveitar”. O último aspecto tratado foi uma análise do “modo porque são presos e detidos os operários e desenvolveu os pontos capitais que constituem os fins do Centro”.¹⁴¹

Essa dinâmica se reproduziu em todos os bairros de Salvador, com conselhos paroquiais sendo fundados uns após os outros, um claro traço de continuidade em relação ao modo como se estruturou o Partido Operário. Já no início de fevereiro de 1895, o Centro Operário convocou eleições para o conselho executivo e para os conselhos paroquiais. O pleito deveria ser realizado nos dias 10 e 24 de março de 1895.¹⁴² Em ofício enviado à Câmara dos Deputados da Bahia, datado de 30 de maio de 1895, o artista José Pereira de Lacerda, 1º secretário da entidade, informou que 1.523 agremiados sufragaram os dirigentes que teriam mandatos para o quadriênio de 1895-1899. Ao todo, foram 183 operários eleitos, sendo 21 do conselho executivo e 162 de 18 conselhos paroquiais em Salvador (Sé, São Pedro, Conceição da Praia, 1º e 2º distritos de Santana, Rua do Paço, Pilar, 1º, 2º e 3º distritos da Vitória, 1º e 2º distritos de Santo Antônio, Brotas, Mares, Penha, Pirajá, Itapuã e Cotegipe). As solenidades de posse e comemoração do primeiro aniversário do Centro Operário seriam realizadas no salão nobre do Liceu de Artes e Ofícios, sob a presidência do Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, governador da Bahia.¹⁴³

Além dos agremiados do Centro Operário, convites foram feitos às autoridades civis e militares, aos representantes do poderes legislativos municipal, estadual e federal, ao intendente, às “corporações civis e religiosas”, à imprensa e ao povo em geral, para comparecerem à missa em ação de graça que seria celebrada na Igreja de São Pedro dos Clérigos, padroeiro da entidade, também no dia 5 de maio de 1895, às 10 horas da manhã, antes das solenidades oficiais de posse.¹⁴⁴ Até mesmo uma grande

¹⁴¹ *Jornal de Notícias*, Salvador, 1 ago. 1894, p. 1.

¹⁴² *Jornal de Notícias*, Salvador, 4 fev. 1895, p. 1.

¹⁴³ APEB, Seção Legislativa, Câmara dos Deputados, Ofícios Recebidos e Expedidos (1895-1896), livro 1189.

¹⁴⁴ *Jornal de Notícias*, Salvador, 3 mai. 1895, p. 2; APEB, Seção Legislativa, Câmara dos Deputados, Ofícios Recebidos e Expedidos (1895-1896), livro 1189.

passeata pelas ruas do Centro de Salvador foi feita na noite do dia 6 de maio de 1895 em comemoração ao primeiro aniversário de fundação do Centro Operário.¹⁴⁵

Mas, além da significativa mobilização operária para fundar os 18 conselhos paroquiais de Salvador, esforços foram envidados, também, para a criação de vários conselhos filiais no interior da Bahia, idêntico procedimento ao que fora feito para expandir os tentáculos do Partido Operário a outros centros urbanos do estado. Em Maragogipe, cidade com grande concentração operária das fábricas de charutos, a fundação do conselho filial ocorreu na noite do dia 7 de outubro de 1894, no salão das sessões do Paço Municipal. O Conselho Executivo do Centro Operário enviou uma comissão, formada pelos operários Domingos Silva, José Pereira Lacerda, Ismael Ribeiro dos Santos e Leopoldo Magno Teixeira, para aquela cidade do Recôncavo Baiano, onde encontraram com o “artista” Sabino Vieira de Carvalho. A assembléia de fundação do Conselho Filial de Maragogipe contou com a “presença de mais de duzentos cidadãos pertencentes às diversas classes sociais” da cidade, inclusive do intendente municipal, coronel Antonio Felipe de Mello, e de representantes do promotor público, do comissário de polícia, das redações de *Nova Era* e *Democrata*, da Sociedade Montepio dos Artistas, da Sociedade Monte de Socorro, da Sociedade Filarmônica Terpsichore, da Filarmônica Dois de Julho, da Fábrica Dannemann & Cia. e da Fábrica de Charutos Lourenço Guerreiro.¹⁴⁶

Em Nazaré, ainda no dia 7 de outubro de 1894, foi feita uma assembléia na Sociedade Montepio dos Artistas com “grande número de operários”, sendo fundado o conselho filial daquela cidade.¹⁴⁷ No mesmo ano, ocorreu a fundação do Conselho Filial de Alagoinhas, uma cidade que contava com grande número de operários ferroviários. No ano seguinte, uma comissão do Centro Operário foi mandada para lá com o objetivo de tomar parte das comemorações do primeiro aniversário e da inauguração das aulas do curso primário e secundário. A comissão, composta pelos operários Ismael Ribeiro dos Santos, Francisco de Assis, Candido de Oliveira e Gabriel Soares, chegara à cidade no sábado, dia 16 de novembro de 1895, sendo recepcionada na estação ferroviária por Marcollino Vianna, o “inteligente e caprichoso artista” que presidia o Conselho Filial do Centro Operário. Uma missa foi realizada pela manhã e uma sessão solene foi feita na tarde de domingo, 17 de outubro de 1895, da qual tomaram parte o Intendente, o

¹⁴⁵ *Jornal de Notícias*, Salvador, 7 mai. 1895, p. 1.

¹⁴⁶ *Jornal de Notícias*, Salvador, 13 out. 1894, p. 3.

¹⁴⁷ *Jornal de Notícias*, Salvador, 27 out. 1894, p. 1.

presidente do Conselho Municipal, o comissário de polícia e “muitos cidadãos de todas as classes”, além do capitão Domingos Silva, presidente do Conselho Executivo do Centro Operário, e de José Pereira Lacerda, seu 1º secretário.¹⁴⁸ Na cidade de Areia, um Conselho Filial do Centro Operário também foi instalado no dia 1º de março de 1896, em meio a uma sessão de assembléia “muito concorrida”, à qual compareceu “crescido número de artistas e muitas pessoas de diversas classes”.¹⁴⁹ E assim sucedeu-se nos anos seguintes, não valendo a pena fazer um relato mais exaustivo do processo.

O que é importante ressaltar é que essa estrutura organizacional, como se pode ver, era um poderoso fator da formação de redes de clientelas, uma situação que se aprofundava quando percebemos que havia uma concentração excessiva de prerrogativas e atribuições em torno do sócio que ocupasse o cargo de presidente, inclusive com forte traço personalista. Aliás, essa não parece ter sido uma exclusividade do Centro Operário da Bahia, já que localizamos dispositivos semelhantes em outras sociedades operárias baianas fundadas entre meados do século XIX e 1930.

Além disso, os sócios benfeitores, beneméritos e honorários, em sua maioria, comerciantes, industriais, profissionais liberais e políticos tradicionais, tinham muitos “serviços” a “prestar” ao Centro Operário. O relatório da entidade, referente ao biênio de 1917-1919, dava conta da existência de 45 sócios beneméritos entre autoridades públicas, parlamentares, professores, médicos, farmacêuticos, advogados, engenheiros, militares, clérigos e comerciantes. Na longa lista, constavam os nomes do marechal Hermes da Fonseca, do senador J. J. Seabra, do governador Antonio Ferrão Moniz de Aragão, dos deputados federais Mário Hermes da Fonseca e João Augusto Neiva, do chefe de polícia José Álvaro Cova, do professor Torquato Bahia da Silva Araújo e outros. O conselheiro Braúlio Xavier chegou a ser agraciado com o título de presidente honorário do Centro Operário em 1913.¹⁵⁰

Eles desempenharam um papel-chave na estruturação de uma rede de clientelismo, por meio da qual a organização em tela, seus filiados e dirigentes beneficiaram-se de diversas formas. Os favores e benefícios conseguidos para a classe operária e suas organizações em troca de voto e apoio político iam desde assistência judiciária e consultas médicas até isenções de impostos e as crescentes subvenções

¹⁴⁸ *Jornal de Notícias*, Salvador, 22 nov. 1895, p. 2.

¹⁴⁹ *Jornal de Notícias*, Salvador, 23 mar. 1896, p. 1.

¹⁵⁰ CENTRO Operário da Bahia. Relatórios apresentados pelo Presidente do Conselho Executivo, Tenente Coronel Júlio Fernandes Leitão às Assembléias Gerais de 2 de abril de 1918 e 25 de abril de 1919 e nas mesmas aprovados. Referentes ao exercício de 1º de abril de 1917 a 31 de março de 1919. Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1919; *O Estado*, Salvador, 27 mai. 1913, p. 2.

estatais diretas, em dinheiro, que vinham das esferas municipais, estaduais e federais, conseguidas através daquelas figuras de prestígio e poder que integravam a máquina política do Centro Operário.¹⁵¹

TABELA 1
SUBVENÇÕES ESTATAIS RECEBIDAS PELO CENTRO OPERÁRIO DA BAHIA

ANO	VALOR		
	MUNICIPAL	ESTADUAL	FEDERAL
1896		Não identificado	
1898		2:000\$000	
1899		2:000\$000	
1900		2:000\$000	
1901		2:000\$000	
1902	500\$000	2:000\$000	15:000\$000
1907-1908			25:000\$000
1909			6:734\$318
1910			6:207\$060
1913	2:700\$000		23:325\$100
1915-1917			14:119\$094
1917-1919			13:329\$900
1919-1921			7:186\$100
1921		4:000\$000	
1922		10:000\$000	
1923		10:000\$000	
1924		10:000\$000	
1925		10:000\$000	
1926		20:000\$000	

Fontes: Relatórios do Centro Operário da Bahia (1902-1921); Leis e Resoluções do Estado da Bahia (1895-1925); Diário de Notícias, 15.07.1907, p. 1; 19 abr. 1909, p. 1; 8 abr. 1910, p. 1.

Porém, a situação do Centro Operário da Bahia não parecia ser um caso isolado, embora estejamos convencidos que fosse uma situação-limite. Senão vejamos. Em 12 de julho de 1901, uma comissão operária, representando onze sociedades mutualistas e beneficentes, enviou uma representação à Câmara dos Deputados da Bahia solicitando a manutenção, no Orçamento Anual do Estado, de uma subvenção que este lhes dava havia algum tempo. Neste documento, a comissão operária dizia-se "profundamente confiante nos esclarecidos espíritos" dos parlamentares baianos, posto que eles sempre pautaram seus atos pelo "patriotismo e filantropia" em prol do "bem-estar do povo" e lembrava que aquelas sociedades mutualistas assistiam a um incontável número de pessoas vítimas de doenças, viuvez, orfandade ou invalidez, o que as deixavam, quase

¹⁵¹ As modalidades de sócios benfeitores, beneméritos e honorários, com funções análogas às apontadas aqui, existiram nas sociedades operárias do século XIX e primeira metade do XX, sendo encontradas em pontos distintos do mundo, como as associações de auxílio mútuo dos italianos de São Caetano (SP) e as mutuals da Espanha. Ver: MARTINS, José de Souza. *Subúrbio*. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. 2ª ed., São Paulo: Hucitec; Unesp, 2002, p. 175-225 e RALLE, Michel. A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha (1870-1910). *Cadernos AEL*. Campinas, SP: Unicamp, v. 6, nº 10/11, p. 13-38, 1999.

sempre, em situação econômica deficitária. A representação argumentava, ainda, que naquele momento a Bahia passava por uma grave crise de abastecimento e confessava que era grande a inadimplência porque que a classe operária não dispunha de recursos para saldar, com regularidade, as suas obrigações junto às associações, que por isso passaram a sobreviver praticamente das subvenções do Estado. O documento terminava afirmando com todas as letras que as abaixo-assinadas não poderiam "viver sem as subvenções que dá-lhes o Estado", pois "tirar-lhes as subvenções é matar a maior parte delas, o que estamos certos não sucederá porque Vossas Excelências não deixarão de conceder-lhes o valioso apoio que o nosso Estado sempre prestou a estas instituições beneficentes, porque sempre reconheceu nas mesmas um elemento de ordem e progresso."¹⁵²

Esta é apenas mais uma, entre muitas evidências que encontramos no decorrer de nossas pesquisas, sobre a existência, na Bahia, de um padrão de organização operária de socorro mútuo legitimado e subvencionado pelo Estado. Sua linguagem, permeada por noções de que o Estado e suas autoridades tinham determinadas obrigações de proteção em relação aos trabalhadores e aos pobres em geral, é denunciadora da vigência, no alvorecer do século XX, de determinadas práticas e concepções paternalistas. As formas de legitimação dessas relações eram variadas, mas encontravam a sua expressão mais acabada no momento em que o Estado outorgava às organizações da classe operária o título de sociedades de utilidade pública, honraria que foi conferida a diversas sociedades mutualistas de trabalhadores que integravam a vasta clientela das facções oligárquicas baianas, e que funcionava como mecanismo de reconhecimento das mesmas enquanto mediadoras das relações que as autoridades mantinham com a classe operária.¹⁵³ Esse mecanismo funcionava também como elemento de legitimação da distribuição e recebimento de subvenções estatais, oriundas das várias esferas do poder público e a afirmação crua de que aquelas sociedades haviam desenvolvido uma

¹⁵² APEB, Seção Legislativa, *livro 951*. Eram as seguintes as sociedades: Sociedade Beneficente dos Alfaiates, Bolsa de Caridade, Sociedade Beneficente Bolsa dos Chapeleiros, Associação Typográfica Baiana, Sociedade União das Classes, Sociedade Filantrópica dos Artistas, Sociedade Protetora dos Desvalidos, Sociedade Montepio dos Artífices, Sociedade Montepio dos Artistas, Sociedade Montepio Geral da Bahia e Sociedade Humanitária das Senhoras.

¹⁵³ O Centro Operário da Bahia foi agraciado com tal distinção pela Lei nº 1.305, de 30 de maio de 1919. Sua concessão foi bastante rápida, tendo sido apresentado o projeto no dia 25/04/1919 na Câmara dos Deputados, aprovado nos 3 turnos daquela casa no dia 06/05, encaminhado ao Senado do Estado em 06/05, igualmente aprovado nos 3 turnos daquela casa no dia 26/05 e sancionado pelo governador Antonio Moniz no dia 30/05/1919. APEB, Seção Legislativa, *livros 59 e 908*; *Leis do Estado da Bahia do ano de 1919*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919.

dependência profunda dos recursos do Estado é a expressão do que estava acontecendo com muitas outras sociedades de trabalhadores.

Demonstramos, no Capítulo II, que a implantação do regime republicano, em Salvador, como em outros centros urbanos, gerou uma grande esperança de melhoria nas condições de vida e de trabalho na classe operária. Vimos que essa expectativa foi acompanhada de uma intervenção ativa dos trabalhadores nas primeiras eleições realizadas sob o novo regime, materializando-se na fundação do Partido Operário da Bahia, da União Operária Bahiana e do Centro Operário da Bahia. Essas entidades possuíam estruturas organizativas e de gestão sintonizadas com as regras do sistema político vigente à época. Até mesmo os conflitos entre as facções operárias que disputavam o controle daquelas organizações possuíam um padrão bastante similar ao que caracterizava as disputas interligárquicas. Isso nos levou a concluir que a fundação do Partido Operário da Bahia e da União Operária Bahiana, bem como a confluência das lideranças dessas duas organizações para uma terceira, o Centro Operário da Bahia, integravam um e mesmo processo, qual seja, o da montagem de uma máquina política operária na Primeira República. Mas, qualquer instituição, mesmo um partido político, é o produto da tensa relação dos indivíduos com a sociedade. É preciso, pois, saber mais sobre os sujeitos que atuaram naquela organização, a natureza e as formas de envolvimento deles com a política e com os políticos, seu perfil sócio-ocupacional e étnico-nacional, seu ideário social e a ampla rede associativa na qual estavam envolvidos, aspectos que serão desenvolvidos a seguir.

CAPÍTULO III

OS PERSONAGENS

Já não é possível a separação de castas, como na antiga Índia, nem de classes como no Império Romano; o proletariado já está plenamente convencido de que ele é igual em tudo à outra parte da sociedade, aos outros homens, que possui a mesma alma imortal, sopro e imagem de Deus, os mesmos sentimentos morais, a mesma matéria, e que por conseqüência tem o mesmo lugar no banquete social, que a Instrução e a Virtude devem unicamente ser seus guias para lhe marcarem este lugar no festim da vida.

O proletariado está convencido que os privilégios sociais e os preconceitos torpes são barreiras levantadas pelo Erro e pelo Crime contra a dignidade humana.

A humanidade não pode permanecer eternamente dividida entre infelizes e gozadores, em felizes e desgraçados. Ninguém pode negar ao operário a fraternidade e a igualdade, o desejo legítimo de se elevar moral e materialmente, a consciência ativa e progressiva de sua vontade. Seria isso dizer-lhe que ele é um ser à parte, que é composto de outro espírito e outra matéria, diferente em tudo, dos privilégios da sociedade, o que seria uma blasfêmia contra a Divindade e a natureza.

Ismael Ribeiro dos Santos, 1900.¹⁵⁴

Como dissemos no Capítulo II, a compreensão do comportamento dos membros do Centro Operário da Bahia não pode ser alcançada em toda a sua complexidade sem que antes consigamos saber quem eram aqueles homens, de que maneira se envolviam com a política e quais eram as forças que atuavam no interior daquela organização. Recuperar alguns elementos da biografia daqueles personagens não foi tarefa fácil. Uma fonte memorialística oficial de 1923 dava conta de que, em 1894, o Centro Operário possuía cinco mil membros.¹⁵⁵ Pelos relatórios da entidade, pudemos verificar que tal número caíra para quatro mil em 1900 e 1903, e que na década de 1910, a média de filiados passou a ser de mais ou menos mil. Em 1916, eram 996, passando para 999 em 1917, 1.033 em 1918 e 1.200 em 1919. Ainda assim, são números significativamente altos para a época.¹⁵⁶

¹⁵⁴ RELATÓRIO do Centro Operário da Bahia no Exercício Social de 6 de maio de 1899 a 31 de abril de 1900 apresentado pelo Sr. Ismael Ribeiro, Presidente do Conselho Executivo e aprovado em Assembléia Geral de 12 de agosto de 1900. Bahia: Tipografia Passos, 1900.

¹⁵⁵ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, p. 351, 2 jul. 1923. Edição Especial do Centenário.

¹⁵⁶ RELATÓRIO do Centro Operário da Bahia no Exercício Social de 6 de maio de 1899 a 31 de abril de 1900 apresentado pelo Sr. Ismael Ribeiro, Presidente do Conselho Executivo e Aprovado em Assembléia Geral de 12 de agosto de 1900. Bahia: Tipografia Passos, 1900; RELATÓRIO do Centro Operário da Bahia. Exercício Social de 6 de maio de 1902 a 30 de abril de 1903, apresentado pelo Sr. Ismael Ribeiro,

Nosso primeiro procedimento metodológico foi compor, então, uma lista dos sócios da entidade. Para tanto, usamos como fontes os já referidos relatórios, em geral anuais ou bianuais, nos quais encontramos os nomes completos dos dirigentes da organização, dos diretores eleitos / empossados, dos sócios socorridos, dos pensionistas, dos sócios falecidos, dos que foram integrados, dos que foram despojados de direitos políticos e sociais ou desligados por inadimplência ou por outra infração dos estatutos, além dos sócios benfeitores, beneméritos e honorários. Por meio de memórias, crônicas de época, almanaques, necrológicos¹⁵⁷, manifestos, editais, convites e convocatórias, nominatas de chapas concorrentes em eleições e matérias publicadas na imprensa sobre o assunto, pudemos ampliar aquela lista inicial, adicionando as primeiras informações sobre aqueles personagens.

O segundo passo que demos foi, de posse daquela lista, com um total de 1.176 nomes, verificar para quantos deles seria possível reunir informações suficientes para desnudar a real composição social do Centro Operário da Bahia. Fizemos, portanto, uma detalhada busca na Seção Judiciária do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), onde conseguimos localizar inventários *post-mortem*, testamentos, arrolamentos, partilhas amigáveis e cálculos para 197 integrantes do Centro Operário.

Presidente do Conselho Executivo e aprovado em sessão de Assembléia Geral de 3 de maio de 1903. Bahia: Imprensa Moderna de Prudêncio de Carvalho, 1903; RELATÓRIO do Centro Operário da Bahia. Exercício Social de 6 de maio de 1908 a 5 de maio de 1909, apresentado pelo Sr. Ismael Ribeiro dos Santos, Presidente do Conselho Executivo à Assembléia Geral e por esta aprovado em sessão de 20 de abril de 1910, sob a presidência do sr. Felipe Tranquilino de Castro. Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1910; RELATÓRIO da Associação Cooperativa Centro Operário da Bahia, do Exercício de 1º de abril de 1912 a 31 de março de 1913, Apresentado pelo Presidente do Conselho Executivo Prediliano Pereira Pitta, Aprovado em Assembléia Geral de 18 de maio de 1913. Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1913; CENTRO Operário da Capital do Estado da Bahia. Relatório Apresentado pelo Presidente do Conselho Executivo, Capitão João Pedro Rodrigues Lima, à Assembléia Geral em sessão de 1º de Maio de 1917 e na mesma aprovado. Referente ao Exercício de 1º de abril de 1915 a 31 de março de 1917. Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1917; CENTRO Operário da Bahia. Relatórios Apresentados pelo Presidente do Conselho Executivo, Tenente-Coronel Júlio Fernandes Leitão às Assembléias Gerais de 2 de abril de 1918 e 25 de abril de 1919 e nas mesmas aprovados. Referentes ao exercício de 1º de abril de 1917 a 31 de março de 1919. Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1919; RELATÓRIOS do Centro Operário da Bahia Apresentados pelo Coronel Eugenio Antonio Cardoso, Presidente do Conselho Executivo. Exercício de 1º de abril de 1919 a 31 de março de 1921. Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1921.

¹⁵⁷ Alguns órgãos da grande imprensa, a exemplo do *Jornal de Notícias* e da *Gazeta do Povo*, possuíam seções diárias intituladas “Falecimentos” e “Sufrágios”, esta última informando e convidando para a realização de missas de sétimo e trigésimo dia. Já o *Diário da Bahia*, e também o *Jornal de Notícias* em dado momento, possuíam uma coluna chamada “Necrologia”. Em todos os casos, conseguimos colher dados sobre o ofício, o local de trabalho, moradia e sepultamento, além da cor, a idade e a *causa-mortis* de grande número de filiados do Partido Operário da Bahia, da União Operária Baiana e do Centro Operário da Bahia. Isso foi particularmente de grande valia nos casos em que o associado era deveras pobre para fazer testamento ou ter seus bens inventariados, mas também foi importante para complementarmos informações sobre indivíduos para os quais havíamos achado fontes notariais.

Como se sabe, essas fontes notariais são reveladoras não apenas da realidade material de uma sociedade – seus sinais e níveis de riqueza e de pobreza - o que por si mesmo já é muito importante; em nosso caso, elas também foram importantes indicadoras da profissão ou ocupação exercida pelos atores em estudo, sua cor, naturalidade, nacionalidade, estado civil, filiação, suas estratégias, estilos e condições de vida e de trabalho, as redes de solidariedade em que estavam envolvidos, inclusive indicando, muitas vezes, as entidades religiosas, mutualistas, sindicais e políticas das quais tinham feito parte. Algumas vezes, anexos aos inventários, estavam os atestados de óbito dos falecidos. Em outras, havia certidões de nascimento de seus filhos, postas como meio de comprovação de paternidade e desfrute de espólio. Um terceiro tipo de documento anexo aos inventários, denominado carteira de identidade, expedido pelo Gabinete de Identificação e Estatística, um órgão vinculado à Secretaria de Polícia e Segurança Pública, continha informações detalhadas sobre o identificado: filiação, naturalidade, data de nascimento, estado civil, grau de instrução, profissão, estatura e cor, além de sua foto, o que permitiu verificar sutilezas entre a classificação de cor usada para os sujeitos e o fenótipo dos indivíduos fotografados. Em todas as situações, foi possível complementar, com novas informações, o perfil dos filiados do Centro Operário da Bahia.

Com o objetivo de reconstituir a rede associativa na qual aqueles sujeitos estavam envolvidos, cotejamos nossa lista de filiados do Centro Operário da Bahia com as que montamos para outras sociedades religiosas, mutualistas, recreativas, sindicais e políticas. Para isso, usamos os mesmos tipos de fontes com as quais montamos a relação de sócios do Centro Operário. Algumas daquelas organizações nos legaram listas com centenas e até milhares de sócios, a exemplo da Sociedade Protetora dos Desvalidos, da Sociedade Bolsa de Caridade do Arsenal de Guerra e da Associação Typográfica Bahiana. O resultado desse cruzamento de fontes também será demonstrado logo à frente.

Como dissemos anteriormente, de nossa amostra de 1.176 pessoas integrantes do Centro Operário da Bahia, conseguimos encontrar fontes notariais para 197 delas. Talvez a inexistência desse tipo de documento para os outros membros possa ser creditada ao fato deles serem tão pobres que não tinham nada a legar. Isso fortaleceria a idéia de uma organização essencialmente, embora não exclusivamente, operária. A segunda hipótese é a de que a documentação tenha sido extraviada, destruída, ou ainda, esteja indisponível, talvez em antigos cartórios. Essa também é uma possibilidade

plausível. Por fim, a idéia de que tivesse acontecido um pouco das duas coisas seja talvez a mais provável.

TABELA 2
COMPOSIÇÃO SOCIAL DO CENTRO OPERÁRIO DA BAHIA

Ocupação	Número Absoluto	Percentual
Artesão / Operário	444	75,4
Mestre / Empreiteiro de obras / Construtor	27	4,6
Funcionário público (municipal, estadual ou federal)	17	2,9
Comerciante / Negociante	13	2,2
Proprietário	3	0,5
Banqueiro / Financista	1	0,2
Industrial	4	0,7
Caixeiro / Empregado no comércio	3	0,5
Profissional liberal	66	11,2
Outro*	11	1,9
Total da amostra	587	100,0
Não identificados	589	
Total geral	1176	

Fontes: APEB, Seção Judiciária, Inventários e Testamentos; Necrológicos; Estatutos, Históricos, Atas, Relatórios e outros documentos do Partido Operário da Bahia, da União Operária Bahiana e do Centro Operário da Bahia; Memórias.

* Membros do clero, militares, rábulas.

A Tabela 2 mostra que o Centro Operário da Bahia, ou seja, a organização que surgiu da confluência das forças que atuaram no Partido Operário da Bahia e na União Operária Bahiana nos anos 1890-1893 foi uma entidade formada basicamente pelo setor qualificado da classe trabalhadora, isto é, pelos artesãos ou artífices. Dos 1.176 sujeitos relacionados em nosso banco de dados, conseguimos identificar a ocupação / profissão de 587 (49,9%) deles. Desta amostra, 444 (75,4%) faziam parte do grupo dos chamados “artistas”, ou seja, eram alfaiates, chapeleiros, sapateiros, ferreiros, funileiros, fundidores, douradores, maquinistas, tipógrafos, litógrafos, gravadores, impressores, encadernadores, ourives, pedreiros, carpinteiros, carapinas, marceneiros, marmoristas, pintores, desenhistas, armadores e outros. Se considerarmos que os que não tiveram seus ofícios identificados podem estar no grupo dos operários muito pobres para proceder à formalização de testamento, concluiremos, facilmente, que o mundo do

trabalho era ainda maior na entidade. Esses artesãos compunham o setor mais bem-remunerado, mais qualificado e com maior escolaridade formal da classe operária. Muitos deles possuíam suas próprias ferramentas e oficinas de trabalho, o que fazia deles uma fração de classe com maior autonomia e independência, maiores salários ou rendimentos, melhores condições de vida e com um maior poder de barganha junto aos patrões, impossibilitados de substituir uma mão-de-obra tão qualificada de modo rápido e eficaz, por exemplo, em momentos de greve. Esses atributos faziam desses operários, também, um grupo habilitado para o exercício dos direitos políticos, como eleitores e até como candidatos à ocupação de mandatos eletivos.



HOMENAGEM DO CENTRO OPERÁRIO DA BAHIA A ISMAEL RIBEIRO DOS SANTOS

Primeira fila, da esquerda para a direita: Francisco Amaro Gomes, Olavo José de Almeida, Anastácio Machado de Menezes, Felipe Tranquilino de Castro, Boaventura Gomes da Silva, José Balbino Falcão e Júlio Alves de Palma. Segunda fila: Paulino Lopes, Saturnino Manoel do Espírito Santo, João Pompílio de Abreu, Hilarino do Carmo e Silva, Francisco Boaventura Duplat, Boaventura João Diniz, Ivo Antonio Monteiro e Manoel Felipe do Bomfim. No alto: Terencio Aranha Dantas, Affonso João Maria de Freitas, Thomaz Gonsalves dos Santos, Samuel Alfredo de Castro, João Bernardino Soares de Albergaria e Ismael Ribeiro dos Santos em destaque

Fonte: RIBEIRO, Ismael. *A Voz do Operário Falando a Verdade*, 1930, p. 88-89.

Exemplos perfeitos de operários que lograram posições de respeito e integração social são os de Ismael Ribeiro dos Santos (1857-1931) e Domingos Francisco da Silva (1865-1914), figuras-chave no processo de fundação da organização em estudo. Como um grande número de seus companheiros, o pedreiro Domingos Francisco da Silva era

mestiço. Em 1890, ele integrou a direção do Partido Operário da Bahia, juntamente com o alfaiate Elysario Elysio da Cruz, o ferreiro Francisco Pedro do Bomfim e o carpinteiro José Maria de Souza. Em 1893, foi o principal articulador da fundação do Centro Operário da Bahia, sendo eleito o seu primeiro presidente. A patente de capitão da Guarda Nacional certamente deve ter funcionado como uma porta de entrada para a política no Império, mas, foi sob a República que Domingos Silva ocupou o cargo de auxiliar de obras públicas da Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas, entre 1896 e 1898, galgando a condição de “conhecido empreiteiro de obras” e ocupando vários cargos eletivos em Salvador, como o de juiz de paz e membro da junta distrital de Santana e o de conselheiro do Conselho Municipal da capital baiana. Por outro lado, Domingos Silva preservou elementos centrais da religiosidade, da cultura e da sociabilidade trazidas do Império, sendo irmão da Venerável Ordem Terceira do Rosário da Baixa dos Sapateiros, da Irmandade de São Benedito e da Irmandade da Conceição da Praia. Aliás, ele morreu no final da noite de segunda-feira, 13 de julho de 1914, vítima de arteriosclerose generalizada, sendo sepultado no dia seguinte no carneiro de número 67 da Irmandade de São Benedito, na Quinta dos Lázaros, o cemitério das irmandades religiosas.¹⁵⁸

O segundo personagem é o alfaiate pardo Ismael Ribeiro dos Santos, nascido na vila de São Francisco, na então comarca de Santo Amaro da Purificação, em 1857, “filho legítimo” de Ricardo Ribeiro e Felismina da Conceição dos Santos. Entre 1890 e 1893, Ismael Ribeiro foi dirigente do Partido Operário da Bahia e da União Operária Bahiana, tendo sido duas vezes presidente do Centro Operário da Bahia (quatriênios de 1899-1903 e 1908-1912) e membro da Federação Socialista Bahiana, além de ter sido sócio da Sociedade Cooperativa dos Alfaiates e da Sociedade Beneficente União dos Alfaiates. Ismael Ribeiro dos Santos possuía sua própria oficina de alfaiataria, o que lhe assegurava certa margem de orgulho e autonomia do ofício. Ele chegou a receber a investidura de capitão e depois de coronel da Guarda Nacional, conseguindo se eleger conselheiro municipal de Salvador no início do século XX.

O alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos era casado com Engracia Maria da Conceição Ribeiro. Ao cometer suicídio, em 8 de janeiro de 1931, deixou apenas uma

¹⁵⁸ APEB, Seção Judiciária, 1/390/753/5 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos); APEB, Seção Republicana, Documentação da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, caixa 2403, maço 216, doc. 987 (atual 1119); *Jornal de Notícias*, Salvador, 29 abr. 1907, p. 1; *Jornal de Notícias*, Salvador, 15 jul. 1914, p. 1 (Necrologia); *Jornal de Notícias*, Salvador, 16 jul. 1914, p. 1; *Diário de Notícias*, Salvador, 15 jul. 1914, p. 2 (Falecimentos); *Diário de Notícias*, Salvador, 16 jul. 1914, p. 2 (Enterros); *Gazeta do Povo*, Salvador, 16 jul. 1914, p. 2 (Falecimentos).

filha, a professora Tertuliana Ribeiro dos Santos Dutra, moradora na Ilha de Itaparica e casada com José Ferreira Dutra, seu procurador. A análise do volumoso maço de 224 páginas no qual consta o testamento e o inventário do antigo coronel da Guarda Nacional nos revela não apenas seu bom posicionamento socioeconômico, mas a ampla rede de solidariedade, compadrio e clientelismo construída e dirigida pelo alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos. Em seu testamento, feito pouco tempo antes de morrer e para o qual nomeou o Dr. João Pacheco de Oliveira seu testamentário e inventariante, o líder operário registrou que possuía cinco apólices federais, cada uma no valor de um conto de réis, e nada menos que quinze casas em Salvador e em Madre de Deus. Na capital baiana, eram nove casas no Distrito de Santana, sendo uma na Rua Ferreira França, nº 36; uma na Rua da Mangueira, nº 24; cinco no Beco dos Músicos, nº 1 a 5; e duas no Moinho do Tororó, nº 11 e 22. No Distrito do Pilar, eram três imóveis na Rua do Gasômetro; as três últimas habitações ficavam em Madre de Deus, sendo que duas delas eram edificadas em uma roça de 2,5 tarefas de terra, também de propriedade de Ismael Ribeiro dos Santos.

O círculo de amizade e compadrio contraído pelo alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos pode ser visualizado de modo mais acurado quando examinamos as disposições de seus últimos desejos, constantes de seu testamento. Nele, há indicações explícitas de quem eram os beneficiários de seu legado, especificando-se valores e justificativas para as doações. Entre as instituições beneficiadas, tínhamos o Educandário do Desterro, a Ordem Franciscana do Boqueirão, no Distrito de Santana, e o Abrigo dos Filhos do Povo, que receberiam, respectivamente, quinhentos mil-réis, um conto e três contos de réis. Ao famoso e popular rábula Cosme de Farias (1875-1972) foi deixado um conto de réis, “para fins de caridade”. Em “reconhecimento aos seus serviços médicos”, o Dr. Antonio Gonçalves Bastos foi beneficiado com três contos de réis, e suas duas filhas deveriam receber outros três contos de réis, cada. As meninas Yvonne e Enid, filhas de seu amigo João Pacheco de Oliveira, teriam direito a receber, cada uma, dois contos e quinhentos mil-réis, “como lembrança da boa camaradagem” que mantiveram com o finado.

Vários outros amigos, parentes e contraparentes foram listados para receberem alguma quantia em dinheiro ou mesmo alguma propriedade. Entre os afilhados, havia Margarida, filha de Izidoro Sacramento, com um conto de réis, e Jacob, filho de Joaquim Nunes, com quinhentos mil-réis. O amigo Silvestre Cancio e o compadre Calixto dos Santos, residente em Madre de Deus, receberiam seiscentos e quinhentos

mil-réis, respectivamente. Eufrosina Rios e Emília, parentes de sua mulher, foram contempladas com um conto de réis, cada uma, para que se lembrassem do alfaiate. Idalina, mulher de Manoel Santana, outra parente da esposa de Ismael, deveria receber um conto de réis. Os sobrinhos Lydio, Claudino e Fernando, filhos de Plínio dos Santos Passos, irmão de Ismael, constavam como beneficiários de dois contos de réis, cada um, e o pai dos meninos deveria herdar a casa de nº 18 da Rua do Gasômetro. As outras duas casas da Rua do Gasômetro, nº 18 A e 18 B, deveriam passar para a propriedade do amigo Raphael da Costa Lima, que também era alfaiate, e para a sobrinha C. Gomes dos Santos, moradora da Freguesia de Monte, no Recôncavo. Uma última casa, localizada no Moinho do Tororó, nº 22, foi doada a Odimasilia Thomé da Conceição.

O auto de partilha do espólio de nosso personagem, lavrado no dia 27 de maio de 1932, é uma poderosa evidência de quão enganadora pode ser a imagem de uma população negro-mestiça atirada à pobreza e à indigência errante no período pós-Abolição. Além de ter um ofício, ser proprietário de sua própria oficina, deter a patente de coronel da Guarda Nacional e ter se eleito conselheiro municipal de Salvador, essa liderança operária e socialista legou mais de 215 contos de réis, entre mobílias, apólices federais, cadernetas de poupança, imóveis, recursos resultantes da venda de bens e rendimentos derivados de aluguéis e investimentos. Ainda mais importante é assinalar que este pode ser um caso-limite, mas jamais um caso isolado. No decorrer deste texto, mostraremos que Ismael Ribeiro dos Santos era parte de um grupo social maior, e que seus companheiros partilhavam muitas características de seu modo de vida.¹⁵⁹

A figura do alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos é difícil de ser separada da do pintor e desenhista preto Manuel Raymundo Querino (1852-1923). Nascido em Santo Amaro da Purificação, região açucareira do Recôncavo Baiano, Querino era órfão e pobre, mas, por meio do estudo e de alguma ajuda de seu padrinho político, o Conselheiro Dantas, ele conseguiu vencer preconceitos de cor e de classe e se estabelecer socialmente, primeiro como artesão, depois como funcionário público. Manuel Querino serviu como capitão na Guerra contra o Paraguai e estudou no Liceu de Artes e Ofícios, para onde depois voltou como professor. Ele estava envolvido na mobilização que resultou na fundação da Liga Operária Bahiana, em 1876, e estava presente, também, na fundação do Partido Operário da Bahia, em 1890, nos conflitos

¹⁵⁹ APEB, Seção Judiciária, 6/2718/0/10 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos); *A Tarde*, Salvador, 8 jan. 1931, p. 8; *Jornal de Notícias*, Salvador, 4 mai. 1901, p. 1; *Diário de Notícias*, Salvador, 3 mai. 1906, p. 1; 2 mai. 1908, p. 1; 2 mai. 1903, p. 1.

que produziram a cisão dessa organização e deram origem à União Operária Bahiana, e nos primeiros anos de existência do Centro Operário da Bahia, criado em 1893. Querino escreveu diversos trabalhos e foi editor dos jornais *A Província* e *O Trabalho*. Tal qual Domingos Silva, seu adversário no movimento operário da época, Querino também ocupou um cargo na Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas. No final de 1918, ele requereu, ao secretário da Fazenda e Tesouro, o efetivo pagamento de uma gratificação adicional ao seu salário. Talvez derive disso o tratamento hostil que lhe foi dado em 1919, quando se argumentou que ele não poderia ser considerado representante da classe operária pelo fato de ser funcionário público e estar afastado do operariado.¹⁶⁰

Mas, além desses personagens centrais, é possível mencionar inúmeros casos de operários qualificados que se enquadram nesse setor. Um grande número deles era de pretos, a exemplo do ferreiro Adriano Ferreira do Sacramento (1870-1930)¹⁶¹, dos pedreiros Pedro Desiderio dos Santos (1867-1936)¹⁶², Gervasio Pereira da Silva (1849-1931)¹⁶³ e Manoel Francisco do Bomfim (1871-1948)¹⁶⁴, e do marceneiro Honorato Pedro do Bomfim (1852-1928)¹⁶⁵. Outra parte significativa desses artesãos era formada por mestiços, como o pedreiro João Porcino de Carvalho (1877-1929)¹⁶⁶, o carapina Francisco de Assis Gomes (1862-1928)¹⁶⁷ e o artista Antonio Bento Guimarães (1851-1907)¹⁶⁸. Outros foram classificados como pardos, sendo prova disso o alfaiate Alcino Alves de Souza (1877-1946).¹⁶⁹ Alguns destes artífices, porém, foram enquadrados como brancos, embora fosse situação minoritária. Como exemplos é possível mencionar o alfaiate Raphael Arcanjo da Costa Lima (1880-1945)¹⁷⁰ e o “artista” Alexandre Vieira dos Santos (1854-1937).¹⁷¹

¹⁶⁰ APEB, Seção Judiciária, 6/2697/0/17 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos); IGHBA, pasta 8, caixa 4, doc. 7, 1917; VIANNA, Antonio. Manoel Querino. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, nº 54, Seção Gráfica da Escola de Aprendizes, p. 305-316, 1928; Para uma reconstituição detalhada da trajetória de Manuel Querino, ver: LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Manuel Querino: entre letras e lutas*. Bahia: 1851-1923. 2004. Tese (Doutorado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

¹⁶¹ APEB, Seção Judiciária, 7/2988/ /19 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

¹⁶² APEB, Seção Judiciária, 9/3862/0/9 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

¹⁶³ APEB, Seção Judiciária, 3/914/1383/24 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

¹⁶⁴ APEB, Seção Judiciária, 6/2382/2882/12 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

¹⁶⁵ APEB, Seção Judiciária, 6/2362/2862/21 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

¹⁶⁶ APEB, Seção Judiciária, 3/892/1361/2 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

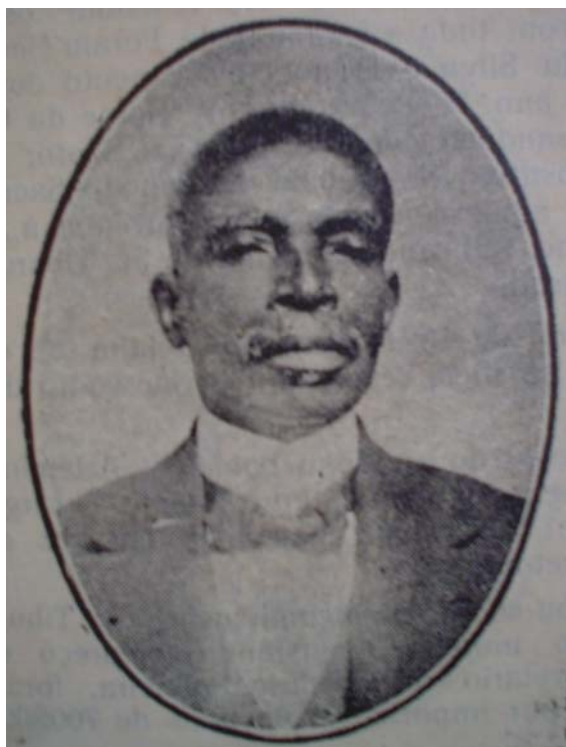
¹⁶⁷ APEB, Seção Judiciária, 6/2358/2258/11 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

¹⁶⁸ APEB, Seção Judiciária, 1/2338/647/07 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

¹⁶⁹ APEB, Seção Judiciária, 9/3886/0/7 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

¹⁷⁰ APEB, Seção Judiciária, 6/2600/3100/11 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

¹⁷¹ APEB, Seção Judiciária, 03/895/1364/08 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).



Júlio Alves da Palma. “Artista”, um dos dirigentes do Centro Operário da Bahia. Era, também, filiado à Sociedade Filantrópica dos Artistas, à Sociedade Bolsa de Caridade e à Sociedade Protetora dos Desvalidos.

Fonte: Histórico e Relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos 1832-1932. Apresentado pelo Presidente do Diretório Juvenino Silvino da Costa. Aprovado em Assembléia Geral de 7 de setembro de 1934. Exercício de 1931-1934. Bahia, 1934.

Alguns desses artífices, apesar da respeitabilidade e do *status* social relativamente elevado conferidos pelo ofício, não conseguiram se estabelecer economicamente. Bem representativa desse perfil é a figura do pedreiro mestiço Anastácio Machado de Menezes (1872-1909). Em 1909, por ocasião de sua morte, ele foi descrito pelo *Diário de Notícias* como um “hábil artista pedreiro”, “amante das idéias socialistas”, que “gozava de muita estima no seio da classe operária baiana”. O capitão da Guarda Nacional, apesar de solteiro, “deixou duas filhinhas, em tenra idade”, em “completa pobreza”, assim como a mãe das crianças, sendo esta, possivelmente, a razão de não encontrarmos seu inventário ou testamento.¹⁷²

Por ocasião daquela trágica noite de 4 de julho de 1909, o capitão Anastácio era primeiro secretário do conselho executivo do Centro Operário da Bahia, dirigente da Associação Unificadora dos Trabalhadores em Construção, sócio fundador da Federação Socialista Bahiana, pela qual fez “diversas conferências públicas” sobre o

¹⁷² *Diário de Notícias*, Salvador, 5 jul. 1909, p. 5; 6 jul. 1909, p. 7; 13 jul. 1909, p. 5.

socialismo, “sendo em todas bem-sucedido”, e membro da Sociedade Bolsa dos Patriotas. Além disso, tomou parte ativa em diversas comemorações do Primeiro de Maio. A vida desse militante foi levada num infeliz incidente. Por volta das nove horas da noite de 4 de julho, a vítima passava, “com alguns companheiros”, pelo Beco do Ferrão, em direção a sua casa, que ficava na rua do Maciel de Baixo. Ali se achava, encostado a uma janela, “conversando com uma moça”, Francisco Aquileu dos Santos, 22 anos, mestiço, solteiro, natural da Bahia, residente na Rua do Paço nº 34, que afirmava ser “caixeiro de descargas”, mas sobre o qual pesava a acusação popular de “desertor da Armada Nacional”.¹⁷³

A cena do crime se completou com a chegada de um grupo de alferes de polícia formado por Arsênio Francisco de Carvalho, Marcellino dos Santos Lima, Domingos Honorato do Nascimento e Alípio José dos Santos. Tudo começou com o alferes Arsênio batendo no ombro de Aquileu e lhe perguntando se já se conheciam, ao que o seu interlocutor respondeu com uma negativa. O alferes, então, disse-lhe que mais tarde conversariam, descendo a rua com seus colegas e, segundo Aquileu disse em seu depoimento à polícia, “voltando instantes depois” para agredi-lo. Em resposta, Aquileu sacou um revólver e disparou-o, aparentemente contra o alferes Arsênio, mas efetivamente atingindo mortalmente o artista Anastácio de Menezes “em pleno peito esquerdo”. Aquileu, então, pôs-se a correr, sendo perseguido pelo capitão Anastácio Machado de Menezes, que, em função dos ferimentos, tombou na rua Dr. Joaquim José Seabra, em frente à alfaiataria de Antonio da Rocha Brito, onde faleceu. Aquileu dos Santos, por sua vez, continuou a ser “perseguido por diversas pessoas”, refugiando-se em um beco próximo à Rua São Miguel. Lá, ele foi localizado por João da Rocha França, sargento do Regimento Policial. Ele ainda tentou oferecer resistência à prisão, mas depois se entregou. Nesse momento, um numeroso grupo de populares indignados tentou linchá-lo, “dando-lhes algumas pancadas e ferindo-o na cabeça”.¹⁷⁴

A justiça popular só não se concretizou em função da intervenção do conhecido rábula e major da Guarda Nacional Cosme de Farias, à época repórter do *Diário de Notícias*, e do capitão Juvenal Souto, que convenceram a multidão de que “o preso estava sob a proteção da polícia e que esta saberia cumprir o seu dever, apurando a

¹⁷³ *Diário de Notícias*, Salvador, 5 jul. 1909, p. 5; 6 jul. 1909, p. 7; 13 jul. 1909, p. 5.

¹⁷⁴ *Diário de Notícias*, Salvador, 5 jul. 1909, p. 5; 6 jul. 1909, p. 7; 13 jul. 1909, p. 5.

responsabilidade do mesmo”. Aquileu dos Santos, então, foi, “a custo”, levado para o posto policial da Rua do Jogo do Lourenço, no distrito de Nazaré.¹⁷⁵

Ciente dos acontecimentos, o capitão Justiniano Augusto do Bonfim, subdelegado de polícia do distrito da Sé, foi até o local do “sangrento fato”, acompanhado de algumas praças e um escrivão, ordenando a remoção do cadáver do pedreiro Anastácio para o necrotério do Hospital Santa Izabel, com o objetivo de submetê-lo aos exames dos médicos legistas da polícia. O corpo, aliás, do “infeliz artista”, foi conduzido até o referido hospital “em um sofá” por diversos “amigos dedicados, seguidos de mais de 200 populares”. Ao mesmo tempo, o subdelegado da Sé requisitou o preso para o seu posto policial, para o qual Aquileu foi levado, por diversas praças, às onze horas da noite, onde foi autuado em flagrante. Diligências foram feitas e testemunhas foram ouvidas até as três da madrugada, e o assassino foi, finalmente, levado para a Casa de Correção às três e meia da madrugada. O inquérito policial enviado à justiça possuía testemunhas unânimes em apontar Aquileu como o responsável pelo crime.¹⁷⁶

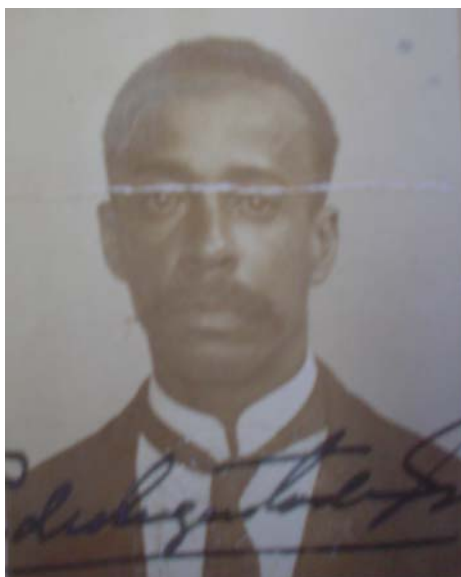
No dia 5 de julho, por volta das dez horas, após conseguir a liberação do corpo junto ao necrotério, o alfaiate e coronel da Guarda Nacional Ismael Ribeiro dos Santos, então presidente do Centro Operário da Bahia, e mais de cem amigos do falecido, conduziram-no, “em bonito caixão”, até o salão nobre daquela associação. O enterro, custeado pelo próprio Centro Operário, foi realizado às 17 horas daquele domingo, no Cemitério da Quinta dos Lázaros, em carneiro da Irmandade da Conceição dos Artistas, sugerindo que a vítima, em vida, fazia parte dessa sociedade também. Discursos foram proferidos pelo major Cosme de Farias, em nome da Federação Socialista Bahiana; pelo operário Olavo José de Almeida, pelo conselho executivo do Centro Operário da Bahia; pelo pedreiro e também tenente da Guarda Nacional Thomaz Gonçalves dos Santos, antigo dirigente da Associação Defensora dos Trabalhadores em Construção, que falou “em nome da classe operária baiana”; e pelo Dr. Salles Souza, em seu próprio nome. Várias capelas e coroas foram colocadas sobre o túmulo de Anastácio de Menezes em nome de suas filhas – Silvina Baptista de Menezes e Flaviana Rosa de Menezes; do Centro Operário; de Cosme de Farias; de Luiz Antonio Zuanny; de Marcellino Lima; e de Juvenal Souto e família. Mas duas chamavam a atenção: uma assinava “Maria dos

¹⁷⁵ *Diário de Notícias*, Salvador, 5 jul. 1909, p. 5; 6 jul. 1909, p. 7; 13 jul. 1909, p. 5.

¹⁷⁶ *Diário de Notícias*, Salvador, 5 jul. 1909, p. 5; 6 jul. 1909, p. 7; 13 jul. 1909, p. 5.

Prazeres Góes Calmon, sincera amizade” e a outra “ao bom e dedicado amigo Anastácio, lembrança de Maria Constancia”.¹⁷⁷

Que laços de “amizade” ligariam uma senhora da rica e aristocrática família Calmon com um militante operário mestiço e socialista? Que tipo de lembranças Maria Constancia teria de Anastácio? Seria ela a mãe de suas filhinhas? Essas foram perguntas que não conseguimos responder... Os antigos companheiros de Anastácio de Menezes, aliás, sob a liderança de Cosme de Farias, Miguel Chaves e Severiano dos Passos, abriram uma subscrição com o objetivo de amparar sua esposa e filhas, comprando-lhes uma casa. Entre os contribuintes estavam Cosme de Farias, com cinquenta mil-réis; Severiano dos Passos, com trinta mil-réis; João Pedro Rodrigues Lima, com dez mil-réis; Dr. Octavio Mangabeira, com cinquenta mil-réis; e Miguel Calmon e Antonio Calmon, respectivamente, com duzentos e cem mil-réis.¹⁷⁸



Domingos Victor da França (1872-1930). Carapina filiado ao Centro Operário da Bahia.
Fonte: APEB, Seção Judiciária, 6/2366/2866/15.

Voltemos à análise da Tabela 2. Os dados evidenciaram uma presença significativa de operários estatais na base do Centro Operário da Bahia. Um tipo de fonte importante para identificá-los são os *almanaques*. O *Almanach do Diário de Notícias de 1890*, por exemplo, dá conta que, naquele ano, no Arsenal de Marinha da Bahia, tínhamos quatro indivíduos que integraram o Partido Operário da Bahia, a União

¹⁷⁷ *Diário de Notícias*, Salvador, 5 jul. 1909, p. 5; 6 jul. 1909, p. 7; 13 jul. 1909, p. 5.

¹⁷⁸ *Diário de Notícias*, Salvador, 5 jul. 1909, p. 5; 6 jul. 1909, p. 7; 13 jul. 1909, p. 5.

Operária Bahiana e o Centro Operário da Bahia: Félix José do Espírito Santo (mestre da oficina de ferreiros), Eduardo Soares da Silva (contramestre da oficina de carapinas), Irênio Baptista dos Reis Lessa (mestre da oficina de modeladores) e Porphyrio Manuel Lopes (mestre da oficina de aparelhos e velas).¹⁷⁹

Figura marcante nesse grupo foi o artífice ferreiro do Arsenal de Marinha, Francisco Pedro do Bomfim, morto ao final da manhã de sábado, 10 de janeiro de 1891. Sob o antigo regime, Francisco Pedro do Bomfim integrara as hostes do Partido Liberal, sendo definido, em seu necrológio, como um “liberal intransigente”. Com a queda da Monarquia e a Proclamação da República, “desvaneceu-se da antiga crença liberal”, juntou-se ao alfaiate Elysiario Elysio da Cruz e ao carpinteiro José Maria de Souza e fundou o Partido Operário da Bahia, em junho de 1890, do qual fora primeiro secretário. Francisco Pedro do Bomfim parece ter sido muito popular, pois, quando foi enterrado no Cemitério do Campo Santo, na tarde do dia 11 de janeiro de 1891, além de sua mulher e de seus sete filhos, estimou-se a presença de “mais de quinhentos amigos de todas as classes sociais”.¹⁸⁰

Os almanaques nos permitem saber que, além do Arsenal de Marinha, também no Arsenal de Guerra da Bahia existiam membros das organizações que estamos estudando. O almanaque que foi feito para o ano de 1855, por exemplo, nos informa que, pelo menos, desde aquele ano, Francisco Martins Capella era contramestre da oficina de correeiros do Arsenal de Guerra da Bahia.¹⁸¹ Já o *Almanach do Diário de Notícias de 1897*, nos deixa saber que Antonio Bento Guimarães (1851-1907) era mestre da oficina de obra branca daquela instituição.¹⁸² Outro exemplo é o de Manuel da Natividade Moutinho, que, desde pelo menos, 1873, trabalhava como mestre da oficina de obra branca do Arsenal de Guerra da Bahia.¹⁸³ O necrológio do capitão da Guarda Nacional Manuel da Natividade Moutinho indica que sua morte ocorreu no dia 16 de maio de 1896, o que é mais uma indicação de que ele era um dos membros antigos do Centro Operário.¹⁸⁴

¹⁷⁹ *Almanach do Diário de Notícias* – 1890, p. LX-LXIII.

¹⁸⁰ *Pequeno Jornal*, Salvador, 12 jan. 1891, p. 2.

¹⁸¹ *Almanach da Bahia* – 1855.

¹⁸² *Almanach do Diário de Notícias* – 1897, p. XXXVIII-XV.

¹⁸³ *Almanak administrativo, commercial e industrial da província da Bahia para o anno de 1873, quinquagésimo segundo da Independência e do Império*. Compilado por Albino Rodrigues Pimenta, Bacharel em Direito e Chefe de Seção da Secretaria da Presidência. Anno I. Bahia: Typographia de Oliveira Mendes & C., 1872, p. 186-198.

¹⁸⁴ *Jornal de Notícias*, Salvador, 15 jun. 1896, p. 1.

Os dados que obtivemos a partir do cruzamento das listas de associados da Sociedade Bolsa de Caridade, constantes de seus relatórios, com os de nosso banco de dados nos permitem pensar, contudo, que o número de operários dos dois arsenais, vinculados ao Partido Operário da Bahia, à União Operária Bahiana e ao Centro Operário da Bahia, era ainda maior. É que essa associação se chamava, originalmente, Sociedade Bolsa de Caridade do Arsenal de Guerra da Bahia, fundada no dia 8 de maio de 1872, sob a liderança do mestre de oficina de latoeiros e funileiros e alferes honorário do Exército, Justino Pereira de Britto, sob a proteção de Nossa Senhora do Noviciado, na Igreja dos Órfãos de São Joaquim. Era, pois, uma associação mutualista fechada, que congregava, apenas, operários daquela instituição. Com a crise e posterior extinção do Arsenal de Guerra, seus estatutos foram reformados, passando a se chamar, simplesmente, Sociedade Bolsa de Caridade, transformando-se numa sociedade mutualista aberta, admitindo em seus quadros “artistas e profissionais em geral”. Além disso, foi permitida a “admissão de senhoras parentas dos sócios”. Em momento posterior, além das esposas, os filhos dos sócios também puderam se filiar, sendo dado a ambos o direito de votar e ser votado para qualquer cargo.¹⁸⁵

Esse dado é importante, pois, por abrir caminho para verificação do real peso dos operários do Estado na base do Centro Operário da Bahia, operação que faríamos com maior precisão caso conseguíssemos separar as listas de sócios da Bolsa de Caridade anteriores e posteriores à sua abertura aos trabalhadores de fora do Arsenal de Guerra, tarefa para a qual não logramos sucesso em função das limitações das fontes. Seja como for, nos relatórios aos quais tivemos acesso, de 1893, 1894, 1903, 1907, 1908, 1912, 1913, 1914, 1916, 1918 e 1922, encontramos 91 membros do Centro Operário como filiados da Sociedade Bolsa de Caridade, sendo plausível supor que a maior parte fosse formada por operários oriundos do Arsenal de Guerra.¹⁸⁶

¹⁸⁵ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, p. 494-496, 2 jul. 1923. Edição Especial do Centenário. Em 1922, o número de associados era de 1.346.

¹⁸⁶ RELATÓRIO apresentado à Assembléia Geral da Sociedade Bolsa de Caridade pelo presidente da direção Eduardo Victoriano de Souza na sessão magna do 22º aniversário em 27 de maio de 1894. Bahia: Litho-Typographia V. de oliveira & C., 1894; RELATÓRIO apresentado em Assembléia Geral da Sociedade Bolsa de Caridade pelo presidente do diretório Euthymio da Cruz Baptista em sessão magna comemorativa do 31º aniversário em 14 de julho de 1903. Bahia, 1903; RELATÓRIO apresentado em Assembléia Geral da Sociedade Bolsa de Caridade pelo presidente do diretório Euthymio da Cruz Baptista em sessão magna comemorativa do 35º aniversário em 14 de julho de 1907. Bahia, 1907; RELATÓRIO Sociedade Bolsa de Caridade exercício de 1907 a 1908. Presidente do diretório capitão Euthymio da Cruz Baptista. Em sessão magna comemorativa do 36º aniversário em 9 de agosto de 1908. Bahia, 1908; RELATÓRIO apresentado em Assembléia Geral da Sociedade Bolsa de Caridade pelo presidente do conselho diretório J. Prudencio F. de Carvalho em sessão magna comemorativa do 40º aniversário em 30 de junho de 1912. Bahia: Typographia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios,

Por meio dos Relatórios dos ministros da Marinha e da Guerra, é possível termos uma idéia do número de operários estatais empregados nestas instituições. Sabe-se que a Cidade Baixa de Salvador foi, desde o período colonial, a região onde se instalaram as primeiras e mais importantes fábricas de Salvador. Na realidade, as primeiras atividades produtivas de que se tem notícia naquela região datam do século XVII. Sem dúvida, entre as principais, estava a construção naval. Na Ribeira das Naus estavam estabelecidos o Arsenal de Marinha e seu estaleiro. Ali, produziam-se bergantins, brigues, caravelas, corvetas, fragatas, galeões, galeras, escunas, patachos e charruas. Das reservas florestais do litoral sul das antigas capitanias de São Jorge dos Ilhéus e Porto Seguro, vinham as matérias-primas (madeiras e fibras) para aquela indústria.¹⁸⁷

Até o fim do século XIX, essas atividades de construção naval ainda eram desenvolvidas no Arsenal de Marinha de Salvador. Consultando os Relatórios do ministério da Marinha, vê-se que em 1880-1881, por exemplo, aquele estabelecimento ocupava-se da construção de quatro embarcações, sendo duas canhoneiras, uma cúter e uma galeota, além da montagem de uma serraria e vários consertos. Para a realização daqueles trabalhos, empregavam-se 14 aprendizes, 21 artífices militares e 209 operários qualificados, sendo 94 carpinteiros, 29 carapinas, 23 calafates, cinco poleeiros, 30 ferreiros e 28 pedreiros.¹⁸⁸ Em 1884, o Arsenal de Marinha de Salvador ainda empregava a mão-de-obra de 179 operários.¹⁸⁹

1912; RELATÓRIO apresentado em Assembléia Geral da Sociedade Bolsa de Caridade pelo presidente do conselho diretório J. Prudencio F. de Carvalho em sessão magna comemorativa do 41º aniversário em 13 de julho de 1913. Bahia: Typographia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1913; RELATÓRIO apresentado em Assembléia Geral da Sociedade Bolsa de Caridade pelo presidente do conselho diretório J. Prudencio F. de Carvalho em sessão magna comemorativa do 42º aniversário em 13 de setembro de 1914. Bahia: Typographia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1914; RELATÓRIO apresentado em Assembléia Geral da Sociedade Bolsa de Caridade pelo presidente do conselho diretório José Prudencio F. de Carvalho na Assembléia Geral realizada em 7 de julho de 1916 e unanimemente aprovado. Bahia: Typographia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1916; RELATÓRIO apresentado em Assembléia Geral da Sociedade Bolsa de Caridade pelo presidente do conselho diretório José Prudencio F. de Carvalho na sessão realizada em 27 de junho de 1918 e unanimemente aprovado. Bahia: Typographia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1918; RELATÓRIO da Sociedade Bolsa de Caridade – Cinquenta anos de existência. 1872-1922. O seu movimento no exercício de 1921 a 1922, relatado pelo presidente do diretório J. Prudencio F. de Carvalho, em Assembléia Geral de 20 de junho de 1922 e na mesma unanimemente aprovado. Bahia: Typographia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1922.

¹⁸⁷ NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Memória da Federação das Indústrias do Estado da Bahia*. Salvador: FIEB, 1997, p. 11.

¹⁸⁸ RELATÓRIO apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima oitava legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos negócios da Marinha Dr. José Rodrigues de Lima Duarte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882, p. 38-39.

¹⁸⁹ RELATÓRIO apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima nona legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos negócios da Marinha Luiz Filipe de Souza Leão. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, p. 43-44.

Mas sob a República, observou-se um movimento no sentido de esvaziar a importância ou mesmo extinguir vários arsenais. Nesse sentido, o ministro Custodio José de Mello, em relatório de 1892, dizia o seguinte:

Para movimentar suas esquadras, no sentido de prontamente acudir a qualquer parte do litoral atacada pelo inimigo, todas as potências marítimas dividem em distritos as respectivas costas, tendo cada um deles uma sede, em a qual há um Arsenal naval, que deve ser situado em posição estratégica tal, que ponha-o a coberto de um ataque inopinado, e provido de mantimentos, sobresselente, munições de guerra etc., para suprimento dos navios da Armada, e em condições de lhe reparar qualquer avaria que tenham sofrido em combate ou em viagem.¹⁹⁰

No caso de Salvador, a autoridade indicava a Boca do Rio como local adequado, por ele considerado inexpugnável. Em 1893, o contra-almirante Custodio José de Mello voltou ao assunto, sendo ainda mais imperativo em relação à necessidade de remover o Arsenal de Marinha da Bahia:

A remoção deste arsenal para posição mais interior, que já foi escolhida, é uma necessidade diante da artilharia moderna, cujo grande alcance faz aumentar, como já tive oportunidade de vos dizer, a vantagem dos arsenais interiores, e condenar ainda mais os arsenais abertos ao mar, como é o de Pernambuco.¹⁹¹

Nos relatórios de 1897 e 1898, dava-se por vencida a questão da transferência do Arsenal de Marinha de Salvador para a enseada de Aratu, no interior da baía de Todos os Santos, transformando-se na sede da 2ª prefeitura marítima.¹⁹² Mas algo aconteceu, e em 5 de janeiro de 1899, um decreto federal extinguiu os arsenais de marinha da Bahia e de Pernambuco, restando os do Pará, Rio de Janeiro e Mato Grosso.¹⁹³ O acervo do

¹⁹⁰ RELATÓRIO apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos negócios da Marinha contra-almirante Custodio José de Mello em maio de 1892. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892, p. 46-47.

¹⁹¹ RELATÓRIO apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos negócios da Marinha contra-almirante Custodio José de Mello em abril de 1893. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, p. 60.

¹⁹² RELATÓRIO apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo contra-almirante Manoel José Alves Barbosa, ministro de Estado dos negócios da Marinha em abril de 1897. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897, p. 93; RELATÓRIO apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo contra-almirante Manoel José Alves Barbosa, ministro de Estado dos negócios da Marinha em abril de 1898. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, p. 90.

¹⁹³ RELATÓRIO apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo almirante reformado Carlos Balthazar da Silveira, ministro de Estado dos negócios da Marinha em abril de 1899. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, p. 53.

extinto Arsenal de Marinha da Bahia foi enviado ao Rio de Janeiro, e o grande edifício em que ele funcionava fora entregue ao diretor dos Correios do Estado da Bahia.¹⁹⁴

Caminho semelhante parece ter sido reservado aos Arsenais de Guerra, que tinham oficinas de maquinistas, ferreiros, alfaiates e obras brancas (carpintaria). Em relatório de 1882, o ministro da Guerra, Franklin Américo de Menezes Doria, indicava como caminho para diminuir as despesas públicas, a conversão dos arsenais de guerra da Bahia e Pernambuco em simples depósitos, deixando a produção de armas e munições para os do Rio de Janeiro e das províncias do Pará, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.¹⁹⁵ Naquele ano, o Arsenal de Guerra da Bahia tinha uma Companhia de Aprendizes Artífices, com 50 praças, e uma Companhia de Operários Militares, com 30.¹⁹⁶ O relatório de 1892 dava conta de que as oficinas de obras brancas, maquinistas e ferreiros tinham funcionado regularmente em 1891, estando completas as Companhias de Aprendizes Artífices e Operários Militares. Além disso, havia uma repartição de costuras, na qual trabalhavam cerca de 600 pessoas pobres, entre as quais familiares de oficiais do Exército falecidos. Naquele ano, doze mil peças de fardamento haviam sido fabricadas.¹⁹⁷ O relatório de 1894 informava que no ano anterior a repartição de costuras tinha 350 pessoas matriculadas, produzindo 6.200 peças de fardamento, e que a Companhia de Aprendizes Artífices estava com 81 membros e a Companhia de Operários Militares possuía 58.¹⁹⁸ O relatório de 1895 não acusava grande alteração nos corpos de aprendizes artífices e operários militares, mas a produção de fardamento subira em 1894 para 21.781 peças.¹⁹⁹

¹⁹⁴ RELATÓRIO apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo contra-almirante J. Pinto da Cruz, ministro de Estado dos negócios da Marinha em maio de 1901. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901, p. 73.

¹⁹⁵ RELATÓRIO apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima oitava legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos negócios da Guerra, Franklin Américo de Menezes Doria. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882, p. 33.

¹⁹⁶ RELATÓRIO apresentado à Assembléia Geral Legislativa na terceira sessão da décima oitava legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos negócios da Guerra, Carlos Affonso de A. Figueiredo. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, p. 25-26.

¹⁹⁷ RELATÓRIO apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general de brigada Francisco Antonio de Moura, ministro de Estado dos negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892, p. 33.

¹⁹⁸ RELATÓRIO apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general de brigada Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Cestallal, ministro de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas e encarregado do expediente do ministério da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894, p. 28-29.

¹⁹⁹ RELATÓRIO apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general de divisão Bernardo Vasques, ministro de Estado dos negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895, p. 43-44.



Theotônio Teixeira dos Santos. “Artista”, integrante do Centro Operário da Bahia e da Sociedade Protetora dos Desvalidos.

Fonte: Histórico e Relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos 1832-1932. Apresentado pelo Presidente do Diretório Juventino Silvino da Costa. Aprovado em Assembléia Geral de 7 de setembro de 1934. Exercício de 1931-1934. Bahia, 1934.

Mas além dos operários dos arsenais de marinha e de guerra, encontramos nossos personagens trabalhando, também, em outras instituições estatais. É o caso de José Polybio da Rocha (1827-1894), mestre da oficina de marceneiros da Penitenciária do Estado, onde labutou por 29 anos. Tal qual Francisco Pedro do Bomfim, mencionado anteriormente, o capitão da Guarda Nacional José Polybio da Rocha também foi membro do Partido Liberal sob o Império, entrando para o Partido Operário da Bahia ainda em 1890 e sendo presidente da dissidência dessa organização, a União Operária Bahiana, em seguida.²⁰⁰ Outro exemplo a ser mencionado é o do mestre de carpintaria da Escola de Aprendizes Artífices e capitão da Guarda Nacional Juvenal Luiz Souto (1874-1921).²⁰¹

Apesar dos constantes apelos feitos pelas lideranças “aos artistas, operários e proletários”, indicando um esforço de construção de uma unidade de classe dos

²⁰⁰ QUERINO, Manuel Raymundo. *Artistas Bahianos* (indicações biográficas). Rio de Janeiro: , 1909, p. 194-197.

²⁰¹ APEB, Seção Judiciária, 5/2227/2727/03 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

trabalhadores, tudo nos leva a crer que os operários desqualificados ou semiqualeificados – em especial os das fábricas têxteis e do setor fumageiro –, não possuíam vínculos diretos com o Partido Operário da Bahia, a União Operária Bahiana ou o Centro Operário da Bahia. Eles pareciam estar excluídos de qualquer forma de organização autônoma, sendo prisioneiros das sociedades beneficentes e das vilas operárias das empresas, mantidas e controladas pelos capitães da indústria têxtil. Não é à toa que o primeiro sindicato dos operários desse ramo de produção, livre dos patrões, só tenha surgido em 1919, ano em que os tecelões tomaram parte ativa na greve geral de junho e na greve que paralisou o setor em setembro.²⁰²

Há uma remota possibilidade de que os operários têxteis apenas estivessem ocultos em função de terem salários mais baixos, *status* e condições de trabalho inferiores aos dos artesãos, mas o fato é que não conseguimos identificar nenhum operário fabril nas fileiras dessas entidades. Os estivadores e marítimos e os carregadores, apesar de associados, respectivamente, ao Centro Defensor dos Trabalhadores do Mar na Bahia e à União Operária dos Carregadores, que, por sua vez, eram sociedades vinculadas à Federação Socialista Bahiana, também não parecem ter integrado organicamente o Partido Operário da Bahia, a União Operária Bahiana ou o Centro Operário da Bahia. Por fim, não localizamos nenhum ferroviário filiado às organizações estudadas em nosso banco de dados. Parece certo que os artesãos qualificados formavam a base dessas instituições.

As evidências mostraram, também, uma organização socialmente híbrida, isto é, além de agregar uma maioria de artesãos, ela abrigava, ainda, um número significativo de 27 (4,6%) sujeitos que eram contramestres e mestres de oficinas, mestres de obras, construtores e pequenos empreiteiros. Os números apontam, igualmente, para uma forte presença negro-mestiça entre esses indivíduos. Sobre esse aspecto, além do já conhecido capitão da Guarda Nacional e mestre-de-obras mestiço Domingos Francisco da Silva (1865-1914), podemos citar vários outros casos.

Ilustrativa é a trajetória do empreiteiro de obras preto José Maria da Conceição (1867-1950), que, antes de ser vitimado por uma síncope cardíaca aos 83 anos, havia edificado um patrimônio composto por cinco casas, sendo quatro na antiga Rua do Queimado, rebatizada Rua Campos França, no distrito de Santo Antonio, e metade da casa de sua residência, na Rua da Independência, nº 35, distrito de Santana, além de

²⁰² ESTATUTOS da Sociedade União Geral dos Tecelões da Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 11 set. 1920.

uma propriedade de quatorze tarefas de terras na localidade de Feira Velha (atual Dias D'Ávila). Sua esposa, a preta de prendas domésticas Alexandrina Lúdia da Conceição (1878-1959), morreu quase uma década depois, aos 81 anos de idade, também vítima de problemas cardíacos, e foi enterrada no Cemitério do Campo Santo, ao lado de seu marido. O espólio do casal é herdado pela médica Olga Lúdia da Conceição, sua única filha.²⁰³

Edificar casas para garantir a moradia e/ou o sustento futuro de sua família por meio de aluguéis parece ter sido o raciocínio desenvolvido, também, pelo empreiteiro de obras Ambrosio José Querino (1870-1947), que, ao morrer, com aproximadamente 79 anos, havia legado aos seus herdeiros uma casa térrea de sua residência, com um pequeno sótão, mobiliada e com terrenos em volta, na Rua do Ypiranga, distrito de Santo Antonio, em frente ao Cemitério da Quinta dos Lázaros, e outras quatro pequenas casas térreas, localizadas na Travessa dos Passos, no fundo da edificação principal. Ao fazer seu testamento, em 11 de junho de 1945, contando 77 anos, Ambrósio José Querino declarou que vivera, por muitos anos, com Josefa Maria Vitória, sua “saudosa companheira”, casando-se com ela na Igreja Católica algum tempo depois. Josefa morreu naquele ano de 1945, quando Ambrósio resolveu fazer seu testamento, dizendo que de seu feliz matrimônio teriam nascido quatro filhos: Vitorino de Assis Querino, que seguiu o ofício de construtor civil do pai; Leonarda Florencia Querino; Domingas Eremita Querino; e Joana Anatilde Querino. O antigo membro do Centro Operário da Bahia, que também havia integrado o Club Socialista, deixou registrado, ainda, que não havia tido “filhos naturais”, isto é, fora do matrimônio com Josefa, e que destinava metade de tudo que possuía para sua filha solteira Joana Anatilde Querino, “em sinal de público reconhecimento e gratidão pelos desvelos” que lhe dedicara havia vários anos. Como seu último desejo, prevendo que fosse difícil a manutenção e conservação das referidas casas que construía, Ambrosio José Querino autorizou a venda dos imóveis que deixara para seus filhos, mas recomendou que eles fizessem “criteriosa aplicação da parte que lhe tocar”, pois tudo que tinha havia sido adquirido “com muito trabalho, honestidade e economia”.²⁰⁴

Mas nem todos os mestres de ofício conseguiram ser suficientemente bem-sucedidos para legar um futuro de conforto e segurança aos seus sucessores. Prova disso é o caso do construtor pardo Thomaz Gonsalves dos Santos (1881-1949), que, quando

²⁰³ APEB, Seção Judiciária, 06/2728/12 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²⁰⁴ APEB, Seção Judiciária, 7/2742/ /8 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

morreu, aos 68 anos, possuía, apenas, uma casa térrea na Rua Cruz Rios, nº 24, Distrito da Penha, e outra em Dias D'Ávila.²⁰⁵ Já o construtor Euthymio Candido dos Reis (????-1924) era proprietário de três terrenos e uma casa no Distrito de Santo Antonio, mas a dívida que a municipalidade soteropolitana tinha com ele era grande o suficiente para quebrar um pequeno empreiteiro que, no mais das vezes, não era mais que um operário qualificado dispondo de um pequeno capital para arregimentar outros oficiais e realizar determinadas obras sob encomenda. É que em 27 de fevereiro de 1915, Euthymio firmou um contrato de empreitada com o município de Salvador para execução de obras de melhoramentos nas ruas 1º de Dezembro, 20 de Agosto, 2 de Fevereiro e Largo da Fonte, todas na localidade chamada Cidade de Palha, no 2º Distrito de Santo Antonio. O contrato era no valor de 35 contos de réis, e previa serviços de corte, aterro e construção de uma muralha de alvenaria de pedra com argamassa, medindo 55 metros, e deveria estar pronta em seis meses. O trabalho foi tocado pelo “honesto empreiteiro de obras”, até a sua suspensão por ordem direta do intendente Pacheco Mendes. A comuna já devia treze contos de réis a Euthymio, em 1917, quando as obras foram retomadas, sem pagamento, para serem interrompidas outra vez em 1919, quando o empreiteiro recebeu algum dinheiro, mas ainda lhe deviam quase cinco contos de réis. Em 1920, o Conselho Municipal elevou esse valor a pouco mais de quatorze contos de réis, mas em julho de 1923, cerca de um ano antes de sua morte, Euthymio recorreu à Justiça em função de ainda não ter recebido tal valor.²⁰⁶

Apesar de grande número desses personagens se concentrarem na área da construção civil, havia alguns indivíduos exercendo funções de direção da produção em outros setores da economia, a exemplo do alfaiate e mestre da Manufatura Moderna José Balbino Falcão (1848-1914), que, além do Centro Operário da Bahia, pertencia, também, à Irmandade do Senhor Bom Jesus da Paciência.²⁰⁷

No conjunto do mundo do trabalho manual, no qual estamos incluindo os operários, os artesãos, os mestres, empreiteiros e construtores, pudemos verificar que quarenta deles não apenas possuíam suas próprias ferramentas, mas eram proprietários de oficina. A Tabela 3 mostra a diversidade de oficinas de propriedade de filiados ao Centro Operário da Bahia. O caso que nos pareceu mais expressivo dentre os operários qualificados que possuíam suas próprias tendas de trabalho foi o do ferreiro mestiço e

²⁰⁵ APEB, Seção Judiciária, 7/2773/ /2 e 6/2293/2793/12 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²⁰⁶ APEB, Seção Judiciária, 6/2410/2910/1 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²⁰⁷ *Diário de Notícias*, Salvador, 31 jul. 1914, p. 2.

tenente da Guarda Nacional Francisco Luiz de Azevedo (1844-1913), pois constava de seu volumoso inventário um espólio formado, entre outras coisas, por uma grande oficina de fundição, equipada com caldeiras, geradores, tornos, máquinas de furar e de atarraxar, tanques, forjas, fornos para fundir, ventiladores e ferramentas diversas de ferreiro e caldeireiro, avaliados em quase dezessete contos de réis, apenas os maquinismos e instrumentos de trabalho. Além da “Fundição do Pilar” e dos supracitados equipamentos do ofício de ferreiro, Francisco Luiz de Azevedo era proprietário, ainda, de duas casas térreas na Estrada das Boiadas, Freguesia de Santo Antonio, e de terras em Camaçari. Ele era, sem dúvida, um operário qualificado e bem estabelecido.²⁰⁸

TABELA 3
OFICINAS DE FILIADOS AO CENTRO OPERÁRIO DA BAHIA POR RAMO

Oficinas por ramo	Números absolutos	Percentuais
Marcenaria / Carpintaria / Serraria	12	30,0
Funilaria / fundição	8	20,0
Alfaiataria	6	15,0
Sapataria	3	7,5
Tipografia	1	2,5
Ourivesaria / relojoaria	4	10,0
Marmoraria	1	2,5
Carreiro	1	2,5
Santeiro	1	2,5
Chapelaria	1	2,5
Outro	2	5,0
Total da amostra	40	100,0
Não-identificados	1.136	
Total geral	1.176	

Fontes: APEB, Seção Judiciária, Inventários e Testamentos; Necrológios; Estatutos, Históricos, Atas, Relatórios e outros documentos do Partido Operário da Bahia, da União Operária Bahiana e do Centro Operário da Bahia; Memórias.

É claro que nem todos os operários que montaram a sua própria oficina de trabalho lograram a estabilidade e a ascensão social com a qual sonharam. Como exemplo, podemos mencionar o sapateiro branco José Pataro dos Santos (1879-1936), italiano, proprietário de uma oficina de sapateiro no Distrito dos Mares e de uma taberna, em sociedade com José Britto, no Largo do Retiro, Distrito de Santo Antonio. Segundo a repartição fazendária, consultada no momento de fazer o inventário do personagem, José Pataro dos Santos devia quase cinco contos de réis em impostos, o

²⁰⁸ APEB, Seção Judiciária, 1/387/747/10 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

que certamente pesava negativamente, mesmo para ele, que legara três casas térreas no Distrito de Santo Antonio, sendo uma na Rua José Barros Reis, nº 702, avaliada em oito contos de réis (onde funcionava a oficina), e outras duas no fundo da primeira, avaliadas em duzentos mil-réis, cada. De fato, a conclusão do inventário indicava que José Pataro tinha, em ativos, pouco mais de um conto de réis em móveis e mercadorias e seus imóveis foram arrematados por oito contos e quinhentos mil-réis em hasta pública. Somados, os bens tinham produzido menos de dez contos, mas o falecido havia deixado, além do débito fazendário de quase cinco contos de réis, uma dívida hipotecária de treze contos. O processo de inventário foi encerrado e os autos arquivados, já que nada havia a partilhar com os herdeiros.²⁰⁹

Todavia, o caso de um mestre de ofício que foi mal-sucedido com sua oficina, mostrado através do itinerário do sapateiro José Pataro dos Santos, não parece ter sido a regra. Os inventários e testamentos consultados nos autorizam a dizer o oposto. Muitos desses artífices tinham aprendido e exercido seus ofícios ainda no século XIX. Alguns montaram a sua oficina ainda sob o Império e continuaram a garantir uma vida decente para si e para os seus sob a República, mesmo após a sua morte. Um deles foi o sapateiro Raymundo Nonato da Silva, dono da Sapataria Acadêmica, nas Portas do Carmo, que, no anúncio que fizera para o almanaque de 1887, gabava-se de ter “grande sortimento de calçados nacionais” e de aprontar “com presteza e perfeição qualquer encomenda”, já que dispunha de “bom pessoal e aviamentos de primeira qualidade”.²¹⁰

Outro exemplo é o do artista pardo Agretencio Pinto de Andrade (1880-1932), proprietário de uma oficina de pianos, equipada com uma máquina de encamurçar, um motor de dois cavalos, dois motores de um e ¼ cavalo, uma máquina de perfurar, uma plaina para ajuste, uma serra circular, uma máquina de fazer bordão, um eixo para mover as máquinas, instalação elétrica e materiais usados naquele ofício²¹¹. É possível ilustrar a situação, também, com o exemplo do marceneiro Manuel Salustiano do Bomfim (1849-1901), proprietário de uma marcenaria, loja de móveis e depósito de mobílias austríacas, localizada em um grande sobrado na Rua da Preguiça, Distrito da Conceição da Praia.²¹² Por fim, podemos citar os alfaiates Marcolino de Almeida

²⁰⁹ APEB, Seção Judiciária, 05/2251/2751/03 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²¹⁰ *Almanach litterário e de indicações para o ano de 1887*. Organizado pela empresa Prudêncio de Carvalho & Rocha. Província da Bahia, 1886, p. 50.

²¹¹ APEB, Seção Judiciária, 6/2342/2842/3 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²¹² APEB, Seção Judiciária, 1/40/44/6 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos); *Almanach litterário e de indicações para o ano de 1889*. Direção de Prudêncio de Carvalho. Bahia: Typographia do Bazar, 1888, p. 81.

Ceslau, estabelecido com uma alfaiataria na Rua do Palácio²¹³, e José Roque Pinto (1840-1894), que possuía uma tenda de mesmo ofício na Rua Conselheiro Dantas.²¹⁴



José Prudêncio Ferreira de Carvalho.

Tipógrafo estabelecido com oficina própria. Filiado ao Centro Operário da Bahia, à Sociedade Filantrópica dos Artistas, à Sociedade Bolsa de Caridade, à Associação Typográfica Bahiana e à União Gráfica Baiana.

Fonte: Associação Typográfica Bahiana. Relatório. Exercício de 1909 a 1910. Aprovado em Assembléia Geral de 24 de abril de 1910. Bahia: Typ. e Encad. do Lyceu de Artes e Offícios, 1910.

Alguns artesãos herdaram não apenas o orgulho e o *status* do ofício, mas a própria oficina de trabalho de seus pais. Foi o que aconteceu com o marceneiro Victorino José Pereira Junior (1841-1914), que herdara de seu progenitor uma fábrica de mobílias fundada em 1831, localizada na Rua da Preguiça, rebatizada de Rua Dr. Manuel Victorino, em homenagem a seu irmão, Manuel Victorino Pereira, que fora Governador da Bahia (23/11/1889-25/04/1890).²¹⁵ Por meio de seu necrológico, ficamos sabendo que Victorino José Pereira Junior era filho de pai português, mas parece ter nascido no Brasil, tendo sido vinculado à Irmandade da Conceição da Praia, além de ter

²¹³ *Jornal de Notícias*, Salvador, 25 jan. 1893, p. 2.

²¹⁴ *Almanach litterário e de indicações para o ano de 1887*. Organizado pela empresa Prudêncio de Carvalho & Rocha. Província da Bahia, 1886, p 33.

²¹⁵ *Almanach do Diário de Notícias* – 1883, p. 61.

ocupado o cargo de diretor do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia e de ter obtido a patente de Capitão (depois, de Coronel) da Guarda Nacional, engajando-se no jogo político estadual, inclusive por meio do Partido Operário da Bahia, sob a República.²¹⁶

Quando somamos os 444 operários e artesãos aos 27 contramestres e mestres de oficinas, mestres de obras, construtores e pequenos empreiteiros, foi possível verificar que o mundo do trabalho manual correspondia a precisos 80% dos membros do Centro Operário da Bahia. Porém, é preciso dizer que essa organização abrigava, ainda, indivíduos pertencentes a outras classes e grupos sociais, entre os quais estavam três caixeiros ou empregados do comércio de Salvador. Nesse grupo estavam, por exemplo, Francisco de Assis Costa (1880-1920), brasileiro, casado, pai de seis filhos menores, falecido aos 40 anos de idade, vítima de tuberculose pulmonar²¹⁷, e Arthur Jacintho Rodrigues (1887-1945), casado, preto, morto aos 58 anos, de pneumonia.²¹⁸

Além disso, localizamos quatro industriais, treze comerciantes ou negociantes, um banqueiro ou financista e três proprietários. Entre os industriais estavam Luiz Tarquínio (1844-1903), proprietário da Companhia Empório Industrial do Norte, e Antonio Francisco Brandão Jr. (1844-1920), filho de um rico comerciante português²¹⁹ e proprietário do famoso *Burgo Industrial da Plataforma*, um complexo formado por fábricas de tecidos, sapatos e sabão e uma vila operária com 208 casas, patrimônio que depois foi incorporado à Companhia Progresso Industrial da Bahia.²²⁰

Esse dado é importante por revelar a presença de pessoas de outras classes sociais na organização em estudo. É possível que sua presença esteja relacionada às redes de clientelismo que se formaram, e que apareciam de modo explícito por ocasião das eleições, pois não parecia ser incomum que a burguesia tentasse usar seus operários como eleitores nos pleitos institucionais da República, conforme veremos no Capítulo V. De todo modo, é preciso reconhecer que a presença desses industriais, comerciantes, proprietários e até de um banqueiro, somada ao fato já mencionado de muitos artesãos qualificados, pertencentes ao Centro Operário, possuírem oficinas, pode ter interferido negativamente no processo de conformação de uma consciência de classe nessa fração da classe operária baiana que se formava.

²¹⁶ *Diário de Notícias*, Salvador, 7 ago. 1914, p. 2.

²¹⁷ APEB, Seção Judiciária, 6/2330/2830/2 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²¹⁸ APEB, Seção Judiciária, 3/1107/1576/7 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²¹⁹ APEB, Seção Judiciária, 07/2888/ /14 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²²⁰ APEB, Seção Judiciária, 6/2356/2856/13 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos); DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, p. 274-276, 2 jul. 1923. Edição Especial do Centenário.

No grupo dos comerciantes estavam Virgílio da Motta Leal (1886-1939), branco, casado, estabelecido com uma padaria à Rua Manuel Victorino, distrito da Conceição da Praia²²¹; Raymundo Nonato dos Santos, preto, casado, proprietário de vários prédios residenciais, terrenos, fazendas e da Casa Militar, indicando que talvez ele fosse um fornecedor das Forças Armadas²²²; e Manuel Ribeiro Pinto (1849-1922), branco, solteiro, proprietário de sobrados e do Bazar 65 no distrito da Conceição da Praia.²²³

A categoria de proprietário, surgida na documentação notarial, é de difícil definição. Isso porque, para os casos localizados, ela remetia a dois mundos distintos, o urbano e o rural. Na primeira situação, temos o coronel Arthur Alves Peixoto de Athayde (1879-1952), brasileiro, casado, que legou a sua esposa e três filhos nada menos que 176 imóveis, entre casas e terrenos, espalhadas pelos distritos de Santo Antonio (145), Pilar (10), Santana (5), Vitória (1), além da Ilha de Itaparica (15). Tudo indica tratar-se de um sujeito que vivia de práticas ligadas à especulação imobiliária, e algumas dessas casas parecem ter sido usadas como habitações para operários de companhias têxteis baianas.²²⁴ O segundo caso é o do coronel da Guarda Nacional Antonio Sodré Pereira (1879-1933), brasileiro, pardo, casado, morto aos 54 anos, vítima de problemas cardíacos. Em seu inventário, consta a propriedade de uma fazenda com 300 tarefas de terras no distrito de Passé, uma casa na cidade de Candeias e outra na Calçada do Bonfim, na Cidade Baixa de Salvador.²²⁵

Ainda nos foi possível identificar, em nossa amostra de 1.176 filiados ao Centro Operário, 66 profissionais liberais, correspondendo a 11,2% de nossa amostra de associados da entidade com ocupação determinada.²²⁶ Bem representativo do grupo é o farmacêutico Amaro de Lellis Piedade (1856-1908). Apesar de sua formação, obtida junto à Faculdade de Medicina da Bahia, foi ao jornalismo engajado nas grandes causas da Abolição e da República e à questão social que Lellis Piedade se dedicou. Ele foi repórter, inicialmente, do *Diário de Notícias*, onde ficou até 1886, ano em que foi dirigir o *Jornal de Notícias*, ao qual permaneceu ligado, praticamente, até a sua morte, ocorrida em 1º de fevereiro de 1908.

²²¹ APEB, Seção Judiciária, 7/2965/ - /29 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²²² APEB, Seção Judiciária, 9/3859/0/1 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²²³ APEB, Seção Judiciária, 6/2368/2868/9 e 8/3455/ - /15 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²²⁴ APEB, Seção Judiciária, 6/2708/ - /8 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²²⁵ APEB, Seção Judiciária, 3/1083/1552/24 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²²⁶ Os 68 profissionais liberais eram professores, farmacêuticos, médicos, jornalistas, engenheiros e advogados, todos ligados ao Centro Operário da Bahia na condição de sócios honorários, beneméritos e benfeitores.



Amaro de Lellis Piedade (1856-1908). Farmacêutico e jornalista do *Diário de Notícias* e do *Jornal de Notícias*. Integrou o Club Republicano da Bahia, o Centro Operário da Bahia, o Club Socialista e a Federação Socialista Bahiana.

Fonte: *Jornal de Notícias*, Salvador, 15 jan. 1904.

Antes de integrar o Partido Operário, o Centro Operário da Bahia, o Club Socialista e a Federação Socialista Bahiana, havia sido uma importante liderança do Club Republicano da Bahia. Por ocasião de sua morte, o *Jornal de Notícias* o descreveu como um “republicano decidido”, que dedicara sua mocidade à “propaganda desse ideal na imprensa, na tribuna, em clubes de que foi fundador, em todas as cerimônias em que se fazia ouvir”. Em 1903, fora agraciado, juntamente com o governador Severino Vieira, o médico Nina Rodrigues e o delegado de polícia Pedro Gordilho, com o título de sócio honorário da Società Italiana di Mutuo Socorro, reorganizada pelo professor Antonio Bussone, entidade que contava com 95 súditos italianos naquele momento.

Já sob a República, foi subdelegado da freguesia da Penha e o Governador Virgílio Clímaco Damásio o nomeou funcionário da secretaria da Câmara dos Deputados Estaduais, cargo que exercera até adoecer. Elegeu-se deputado estadual por três vezes, inclusive para a Constituinte Estadual de 1891. Católico convicto, Lellis Piedade destacou-se como secretário do Comitê Patriótico da Bahia, uma organização humanitária criada em 28 de julho de 1897, momento em que o arraial de Canudos recebeu o ataque da IV Expedição do Exército brasileiro. Ao objetivo inicial de socorrer

os soldados feridos em combate contra os adeptos de Antonio Conselheiro, logo se somou o amparo às crianças e mulheres sertanejas, vítimas da violência e da sanha destruidora dos militares e das classes dominantes. Escrito em 1901, o *Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia*, da lavra de Lellis Piedade, testemunha ocular dos dramáticos acontecimentos do sertão em fins do século XIX, constitui-se em fonte imprescindível para os estudiosos do assunto ainda hoje.²²⁷

Outros três casos merecem menção. Um é o de Pedro Ivo Fiel de Andrade (1862-1933), também farmacêutico, branco, casado, sepultado na Quinta dos Lázaros aos 71 anos.²²⁸ Outro é o do bacharel em Direito João Ferreira de Araújo Pinho (1852-1917), branco, casado, membro de uma rica e tradicional família de senhores de engenho da Bahia.²²⁹ O terceiro é o do major da Guarda Nacional e membro do Círculo Católico, José Pereira de Lacerda (1855-1931), preto, viúvo, pai de dois filhos, sepultado na Quinta dos Lázaros, descrito em seu inventário, datado de 1931, como arquiteto, mas efetivamente apresentado na documentação de fundação do Partido Operário, em 1890, como “artista”.²³⁰

Finalmente, encontramos dezessete funcionários públicos (municipais, estaduais e federais) na base do Centro Operário. Entre os vários exemplos, podemos mencionar o professor e oficial-maior da Diretoria do Tesouro e Fazenda do Estado da Bahia, Torquato Bahia da Silva Araújo (1851-1919), que esteve nas origens do Partido Operário da Bahia²³¹, o médico, professor catedrático efetivo da Faculdade de Medicina e diretor aposentado da Imprensa Oficial do Estado da Bahia, Dr. José de Aguiar Costa Pinto (1878-1936)²³², Canuto Americano de Andrade (1867-1929), funcionário aposentado da Penitenciária do Estado²³³ e Dr. Octavio Nunes Sarmento, médico e coronel aposentado da Polícia Militar.²³⁴

Como já vimos no Capítulo II, muitos dos filiados ao Centro Operário que foram classificados como profissionais liberais e funcionários públicos eram autoridades que integravam a organização na condição de sócios honorários, beneméritos e benfeitores,

²²⁷ APEB, Seção Judiciária, 8/3463/ - /33 e 1/342/655/3 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos); *Jornal de Notícias*, Salvador, 27 fev. 1890, p. 1 e 3 fev. 1908, p. 1; *Diário de Notícias*, Salvador, 4 jul. 1903, p. 2; PIEDADE, Lélis. *Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia* (1897-1901). Edição, apresentação, notas e projeto gráfico Antonio Olavo. 2ª ed., Salvador: Portfolium, 2002.

²²⁸ APEB, Seção Judiciária, 3/1186/1655/3 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²²⁹ APEB, Seção Judiciária, 3/907/1376/06 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²³⁰ APEB, Seção Judiciária, 7/2965/ - /17 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²³¹ APEB, Seção Judiciária, - /2236/2736/06 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²³² APEB, Seção Judiciária, 8/3365/ - /9 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²³³ APEB, Seção Judiciária, 08/3662/ - /12 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²³⁴ APEB, Seção Judiciária, 3/1080/1549/15 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

e que, junto com outras pessoas de prestígio e poder, como os industriais e comerciantes já mencionados, cumpriram um papel importante na mediação e/ou consecução de isenções de impostos e subvenções municipais, estaduais e até federais para a entidade que estamos estudando.

O já citado relatório da entidade referente ao biênio de abril de 1917 a março de 1919 dava conta da existência de 45 sócios beneméritos entre autoridades públicas, parlamentares, professores, médicos, farmacêuticos, advogados, militares, clérigos, comerciantes e outros. Na longa lista, constavam os nomes do marechal Hermes da Fonseca, que exerceu o cargo de presidente da República no quadriênio de 1910-1914, de J. J. Seabra, senador e governador da Bahia nos mandatos de 1912-1916 e 1920-1924, de Antonio Ferrão Moniz de Aragão, seu sucessor na chefia do executivo baiano entre 1916 e 1920, dos deputados federais Mário Hermes da Fonseca e João Augusto Neiva e do chefe de polícia José Álvaro Cova.

Vê-se, pois, que, o Centro Operário da Bahia era uma organização multifacetada em termos de objetivos a serem cumpridos, desenvolvendo funções beneficentes, mutualistas, sindicais e político-partidárias. Além disso, em sintonia com essa situação, o Centro era, também, uma organização que abrigava classes e grupos sociais distintos e, teoricamente, antagônicos, isto é, além de uma maioria significativa de operários e artesãos, ela abrigava, ainda, mestres e proprietários de oficinas, mestres de obras, empreiteiros e construtores, funcionários públicos, profissionais liberais, caixeiros, comerciantes, industriais e até um banqueiro. Mas esta situação, na qual uma fração da classe trabalhadora convivía com elementos da classe média e da burguesia numa organização de base operária não era uma particularidade da Bahia.

De acordo com Beatriz Loner, nos primeiros anos da República, em várias regiões do Brasil, o mundo do trabalho se constituía num “conjunto indiferenciado” com “grande potencialidade eleitoral e capacidade de mobilização”. Esse “grande bloco” ainda “indiviso”, constituído por vários tipos de patrões e empregados (operários, artesãos, empreiteiros, mestres de obras, proprietários de oficinas e até industriais), entre os quais não era comum haver uma grande distância social e de interesses, foi responsável pela fundação de inúmeras organizações que reuniam essa variedade de assalariados e patrões sob a consigna de liga ou partido operário.²³⁵

²³⁵ LONER, Beatriz Ana. *A República e o mundo do trabalho*. In: JORNADA NACIONAL DE HISTÓRIA DO TRABALHO III, Niterói. *Comunicação*. Niterói: GT Mundos do Trabalho - ANPUH, 2006. 13 p.

Um fator externo que poderia ter facilitado a convivência entre patrões e operários na mesma organização era a indisposição de ambos contra a política fiscal e tributária, seja no plano municipal, seja no estadual ou federal, que em alguns momentos era profundamente nociva às atividades produtivas e, por extensão, motivadora de desemprego e compressão salarial na indústria. Como bem observou Beatriz Ana Loner para situação semelhante ocorrida no Rio Grande do Sul:

Esse discurso valia-se da palavra operário, com o sentido de *todo aquele que trabalha na indústria ou manufatura, em qualquer posição do processo produtivo*. Ele teve sucesso, porque, aparentemente, respondia a necessidades de ambas as partes. Para os operários, ainda ameaçados pela desvalorização do trabalho manual que vigorava na época da escravidão, interessava reforçar a posição, na sociedade, do trabalhador manual, do produtor de mercadorias e artefatos, enfim, de quem vivesse do próprio trabalho. Para os empresários, inseridos como parcela minoritária de uma sociedade de cunho capitalista, mas basicamente agrária, interessava apresentar suas reivindicações como representativas de uma camada numerosa da sociedade, os trabalhadores, o que reforçaria seu poder de pressão.²³⁶

Esse hibridismo social do Centro Operário da Bahia determinará a defesa de interesses mais amplos da população pobre e não apenas os dos operários. Todavia, é preciso lembrar ao leitor que, além de congregar uma maioria de operários qualificados em convivência com mestres, empreiteiros, proprietários de oficinas e até industriais, essa organização abrigava, em seu interior, também, um expressivo número de profissionais liberais, grande parte deles ocupantes de cargos eletivos, membros das elites que controlavam a política local e estadual, o que se explica pelo caráter de máquina política da organização em tela.

²³⁶ LONER, Beatriz Ana. *Construção de Classe: Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora da UFPel., 2001, p. 170.

TABELA 4
CLASSIFICAÇÃO POR COR DOS FILIADOS DO
CENTRO OPERÁRIO DA BAHIA

Cor	Números absolutos	Percentuais
Preta	38	29,9
Branca	29	22,8
Parda	20	15,7
Mestiça	40	31,5
Total da amostra	127	100,0
Não-identificados	1.049	
Total geral	1.176	

Fontes: APEB, Seção Judiciária, Inventários e Testamentos; Necrológios; Estatutos, Históricos, Atas, Relatórios e outros documentos do Partido Operário da Bahia, da União Operária Bahiana e do Centro Operário da Bahia; Memórias.

No entanto, cabe perguntar, essas organizações tão diversas em termos sócio-ocupacionais seriam igualmente heterogêneas quanto à variável étnico-nacional ou não? Para responder a essa questão, vamos nos valer das informações que extraímos dos necrológios, inventários e testamentos que pesquisamos, mantendo as classificações de “cor” e “raça” neles presentes. De nossa amostra de 1.176 associados, identificamos a cor de 127 deles, isto é, 10,8% dos filiados. Como se pode ver na Tabela 4, encontramos 29 (22,8%) brancos, 38 (29,9%) pretos, 20 (15,7%) pardos e 40 (31,5%) mestiços. Se acreditarmos que esta amostra é representativa do conjunto da entidade, temos 77,1% dos filiados pertencentes ao grupo dos não-brancos. Portanto, podemos dizer que o Centro Operário da Bahia parece ter sido formado majoritariamente por brasileiros negro-mestiços.

Essa suposição se fortalece quando comparamos os dados de nossa amostra com a distribuição por cor da população masculina total de Salvador. Do total de 174.408 habitantes da capital baiana em 1890, 91.806 (52,6%) eram mulheres e 82.602 (47,4%), homens. O censo brasileiro de 1890 também adotou quatro categorias classificatórias de “raça”. Do universo masculino, 27.631 (33,5%) eram brancos, 21.213 (25,7%) eram pretos, 5.387 (6,5%) eram caboclos e 28.371 (34,3%) eram mestiços. Portanto, enquanto os pretos constituíam o grupo mais numeroso de nossa amostra do Centro Operário da Bahia, na cidade do Salvador os mestiços eram os mais abundantes. Quanto aos brancos, eles eram em quantidade bem maior na sociedade que na associação dos trabalhadores. No conjunto, pretos, mestiços e caboclos correspondiam a 68% da população da capital baiana, contra os 77,1% de não brancos da entidade operária. Pode-se afirmar com maior margem de segurança, pois, que a população negro-mestiça

era maior entre as classes trabalhadoras, e que, simetricamente, encontramos mais brancos na medida em que olhamos para os degraus mais altos da hierarquia social de Salvador.²³⁷

Isso fica ainda mais evidente quando constatamos que o grupo dos brancos existentes na organização política era composto, em sua quase totalidade, por indivíduos das classes médias e da burguesia. Cruzando as variáveis ocupação e cor para 120 integrantes do Centro Operário da Bahia, obtivemos os seguintes resultados: dos 77 artesãos e mestres de ofício, 73 (89%) eram pretos, pardos e mestiços, enquanto apenas 9 (11%) eram brancos. No grupo dos funcionários públicos, identificamos a cor de doze indivíduos, sendo um preto, quatro brancos, três pardos e quatro mestiços. Dos dez profissionais liberais para os quais descobrimos a cor, oito eram brancos e dois eram pretos, e entre os oito comerciantes para os quais conseguimos informações, seis eram brancos e dois eram mestiços.

Quanto aos estrangeiros, eles eram apenas cinco em todo o universo dos 1.176 membros das organizações que estamos estudando, dos quais três eram italianos e dois eram portugueses, todos ocupando posições sociais distintas. Um deles era o marceneiro italiano João Angelo Lucciola (1875-1939), que chegou a ser sócio de Emilio Cappa na carpintaria Ítalo-Brasileira, da qual se desvinculou em 1936.²³⁸ Outro caso é o do comerciante Giuseppe Nicola Perrelli, também italiano, natural da Calábria, falecido em 18 de setembro de 1965.²³⁹ Um último exemplo que podemos mencionar é o do condutor português Joaquim da Luz, nascido em 1880, solteiro, morto em 1925, vítima de tuberculose pulmonar.²⁴⁰

²³⁷ Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatísticas. *Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analfabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1898, p. 20-21. O quadro traçado a partir do censo de 1890 não parece ter se alterado significativamente nas duas décadas seguintes, principalmente considerando que não houve imigração estrangeira em massa para a Bahia. Uma estimativa para 1910 dava conta de que naquele ano a população de Salvador era de 250 mil habitantes, sendo 12.500 (5%) de estrangeiros, 75.000 (30%) de brancos brasileiros, 50.000 (20%) de negros e 112.500 (45%) de mestiços. Observe-se que as categorias de pardo e caboclo desaparecem nessa estatística, mas o número de mestiços dessa fonte é consistente com a soma de mestiços e pardos / caboclos da documentação notarial e censitária. Quanto aos brancos, a soma dos brasileiros dessa cor com os estrangeiros nos dá como resultado um percentual próximo ao que achamos para 1890. *Diário de Notícias*, Salvador, 7 mar. 1910, p. 1-2.

²³⁸ APEB, Seção Judiciária, 6/2463/2963/6 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²³⁹ APEB, Seção Judiciária, 9/3883/0/4 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²⁴⁰ APEB, Seção Judiciária, 6/2662/ - /10 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

TABELA 5
DÉCADA DE NASCIMENTO DOS FILIADOS AO
CENTRO OPERÁRIO DA BAHIA

Década de nascimento	Números absolutos	Percentuais
1810	1	0,8
1820	1	0,8
1830	10	7,5
1840	14	10,5
1850	27	20,3
1860	27	20,3
1870	32	24,1
1880	15	11,3
1890	3	2,3
1900	3	2,3
Total da amostra	133	100,0
Não-identificados	1.043	
Total geral	1.176	

Fontes: APEB, Seção Judiciária, Inventários e Testamentos; Necrológios; Estatutos, Históricos, Atas, Relatórios e outros documentos do Partido Operário da Bahia, da União Operária Bahiana e do Centro Operário da Bahia; Memórias.

Essas informações nos levam a relativizar a idéia de que, depois da Abolição da escravidão e da proclamação da República, a população negro-mestiça tivesse sido totalmente marginalizada, tanto social, quanto politicamente.²⁴¹ Nossos dados estão mostrando que, em vez de viver uma situação de desemprego e pobreza absoluta, a fração de classe operária representada, primeiro, pelo Partido Operário da Bahia e pela União Operária Bahiana, depois, pelo Centro Operário da Bahia, era formada pelo setor mais qualificado, mais escolarizado e melhor remunerado, que possuía inserção no mercado de trabalho formal e reunia as condições para tomar parte nas eleições institucionais, ou seja, eram portadores de cidadania política. É possível pensar que a maioria desses homens fosse negro-mestiça brasileira, e a maior parte deles nasceu nas décadas de 1850, 1860 e 1870, conforme pode ser visto na Tabela 5, sendo plausível supor que uma parte significativa dessas pessoas tenha vivido sob a experiência da escravidão ou que seja descendente de escravos. Por fim, parece correto pensar que não havia linhas de separação / distinção entre brancos, mestiços e negros, nacionais e

²⁴¹ Para uma discussão acerca das dificuldades de integração social, enfrentadas pelos negros no Brasil, ver: ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Tradução Magda Lopes. Bauru: EDUSC, 1998.

estrangeiros nessas entidades. O racismo científico não parece ter encontrado audiência entre os operários de ofício das organizações em estudo.

A análise da amostra tem evidenciado, também, que aquele era um mundo masculino, em que as mulheres não podiam ocupar cargos de direção, nem mesmo se filiar. Elas eram, segundo a Constituição da entidade, apenas, as beneficiárias, juntamente com seus filhos, das vantagens securitárias oferecidas pela associação aos familiares dos sócios. Isso talvez explique por que a organização tinha forte penetração no mundo artesanal, mas tivesse um desempenho pífio no setor fabril. Provavelmente era nas fábricas têxteis de Salvador e de charutos das cidades do Recôncavo, que as operárias estavam empregadas, vivendo sob a rígida disciplina e controle paternalista dos patrões e de seus agentes. Como não podiam participar do Centro Operário, algumas delas – as que pertenciam à fração de classe que dispunha de uma maior autonomia – resolveram criar a sua própria associação, a União Socialista das Costureiras. Mas o predomínio dos artesãos deve-se, também, ao fato de eles serem o setor mais instruído da classe operária, ao passo que os operários fabris, em geral, não possuíam escolaridade, portanto, não tinham cidadania política, conforme estabelecido pela Lei Saraiva (1881), que tirava dos analfabetos seus direitos políticos, exclusão que foi mantida pela Constituição Federal de 1891. De resto, como ocorria em quase todo o mundo, também as mulheres não tinham direito ao voto. Essas informações nos fazem pensar que, talvez, a ausência dos operários e das operárias fabris do quadro de filiados do Centro Operário não fosse um fato aleatório ou ditado pelo acaso, mas uma escolha imposta pela racionalidade política da época, já que o Centro Operário da Bahia era, efetivamente, uma organização engajada no jogo eleitoral de seu tempo e, portanto, não interessaria ter membros destituídos de direitos políticos.

Um número muito grande de indivíduos da amostra analisada fez parte de uma verdadeira constelação associativa, formada por muitas irmandades religiosas e sociedades mutualistas, nas quais já faziam política desde o oitocentos. Como já nos explicou João José Reis, as irmandades eram espaços privilegiados para a construção de identidades sociais. Nelas, para além das questões terrenas, ligadas às funções securitárias, africanos, crioulos e pardos, fossem eles escravos, livres ou libertos,

definiam e redefiniam identidades étnicas, faziam alianças, negociavam e conflitavam entre si ou com os brancos.²⁴²

TABELA 6
IRMANDADES DAS QUAIS FIZERAM PARTE FILIADOS DO
CENTRO OPERÁRIO DA BAHIA

IRMANDADE / DEVOÇÃO	NÚMERO DE IRMÃOS FILIADOS AO CENTRO OPERÁRIO
Irmandade de Santo Antonio Além do Carmo	1
Irmandade de São Benedito	2
Irmandade do Santíssimo Sacramento de São Pedro Velho	1
Irmandade do Senhor Bom Jesus da Paciência	1
Irmandade dos Quinze Mistérios	1
Irmandade do Rosário do João Pereira da Freguesia da Vitória*	1
Irmandade de Nossa Senhora da Fé e Santa Cruz	1
Irmandade do Rosário de Santana	1
Irmandade de Santa Cecília	1
Irmandade de São José	2
Irmandade da Conceição dos Artistas	1
Irmandade da Conceição do Tororó	2
Irmandade da Conceição da Praia	2
Confraria do Senhor Bom Jesus da Cruz	1
Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo **	12
Ordem Terceira do Boqueirão	2
Ordem Terceira de São Francisco	2
Ordem Terceira de São Domingos	1

Fontes: APEB, Seção Judiciária, Inventários e Testamentos; Necrológios; Estatutos, Históricos, Atas, Relatórios e outros documentos do Partido Operário da Bahia, da União Operária Bahiana e do Centro Operário da Bahia; Memórias.

* Apesar de seu nome, essa irmandade ficava na freguesia de São Pedro Velho e não na paróquia da Vitória.

** Fundada como Irmandade do Rosário das Portas do Carmo. No final do século XIX, passou a ser Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo ou Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário da Baixa dos Sapateiros.

Conseguimos identificar 23 filiados do Centro Operário da Bahia que pertenciam a dezessete diferentes irmandades religiosas. A maioria das irmandades nas quais encontramos os personagens de nosso estudo era de negros, como a Nossa Senhora do Rosário, onde encontramos doze artesãos e mestres de ofício de nossa amostra. Um exemplo é o carpinteiro preto Tiburcio Luiz Souto (1873-1955), que além da Irmandade do Rosário do Pelourinho também integrou a Sociedade Protetora dos Desvalidos, fundada em 1832, foi dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Madeira e do Centro Operário da Bahia, e compôs o Comitê Central de Greve durante a paralisação geral de junho de 1919 em Salvador. Também pertenciam à Irmandade dos

²⁴² REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. 1ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Agradeço a João José Reis a presteza com a qual me esclareceu algumas dúvidas acerca das irmandades.

Pretos do Pelourinho os mestres de obras Domingos Silva (1865-1914), que ocupou a presidência do Centro Operário em seus anos iniciais, o artista Ernesto Feliciano da Costa (1862-1918) e o marceneiro Octavio Jeronymo dos Santos (1887-1914).



Tiburcio Luiz Souto (1873-1955). Carpinteiro que foi filiado ao Centro Operário da Bahia, ao Sindicato dos Trabalhadores em Madeira, à Sociedade Protetora dos Desvalidos e à Sociedade Dezesesseis de Julho. Destacou-se, ainda, por sua participação no Comitê Central de Greve durante a Greve Geral de 1919 que sacudiu Salvador e o Recôncavo Baiano.

Fonte: Histórico e Relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos 1832-1932. Apresentado pelo Presidente do Diretório Juventino Silvino da Costa. Aprovado em Assembléia Geral de 7 de setembro de 1934. Exercício de 1931-1934. Bahia, 1934.

Outras duas confrarias de pretos nas quais encontramos membros do Centro Operário da Bahia foram a Irmandade de São Benedito, com dois artífices, e a Irmandade dos Quinze Mistérios, com um operário qualificado. A organização operária compartilhou alguns de seus filiados, também, com irmandades de pardos, a exemplo da Ordem Terceira do Boqueirão e da Confraria do Senhor Bom Jesus da Cruz, das quais faziam parte o tipógrafo Ceciliano de Souza Mundim e o marceneiro João Ferreira de Mendonça (1874-1914), respectivamente.

Havia, por fim, filiados ao Partido Operário, à União Operária e ao Centro Operário da Bahia que pertenciam a confrarias profissionais, sendo exemplares os casos da Irmandade da Conceição dos Artistas e da Irmandade de São José, aglutinadora de artesãos dos ofícios da construção civil, que, como já se viu, tinham um peso muito significativo na composição social do Centro Operário. No primeiro caso, podemos mencionar o pedreiro e capitão da Guarda Nacional Anastácio Machado de Menezes (1872-1909), que foi dirigente do Centro Operário da Bahia, do Club Socialista, da Federação Socialista Bahiana e da Associação Defensora dos Trabalhadores da Construção.

Ao longo deste texto, já mencionamos vários casos de operários que integraram as organizações em estudo e que pertenceram, também, a diversas irmandades religiosas. Porém, provavelmente, o caso mais emblemático tenha sido o do pedreiro e tenente da Guarda Nacional Manoel Friandes, reformado como capitão do 8º Batalhão de Infantaria dessa milícia em Salvador em 1892 e morto em 4 de agosto de 1904. Em seu testamento, havia recomendações detalhadas e explícitas sobre os procedimentos que deveriam ser adotados após a sua morte no que tange à distribuição de seus bens. Na economia da salvação montada por seu antigo irmão, figuravam, como beneficiárias, a Ordem Terceira do Rosário da Baixa dos Sapateiros, a Irmandade dos Quinze Mistérios, a Irmandade de São Benedito, a Irmandade do Rosário do João Pereira da Freguesia da Vitória e a Irmandade da Conceição do Tororó. Instruções explícitas foram dadas para que, após a sua morte, seu corpo fosse entregue à Ordem Terceira do Rosário da Baixa dos Sapateiros visando enterrá-lo no cemitério daquela sociedade. Exigia-se que lhe fosse vestido seu hábito e que a despesa com seu enterro fosse de quinhentos mil-réis. Na Igreja do Rosário da Baixa dos Sapateiros deveriam ser rezadas vinte missas pela alma de sua mãe, vinte pela alma de seu pai e outras dez por sua própria alma.²⁴³

Alguns dos personagens de nosso estudo não apenas integraram irmandades religiosas, mas exerceram funções diretivas nessas associações. Nesse sentido, é preciso mencionar o nome do artista e capitão da Guarda Nacional Faustino Gomes da Silva, que foi três vezes dirigente do Centro Operário da Bahia e, em 1905, ocupou a função de secretário da Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora das Portas do Carmo. Seu nome apareceu assinado nos convites postados na imprensa para as festas

²⁴³ APEB, Seção Judiciária, 6/2684/-/5 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos); *Pequeno Jornal*, Salvador, 8 ago. 1892, p. 1.

em louvor de sua padroeira, da qual tomou parte, também, a co-irmã daquela confraria, a Venerável Ordem Terceira do Boqueirão. Consta, ainda, que Faustino Gomes da Silva foi membro da Sociedade União Filantrópica dos Artistas e da Sociedade Protetora dos Desvalidos, sendo que esta última fora, em suas origens, na primeira metade do século XIX, uma irmandade, só depois se convertendo em sociedade mutualista.²⁴⁴

O empreiteiro de obras preto e capitão da Guarda Nacional José Maria da Conceição (1867-1950) foi outro filiado do Centro Operário da Bahia que apareceu no convite que a Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora das Portas do Carmo expediu para as festas em homenagem à sua santa, a serem realizadas no domingo, 13 de novembro de 1921. Ele chegou a ser apresentado como um “esforçado prior e restaurador” da referida confraria. Além disso, mais uma vez, a convocatória foi assinada pelo capitão da Guarda Nacional Faustino Gomes da Silva.²⁴⁵

O artesão branco Joaquim Pinto dos Santos, que pertencia à Sociedade União Filantrópica dos Artistas, à Sociedade Bolsa de Caridade e ao Centro Operário da Bahia, assinou um convite, na qualidade de secretário da Venerável Ordem Terceira de São Domingos, por meio do qual chamava seus irmãos para, “revestidos de seus hábitos”, assistirem a uma missa em homenagem aos membros falecidos daquela confraria, que seria realizada no dia 10 de novembro de 1927 em sua Igreja.²⁴⁶

TABELA 7
CEMITÉRIOS EM QUE FORAM SEPULTADOS OS FILIADOS DO
CENTRO OPERÁRIO DA BAHIA

Cemitério	Números absolutos	Percentuais
Campo Santo	24	22,9
Quinta dos Lázaros	74	70,5
Outro	7	6,7
Total da amostra	105	100,0
Não-identificados	1.071	
Total geral	1.176	

Fontes: APEB, Seção Judiciária, Inventários e Testamentos; Necrológios; Estatutos, Históricos, Atas, Relatórios e outros documentos do Partido Operário da Bahia, da União Operária Bahiana e do Centro Operário da Bahia; Memórias.

²⁴⁴ *Jornal de Notícias*, sábado, 11 nov. 1905, p. 3.

²⁴⁵ APEB, Seção Judiciária, 07/2728/ /12 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos); *Diário de Notícias*, 12 nov. 1921, p. 7.

²⁴⁶ *Diário de Notícias*, Salvador, 7 nov. 1927, p. 3.

Com base na Tabela 7, é possível dizer que o número de filiados do Centro Operário da Bahia vinculados a irmandades religiosas talvez fosse muito maior. A partir de diversas fontes, particularmente dos inventários e dos necrológios, identificamos o local de enterro de 104 filiados, dos quais 23 (22,1%) o foram no Cemitério do Campo Santo e o expressivo número de 74 (71,2%) no Cemitério da Quinta dos Lázaros (os 6,7% restantes foram enterrados em cemitérios menores de Salvador e do interior). Como já foi demonstrado por João José Reis, após a *Cemiterada*, a revolta pluriclassista e multirracial que abalou Salvador em 1836 “em defesa de uma visão tradicional de morte” e contra as rígidas normas médicas e higiênicas que surgiam, o Cemitério do Campo Santo passou ao controle da poderosa irmandade da Santa Casa de Misericórdia. Para evitar conflitos com as outras confrarias, o governo lhes doou um terreno no qual fora construído o Cemitério da Quinta dos Lázaros.²⁴⁷

Se considerarmos que ao menos 74 integrantes do Centro Operário foram sepultados no Cemitério da Quinta dos Lázaros, e que maioria dos filiados desta organização parece ter sido negro-mestiça, podemos trabalhar com a hipótese de que o número de trabalhadores vinculados às irmandades religiosas fosse bem superior ao que pudemos confirmar. A conclusão a qual podemos chegar é que a secularização crescente não parece ter sido capaz de bloquear o espírito de pertencimento a essas instituições do catolicismo leigo tradicional.

Aliás, além das irmandades religiosas, identificamos seis filiados do Centro Operário que também eram sócios do Circulo Católico da Bahia, entidade que comemoraria, no domingo, 1º de maio de 1904, seu terceiro aniversário.²⁴⁸ Dos seis integrantes do Círculo Católico, vinculados ao Centro Operário, quatro eram “artistas”, um era alfaiate e o outro era o operário da construção (depois, empreiteiro de obras) Domingos Francisco da Silva, que foi presidente do Circulo Católico da Bahia em 1903 e 1907²⁴⁹, além de ter pertencido, como já vimos, à Venerável Ordem Terceira do Rosário da Baixa dos Sapateiros, à Irmandade da Conceição da Praia e à Irmandade de São Benedito.²⁵⁰

É possível que a quase totalidade de nossa amostra, pois, fosse formada por “católicos”, sendo registrada uma única exceção, a do funileiro e pregador João

²⁴⁷ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. 1ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

²⁴⁸ *Diário de Notícias*, Salvador, 27 abr. 1904, p. 2.

²⁴⁹ *Jornal de Notícias*, Salvador, 16 jan. 1903, p. 1; *Jornal de Notícias*, Salvador, 22 out. 1903, p. 1; *Jornal de Notícias*, Salvador, 29 abr. 1907, p. 1.

²⁵⁰ *Diário de Notícias*, Salvador, 15 e 16 jul. 1914, p. 1-2 e 2.

Gualberto Baptista (1852-1906), que deixou registrado em seu inventário que era protestante, casado na Igreja Batista, embora tivesse sido sepultado no Cemitério da Quinta dos Lázaros, pertencente às irmandades católicas.²⁵¹

Todavia, se é certo que a maioria dos personagens por nós estudados é formada por adeptos do catolicismo tradicional e popular, integrando inúmeras irmandades religiosas, há evidências de que essa fração da classe operária estivesse envolvida, também, com práticas relacionadas à religião afro-brasileira. Prova disso é que Félix José do Espírito Santo, mestre da oficina de ferreiro do Arsenal de Marinha da Bahia, de cor preta, integrante do Partido Operário e do Centro Operário da Bahia, era casado com Claudiana Maria do Espírito Santo (1870-1900), filha de Maria Magdalena da Silva e neta da mãe-de-santo Marcelina da Silva, sacerdotisa de Xangô e sucessora da ialorixá *Iyá Nassô*, do famoso candomblé da Casa Branca do Engenho Velho.²⁵² Do matrimônio entre Félix e Claudiana, nasceu Maria Bibiana do Espírito Santo (1900-1967), que também se tornaria, mais tarde, uma importante líder religiosa, conhecida como Mãe Senhora.²⁵³

Mas, como dissemos, além das irmandades religiosas, os trabalhadores baianos em geral, e os filiados do Centro Operário da Bahia, em particular, possuíam uma tradição de associativismo mutualista que remontava à primeira metade do século XIX. O mutualismo foi um fenômeno global, conforme mostrou um estudo comparativo recente, no qual associações de auxílio mútuo foram encontradas na Grã-Bretanha, Irlanda, Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, França, Itália, Espanha, Portugal, Alemanha, Suíça, Áustria, Hungria, Polônia, Rússia, Bélgica, Holanda, Suécia, Finlândia, China, Índia, Indonésia, México, Chile e, é claro, o Brasil.²⁵⁴ Apesar disso, da mesma forma que ocorrera em inúmeros outros países, durante muito tempo, o mutualismo foi visto como uma simples pré-história do movimento sindical e

²⁵¹ APEB, Seção Judiciária, 03/1347/1816/17 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²⁵² Sobre a ligação de Félix José do Espírito Santo com o candomblé, ver: CASTILLO, Lisa Earl & PARÉS, Luis Nicolau. Marcelina da Silva e seu mundo: novos dados para uma historiografia do candomblé Ketu. Texto discutido na reunião da Linha de Pesquisa “Escravidão e invenção da liberdade”, do Programa de Pós-Graduação em História da FFCH-UFBA, no dia 14 de dezembro de 2007. O texto encontra-se no prelo da revista *Afro-Ásia*, Salvador, CEAO-UFBA, nº 36, p. - , 2008.

²⁵³ SANTOS, José Félix dos & NÓBREGA, Cida (orgs.). *Maria Bibiana do Espírito Santo, Mãe Senhora: saudade e memória*. Salvador: Corrupio, 2000.

²⁵⁴ LINDEN, Marcel van der (ed.). *Social security mutualism. The comparative history of mutual benefit societies*. Bem / Berlin / Frankfurt / New Iork / Wien: Peter Lang, 1996.

operário brasileiro, só recentemente sendo superada essa concepção.²⁵⁵ Daí os estudos sobre esse tema ainda serem relativamente poucos em nosso país.²⁵⁶

De todo modo, o que os estudos mais recentes demonstraram cabalmente, e é preciso explicitar aqui, é que esse associativismo mutualista conviveu e se desenvolveu de modo distinto e paralelo aos sindicatos de resistência criados durante a Primeira República, não mantendo nenhuma relação de anterioridade lógica com essas organizações, mesmo por que tinham objetivos diferentes. Enquanto os sindicatos lutavam por melhores salários e condições de trabalho para seus filiados, ou seja, atuavam na esfera da produção, as sociedades de auxílio mútuo faziam gestões no campo da securitização. Como observou Tânia Regina de Luca,

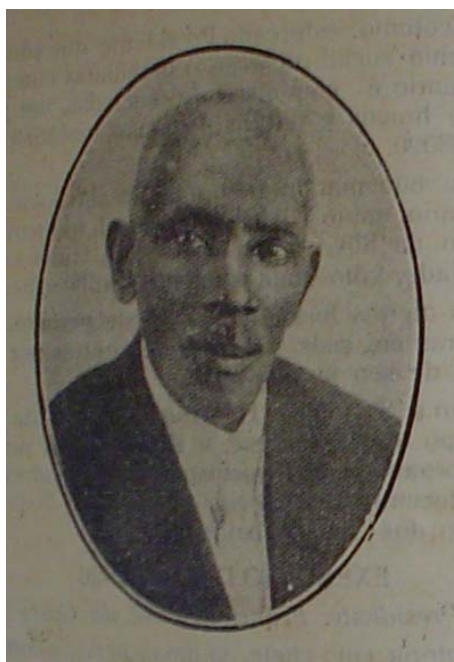
Pode-se contra-argumentar que mesmo não se articulando em torno do processo produtivo elas o tinham como ponto de referência, pois se destinavam a prestar auxílio aos que, por doença, acidente, invalidez ou velhice deixassem de trabalhar, assumindo com isso caráter previdenciário. Isto é correto mas em nada as aproxima dos sindicatos, pelo contrário, distancia. Estes se referem diretamente à relação entre capital e trabalho, entre operários e capitalistas, enquanto os primeiros se dirigiam exatamente aos que saíam da produção, ao âmbito da reprodução da força de trabalho. Seu objetivo era remediar a situação dos trabalhadores inaptos para o processo produtivo, sem maiores preocupações em relação à estrutura social vigente.²⁵⁷

²⁵⁵ No Brasil, a idéia de que as sociedades mutualistas teriam sido simples embriões antecessores diretos dos sindicatos, foi formulada de maneira sistemática no final da década de 1960 pelo sociólogo José Albertino Rodrigues (RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1968). Porém, aquela já parecia uma idéia pouca aceita por outros cientistas sociais da época, a exemplo de Azis Simão, que em 1966 publicou um importante estudo histórico sobre o sindicalismo em São Paulo negando tal idéia. “As mutuais contribuíram para a emergência do movimento operário, de um modo geral, mas não deram origem ao sindicalismo que apareceu na mesma época. De fato, no arrolamento feito das sociedades de trabalhadores, apenas quatro grêmios daquela espécie precedem o surgimento das ligas operárias propriamente ditas. Estas já deviam ter-se formado como primeiras e tímidas reproduções de modelos associativos elaborados no sindicalismo europeu”. SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Ática, 1981, p. 151 (1ª ed. São Paulo: Dominus / Edusp, 1966).

²⁵⁶ A título de exemplo de estudos mais densos e dentro de uma perspectiva historiográfica mais atual, ver: LUCA, Tania Regina de. *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto; Brasília: CNPq, 1990; SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)*. 574 f. 2004. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

²⁵⁷ LUCA, Tânia Regina de. *O sonho do futuro assegurado* (o mutualismo em São Paulo). São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPq, 1990, p. 10.

Uma estatística oficial de 1917 serve para mostrar a extensão e a força do fenômeno que se quer analisar. Por ela, ficamos sabendo que naquele ano existiam 3.505 sociedades de auxílios mútuos e beneficência no Brasil, com o antigo Distrito Federal ocupando posição de destaque com 816 entidades desse tipo. Em seguida, vinham os estados de Minas Gerais (790), São Paulo (744), Bahia (165), Rio de Janeiro (144), Rio Grande do Sul (104) e Pernambuco (103). As demais unidades federativas tiveram números inferiores a 100 entidades, cada.²⁵⁸



Francisco José da Costa. Alfaiate. Filiado ao Centro Operário da Bahia, à Sociedade Beneficente União dos Alfaiates e à Sociedade Protetora dos Desvalidos.

Fonte: Histórico e Relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos 1832-1932. Apresentado pelo Presidente do Diretório Juventino Silvino da Costa. Aprovado em Assembléia Geral de 7 de setembro de 1934. Exercício de 1931-1934. Bahia, 1934.

Na Bahia, por meio de um mapeamento inicial, conseguimos identificar e obter informações diversas para 144 associações de auxílio-mútuo, beneficentes e cooperativas em Salvador e em várias cidades interioranas do estado, fundadas entre 1832 e 1930, período em que o fenômeno foi mais significativo. Elas foram criadas a partir da iniciativa dos trabalhadores, de seus patrões (caso típico das fábricas têxteis, de

²⁵⁸ *Anuário Estatístico do Brasil* (1936). Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1936.

calçados, de cigarros e charutos e das ferrovias), da Igreja Católica, de elementos de destaque das elites locais ou mesmo do Estado e de suas autoridades.

Essas entidades congregavam operários de um ou mais ofícios, de uma empresa, fábrica ou oficina, de uma cidade ou um bairro ou eram organizações étnico-nacionais - de negros e estrangeiros (espanhóis, portugueses, italianos, franceses, alemães e suíços) - nesse caso não havendo separação entre trabalhadores e patrões, ricos e pobres etc. Havia, ainda, as sociedades de ajuda mútua de funcionários públicos das três esferas dos poderes executivo e judiciário, de profissionais liberais, de empregados do comércio e outros setores de serviços, de estudantes e de militares e ex-combatentes.

As sociedades de auxílio mútuo funcionavam, antes de tudo, como caixas de previdência, para as quais os associados contribuía mensalmente com uma quantia previamente estabelecida. Grande número delas exigia, também, uma taxa de adesão, de valor mais elevado, comumente chamado de *jóia*, o mesmo nome que era usado nas irmandades religiosas. Os serviços prestados pelas sociedades mutualistas podiam ser bem amplos, indo desde uma remuneração para os dias parados nos momentos de doença, passando pela pensão por invalidez ao associado ou para seus dependentes, em caso de morte, assistência médica, farmacêutica e judiciária, além do auxílio funeral, herança das antigas irmandades religiosas.

Todavia, o mais relevante a ser explicitado é que, da mesma forma que as irmandades religiosas eram um locus para a construção de identidades étnicas, as sociedades mutualistas dos operários favoreciam, conforme observou Claudio Batalha, a contração de laços de solidariedade de classe, uma identidade que era construída a partir da valorização e dignificação do trabalho e do trabalhador.²⁵⁹ Além disso, essas associações se constituíam num espaço de alianças e negociações dos trabalhadores com políticos tradicionais. Essas relações ocorriam, é evidente, nos marcos do clientelismo, isto é, no quadro de relações de dependência e patronagem das elites políticas e econômicas baianas da época. Não é à toa que os antigos *sócios protetores* das irmandades religiosas apareceram, também, nas sociedades mutualistas. Muitas vezes, eles passaram a se chamar *honorários*, *beneméritos* e *benfeitores*, mas suas funções e papéis continuaram a ser o de garantir o acesso, por parte das associações de auxílio

²⁵⁹ BATALHA, Claudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro no século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*. Campinas (SP): IFCH/UNICAMP, v. 6, nº 10/11, p. 41-66, 1999; BATALHA, Claudio H. M. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 12, nº 23/24, p. 111-124, setembro de 1991 - agosto de 1992.

mútuo e de seus dirigentes, a favores, isenções de impostos, subvenções oficiais e outros recursos por eles conseguidos ou mediados, como já vimos.

TABELA 8
SOCIEDADES MUTUALISTAS DAS QUAIS FIZERAM PARTE
MEMBROS DO CENTRO OPERÁRIO DA BAHIA

NOME DA SOCIEDADE MUTUALISTA	ANO DE FUNDAÇÃO	NÚMERO DE MEMBROS DO CENTRO OPERÁRIO
Sociedade Protetora dos Desvalidos	1832	37
Sociedade Montepio dos Artífices da Bahia	1832	7
Sociedade Montepio dos Artistas na Bahia	1853	2
Sociedade Humanitária dos Artistas	1856	1
Associação Typográfica Bahiana	1870	30
Sociedade Bolsa de Caridade do Arsenal de Guerra da Bahia	1872	91
Club Defensor e Beneficente dos Maquinistas	1889	7
Sociedade Beneficente União Filantrópica dos Artistas	1889	24
Sociedade Beneficente de Santana	1889	1
Sociedade Cooperativa dos Alfaiates	1889	3
Sociedade Bolsa dos Chapeleiros	1891	5
Centro Tipográfico 24 de Fevereiro	1891	4
Sociedade Beneficente União das Classes	1895	1
Sociedade Beneficente União dos Alfaiates	1897	10
Liga Beneficente dos Paroquianos da Sé	1903	2
Sociedade Beneficente Dezesseis de Julho (Antiga União dos Postilhões)	1906	27
Club Beneficente e Defensor dos Operários Mecânicos	1907	1

Fontes: APEB, Seção Judiciária, Inventários e Testamentos; Necrológios; Estatutos, Históricos, Atas, Relatórios e outros documentos do Partido Operário da Bahia, da União Operária Bahiana e do Centro Operário da Bahia; Memórias.

A Tabela 8 mostra as sociedades mutualistas e o número de membros das organizações que estamos estudando que fizeram parte delas. Das 144 associações de auxílio-mútuo, beneficentes e cooperativas fundadas na capital e no interior da Bahia entre 1832 e 1930, conseguimos identificar 18 sociedades nas quais 248 membros do Centro Operário da Bahia também atuaram. A primeira delas foi a Sociedade Protetora dos Desvalidos, fundada em 16 de setembro de 1832, sob a liderança de Manoel Victor Serra. Originalmente ela era uma irmandade de negros que funcionava nas dependências de outra sociedade religiosa, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Quinze Mistérios. Um conflito envolvendo os irmãos de ambas as associações fez com que a Protetora dos Desvalidos fosse expulsa em 1848, sendo abrigada pela Nossa Senhora das Portas do Carmo. Em 1868, esta sociedade também pediu a desocupação de suas dependências. A partir de então, a Sociedade Protetora dos Desvalidos conseguiu se

estabelecer em sede própria, primeiro na Rua do Bispo, depois no Cruzeiro de São Francisco, n. 31.²⁶⁰

Dos 1.176 filiados ao Centro Operário da Bahia, 37 também eram integrantes da Sociedade Protetora dos Desvalidos, uma antiga irmandade de pretos, criada em 1832, que se transformou em sociedade mutualista. Esse associativismo negro mais antigo talvez explique o maior número de pretos no Centro Operário. Bastante representativo dessa participação é o carpinteiro negro Tiburcio Luiz Souto (1873-1955), que também foi filiado à Sociedade Dezesseis de Julho e ao Sindicato dos Trabalhadores em Madeira, além de ter integrado o Comitê Central de Greve durante a Greve Geral de 1919 na Bahia.²⁶¹

A Sociedade Beneficente União Filantrópica dos Artistas, que havia sido fundada em 7 de julho de 1889, contava com 24 membros que também eram filiados ao Centro Operário, a exemplo do “artista”, capitão da Guarda Nacional e presidente do Centro Operário da Bahia no biênio 1915-1917, João Pedro Rodrigues Lima.²⁶²

Ao menos trinta filiados do Centro Operário estavam na base da Associação Typographica Bahiana, outra sólida organização fundada em 30 de outubro de 1870 e efetivamente instalada em 16 de abril de 1871, com a presença de 68 operários tipógrafos, encadernadores e litógrafos.²⁶³ O mais conhecido deles foi José Prudencio Ferreira de Carvalho, mas também podemos citar os tipógrafos Ignácio Hermógenes Cajueiro (1843-1906), pardo, casado, pai de oito filhos, sepultado na Quinta dos Lázaros²⁶⁴, e José Bernardo da Cunha (1860-1901), branco, casado, enterrado no Campo Santo.²⁶⁵ Outros três filiados ao Centro Operário da Bahia – Argemiro de Leão, um dos líderes da dissidência do Partido Operário, juntamente com Fábio Camacho e João Baptista da Costa – envolveram-se na fundação, em 24 de fevereiro de 1890, de

²⁶⁰ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, p. 494-496, 2 jul. 1923. Edição Especial do Centenário. Em 1923, a Protetora dos Desvalidos possuía 243 sócios, sendo 41 remidos e 202 contribuintes.

²⁶¹ APEB, Seção Judiciária, 6/2534/3034/4 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²⁶² CENTRO Operário da Capital do Estado da Bahia. Relatório Apresentado pelo Presidente do Conselho Executivo, Capitão João Pedro Rodrigues Lima, à Assembléia Geral em sessão de 1º de maio de 1917 e na mesma aprovado. Referente ao Exercício de 1º de abril de 1915 a 31 de março de 1917. Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1917.

²⁶³ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, p. 397, 2 jul. 1923. Edição Especial do Centenário.

²⁶⁴ APEB, Seção Judiciária, 01/58/68/06 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²⁶⁵ APEB, Seção Judiciária, 1/80/110/4 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

outra organização do mesmo ofício, o Centro Tipográfico 24 de Fevereiro, sediado na própria Associação Typographica Bahiana e contando com 58 filiados.²⁶⁶

Alguns dos filiados ao Centro Operário da Bahia integravam inúmeras dessas associações simultaneamente. Este é o caso do alfaiate Aurélio Sebastião Cardoso (1865-1915), um major da Guarda Nacional que fora eleito, por diversas vezes, juiz de paz do distrito da Sé, e que era filiado à Sociedade Montepio dos Artífices, à Sociedade Filantrópica dos Artistas, à Sociedade Bolsa de Caridade, à Sociedade Bolsa dos Chapeleiros, à Sociedade Cooperativa dos Alfaiates, à Sociedade Beneficente dos Alfaiates e à Sociedade Beneficente dos Paroquianos da Sé, além de integrar a Irmandade Nossa Senhora da Fé e Santa Cruz e a Irmandade São José do Corpo Santo.²⁶⁷

A constelação associativa na qual os filiados e militantes do Centro Operário da Bahia estavam envolvidos incluía, ainda, os sindicatos, mas em proporção bem menor. De nossa amostra de 1.176 membros, conseguimos identificar dez filiados ao Sindicato dos Trabalhadores em Madeira, quatro ao Centro Unificador dos Sapateiros, um à Sociedade Defensora dos Sapateiros, dois à Associação Defensora dos Trabalhadores em Construção, dois à Liga Protetora do Operariado Baiano e dois à União Gráfica Baiana.

Do ponto de vista da participação em organizações sindicais, o mais importante foi descobrir que cinco integrantes do Centro Operário – os pedreiros Abílio José dos Santos, Manoel do Bomfim Antunes e Victoriano de Sant'Anna Muricy e os marceneiros José Domiense da Silva e Manoel Quintino dos Santos – filiaram-se ao Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes, fundado em 19 de março de 1919, dia de São José. Isso porque, essa associação foi a principal organizadora e dirigente da greve geral de 1919 na Bahia, cumprindo um relevante papel de politização da classe operária. Essa informação é importante, porque se constitui em evidência da plausibilidade de uma de nossas hipóteses, qual seja, de que em fins dos anos 1910 e durante os anos 1920, o Centro Operário começou a perder parte significativa de sua ampla base social operária para os vários sindicatos fundados nesse período,

²⁶⁶ *Diário da Bahia*, Salvador, 4 mar. 1890, p. 1; *Jornal de Notícias*, Salvador, 22 mai. 1890, p. 1; *Jornal de Notícias*, Salvador, 5 jul. 1890, p. 2.

²⁶⁷ *Jornal de Notícias*, Salvador, 10 e 11 nov. 1915, p. 5 (Necrologia).

transformando-se, cada vez mais, em uma organização conservadora e coadjuvante do poder.²⁶⁸



Diploma de Sócio Honorário concedido pela União Operária do Engenho de Dentro a Ismael Ribeiro dos Santos por ocasião da Exposição Nacional de 1908, no Rio de Janeiro.

Fonte: RIBEIRO, Ismael. *A Voz do Operário Falando a Verdade*. s.c.p., 1930.

Agora, precisamos analisar e produzir uma síntese sobre as idéias que povoavam as mentes da liderança operária, tarefa difícil e complexa, como se pode ver pelas palavras do alfaiate negro Ismael Ribeiro dos Santos, por nós escolhidas para servirem de epígrafe a este Capítulo. Alguns indícios desses aspectos já puderam ser observados na narrativa que fizemos do processo que redundou na fundação do Centro Operário. Mas, agora, é o momento de fazermos tais caracterizações de modo mais sistemático.

²⁶⁸ Sobre os sindicatos surgidos na década de 1910 e no início dos anos 1920, ver: CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: Fieb, 2004 (II Prêmio Fieb de Economia Industrial).

CAPÍTULO IV

AS IDÉIAS

Operários! (...).

Levas aos palácios dos ricos os produtos de tua indústria, todos os gêneros de alimentação, todos os objetos que deleitam a vista, ao paladar, aos ouvidos; sentes o odor de seus manjares, o ruído alegre de seus banquetes, o brilho de seus salões, e podes desgraçado Lázaro social te retirares alegre vendo que nada daquilo é para ti e para os teus, e que o teu suor somente serviu para enriquecer e dar gozos a ociosidade privilegiada? Não... Voltas cabisbaixo, triste, porque és convencido que a humanidade e a burguesia estão divididas em dois grupos: um, o grupo dos Cains, e outro, o grupo dos Abeis, sendo que o segundo é sempre sacrificado ao furor e voracidade do primeiro.

Ismael Ribeiro dos Santos, 1900.²⁶⁹

Agora que já mostramos quem eram os membros do Partido Operário da Bahia, da União Operária Bahiana e do Centro Operário da Bahia, é hora de sabermos quais idéias estavam povoando suas mentes. Alguns traços desse rico repertório já puderam ser percebidos nos Capítulos anteriores. Mas agora é necessário que nos debrucemos de modo mais detido em alguns de seus elementos constitutivos.

As palavras que nos servem de epígrafe neste Capítulo, pronunciadas pelo alfaiate e coronel da Guarda Nacional Ismael Ribeiro dos Santos, são reveladoras do quão complexo e heterodoxo era o ideário social desses militantes. No caso deste personagem, que naquele momento ocupava o cargo de presidente do Centro Operário, utilizou-se uma linguagem religiosa de matriz cristã para conclamar os operários a tomar consciência de que a sociedade era dividida em classes, e que os trabalhadores, agentes produtores de todas as riquezas, eram pobres em função da exploração perpetrada pela burguesia, que vivia em fartura e opulência.

Em suas considerações, o alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos alegou que o proletariado de seu tempo estava convencido de que os “privilégios sociais e os preconceitos torpes” eram “barreiras levantadas pelo Erro e pelo Crime contra a dignidade humana”, e que “a humanidade não pode permanecer eternamente dividida” entre “infelizes e gozadores”, “felizes e desgraçados”, pois “ninguém pode negar ao operário a fraternidade e a igualdade, o desejo legítimo de se elevar moral e materialmente, a consciência ativa e progressiva de sua vontade”. Negar tal estatuto de

²⁶⁹ RELATÓRIO do Centro Operário da Bahia no Exercício Social de 6 de maio de 1899 a 31 de abril de 1900 apresentado pelo Sr. Ismael Ribeiro, Presidente do Conselho Executivo e Aprovado em Assembléia Geral de 12 de agosto de 1900. Bahia: Tipografia Passos, 1900.

igualdade e tais direitos à classe operária seria “uma blasfêmia contra a Divindade e a natureza”.

O apelo religioso do coronel Ismael Ribeiro misturava-se a uma premissa histórica e a uma conclusão política quando dizia que a divisão da humanidade em grupos de “Cains” e “Abeis”, com o segundo sempre “sacrificado ao furor e voracidade do primeiro”, também teria sido “a sorte de dois terços da população do Império Romano”, até que Spartacus, “à frente de trinta mil escravos, abalou a existência do Império e obteve a liberdade para seus irmãos”. Disso decorria que os operários poderiam abalar o mundo “com a paz pelas reformas” ou “com o brandão incendiário” de suas reivindicações, o que seria feito “na hora que estiver marcada nos livros dos destinos pelo Deus da justiça”.²⁷⁰

Ismael Ribeiro dos Santos procurou definir o ideário social adequado para a máquina política que chefiava, também, a partir do estabelecimento do que deveria ser negado. Num relatório do Centro Operário referente ao ano de 1899, ele reclamava da situação de crise em que encontrara aquela sociedade e afirmava a necessidade de “coesão e fraternidade para a difusão da mutualidade, no auxílio e no socorro”. O antigo abolicionista Ismael Ribeiro dos Santos falava na necessidade de preservar a *liberdade*, combinando “o individualismo com a sociabilidade”. Declarava, por fim, que seu ideário social era o “coletivismo”, um conceito que, em sua opinião, não negava as “virtudes do agrupamento”, mas se afastava daquilo que qualificou de “falanstério tirânico”, uma declaração de adesão parcial e seletiva ao pensamento de Charles Fourier (1772-1837) e uma referência pejorativa às comunidades inspiradas na obra do referido “socialista societário” francês que, por sua vez, era contrário às idéias revolucionárias e advogava o respeito ao direito de propriedade, mas era um crítico do capitalismo liberal e do individualismo, e imaginava ser possível alcançar um futuro de “progresso” material e intelectual para os mais pobres por meio do sistema comunitário por ele pensado.²⁷¹ A síntese do pensamento do alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos encontra-se na frase: “nem comunismo, nem isolamento: coletivismo”.

²⁷⁰ RELATÓRIO do Centro Operário da Bahia no Exercício Social de 6 de maio de 1899 a 31 de abril de 1900 apresentado pelo Sr. Ismael Ribeiro, Presidente do Conselho Executivo e aprovado em Assembléia Geral de 12 de agosto de 1900. Bahia: Tipografia Passos, 1900.

²⁷¹ Sobre o assunto, ver: PETITFILS, Jean-Christian. *Os socialismos utópicos*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 86-110; WILSON, Edmund. *Rumo à Estação Finlândia*. Escritores e Atores da História. Tradução Paulo Henriques Britto. 11ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 86-96. Sobre uma das primeiras experiências deste tipo no Brasil, ver: GALLO, Ivone Cecília D’Ávila. *A Aurora do Socialismo: Fourierismo e o Falanstério do Saí* (1839-

Além disso, o politizado alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos citava Marx em seu conhecido apelo à união dos proletários de todo o mundo. Ele procurava fundamentar seus argumentos e princípios políticos em exemplos históricos. Dizia, por exemplo, que a “separação das castas”, como sucedia na Índia antiga, do mesmo jeito que a de classes, como acontecia no Império Romano, já não eram possíveis, posto que

(...) o proletariado já está plenamente convencido de que ele é igual em tudo a outra parte da sociedade, aos outros homens, que possui a mesma alma imortal, sopro e imagem de Deus, os mesmos sentimentos morais, a mesma matéria, e que por consequência tem o mesmo lugar no banquete social, que a Instrução e a Virtude devem unicamente ser seus guias para lhe marcarem este lugar no festim da vida.²⁷²

Por fim, é preciso lembrar que o catolicismo estava presente no cotidiano e na história dos membros do Centro Operário tanto em sua vertente popular, representada pelas inúmeras irmandades religiosas nas quais vários deles estavam envolvidos, como pelo Círculo Católico. Aliás, em fins de 1907, o artista Domingos Silva fez uma contundente defesa do Círculo Católico, do papa Pio X e do arcebispo primaz d. Jerônimo Thomé da Silva contra supostas críticas feitas pela Associação dos Livres Pensadores, fundada havia poucos dias em Salvador.²⁷³

Além de seu envolvimento com o movimento operário e socialista, o alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos articulou, em sua militância, a causa da Abolição da escravidão, tendo sido recorrentes as suas intervenções na imprensa soteropolitana por ocasião das comemorações daquela data. Em 1903, por exemplo, ele dizia que o dia 13 de maio havia chegado com seu “clarão dourado” e ateado chamais na “Bastilha brasileira”, mas ressentia-se com o “indiferentismo alvar dos que deviam nesse dia entoar o hino da liberdade”. Ele considerava “triste e muito triste” que “os descendentes da raça africana” se comportassem como se tivessem desaparecido do “solo brasileiro, especialmente da nossa cara Bahia”, local em que seus “filhos”, pouco a pouco, iam “jogando na vala comum do esquecimento as datas mais gloriosas da nossa emancipação.” Em seguida, fazia um apelo:

1850). 2002. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

²⁷² RELATÓRIO do Centro Operário da Bahia no Exercício Social de 6 de maio de 1899 a 31 de abril de 1900 apresentado pelo Sr. Ismael Ribeiro, Presidente do Conselho Executivo e aprovado em Assembléia Geral de 12 de agosto de 1900. Bahia: Tipografia Passos, 1900.

²⁷³ *Jornal de Notícias*, Salvador, 14 e 20 dez. 1907, p. 1.

Meus concidadãos: é preciso levantarmos altaneira a alma da Bahia, não deixando morrer o dia da nossa maior conquista, dia em que se libertou, não só uma raça, como também o nosso pendão auriverde.²⁷⁴

Finalizava com muitas saudações aos “intemeratos abolicionistas” Aloysio de Carvalho, Amaro de Lellis Piedade e Aloysio Santos, do *Jornal de Notícias*, Pamphilo da Santa Cruz e Alfredo Rocha, da *Gazeta da Tarde*, e a todos que haviam integrado a *Sociedade Libertadora Baiana*²⁷⁵, da qual Ismael Ribeiro dos Santos havia feito parte na qualidade de “humilde soldado”, segundo suas próprias palavras.²⁷⁶

Este último aspecto tem fortes conexões com os destinos dos ex-escravos. De fato, a passagem do século XIX para o XX no Brasil foi marcada por grandes transformações pautadas por um intenso processo de re-significação do trabalho, que passou a ser dignificado e valorizado, não sendo mais associado e confundido como atributo de escravos. Essa valorização, aliás, passou a ser feita pelos próprios trabalhadores, que viam nesse processo um caminho para a sua própria dignificação e valorização, distinguindo-os dos “pobres” e das “classes perigosas”, rumo à construção de sua identidade de classe.²⁷⁷

No “*Manifesto aos dignos Artistas, Operários e Proletários do Estado da Bahia*”, de 18 de junho de 1893, Domingos Silva denunciava que ele e seus companheiros eram “vítimas das mais torpes e brutais perseguições”, porque a “família privilegiada de nossa terra” não queria trabalhar ou se obrigar a um ofício qualquer, e, ao mesmo tempo, confundia-os com os seus ex-escravos, “de cujo sangue viviam e se banqueteavam”. Nosso operário construtor conclamava a classe operária à união para lutar contra a situação de penúria e exploração em que vivia, e prevenia seus irmãos de classe “contra as intrigas”, que contra ele haviam de “procurar tecer, entre os mais

²⁷⁴ *Diário de Notícias*, Salvador, 2 mai. 1903, p. 1.

²⁷⁵ A *Sociedade Libertadora Baiana* foi fundada em 1883, por Pamphilo da Santa Cruz, proprietário e redator do jornal abolicionista *Gazeta da Tarde*, e pelo advogado Eduardo Carigé, entre outros. Em 1887, a *Guarda Velha do Abolicionismo*, como era chamada por seus próprios membros aquela associação, possuía 30 sócios e havia libertado apenas 50 escravos, provavelmente porque sua principal atividade fosse organizar fugas, acoitar escravos fugidos e outras ações antiescravistas acobertadas por sua fachada. Em 1887, ela mudou seu nome para *Sociedade Abolicionista Baiana*. BRITO, Jailton Lima. *A Abolição na Bahia: 1870-1888*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2003, p. 134-135.

²⁷⁶ APEB, Seção Judiciária, Inventários e Testamentos, estante 6, caixa 2718, maço 0, doc. 10; *A Tarde*, Salvador, 8 jan. 1931, p. 8; *Jornal de Notícias*, Salvador, 4 mai. 1901, p. 1; *Diário de Notícias*, Salvador, 3 mai. 1906, p. 1; 2 mai. 1908, p. 1; 2 mai. 1903, p. 1.

²⁷⁷ Sobre o assunto, ver: BATALHA, Claudio H. M. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade? *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 12, nº 23-24, p. 111-124, set. 1991 / ago. 1992; BATALHA, Claudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*. Campinas, SP: IFCH – Unicamp, v. 6, nº 10-11, p. 43-66.

incautos, porque são verdades duras de dizer, porém hei de dizê-las, custe-me a vida”.²⁷⁸

No libelo de 6 de maio de 1894, no qual saudava a fundação da entidade em estudo, Domingos Silva voltou ao tema:

O Centro Operário, alheio às lutas e às paixões partidárias, quer trabalhar pelo engrandecimento de todos os operários; quer lhes robustecer o ânimo e a coragem; quer matar o indiferentismo para com os interesses sociais; quer que se orgulhem de envergar a sua honrada blusa de trabalho, como o jurisconsulto a sua toga; quer lhes tirar dos olhos a neblina para que meçam o abismo; que suplantem o disparato e ridículo preconceito; quer que olhem indiferentes para a aristocracia da suposta fidalguia que sacrifica a viúva, desgracia a orfandade, e suga o suor do povo para fazer fortuna, não atendendo às lágrimas e aos gemidos das vítimas imoladas.²⁷⁹

Mas além do cristianismo em sua vertente católica e do abolicionismo, percebemos uma contundente defesa do republicanismo, combinada com difusas e contraditórias idéias liberais, maçônicas e positivistas na composição do ideário social dos filiados do Centro Operário da Bahia. Isso fica claro quando esta organização procurou se apresentar, por meio de seu órgão, *A Voz do Operário*, como um “centro de progresso” e “reduto de civilização” no qual os “filhos do trabalho”, tendo “por bússola Deus, a Lei e Liberdade do Povo”, procurariam agir em sintonia com a “sublime idéia de República” e de “Soberania do Povo”.²⁸⁰ As influências maçônicas aparecem, aliás, no próprio brasão do Centro Operário, onde encontramos o esquadro e o compasso misturados a outros instrumentos de trabalho.²⁸¹

Encontramos muitas evidências de que a classe operária viu de forma positiva a proclamação da República, chegando mesmo a enamorar-se com o novo regime por algum tempo, associando-o à idéia de igualdade social e política. Domingos Silva, o

²⁷⁸ SILVA, Domingos. “Manifesto aos dignos Artistas, Operários e Proletários do Estado da Bahia”. APEB, Seção Legislativa, livro 1187.

²⁷⁹ SILVA, Domingos. “O 6 de Maio de 1894”. *A Voz do Operário*, Salvador, 6 mai. 1894, p. 3.

²⁸⁰ *A Voz do Operário*, Salvador, 6 mai. 1894, p. 1; Constituição do Centro Operário da Bahia, promulgada no Politeama Baiano em 6 de maio de 1894. In: *Diário da Bahia*, Salvador, 8, 9 e 17 jun. 1894.

²⁸¹ A influência maçônica sobre sociedades operárias já foi verificada por outros autores. Ver, por exemplo: SILVA JR, Adhemar Lourenço da. Primeiros apontamentos sobre grupos religiosos e sociedades de socorros mútuos. *História-Unisinos* (Dossiê trabalho e movimento operário), São Leopoldo, RS: PPGH-Unisinos, v. 6, nº 6, p. 185-218, 2002.

primeiro presidente do Centro Operário da Bahia, no já citado “*Manifesto aos dignos Artistas, Operários e Proletários do Estado da Bahia*”, de 18 de junho de 1893, dizia:

A república, companheiros, é o regime do fraco contra a prepotência do forte; é a igualdade dos povos; é a condenação da aristocracia, em favor da democracia; é o aniquilamento do feudalismo, é o desmoroamento das oligarquias e dos predomínios; é o símbolo da liberdade, da razão e do direito.

Mas ele ponderava, usando um tom de decepção com o novo regime e de crítica ao domínio dos proprietários de terras, comum ao de tantos outros partidários da reforma social à época:

A República não é esta que aí está e estamos vendo. O que estamos vendo por hora é o arquejar de uma crença, que meia dúzia de antigos potentados, que sempre teve o país inteiro como seu feudo, a embala, malvada e caprichosamente (...).²⁸²

Em outro libelo, publicado em 6 de maio de 1894, no jornal *A Voz do Operário*, explicitou sua opinião sobre o significado da República para os “homens do trabalho cotidiano”:

(A) República não é somente uma conquista das liberdades e da democracia, não é simplesmente o agente precursor intemerato do progresso material e social, mas sim a significação positiva do alento do operário, o ar suavíssimo que lhe fortalece o espírito, que lhe engrandece a alma e lhe entusiasma o coração. Por isso, a ninguém mais do que a nós cumpre trabalhar em seu proveito, para que ela não continue a traduzir apenas simples teorias, mas também a consumação dos fatos.²⁸³

É possível penetrar no imaginário de nossos personagens, também, a partir da análise de alguns temas caros ao movimento operário e que foram por eles tratados em seus escritos. Um tópico que merece atenção é o da greve. O tipógrafo Argemiro de Leão, líder da dissidência do Partido Operário da Bahia, chegou a publicar ao menos dois artigos assinados no *Pequeno Jornal* refletindo sobre os objetivos das greves. No primeiro, de 20 de março de 1891, sustentou que “a greve é o melhor meio empregado,

²⁸² SILVA, Domingos. “Manifesto aos dignos Artistas, Operários e Proletários do Estado da Bahia”. APEB, Seção Legislativa, livro 1187.

²⁸³ SILVA, Domingos. “O 6 de Maio de 1894”. *A Voz do Operário*, Salvador, 6 mai. 1894, p. 3.

quando as classes trabalhadoras sofrem, para conseguir uma melhoria” e que “o operário que contrariar este princípio é indigno do trabalho honrado”. Justificou sua opinião com base no pressuposto de que “ninguém se atreverá a negar que o operário é o que mais trabalha e é o que menos é recompensado”. Disso decorria a assertiva de que “Desgraçado será o operário que não se unir aos outros! Pior será aquele que substituir ao que na defesa do seu direito for dispensado pelo patrão!”. O tipógrafo Argemiro de Leão disse, ainda, que não acreditava que existisse inimizade entre os operários, e que estes deveriam garantir seus direitos por meio da greve. Apelou aos seus “irmãos” para que, “por amor da pátria, da família e por dignidade do trabalho”, virassem as costas aos patrões que não quisessem “pagar com justiça o trabalho recebido do operário” e que realizassem demissões dos que reivindicavam melhores salários.²⁸⁴

Em suas palavras finais, Argemiro de Leão condenou a prática da violência, declarou estar seguro de que tais métodos não existiam entre os trabalhadores da Bahia e apelou para que a classe operária mantivesse uma postura firme e persistente quando da deflagração de uma greve: “O operário que se levantar para pedir aumento de salário ao patrão tem o dever de não recuar”. Assim procedendo, sua família o veria como uma pessoa dotada de “altivez”. Mas esta mesma família operária “desanimará diante de uma ignóbil transação dele”, posto que transigir com o patrão implicaria a continuidade da “fome” e a “desonra como aumento”. Argemiro de Leão insistiu que escrevia em um momento oportuno para a deflagração de greves e assegurou aos operários que eles não precisavam ter receios em relação ao governo, pois “ele é republicano e a república só visa o bem da humanidade”. Em sua conclamação, o líder da dissidência propôs que as novas greves a serem deflagradas funcionassem como “vésperas” da “greve universal” que seria desencadeada no dia 1º de maio.²⁸⁵ Aqui há um primeiro indício de que algumas lideranças mais politizadas e escolarizadas já haviam tido contato com uma das idéias e práticas mais marcantes da Segunda Internacional apenas um ano após a sua adoção.

No segundo artigo, datado de 24 de março de 1891, Argemiro de Leão declarou que as greves daquele período estavam tomando “proporções gigantescas” e que ninguém se arriscaria a atentar contra elas, posto que, fazer isso seria um ato de “desumanidade”, sujeito à punição pelos que “sofrem”. Em sua segunda conclamação “aos operários”, o “chefe da comissão de propaganda” da dissidência do Partido

²⁸⁴ LEÃO, Argemiro de. “Aos Operários”. *Pequeno Jornal*, Salvador, 20 mar. 1891, p. 2.

²⁸⁵ LEÃO, Argemiro de. “Aos Operários”. *Pequeno Jornal*, Salvador, 20 mar. 1891, p. 2.

Operário disse que “se o capital deve ser garantido, o trabalho deve ser bem recompensado” e que “ordinariamente, o patrão enriquece pelo trabalho do operário”. Portanto, a greve tinha por finalidade “evitar a fome da família do operário e obrigar o patrão a ter consciência”. Mas, em sintonia com a referência anterior ao 1º de maio, o tipógrafo Argemiro de Leão chamou a atenção de seus companheiros para o fato de que, se a reivindicação de aumento salarial era importante, era preciso, no entanto, não deixar de pautar a necessidade de se “limitar as horas de trabalho” e “largar o trabalho nos sábados mais cedo do que nos outros dias da semana”. Isto porque o operário precisava “receber a fêria ainda a tempo de encontrar o comércio aberto para ele poder suprir a casa dos gêneros necessários à subsistência da família”. O primeiro ponto estava bem próximo da reivindicação de jornada de trabalho de oito horas diárias defendida pela Segunda Internacional como parte de suas atividades a partir do 1º de maio de 1890, ao passo que a outra bandeira estava relacionada à chamada “semana inglesa”, algo que, de acordo com o “chefe” da comissão de propaganda da União Operária Bahiana, já era assegurado aos operários do Arsenal de Marinha da Bahia.²⁸⁶

O segundo aspecto do argumento apresentado, inclusive, é o mesmo que serviu de base para a crítica formulada em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, obra seminal que Engels publicou no início de 1845, antes de completar 25 anos de idade. Há, ali, uma importante observação segundo a qual até um determinado momento, os trabalhadores só recebiam seus pagamentos semanais no sábado à tarde, de modo que quando chegavam ao mercado só encontravam mercadorias de má qualidade ou deterioradas, posto que a burguesia já havia feito suas compras pela manhã, deixando os restos para seus assalariados.

De fato, o tipógrafo Argemiro de Leão voltou ao assunto por ocasião do 1º de maio de 1891. Em outro artigo que assinou e publicou no *Pequeno Jornal*, disse que, naquele momento, a “Europa operária” estava ensinando ao mundo a forma como deveria ser celebrado o “culto do trabalho”. As manifestações que estavam sendo feitas não eram nem o produto do desespero nem demonstração de contentamento. Seu fim era “fazer com que o trabalho tenha a consideração que lhe é devida”. Daí que, segundo Argemiro de Leão, o operário europeu era um homem que, nas poucas horas de

²⁸⁶ LEÃO, Argemiro de. “Aos Operários”. *Pequeno Jornal*, Salvador, 24 mar. 1891, p. 2. O tipógrafo Argemiro de Leão não estava tratando das greves apenas no plano abstrato, pois, de fato, há evidências de que, naqueles anos iniciais da República, houve muitas paralisações do trabalho de várias categorias operárias. Sobre o assunto, ver: FONTES, José Raimundo. *Manifestações operárias na Bahia: o movimento grevista, 1888-1930*. 1982. 274 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

descanso que possuía, buscava se instruir, por meio da leitura de jornais, antes de se entregarem ao trabalho cotidiano. Naquele “livro de todo dia”, o operário aprendia muito, e desse aprendizado, somado à “falta de remuneração ao seu trabalho”, ele concluía, a partir de um “raciocínio infalível”, que “o patrão não é leal: enriquece a custa do operário, e não consente que este mesmo operário economize uma quantia para garantir o futuro dos seus filhos, porque se apossa indiretamente desta economia”.

Segundo Argemiro de Leão, os operários europeus estavam se levantando, às dezenas e centenas de milhares, em cada capital, para exigirem a “correção de tais extorsões”. Os patrões estavam pedindo providências à polícia quanto à garantia de suas propriedades, mas se esqueciam que “obtiveram aquelas propriedades porque espoliaram o operário”. O líder socialista baiano chegou a dizer que se os operários europeus fossem derrotados na batalha que travavam contra seus patrões, aqueles não ficariam desanimados, pois, no futuro, ficaria “assentado que a propriedade é de todos!”.

Da luta da classe operária européia pelo pagamento “na razão do seu trabalho” e pela proibição do “número extraordinário de horas” de labor, os operários brasileiros deveriam tirar suas lições. As mais importantes diziam respeito ao fato de que, no Brasil, “acabou-se a escravidão do homem pelo homem”, mas “ficou a escravidão do operário pelo patrão”. Além disso, em nosso país, especialmente na Bahia, a luta seria pior que na Europa, pois a “escravidão do corpo” teria desaparecido, mas a “escravidão do espírito” ainda vigia. Para superar essa situação, era preciso que os operários baianos adquirissem o hábito da leitura, infiltrassem em seus espíritos que não deveriam ser servís, pois a aquisição de “autonomia” e “força” dependia da contração de laços de união com seus companheiros de classe.²⁸⁷

Todavia, é preciso admitir que os argumentos do tipógrafo Argemiro de Leão diziam respeito à cultura política de um tipo de liderança operária mais politizada, com uma militância ampla, e que seu ideário e sua prática não correspondiam à média dos filiados ao Partido Operário da Bahia, à União Operária Bahiana ou ao Centro Operário da Bahia. Como nos advertiu Hobsbawm, é preciso que não tomemos as bases por seus líderes, não confundamos a classe operária com suas organizações.²⁸⁸

²⁸⁷ LEÃO, Argemiro de. “1º de Maio”. *O Pequeno Jornal*, Salvador, 1º mai. 1891, p. 2.

²⁸⁸ HOBBSAWM, Eric J. História operária e ideologia. In: *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Tradução de Waldea Barcellos & Sandra Bedran. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 17-33.

Aqui vale lembrar a classificação feita por Claudio Batalha. Segundo esse autor, existiam três tipos de militantes na Primeira República: as *lideranças operárias*, que escreviam nos jornais e tinham uma militância que transcendia sua categoria profissional; os *quadros intermediários*, militantes em número relativamente maior, que tinham participação ativa nas associações de suas categorias, inclusive integrando direções, assinando manifestos, mas que não escreviam sobre sua prática e não teorizavam; e os *militantes de base*, maioria formada por indivíduos que faziam uma militância eventual, compunham a base de todas as organizações e apareciam e desapareciam de cena nos momentos de maior fluxo ou refluxo do movimento operário.²⁸⁹

O tipógrafo Argemiro de Leão se enquadra exatamente no primeiro grupo, já que seu nome está ligado à Associação Typográfica Bahiana, à fundação do Centro Typográfico 24 de Fevereiro, ao Partido Operário da Bahia e à União Operária Bahiana e escrevia sobre questões que iam dos temas relacionados ao seu ofício, o Primeiro de Maio, até o socialismo.²⁹⁰

De todo modo, do que temos visto em nossa pesquisa, somos levados a crer que, a despeito de não professarem idéias contrárias ao dispositivo da greve, as instituições por nós estudadas não assumiram funções de organização de paralisações de trabalho como estratégia central para a consecução de seus objetivos. As evidências nos indicam que essas entidades desempenharam um papel de mediadoras nos conflitos entre capital e trabalho, e há razões estruturais que explicam esse fato. Conforme demonstramos páginas atrás, essas associações tinham uma base social formada, fundamentalmente, pelos artesãos e mestres de ofícios, empreiteiros e proprietários de oficinas, que controlavam a direção da máquina política operária. Daí que as greves que tiveram a mediação das referidas instituições não envolviam seus filiados, e sim os operários das grandes empresas industriais, especialmente as têxteis.

É possível verificar essa função mediadora durante a greve que os 800 operários das cinco fábricas da Companhia União Fabril da Bahia fizeram entre 17 de agosto e 5 de setembro de 1895. O móvel da greve foi o fato de a nova diretoria da Companhia ter retirado o aumento de 10% sobre os salários dos trabalhadores, concedidos pela diretoria anterior da empresa. O valor correspondia, apenas, à reposição

²⁸⁹ BATALHA, Claudio. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do momento operário. *Anos 90*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, n. 8, p. 91-99, dez. 1997.

²⁹⁰ O dia 24 de fevereiro que aparece no nome do Centro Typográfico é uma homenagem a Johannes Gutenberg, inventor da imprensa, que morreu nessa data do ano de 1848.

parcial das perdas salariais, já que o país vivia um período de grande carestia de vida, e aumentos salariais haviam sido dados a várias categorias. Os pedreiros e carpinteiros, por exemplo, que antes de 1895 recebiam diárias de dois mil-réis, tiveram sua remuneração elevada a quatro mil-réis. Ocorre que no dia 17 de agosto, a nova diretoria suspendeu o aumento dado aos operários, e lhes disse que, se eles estivessem insatisfeitos, fossem para suas casas. Indignados, os operários entraram em greve.²⁹¹

Os trabalhadores pediram a interveniência do Governo e da Polícia. O chefe de polícia, aliás, se comprometeu a fazer gestões junto aos capitães da indústria, mas ressaltou que sua ação teria um caráter pessoal e limitado, já que ele não tinha autoridade policial no interior das fábricas.²⁹² No dia 30 de agosto, em resposta a uma representação que recebera dos grevistas, o Conselho Executivo do Centro Operário da Bahia expediu, pela imprensa, uma convocatória de reunião com os operários da Companhia União Fabril da Bahia para o dia 2 de setembro.²⁹³

No dia 3 de setembro, os diretores da fábrica, José Rodrigues Souza, Manuel de Souza Campos Filho e Adolphe Malbouisson foram à redação do *Jornal de Notícias* e disseram que nada fizeram para prejudicar os operários, e que, apenas, substituíram o antigo sistema de pagamentos pelo de empreitada semanal. De acordo com a fala patronal, os proventos dos operários não sofreriam reduções, mas os aumentos só seriam dados aos trabalhadores que lograssem aumentar sua produção de *peças de pano*.²⁹⁴ No dia 5 de setembro de 1895, anunciava-se o fim do movimento grevista naquelas fábricas, supostamente “de modo satisfatório às partes”.²⁹⁵

Não sabemos se houve, de fato, um acordo entre operários e industriais ou se os trabalhadores voltaram ao trabalho em função dos tradicionais expedientes repressivos utilizados pelo patronato e pelo Estado, mas o importante a ser marcado é o fato de que, mesmo não tendo operários fabris em sua base e, portanto, como seus representados formais, o Centro Operário foi alçado à condição de interlocutor e negociador de demandas dos têxteis.

Cristianismo, abolicionismo, liberalismo, republicanismo e positivismo se misturavam com o socialismo no interior do Partido Operário da Bahia, da União Operária Bahiana e do Centro Operário da Bahia. Esse socialismo era um conjunto de

²⁹¹ *Jornal de Notícias*, Salvador, 24 e 27 ago. 1895, p. 2 e 1.

²⁹² *Jornal de Notícias*, Salvador, 27 ago. 1895, p. 1.

²⁹³ *Jornal de Notícias*, Salvador, 31 ago. e 2 set. 1895, p. 2 e 1.

²⁹⁴ *Jornal de Notícias*, Salvador, 3 set. 1895, p. 1.

²⁹⁵ *Jornal de Notícias*, Salvador, 5 de set. 1895, p. 1.

idéias muito vagas e heterodoxas, assimiladas por militantes que bebiam de fontes fundamentalmente vinculadas a Segunda Internacional, como o socialista francês Benoît Malon (1841-1893)²⁹⁶ e seu *socialismo integral*, e o republicano socialista carioca, naturalizado português, Sebastião de Magalhães Lima (1851-1928)²⁹⁷, ambos muito citados pelas lideranças, especialmente nos momentos de fundação e na celebração de tradições da classe operária, sendo um ideal motivador e legitimador de determinadas aspirações, reivindicações e práticas políticas.

Um exemplo pode ser retirado do ato de criação e das comemorações natalinas do Club Socialista. Essa entidade foi instituída em 1º de maio de 1901. Uma nova reunião foi feita no domingo, 26 de maio com seus associados para discutir e aprovar o Código Regulamentar da organização. Além disso, uma comissão de três membros foi formada com o objetivo de arrecadar as *jóias* dos agremiados efetivos. As quantias levantadas foram depositadas na Caixa Econômica Federal, e a comissão provisória aguardava a filiação de cem companheiros para proceder à eleição da direção definitiva do Club.²⁹⁸

No dia 14 de julho de 1901, o Club Socialista realizou sua primeira atividade de propaganda. Era o início da tarde de um domingo, cuja data coincidia com o marco mais conhecido da Revolução Francesa, a Tomada da Bastilha. Perante um plenário formado por 52 sócios, o pintor e desenhista Manuel Raymundo Querino, ladeado pelo artista Feliciano Alexandrino de Santana e por Raymundo Spinola, presidiu o conclave. O Código Provisório da organização foi lido. Em seguida, o empreiteiro de obras e major da Guarda Nacional, Prediliano Pereira Pitta, que foi o organizador do Club Socialista e, naquele momento, integrava o conselho executivo do Centro Operário, fez uso da palavra por uma hora e meia, dissertando largamente sobre “as vantagens do socialismo, nas suas diversas modalidades”, sendo “calorosamente” aplaudido. A imprensa noticiou que, antes e depois da sessão, “foi profusamente distribuído um avulso impresso, com opiniões do conhecido escritor Magalhães Lima, sobre o socialismo”.²⁹⁹

²⁹⁶ Sobre a influência de Malon no movimento operário brasileiro, ver: BATALHA, Claudio H. M. Benoît Malon e o Socialismo no Brasil na Era da Segunda Internacional. In: XIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Belo Horizonte. *Comunicação*. Belo Horizonte: ANPUH, 1997.

²⁹⁷ Portugal – Dicionário Histórico: Sebastião de Magalhães Lima. Disponível em: www.arqnet.pt/dicionario/magalhaeslima.html. Acessado em: 24 mai. 2004.

²⁹⁸ *Jornal de Notícias*, Salvador, 28 mai. 1901, p. 1.

²⁹⁹ *Jornal de Notícias*, Salvador, 15 jul. 1901, p. 1.

No dia 1º de Maio de 1902, uma quinta-feira, a sede da Sociedade União Beneficente dos Alfaiates, da qual fazia parte o alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos, presidente do conselho executivo do Centro Operário, hasteou, por todo o dia, sua bandeira, “como homenagem à confraternização da classe operária na grande Festa do Trabalho”. À noite, a “Festa do Trabalho” foi comemorada pelo Club Socialista na sede do Lyceu de Artes e Ofícios, com a participação de diversas lideranças socialistas e operárias que transitavam por essas organizações. Entre elas estavam Manuel Querino, presidente da Assembléia Geral do Club Socialista, e o farmacêutico e jornalista Amaro de Lellis Piedade, convidado para presidir a sessão, que além do Dia Internacional do Trabalho, comemorava, também, o primeiro aniversário da entidade. Não obstante a noite ter sido chuvosa, o evento foi prestigiado por mais duzentos operários. Prediliano Pereira Pitta, presidente do Diretório do Club Socialista, congratulou-se com o operariado baiano pelo 1º de Maio e “incitou as classes artísticas, operárias e industriais a reunirem-se na defesa comum e prosperidade da Pátria”. O conhecido rábula Cosme de Farias recitou “belos versos alusivos a grande data”.³⁰⁰ Além de Prediliano Pereira Pitta, fizeram uso da palavra, também, outros artesãos presentes ao evento que integraram e/ou integravam a direção do Centro Operário, a exemplo de Anastácio Machado de Menezes, Olavo José de Almeida e Marcelino de Souza Aguiar, este último, orador oficial do Club Socialista.

Prediliano Pitta discursou sobre “os benefícios de que é capaz a idéia socialista” e fez “apologia das cooperativas, fontes únicas em que a pobreza do operário deve haurir recursos novos”, e o operário Olavo José de Almeida propôs (e foi aprovado por unanimidade) que se enviasse um telegrama ao Dr. Sampaio Ferraz em gratidão pelo fato de aquele parlamentar ter apresentado à Câmara Federal um projeto declarando feriado o 1º de Maio.

O orador oficial, artista Marcelino de Souza Aguiar, “pronunciou um discurso de verdadeiro mérito literário, no qual fez brilhante elogio ao socialismo” e quando “se referiu à clemência e à valentia dos bôeres, a sala inteira rompeu num aplauso tão prolongado, que interrompeu, por segundos, a voz do orador”. Por volta das dez horas, “ao som do hino nacional”, a sessão foi encerrada, com o jornalista Amaro de Lellis Piedade dando “vivas à Fraternidade Universal, à Classe Operária e à República, digna

³⁰⁰ “Artistas de minha terra, / Filhos da grande Bahia, / Comemorando este dia / Rasgai um horizonte novo, / Que possa honrar a vossa pátria, / Sendo uma nova conquista, / Que torne feliz o - Artista, / Que torne feliz o - Povo!...”

do sacrifício dos verdadeiros amigos da pátria”. Em seguida, cerca de trezentos operários saíram em passeata até as praças do Conselho e 15 de Novembro e até a sede da Sociedade União Beneficente dos Alfaiates. Um número especial do jornal *O Socialista*, publicado pelo Club Socialista, foi distribuído, contendo uma poesia de Bento Murilla e um artigo de Lellis Piedade dedicado ao “Dia Santo dos Operários”, no qual ele dizia que no 1º de Maio se comemorava a existência de “uma grande fraternidade pela religião da classe proletária, em cujo seio reside uma das fontes mais exploradas da riqueza das nações”.³⁰¹

Na noite do dia 14 de agosto de 1902, após algumas convocatórias feitas pela imprensa, o operariado de Salvador foi chamado a assistir, no salão da Sociedade Philantrópica dos Artistas, aos atos de fundação de uma nova organização socialista: a Federação Socialista Bahiana, que já nasceu “sob a bandeira do Partido Socialista Brasileiro, ultimamente criado no estado de São Paulo”. A sessão de abertura foi presidida pelo artista Marcelino de Souza Aguiar, “iniciador da idéia”, e contou com a presença de “grande número de representantes do proletariado”. Uma comissão de cinco membros foi formada com o intento de organizar o Regulamento Interno da Federação Socialista, sendo passados diversos telegramas para São Paulo comunicando a fundação do “novo núcleo socialista”.³⁰² No final de janeiro de 1903, A Federação Socialista realizou uma sessão, presidida pelo artista Francisco Miguel Chaves, na qual foi feita uma conferência socialista pelo pedreiro Anastácio Machado de Menezes, que também era membro do conselho executivo do Centro Operário da Bahia. Falando para um “numeroso auditório”, Anastácio de Menezes se pautou pela necessidade de “reunir o proletariado, a fim de conquistar a sua emancipação”.³⁰³

Nesse ínterim, perdemos notícia do Club Socialista. Ele parece ter sido forçado a dividir sua influência ideológica com a Federação Socialista Bahiana, já que essa

³⁰¹ *Jornal de Notícias*, Salvador, 1º, 2 e 3 mai. 1902, p. 1; *Diário da Bahia*, Salvador, 3 mai. 1902, p. 1. A Guerra dos Bôeres (11/10/1899-31/05/1902) guarda uma relação direta com o fenômeno do imperialismo europeu na África. O conflito envolveu, de um lado, os britânicos, que dominavam a Colônia do Cabo, e de outro estavam os colonos holandeses, denominados de bôeres, fazendeiros que haviam fundado as repúblicas livres de Orange e Transvaal, esta última rica em diamantes, o que atraiu a cobiça de aventureiros e autoridades inglesas. Em 1902, quando a guerra chegou ao fim com a Inglaterra vitoriosa, as regiões holandesas foram anexadas às do Cabo e Natal, dando origem à União Sul-Africana, de 1910. O fato é que tanto holandeses quanto britânicos parecem ter tido posições racistas em relação aos negros, não sendo possível interpretar, pois, o apoio do artista Marcelino de Souza Aguiar aos africânderes. Talvez a explicação possa ser achada a partir de uma pesquisa específica acerca de como as informações acerca da Guerra dos Bôeres checavam ao país, especialmente por meio da imprensa. Sobre o assunto, ver: WESSELING, H. L. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ / Revan, 1998, p. 353-361.

³⁰² *Jornal de Notícias*, Salvador, 18 ago. 1902, p. 1.

³⁰³ *Correio da Tarde*, Salvador, 30 jan. 1903, p. 2.

organização passou a agrupar os mesmos militantes que atuavam na entidade original e assimilou, também, seu papel organizador das comemorações do 1º de Maio, além de ter passado a congregar os primeiros sindicatos fundados na capital baiana. De fato, as comemorações do “Dia Santo do Trabalho” de 1903 foram feitas pela Federação Socialista, e a imprensa apresentou o 1º de Maio como uma data na qual se celebrava “a conquista do socialismo puro, estabelecido para festejar-se a fraternidade do operariado em todo o mundo”. O nome de Benoît Malon foi citado como representativo de uma posição de defesa da reforma social, que ensinava “os mandamentos de um Evangelho novo”, mas “sem os exageros rubros dos reformadores apaixonados”.³⁰⁴

Nesse ano, a Federação Socialista Bahiana já publicava o jornal *Imprensa Social* e tinha sede própria, localizada na Ladeira do Carmo, nº 102, onde foi feita a sessão solene, presidida pelo pedreiro Anastácio Machado de Menezes, que também era integrante do conselho executivo do Centro Operário da Bahia, secretariado por Marcelino de Souza Aguiar e Francisco Miguel Chaves. Foram lidas duas cartas de congratulações e adesão enviadas por Jovito Pamponet, da cidade de Santo Antônio de Jesus, no Recôncavo da Bahia, e pelo alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos, presidente do Centro Operário. Na noite daquele dia, mais uma vez, o operário da construção civil Anastácio de Menezes fez “apologia do socialismo, como grandioso fator da Paz, da União e do Progresso”. Vicente de Paula do Nascimento e Julio de Freitas Tantu falaram em nome da Liga Socialista Protetora dos Sapateiros, e, por proposta do rábula Cosme de Farias, foram enviados telegramas de congratulações pelo 1º de Maio ao Centro Protetor dos Operários do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Além disso, estavam presentes os representantes dos órgãos de imprensa *Correio da Tarde*, *Diário de Notícias*, *Revista Typográfica*, *Nova Cruzada* e *Jornal de Notícias*. A Philarmônica União da Lyra tocou várias músicas durante a reunião e, ao final, executou o Hino Nacional, quando Marcelino de Souza Aguiar fez a saudação de despedida com “vivas à fraternidade universal, às classes operárias, ao dia 1º de Maio e à imprensa baiana”. A própria sede da Federação Socialista “estava lindamente ornamentada, destacando-se nas paredes números de jornais socialistas nacionais e estrangeiros” e os escudos da Federação e da Liga Protetora dos Sapateiros com os nomes dos “venerandos Karl Marx e Benoît Malon”, acompanhados do famoso apelo à união dos proletários de todos os países do filósofo alemão. A sessão magna, que havia

³⁰⁴ *Jornal de Notícias*, Salvador, 1º mai. 1903, p. 1.

começado depois das oito horas da noite, terminou antes das dez, dando lugar a uma “linda soirée”, isto é, um baile dançante.³⁰⁵

As idéias de Benoît Malon também estavam por detrás das comemorações do 1º de maio de 1904, realizadas pela Federação Socialista Bahiana e pelo Centro Operário da Bahia, quando a classe operária baiana teria aderido ao “ideal de paz e de progresso”, “dentro da órbita da lei e da ordem”, por meio do qual alcançaria a “grande e bela conquista do socialismo puro, que tem por bases a igualdade, o amor e a concórdia”. Essas duas organizações realizaram uma sessão literária que contou com a presença, dentre outros, do artista Marcelino de Souza Aguiar, do pedreiro Anastácio Machado de Menezes, do Dr. Virgílio de Lemos, representando o *Diário de Notícias*, do rábula Cosme de Farias e do alfaiate José Balbino Falcão, vice-presidente do conselho executivo do Centro Operário da Bahia. Além disso, o Club Socialista também fez uma “modesta sessão magna” em comemoração à “Festa do Trabalho” e ao segundo aniversário de sua instalação, oportunidade em que sua nova diretoria foi empossada. Falaram, entre outros, o operário Bento Gomes e o “artista” Prediliano Pereira Pitta.³⁰⁶

Como se vê, a Federação Socialista Bahiana e o Centro Operário da Bahia, apesar de partilharem vários de seus membros, parecem ter cumprido funções distintas. Enquanto a primeira desempenhava um papel mais especificamente ideológico, politizador da fração de classe representada pelo Centro Operário da Bahia, este último tinha um caráter mais pragmático, de máquina política, talhado para participar das eleições. A Federação Socialista, inclusive, chegou a ter o seu próprio órgão, a *Imprensa Social*, publicada, pelo menos, entre 1903 e 1905.

Em torno dessas duas organizações, foram fundados, ao longo da primeira década do século XX, os primeiros sindicatos operários baianos: a Liga Socialista Protetora dos Sapateiros, a União Socialista das Costureiras, o Centro Defensor dos Trabalhadores do Mar na Bahia - que aglutinava os estivadores e os marítimos -, a União Operária dos Carregadores – que se declarava “modelada” pelo programa da Federação Socialista Bahiana e “sindicada” ao Centro Defensor dos Trabalhadores do Mar -, a Liga dos Trabalhadores Socialistas, a Associação Defensora dos Trabalhadores em Construção, a Associação Unificadora dos Trabalhadores em Padaria, o Centro

³⁰⁵ *Imprensa Social*: órgão dos trabalhadores, Salvador, ano I, nº 3, 23 mai. 1903, p. 1; *Jornal de Notícias*, Salvador, 2 mai. 1903, p. 1; *Correio da Tarde*, Salvador, 2 mai. 1903, p. 1.

³⁰⁶ *Imprensa Social*: órgão dos trabalhadores, Salvador, ano II, nº 6, 30 abr. 1904, p. 2; *Imprensa Social*: órgão dos trabalhadores, Salvador, ano II, nº 7, 8 jun. 1904, p. 1-2; *Jornal de Notícias*, Salvador, 30 abr. 1904, p. 2; 2 mai. 1904, p. 1.

Unificador dos Sapateiros, a União dos Trabalhadores em Viação Terrestre da Bahia, o Sindicato dos Mecânicos da Bahia e o Sindicato dos Trabalhadores em Madeira da Bahia.

Todos esses sindicatos eram filiados à Federação Socialista Bahiana e, como tais, possuíam assento, por meio de delegados, no órgão deliberativo daquela entidade denominado Conselho Geral. Além disso, tais sindicatos e a Federação Socialista Bahiana mantinham relações com antigas associações de auxílio mútuo criadas pela nascente classe operária, a exemplo da Sociedade União Beneficente dos Alfaiates (1897) e da Sociedade Beneficente Bolsa dos Chapeleiros (1891). A maioria dessas organizações havia desaparecido, passado por transformações ou dado lugar a outras antes que a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) começasse. Elas passaram por fusões e desmembramentos, dando lugar a entidades mais adaptadas às novas condições econômicas, sociais, políticas e culturais advindas com o conflito mundial.

Apesar de levarem uma vida formalmente separada, tais organizações socialistas e sindicais atuavam juntas. Muitas vezes, suas lideranças pertenciam a todas as associações mencionadas e elas mantinham estreitas relações com grupos socialistas de outras cidades e estados, às vezes envolvendo operários de campos políticos distintos. Foi o que aconteceu com o empreiteiro de obras, major da Guarda Nacional e conselheiro municipal Prediliano Pereira Pitta, que integrou o Partido Operário da Bahia e a União Operária Bahiana, foi um dos fundadores e presidente do Club Socialista em 1904, presidente do Centro Operário da Bahia em 1912-1913 e um dos mais contundentes defensores do cooperativismo.³⁰⁷

A Federação Socialista Bahiana declarou, explicitamente, sua filiação ao Partido Socialista Brasileiro, fundado em São Paulo, após o Congresso Socialista de 1902, evento no qual a organização baiana foi representada por Estevam Estrella e Ludgero de Souza.³⁰⁸ Além disso, encaminhou ofício à comissão organizadora do chamado Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro entre os dias 15 e

³⁰⁷ *Jornal de Notícias*, Salvador, 2 mai. 1904, p. 1; RELATÓRIO da Associação Cooperativa Centro Operário da Bahia, do Exercício de 1º de abril de 1912 a 31 de março de 1913, Apresentado pelo Presidente do Conselho Executivo Prediliano Pereira Pitta, Aprovado em Assembléia Geral de 18 de maio de 1913. Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1913.

³⁰⁸ *Jornal de Notícias*, Salvador, 18.08.1902, p. 1. RELATÓRIO do Centro Operário da Bahia. Exercício Social de 6 de maio de 1902 a 30 de abril de 1903, apresentado pelo Sr. Ismael Ribeiro, Presidente do Conselho Executivo e aprovado em sessão de Assembléia Geral de 3 de maio de 1903. Bahia: Imprensa Moderna de Prudêncio de Carvalho, 1903. O programa do *Partido Socialista Brasileiro* de 1902 pode ser encontrado em: CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo / Rio de Janeiro: Difel, 1979, p. 322-327.

20 de abril de 1906, justificando sua ausência, mas declarando sua adesão e dos oito sindicatos baianos a ela federados naquele momento ao conclave e à Confederação Operária Brasileira surgida do mesmo.³⁰⁹

As relações políticas dos militantes baianos se estendiam, ainda, a outras organizações da capital federal e de estados do nordeste e norte do país. Na noite de 22 de dezembro de 1902, por exemplo, a Federação Socialista Bahiana realizou uma sessão fúnebre, no salão nobre da Sociedade União das Classes, no Maciel de Cima, “em homenagem à memória do valente jornalista João Ferro”, “estimado propagandista do socialismo nos estados de Alagoas e Pernambuco”. A sessão foi presidida pelo pedreiro Anastácio Machado de Menezes e contou com uma exposição de 35 minutos do rábula e major da Guarda Nacional Cosme de Farias (1875-1972), na qual ele fez o histórico da vida do homenageado e concluiu com a proposta, unanimemente aprovada, de “inserir na ata dos trabalhos da Federação Socialista Bahiana um voto de eterno e profundo pesar pelo infausto passamento do distinto Operário do Bem”. Significativamente, o jornalista João Varela fez uso da palavra em nome da Federação Fluminense, seguido de Marcellino de Souza Aguiar, que falou pelo Centro Protetor dos Operários de Pernambuco, e por Paulino Lopes, representante do Centro das Classes Operárias do Rio de Janeiro, organização que ficou conhecida não apenas por seu alinhamento com determinados setores do poder, como também pela liderança do médico socialista baiano Vicente Ferreira de Souza (1852-1908), seu dirigente na época da Revolta da Vacina, em novembro de 1904.³¹⁰

Em abril de 1906, foi a vez dos socialistas Emilio Kerr, delegado do Centro Operário de Manaus, e Benedicto Saraiva da Cunha, representante do Círculo Socialista de Caxias, ambos de passagem por Salvador rumo ao Primeiro Congresso Operário Regional Brasileiro, no Rio de Janeiro. Eles aproveitaram a passagem pela capital

³⁰⁹ *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, ano I, nº 3, 1º de agosto de 1908, p. 1 (A Voz do Trabalhador. Órgão da Confederação Operária Brasileira. Coleção fac-similar 1908-1915. Prefácio de Paulo Sérgio Pinheiro. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado / Secretaria de Estado da Cultura / Centro de Memória Sindical, 1985). Ver também: Resoluções do 1º Congresso Operário Brasileiro efetuado nos dias 15, 16, 17, 18, 19 e 20 de abril de 1906 na sede do Centro Galego, à rua da Constituição, 30 e 32, Rio de Janeiro, 1906. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio & HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil*. Documentos (1889-1930). 1- O movimento operário. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, p. 41-58. O congresso de 1906, realizado sob a hegemonia dos sindicalistas revolucionários, autodenominou-se Primeiro Congresso Operário Brasileiro, desconsiderando os seus antecessores de 1892 e 1902, realizados, respectivamente, no Rio de Janeiro e em São Paulo, sob forte influência socialista e / ou reformista.

³¹⁰ *Jornal de Notícias*, Salvador, 23 dez. 1902, p. 2. Sobre a trajetória e o ideário social do tipógrafo João Ferro (1872-1902), ver: MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *Filhos do trabalho, apóstolos do socialismo: os tipógrafos e a construção de uma identidade de classe em Maceió (1895-1905)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004, p. 81-82 e 135-142.

baiana e desembarcaram no Cais de Santa Bárbara, sendo recebidos por uma comissão da Federação Socialista Bahiana. Emilio Kerr ainda visitou a sede do Centro Defensor dos Trabalhadores do Mar na Bahia, localizada na rua Silva Jardim, nº 31, onde foi recebido por Cosme de Farias, orador interino daquela associação.³¹¹

Os grupos socialistas baianos do início do século XX mantinham contatos e relações políticas explícitas também com a social-democracia internacional. Prova disso é que, em fins de abril de 1906, a Federação Socialista Bahiana e suas filiadas iniciaram uma mobilização dos trabalhadores que deveria culminar nas comemorações do 1º de Maio daquele ano e numa manifestação de rua visando a angariar fundos para as atividades da Segunda Internacional. A programação incluía um “comício magno” no Campo dos Mártires³¹² e a formação de um “bando precatório” que percorreria as principais ruas da Cidade Alta “esmolando da nunca desmedida generosidade do coração baiano um pequeno óbolo em favor do proletariado russo que luta pela vida, tiranizado, entre os horrores da escravidão e da fome”. O gesto de solidariedade dos socialistas baianos serviu para angariar a quantia de 130\$520 que, de acordo com a comissão formada pelos militantes Dyonisio Alves Velloso, Marcelino de Souza Aguiar e Anastácio Machado de Menezes, seria enviada para o Comitê Socialista de Bruxelas, ou seja, para o escritório da Segunda Internacional com sede na Bélgica, por intermédio do London and Brazilian Bank Limited.³¹³

De fato, na coletânea de fontes organizada por Georges Haupt sobre o Bureau Socialiste International constava o nome da Federação Socialista Bahiana como a única organização brasileira a enviar tal contribuição (214,52 Francos), numa lista de partidos operários e / ou social-democratas de vários pontos do mundo, entre os quais a Bélgica, Boêmia, Dinamarca, Estados Unidos, Holanda, Hungria, Suécia, Espanha, Argentina, França, Itália, Suíça, Austrália, Canadá, Inglaterra e Luxemburgo.³¹⁴

³¹¹ *Diário de Notícias*, Salvador, 24 abr. 1906, p. 1.

³¹² Denominação recebida pelo Campo da Pólvora (local onde fica o Fórum Ruy Barbosa) numa homenagem que a Câmara Municipal de Salvador teria feito em memória de José Inácio Ribeiro de Abreu Lima (Padre Roma), Domingos José Martins, Miguel Joaquim de Almeida e Vastro (Padre Miguelinho) e José Luiz de Mendonça, revolucionários pernambucanos que foram fuzilados em 29 de março e 12 de junho de 1817 naquele local. A antiga nomenclatura se devia ao fato de ali ficar, na época colonial, a Casa da Pólvora, transferida no século XVIII para o Largo dos Aflitos, onde hoje se acha o QG da PM. DÓRIA, Luiz Eduardo. *Os nomes das ruas contam histórias*. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1999, p. 54.

³¹³ *Diário de Notícias*, Salvador, 21 abr. 1906, p. 2 e 3 mai. 1906, p. 1.

³¹⁴ HAUPT, Georges. *Bureau Socialiste International*. Comptes rendus des réunions, manifestes et circulaires (1900-1997). Paris: Mouton & Co., 1969, v. 1, p. 419-421.

Como se vê, o repertório lingüístico usado pelos militantes sociais baianos era eivado de referências ao “Dia Santo dos Operários”, ao “Dia do Trabalho” e à “Festa do Trabalho”, o que é significativo de como as comemorações brasileiras, tais quais as européias analisadas por Eric Hobsbawm, atraíram e absorveram elementos simbólicos e rituais, em particular os de celebração semi-religiosa e sobrenatural, combinando feriado e dia santo, ou seja, partilhando com os feriados cristãos a aspiração à universalidade e ao internacionalismo, não sendo incomuns as analogias com a Páscoa e o Pentecostes, algo que, sem dúvida, era ainda mais forte na Bahia, onde o catolicismo popular havia fincado raízes profundas.³¹⁵

As referências a Marx, aliás, eram feitas, aparentemente, sem que tais militantes tivessem lido qualquer obra do pensador e revolucionário alemão, que era assimilado por intermédio de seus vulgarizadores. O analfabetismo de largos estratos da população e seu desconhecimento de outra língua – em particular do francês, a língua dos meios intelectuais da época – também eram barreiras importantes. Prova disso é que uma das primeiras traduções para o português do *Manifesto Comunista* foi feita por Octavio Brandão em 1923, a partir de uma versão francesa de Laura Lafargue, publicada na forma de livro em 1895.³¹⁶ Além disso, no processo de expansão e difusão do marxismo, ocorreu um empobrecimento de tal teoria, que foi combinada com idéias mecanicistas, evolucionistas, positivistas e cientificistas ainda em sua matriz européia da II Internacional, que depois se espalhou para o mundo, inclusive para o Brasil.³¹⁷

De todo modo, é preciso dizer que, apesar de ter o trabalho enquanto referencial de aglutinação, o Centro Operário da Bahia foi forçado, pelas circunstâncias e pelo

³¹⁵ HOBBSAWM, Eric. O nascimento de um feriado: o Primeiro de Maio. In: _____. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. Tradução de Irene Hirsch e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 169-190; HOBBSAWM, Eric. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. In: _____. & RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. 2ª ed. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 271-316.

³¹⁶ BATALHA, Claudio H. M. O Manifesto Comunista e sua recepção no Brasil. *Crítica Marxista*, nº 6, p. 131-137, 1998.

³¹⁷ ANDREUCCI, Franco. A difusão e a vulgarização do marxismo. In: HOBBSAWM, Eric J. (org.). *História do marxismo*. v. 2 – O marxismo na época da Segunda Internacional. Primeira parte. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 15-73; KONDER, Leandro. *A derrota da dialética: a recepção da obra de Marx no Brasil até o começo dos anos trinta*. Rio de Janeiro: Campus, 1988; BATALHA, Claudio H. M. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. In: MORAES, João Quartim (org.). *História do marxismo no Brasil*. v. II - Os Influxos Teóricos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995. p. 11-44; SCHMIDT, Benito Bisso. O deus do progresso: a difusão do cientificismo no movimento operário gaúcho da I República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v. 21, nº 41, p. 113-126, 2001 e SCHMIDT, Benito Bisso. Ser socialista em Rio Grande na virada do século XIX: ciência / religião e reforma / revolução no pensamento de Antônio Guedes Coutinho. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 22, nº 2, p. 53-70, dez. 1996; SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004, especialmente o capítulo IV.

modo como a sociedade baiana estava estruturada, a defender interesses mais amplos da população pobre, especialmente nas lutas contra a carestia dos gêneros de primeira necessidade e a especulação em torno das habitações populares.

Ainda em 1894, uma comissão criada pelo Centro Operário dirigiu uma representação ao intendente de Salvador pedindo providências contra a alta dos preços dos alimentos básicos. Até mesmo o *Diário da Bahia*, antigo porta-voz do Partido Liberal sob o Império, e que, sob a República, era um intransigente defensor do liberalismo econômico, reconheceu que o momento era de profunda crise, justificando uma ação mais direta do poder público para defender seus cidadãos. As divergências entre as elites, aliás, vieram à tona nesse momento, pois, segundo o órgão da burguesia mercantil, havia um contraste claro entre a Intendência, liderada por José Luiz de Almeida Couto, preocupada em tomar medidas favoráveis aos munícipes de Salvador, e o Governo do Estado, chefiado por Rodrigues Lima, absorvido unicamente por seus interesses políticos. Entre as tarefas que se impunham ao Governo do Estado, apontava-se o melhor desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, com a construção de ferrovias ligando os centros produtores aos centros consumidores, as zonas sertanejas à capital. Como conclusão, o *Diário da Bahia* fez uma advertência à classe operária para que esta se precavesse contra os “pescadores de águas turvas”, os “inimigos da ordem e da lei”, pois eles estavam presentes na reunião do Centro Operário, na qual se nomeou a comissão para tratar com o Governo Municipal, pregando a subversão da ordem pública e o saque ao comércio.³¹⁸

Não sabemos os desdobramentos dessa mobilização, mas o fato é que outras foram feitas, em diferentes momentos, com o mesmo fito de forçar os poderes públicos a agir em defesa da economia popular. Assim, em fins de agosto de 1907, uma comissão formada pelo pedreiro Anastácio Machado de Menezes, o alfaiate Aurélio Sebastião Cardoso e os artistas Marcelino de Souza Aguiar, Juvenal Luiz Souto e João Alves Bellas, todos eles pertencentes ao Centro Operário, oficiou ao intendente municipal pedindo-lhe uma audiência com o objetivo de tratar sobre a “grande e inexplicável carestia dos gêneros alimentícios de primeira necessidade”. Os peticionários se despedem com o tradicional “Saúde e evolução social”, mas não sabemos se alguma medida efetiva foi tomada.³¹⁹ Seja como for, o Centro Operário continuou a cumprir essa função de negociador de ações do poder público contra a carestia e a especulação

³¹⁸ *Jornal de Notícias*, Salvador, 29 nov. 1894, p. 1; *Diário da Bahia*, Salvador, 1º dez. 1894, p. 1.

³¹⁹ FGM-AHS, Fundo Intendência, Requerimentos.

durante toda a Primeira República, especialmente durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando o problema ganhou contornos altamente deletérios para a economia popular.³²⁰

O Centro Operário da Bahia também teve que sair na defesa de setores da classe operária prejudicados pelas decisões das próprias autoridades do Estado brasileiro. Foi o que aconteceu a partir de 5 de janeiro de 1899, quando um decreto federal extinguiu os arsenais de marinha da Bahia e de Pernambuco, mantendo em funcionamento, apenas, os do Pará, do Rio de Janeiro e do Mato Grosso.³²¹ O ato, justificado pelo Governo como necessário e implementado no bojo das medidas de contenção de gastos públicos que vinham sendo postas em prática, levou ao desemprego centenas de operários, muitos com vinte e trinta anos de serviços prestados ao país. Como se já não bastasse, o montepio dos operários não foi capaz de amparar tamanha quantidade de sócios de uma única vez, e o Governo se negou a pagar indenizações ou pensões aos trabalhadores, não lhes permitindo sequer ficar com os instrumentos de trabalho de seu ofício, levando boa parte deles ao descenso social e às privações.

Ora, muitos desses trabalhadores qualificados pertenciam ao Partido Operário, à União Operária Bahiana e ao Centro Operário da Bahia desde suas origens, conforme já demonstramos no Capítulo III. Por isso, o Centro Operário tinha patrocinado várias reuniões com os operários demitidos e havia feito ingerências junto ao Governo com o objetivo de conseguir algum pagamento aos trabalhadores dispensados. A imprensa cobriu várias dessas ações e as marchas e contramarchas da situação, inclusive no Congresso, ao longo dos anos que se seguiram à extinção do Arsenal de Marinha, mas, até o final de 1905, nenhum pagamento havia sido feito.³²²

Muitas campanhas e gestões junto às autoridades foram feitas, também, para garantir postos de trabalho ou aumentar o nível de emprego via realização de obras públicas municipais, estaduais e federais. Isso se explica pelo fato de a base social do Centro Operário da Bahia ser formada, fundamentalmente, por operários de ofício, grande parte deles vinculados, direta ou indiretamente, à construção civil, a exemplo dos pedreiros, carpinteiros, carapinas e marceneiros, sem contar os mestres e

³²⁰ Sobre os problemas relacionados à carestia de vida e à especulação, ver: SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do Povo: sobrevivência e tensão*. Salvador (1890-1930). Salvador: Edufba, 2001.

³²¹ *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo almirante reformado Carlos Balthazar da Silveira, ministro de Estado dos negócios da Marinha em abril de 1899*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, p. 53.

³²² *Jornal de Notícias*, Salvador, 27 jul. 1899, p. 1; 31 ago. 1900, p. 1; 14 dez. 1900, p. 2; 20 dez. 1900, p. 1; 14 jan. 1901, p. 1; 4 jan. 1902, p. 1; 27 ago. 1902, p. 1; 27 mar. 1903, p. 1; 8 abr. 1903, p. 1; 3 nov. 1905, p. 1.

empreiteiros de obras, que trabalhavam e tinham suas vidas ligadas às de seus oficiais. Foi o que ocorreu em 1901. Como se sabe, na década de 1890, o Brasil viveu uma época marcada não apenas por uma profunda instabilidade política, conforme assinalamos no Capítulo I, mas, também de crises econômicas, financeiras, inflação e déficit fiscal. Os problemas mais graves praticamente se arrastaram de 1891 a 1901.³²³

Esses fatos influenciaram a realização ou não de obras públicas e, em consequência, afetaram a vida da classe operária e instigaram a reação de suas organizações. Nesse sentido, uma reunião foi convocada para o dia 10 de fevereiro de 1901, no Centro Operário da Bahia, com o objetivo declarado de se chegar a um acordo “sobre o melhor meio de dirigir-se a classe operária ao governo, solicitando auxílios que a protejam na crise que atravessa, sem trabalho e sem seguros meios de subsistência”.³²⁴ Na reunião, que contou com cerca de cinquenta operários, vários oradores fizeram uso da palavra, entre os quais devemos destacar os nomes do alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos, presidente do Centro Operário, do rábula Cosme de Farias e do advogado Salles Souza. Na pauta, o “fechamento das fábricas e outras anormalidades financeiras” que se abatiam sobre o Brasil. O artista Gaudêncio Guimarães propôs a criação de uma comissão, formada por ele, por Theophilo Brandão e pelos operários da construção Anastácio Machado de Menezes e Olavo José de Almeida e pelo empreiteiro de obras José Maria da Conceição, todos integrantes do Centro Operário, para que eles se entendessem com o governador Severino Vieira. Os nomes da comissão foram aceitos por unanimidade, e as últimas palavras foram proferidas pelo farmacêutico Amaro de Lellis Piedade.³²⁵

A comissão do Centro Operário foi recebida pelo governador ainda no dia 12 de fevereiro de 1901. Depois de ouvir as reivindicações da representação dos trabalhadores, “em longa e amistosa conferência”, o chefe do executivo estadual se comprometeu em “envidar todos os seus esforços para, dentro da esfera de suas legítimas atribuições, contribuir eficazmente para mitigar os males de que se queixa o operariado baiano”, embora tivesse ressalvado que os referidos problemas não afligiam apenas “os que mourejam no trabalho para aquisição do pão de cada dia, mas

³²³ VILLELA, Annibal Villanova e SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira* (1899-1945). Rio de Janeiro: Ipea / Inpes, 1973, p. 29-39.

³²⁴ *Jornal de Notícias*, Salvador, 5 fev. 1901, p. 1.

³²⁵ *Diário da Bahia*, Salvador, 12 fev. 1901, p. 1; *A Federação Operária: órgão noticioso e propagandista*, Salvador, 20 fev. 1901, p. 2.

assoberbam a todas as classes produtoras do país”.³²⁶ No dia 14 de fevereiro, o governador do estado se reuniu com o intendente de Salvador com o objetivo de combinar ações conjuntas visando o atendimento dos “justos reclamos da laboriosa classe operária”, que sofria “os mais rudes golpes da crise que aflige a todos em geral”.³²⁷

Em seu jornal *A Federação Operária*, o líder socialista Marcelino de Souza Aguiar comentou o desenrolar dos fatos nos seguintes termos:

Como sabemos e temos inteira certeza que a crise que desgraçadamente nos esmaga é uma chaga antiga aberta na sociedade brasileira e que chegando agora ao seu período de decomposição gangrenosa é impossível a aplicação do cautério, e sim amputação da parte afetada; aguardamos as ocorrências para com calma e justiça manifestar nossas idéias a respeito.

O que pedimos, e insistiremos com teimosia insinuantemente, será pela educação do povo, pelo ensino obrigatório e tudo mais quanto possa levantar a pátria brasileira, tão vilipendiada quão digna de melhor sorte.³²⁸

Mas, apesar das circunstâncias desfavoráveis, a comissão do Centro Operário não se deixou abater, e reuniu-se com o intendente no dia 25 de fevereiro de 1901, cobrando-lhe ações que redundassem em “trabalho para a classe operária”. O chefe do executivo municipal disse que tinha planejado várias obras públicas em Salvador, mas que dispunha de poucos recursos, aconselhando a comissão que negociasse com o Conselho Municipal a liberação de mais verbas, de modo que pudessem ser retomadas as construções paralisadas e abertas outras frentes de trabalho.³²⁹

No dia 1º de março de 1901, o *Jornal de Notícias* divulgou o conteúdo de uma correspondência da Intendência na qual se assegurava que a municipalidade, naquele momento, possuía 22 obras em andamento, sem contabilizar os consertos em prédios e mobílias escolares e trabalhos de pequena monta, onde empregava muitos operários. Outras obras urgentes, a exemplo das que necessitava o Cais dos Tainheiros, seriam feitas em breve, gerando mais emprego.³³⁰

³²⁶ *Diário da Bahia*, Salvador, 13 fev. 1901, p. 1.

³²⁷ *Diário de Notícias*, Salvador, 15 fev. 1901, p. 1.

³²⁸ *A Federação Operária: órgão noticioso e propagandista*, Salvador, 20 fev. 1901, p. 2.

³²⁹ *Jornal de Notícias*, Salvador, 26 fev. 1901, p. 1.

³³⁰ *Jornal de Notícias*, Salvador, 1º mar. 1901, p. 1.

De qualquer maneira, uma nova reunião foi convocada pelo Centro Operário para o dia 24 de março para tratar do problema da “falta de trabalho”.³³¹ A assembléia, que contou com um “número muito inferior ao das sessões anteriores”, foi presidida pelo farmacêutico Lellis Piedade. Piedade disse aos operários que eles deveriam observar que o problema em pauta era de difícil solução, não dependendo apenas dos poderes públicos, que também se encontravam cercados de dificuldades. Portanto, a classe operária deveria estudar bem o assunto, buscando soluções práticas, mas sem se desviar da órbita da “lei” e da “ordem”. O operário Olavo de Almeida fez um histórico das atividades da comissão que havia sido formada e propôs que a classe operária se mobilizasse em peso para ir “pedir trabalho” ao governador, ao intendente e ao presidente do Conselho Municipal. O pedreiro Anastácio de Menezes corroborou a idéia e, junto com Victorino de Almeida e Olavo de Almeida, rebateu a acusação de que o intendente tivesse dado “pequenos trabalhos aos membros da mencionada comissão, segundo propalam aqueles que justamente não têm coragem de vir dizer estas coisas em plena reunião”. De todo modo, a proposta foi aceita, sendo marcada a data de 28 de março de 1901, quinta-feira, às treze horas, para que os trabalhadores se concentrassem em frente ao Palácio do Governo.³³²

Conforme programado, os operários compareceram ao Palácio do Governo, em “número extraordinário”, tendo como porta-voz o operário Olavo de Almeida que, em sua representação, procurou sensibilizar as autoridades municipais e estaduais para o “estado de penúria em que se acha a classe operária e a urgência de dar-lhe trabalho”. O governador Severino Vieira respondeu que os sofrimentos da classe operária baiana estavam ligados aos de todo o Brasil, mas “esperava que a consciência do dever e a resignação saberiam vencer essas dificuldades, até que melhores dias” viessem. Em seguida, reiterou promessas antigas, juntamente com o intendente, mas a “declaração peremptória” do presidente do Conselho Municipal de que aquela casa legislativa estava votando a liberação de verbas para obras que não estavam sendo executadas pela Intendência “causou na grande multidão um murmúrio muito significativo”. Concluída essa fase do protesto, os trabalhadores se dirigiram para o Centro Operário, onde fizeram uma assembléia extraordinária, perante a qual a comissão operária se desincumbiu de sua missão. O operário Olavo de Almeida pediu um voto de louvor a Lellis Piedade, “que tão bem esposou a causa dos operários”, e uma moção de

³³¹ *Jornal de Notícias*, Salvador, 22 mar. 1901, p. 1.

³³² *Jornal de Notícias*, Salvador, 26 mar. 1901, p. 1.

agradecimento ao *Jornal de Notícias*, “pelo modo por que advogou a referida causa”, propostas que foram aprovadas em meio a uma “salva de palmas”.³³³

Não temos evidências que sustentem afirmações mais contundentes acerca da eficácia ou não dessas ações, mas elas não devem ter sido absolutamente inócuas, considerando-se que foram repetidas em inúmeros momentos, como no final de agosto de 1904, quando o conselho executivo do Centro Operário da Bahia enviou nova representação ao Conselho Municipal de Salvador, solicitando a votação dos créditos necessários à construção da rede de esgoto e de mercados e outras obras nas quais seriam empregados os operários que sofriam com a grande “falta de trabalho” na capital baiana. Sobre o assunto se pronunciaram o alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos e o empreiteiro de obras Prediliano Pereira Pitta, antigos dirigentes do Centro Operário que ocupavam os cargos de conselheiros municipais e estavam presente na sede do legislativo municipal naquele momento.³³⁴

Finalmente, é possível dizer que uma das principais matrizes ideológicas das organizações estudadas tenha sido o mutualismo. Quando foi concebido, em meados do século XIX, pelo tipógrafo, filósofo autodidata e erudito religioso (depois ateu) francês Pierre Joseph Proudhon (1809-1865), o mutualismo se propunha a transformar a sociedade de forma pacífica, apesar da linguagem por vezes bastante agressiva e antiparlamentar do militante que o formulou. Ele não acreditava na possibilidade de superação das contradições econômicas, mas imaginava ser plausível estabelecer uma *igualdade dinâmica* por meio de medidas ligadas à dissolução do governo, a distribuição da propriedade e a liberdade de crédito. Um dos elementos centrais para a consecução de seus objetivos era o tão sonhado *banco do povo*, por meio do qual seria estimulada a troca de produtos entre os trabalhadores através de cheques de trabalho e se forneceria crédito com taxas de juros nominais para cobrir os custos de administração. Assim, chegaríamos, segundo Proudhon, a uma rede de artesãos independentes, camponeses e associações de operários, rumo a uma nova sociedade, fundada nas federações de comunas e cooperativas de produtores, onde os trabalhadores disporiam (mas não deteriam a propriedade) de seus próprios meios de produção.³³⁵

Já vimos como o mutualismo era uma idéia bem enraizada, tanto no movimento quanto nas disposições estatutárias iniciais da organização em tela desde a época do

³³³ *Jornal de Notícias*, Salvador, 29 mar. 1901, p. 1.

³³⁴ *Diário de Notícias*, Salvador, 23 ago. 1904, p. 2.

³³⁵ WOODCOCK, George. *História das idéias e movimentos anarquistas*. v. 1 – A idéia. Tradução de Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM, 2002, p. 7-38 e 119-164.

Partido Operário, sendo mantido por seu sucessor, o Centro Operário da Bahia. Em 1911, o grupo dirigente do Centro, à frente do qual estava Prediliano Pereira Pitta, antigo partidário do cooperativismo, resolveu reformar os estatutos da entidade de modo a explicitar esse aspecto. O antigo Centro Operário passou a ser uma “Associação Cooperativa”, compondo-se de “artistas e operários” residentes em Salvador.³³⁶ Logo na primeira página dos estatutos está escrito que a organização havia sido “reorganizada na vigência da Lei Federal n. 1.637, de 5 de janeiro de 1907”, isto é, tendo por base a primeira legislação a regulamentar a criação de sindicatos e cooperativas no Brasil.³³⁷ Além disso, o novo *status* da entidade foi adquirido numa conjuntura marcada por uma mais agressiva tentativa de aproximação de setores das classes dominantes em relação à classe operária a partir da ascensão de Hermes da Fonseca à presidência da república, em 1910.

Entre as inovações, estavam a abolição da distinção entre filiados *agremiados* e *associados* e a divisão da entidade em seis seções autônomas e com inteira separação de caixas e responsabilidades. A 1ª seção era responsável pelas habitações operárias, diferenciando-se do que prescrevia seu antigo estatuto pelo fato de estabelecer uma hierarquia composta de casas de 1ª e 2ª classe; a 2ª, responsável pela carteira de crédito, trazia uma novidade em termos de mutualismo no estado, pois se incumbia da concessão de empréstimos para os seus associados, conforme previsto no ideário original de Proudhon; a 3ª, de consumo, tinha por objetivo fornecer aos associados do Centro Operário gêneros alimentícios e instrumentos de trabalho a preços mais baixos; na 4ª, de manufatura e construção predial, o Centro Operário estabelecia, como uma de suas metas, a construção de oficinas de tipografia e encadernação, marcenaria, ferreiro e torno mecânico e alfaiataria, de onde a sociedade tiraria lucros usados para sua própria capitalização. Era, pois, uma seção de produção; a 5ª, de instrução primária e profissional, ofereceria aulas de instrução primária e prendas domésticas, solfejo e canto e desenho industrial e elementos de arquitetura, este último restrito aos operários do sexo masculino; a 6ª, de socorros e pensões, previa que cada sócio deveria contribuir com a quantia de \$500 mensais para esta caixa, que seria complementada por parte dos lucros das outras seções. Os valores das pensões também mudaram, passando a ser de

³³⁶ ESTATUTOS DO CENTRO OPERÁRIO DA CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, aprovados em sessão de 9 de julho de 1911. Bahia, Tipografia do Salvador, 1911.

³³⁷ LEI 1.637, de 5 de janeiro de 1907. Dispõe sobre a criação de sindicatos profissionais e cooperativas. *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1907*, v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, s/d, p. 17-22.

30\$000 por mês para o caso de moléstia, válida por todo o período de recuperação, e 15\$000 por mês, em caráter vitalício, para o caso de invalidez. Já o auxílio funeral caiu de 80\$000 para 50\$000 e a viúva e filhos dos operários que falecessem no gozo de seus direitos teriam pensão igualmente vitalícia de 25\$000 por mês.³³⁸

O projeto mutualista e cooperativista do Centro Operário da Bahia, parece ter ganhado impulso a partir do chamado *Quarto Congresso Operário Brasileiro*, realizado entre os dias 7 e 15 de novembro de 1912, no Rio de Janeiro, sob a liderança de Antonio Augusto Pinto Machado, da Liga do Operariado do Distrito Federal, e dominado pelas correntes reformistas do movimento operário do Brasil. O conclave contou com a adesão inicial de 75 entidades de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba do Norte, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Os militantes das organizações baianas tiveram presença marcante em todas as sessões do conclave, inclusive presidindo e / ou secretariando várias delas. Os delegados indicados foram o empreiteiro de obras Prediliano Pereira Pitta e o tipógrafo Francisco Miguel Chaves, presidente e vice-presidente do Centro Operário da Bahia; Ivo Pedro de Souza Pinheiro, pela Sociedade Beneficente União Philantrópica dos Artistas; Raphael A. da Costa Lima, pela Sociedade União Beneficente dos Alfaiates; o alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos e o deputado João Augusto Neiva (que não chegou a tomar parte no congresso), pelo Liceu de Artes e Ofícios; Anselmo Rosas e Pinto Machado, pela Sociedade Operária Carlos Gomes; Lourenço Bento Gomes, pela Sociedade Protetora dos Desvalidos; Miguel Chaves e Senhorinho de Oliveira, pela Associação Typográfica Bahiana; e o Dr. Joaquim Pires Muniz de Carvalho (deputado federal), pelo Club dos Maquinistas e pela Sociedade Luz Protetora da Cidade de Santo Amaro. Prediliano Pitta foi eleito representante da Confederação Brasileira do Trabalho na Bahia, uma organização que combinava atividades próprias de um partido político com as de uma central sindical.

Logo na sessão de abertura do Quarto Congresso Operário os delegados do Centro Operário da Bahia leram uma *memória* de cerca de dez páginas, dividida em quatro partes, tratando de assuntos essenciais de seu ideário social. Na primeira, fazia-se grande apologia do cooperativismo, especialmente o de produção, por meio do qual “uma multidão crescente de esforços individuais, bem aparelhados e coordenadamente

³³⁸ ESTATUTOS DO CENTRO OPERÁRIO DA CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, aprovados em sessão de 9 de julho de 1911. Bahia, Tipografia do Salvador, 1911.

dispostos, possa por meio da associação – baluarte de vontades que se congregam para o melhor aproveitamento de energias e inteligências, que pregam, combatem e triunfam sob um ideal comum -, criar o crédito para cada um dos associados, os quais isoladamente nada podem obter de capitalistas ou estabelecimentos de crédito”. Tal incentivo à vida da “pequena indústria”, “que morre afogada” por “falta de recursos”, traria a “expansão do trabalho industrial de núcleos associativos, cooperadores eficazes da riqueza pública, do bem-estar do proletariado e da paz social, fim de que colima a campanha, em cujo nome pelejamos desassombrados”.

A segunda parte do documento pugnava pela adoção, no Brasil, de um sistema de cooperativas de habitações populares, supostamente bem-sucedido na Alemanha, que também deveria ser apoiado pelo governo federal, por meio de uma legislação que livrasse de penhoras as casas construídas por associações operárias, e pelo poder municipal, que, “como representante mais direto do povo”, deveria subvencionar tais habitações, “secundando assim os nossos esforços em bem do proletariado”.

A terceira seção do documento ocupou-se de fazer a defesa das cooperativas de consumo, “grande elo de união dos fracos, que, pela reciprocidade dos próprios esforços combinados, se tornam fortes e capazes de entrar na luta pela vida, luta tremenda e fatal, que não deve ser encarada com temor porém resolvida com valor e segurança”. Segundo aqueles militantes, a cooperativa de consumo seria, para as “classes proletárias”, uma “verdadeira árvore do bem”, pela qual os trabalhadores se livrariam dos intermediários e conseguiriam alimentos de qualidade superior e a preços mais baixos. Por fim, as cooperativas de consumo deveriam ser conjugadas com as de crédito, dando origem às cooperativas mistas. Desta forma, o crédito impulsionaria a produção e esta manteria a alimentação, supostamente como acontecia na Bélgica, na França e na Inglaterra. O longo documento, assinado por Prediliano Pereira Pitta e Francisco Miguel Chaves, concluía com um apelo ao governo para que ele e o Congresso Nacional aprovassem uma lei que amparasse os trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho.³³⁹

Em agosto de 1917, o Centro Operário da Bahia juntou-se a outras dezesseis organizações do Rio de Janeiro, duas do Ceará, três de Minas Gerais e uma de São Paulo para encaminhar à Câmara Federal, por intermédio do deputado Alexandre Barbosa Lima, um substitutivo – na realidade, um minucioso projeto de lei – na defesa

³³⁹ CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO TRABALHO (PARTIDO POLÍTICO). Conclusões do 4º Congresso Operário Brasileiro realizado no Palácio Monroe no Rio de Janeiro de 7 a 15 de novembro de 1912. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1913. A *memória* apresentada pelos delegados do Centro Operário da Bahia encontra-se nas páginas 214-223.

da “causa sindicalista-cooperativista”. O longo documento era subscrito por 1.196 operários, à frente dos quais estava o torneiro mecânico e armeiro do Arsenal de Guerra Francisco Juvêncio Sadock de Sá (1856-1921) e seu Círculo dos Operários da União. Na proposta, aprovada numa assembléia geral realizada em 21 de agosto de 1917 no Distrito Federal e “assinada por milhares de obreiros que pedem remédio para a carestia de vida atual”, os “operários praticantes do sindicalismo-cooperativista”, “brasileiros merecedores do amparo do Estado”, empenhados na “organização da defesa nacional”, reivindicavam a aprovação de uma *lei*, que em muito beneficiaria as “classes trabalhadoras, estimulando-as a continuarem na obra de remodelação moral, social e econômica, que vêm realizando, modesta, porém, eficientemente, dentro da ordem, em benefício dos indivíduos e em prol da constituição da verdadeira economia nacional”.

O documento apelava para que as autoridades combatessem a “falsa filantropia”, que agia por meio de “cooperativas desvirtuadoras da lei”, aumentando o número de intermediários “em prejuízo da economia proletária e em detrimento da iniciativa profissional”. Argumentava que, do ponto de vista do sindicalismo-cooperativista, a luta pela redução do custo de vida se constituía num instrumento de defesa e não numa arma de combate, posto que “as soluções sociais não podem nem devem ser procuradas revolucionariamente” e que o estímulo do Estado aos “esforços patrióticos” e “justas reivindicações proletárias” seguiriam a “via ordeira, legal e acatadora extremada dos direitos de terceiros”. Para os signatários da petição, as feiras, mercados livres e armazéns oficiais criados pelo governo eram instrumentos excessivamente dispendiosos para o Estado e de pouca valia para os trabalhadores, posto que eram ineficazes no que tange ao combate aos especuladores, intermediários e fornecedores. Por outro lado, procurava rebater a idéia de que na raiz da carestia estivessem as exportações, já que elas eram um importante estímulo à lavoura. Além disso, tais atividades estavam amparadas no princípio da liberdade de comércio, que não deveria “sofrer constrangimento”, a não ser quando afetasse os “interesses da nação”.

Assim, de acordo com a proposta dos sindicalistas cooperativistas, a solução para o “transe doloroso” pelo qual as “classes trabalhadoras” estavam passando estava na criação do Serviço Federal de Cooperação, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, por meio do qual o governo concederia, às cooperativas de consumo de lavradores, operários e funcionários públicos federais ou municipais organizadas de acordo com os decretos 979 (06.01.1903) e 1.637 (05.01.1907): a) “sede adequada aos armazéns de depósitos onde vendam a retalho os

gêneros de primeira necessidade”; b) “redução de 50% nos fretes do Lloyd e das estradas de ferro federais, com preferência para os transportes”; c) “redução de 50% nos direitos alfandegários para as mercadorias que importarem, sob fiscalização competente”; d) “adiantamento, por intermédio do Banco do Brasil, de conformidade com as relações de sócios registradas na forma da lei, até 50% do capital a realizar, mediante o juro de 3% nos prazos máximos de cinco e mínimos de dois anos”. O documento reclamava, ainda, isenção de todos os impostos para tais empreendimentos.³⁴⁰

Não sabemos os desdobramentos da petição acima mencionada, mas o fato é que, independente dos resultados, a idéia parecia estar viva em 1919 para a cúpula do Centro Operário da Bahia e de outras sociedades de trabalhadores da época. No final de maio daquele ano, alguns sindicatos, a exemplo da Sociedade União dos Operários Estivadores (Sucursal da Matriz do Rio de Janeiro), da Sociedade União dos Carregadores da Bahia, do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes e do Centro Operário da Bahia, passaram a se articular com o advogado Philemon de Souza, Cosme de Farias, João Varella e outras pessoas de influência para conseguir fundar a Cooperativa Operária, que, entre outras coisas, contemplaria a idéia de construir habitações para a classe operária subvencionadas pelo Estado.³⁴¹

A campanha pela fundação da Cooperativa Operária teve continuidade nos dias que se seguiram e em princípios de junho de 1919 a imprensa dava conta de que essa empreitada, se consolidada, seria de interesse muito mais amplo do que se supunha, pois, além de assegurar aos seus associados o acesso a gêneros de primeira necessidade a preços bem mais baixos numa época de carestia e especulação, garantiria também a qualidade das mercadorias e a exatidão de seus pesos e medidas, “circunstância que são valores para a saúde e para a economia doméstica”. Dessa forma, o cooperativismo interessaria não apenas aos operários, mas também “aos pequenos funcionários e empregados” e “a todos que, para se prover do necessário à vida apenas tem um módico salário”. O Projeto de Estatutos da Cooperativa Operária previa a constituição de quatro seções, que seriam responsáveis, respectivamente, pelo consumo (fabricação, compra e venda de gêneros alimentícios), crédito (depósitos e empréstimos), assistência, instrução e defesa social (serviços médicos, odontológicos, farmacológicos, advocatícios e

³⁴⁰ ANAIS da Câmara dos Deputados. v. V – Sessões de 21 a 31 de agosto de 1917. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918, p. 977-1000.

³⁴¹ *Diário de Notícias*, Salvador, 24, 27 e 29 mai. 1919, p. 3.

pensões por moléstia ou invalidez, além de instrução e propaganda do cooperativismo) e produção (construção de casas, agricultura de subsistência, obras públicas e particulares, oficinas de artes e ofícios, etc.).³⁴²

Porém, o capital total da sociedade, segundo seu projeto de estatutos, deveria ser formado não apenas a partir das subscrições dos próprios sócios, mas também a partir das contribuições de *sócios beneméritos* e de *subvenções do Estado*, criando uma dependência prévia desses recursos.³⁴³ A idéia foi praticamente enterrada quando o projeto que garantiria uma subvenção estadual de cinquenta contos de réis para a entidade foi engavetado na Câmara dos Deputados em fins de julho de 1919 até maio de 1925, sendo definitivamente rejeitado nesse ano. E isso aconteceu a despeito das garantias ideológicas dos estatutos da referida sociedade de que a mesma se prestaria tão-somente à propaganda do cooperativismo e de outros “princípios socialistas *não* revolucionários”.³⁴⁴

As origens do cooperativismo remontam ao ideário dos chamados *socialistas utópicos*, a exemplo do anticlerical Robert Owen (1771-1858) ou dos médicos cristãos Willian King (1786-1865), que era um inglês protestante, e Phelippe Josephnh Benjamins Buchez (1796-1865), católico de origem francesa que havia sido ligado às idéias do conde de Saint-Simon (1770-1825) e Saint-Amand Bazard (1791-1832). O cooperativismo, para esses homens, era a realização terrena do ideário cristão. Parece consensual que uma experiência decisiva de cooperativismo tenha ocorrido na cidade de Rochdale em 1844, em meio a uma grande crise vivida pela indústria britânica e após o malogro de uma greve operária, quando um grupo de tecelões se reuniu e fundou uma cooperativa de consumo, considerada por King como apenas o primeiro passo rumo à cooperativa de produção e, depois, a cooperativa integral.³⁴⁵

Além disso, a influência do *socialismo utópico* estava presente, também, na identidade de interesses e objetivos entre os artesãos, os operários e os industriais, como se todos eles fizessem parte de um e mesmo grupo social maior, o dos *produtores*, em contraposição ao dos *ociosos* e *parasitas*, um elemento que remontava, inevitavelmente,

³⁴² *O Tempo*, Salvador, 4 e 5 jul. 1919; *Diário de Notícias*, Salvador, 5 jul. 1919, p. 2. COOPERATIVA Operária. Projeto de estatutos. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 6 jul. 1919.

³⁴³ COOPERATIVA Operária. Projeto de Estatutos. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 6 jul. 1919.

³⁴⁴ APEB, Seção Legislativa, *livro 195*.

³⁴⁵ BUBER, Martin. *O socialismo utópico*. Tradução de Póla Civelli. 2. ed., São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 77-102.

ao pensamento de Saint-Simon (1760-1825).³⁴⁶ Daí o uso polissêmico dos termos *artista* e *operário*, significando, respectivamente, e ao mesmo tempo, *artesão* ou *artífice* qualificado e *mestre*, *trabalhador* e *patrão*, independente da posição de ambos no processo de produção. Isso explica, em parte, o próprio hibridismo social do Centro Operário da Bahia, conforme vimos páginas atrás.

Neste Capítulo, estudamos o ideário social abraçado pelos artesãos filiados ao Partido Operário da Bahia, à União Operária Bahiana e ao Centro Operário da Bahia, e as várias frentes nas quais as organizações em estudo tiveram que atuar para garantir melhores condições de vida para seus associados e a população trabalhadora e pobre em geral. No Capítulo V, veremos a atuação dessas organizações nos pleitos eleitorais, verdadeiras máquinas políticas em ação nas eleições da Primeira República.

³⁴⁶ RUSS, Jacqueline. *O socialismo utópico*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 90-102.

CAPÍTULO V

OS ATORES EM CENA

Divulgada a notícia da proclamação da república, no Rio de Janeiro, a população desta capital dividiu-se em grupos. Um, que se maravilhou do precipitado acontecimento e procurava explicação para uma mudança política tão rápida; outro que se apercebia de idéias funestas.

Os mais laboriosos e diligentes, alimentaram logo a idéia de subir, fazendo amizade nos quartéis, aderindo e avançando; os mais tímidos ou precavidos desconfiavam de tudo e procuravam retrair-se, pois ainda estavam duvidosos. A classe operária, já meio desiludida do nenhum resultado obtido de sua intervenção em política, sempre ludibriada pelos que, em nome das expansões sedutoras da liberdade, lhe haviam prejudicado nos interesses profissionais, sem instrução, repelida do convívio social, malsinada pelos representantes de uma aristocracia sem origem, com a proclamação da república sentiu-se alentada com o apoio prometido, em conversa, de alguns indivíduos que se candidatavam às melhores posições, no momento, em favor de seu levantamento.

Manuel R. Querino, 1909.³⁴⁷

O leitor deve se preparar, agora, para adentrar na conflituosa arena das eleições na Primeira República. Já vimos quais eram as principais características e o funcionamento do sistema político, o que muito nos ajudou a entender a função e o modo como foram organizadas as instituições da classe operária que estamos estudando. Também observamos que o processo de formação da classe operária soteropolitana esteve umbilicalmente ligado à organização política dos próprios operários, fenômeno que antecedeu a formação dos sindicatos. Demonstramos que a expressão política dessa organização de classe foi, originalmente, o Partido Operário da Bahia, fundado em junho de 1890, que logo sofreu uma cisão, representada pela União Operária Bahiana. Em 1893, essas duas organizações se fundiram, dando origem ao Centro Operário da Bahia, a mais sólida e duradoura instituição criada pela classe operária baiana em toda a Primeira República.

Da mesma forma que as organizações que o precederam e lhe deram origem, o Centro Operário da Bahia era uma entidade de natureza extremamente complexa, que acumulava, de modo dialético, funções beneficentes, mutualistas, sindicais e político-eleitorais. Isso fica visível na forma como essas instituições estavam organizadas, com

³⁴⁷ QUERINO, Manoel R. *As Artes na Bahia* (Escorço de uma contribuição história). Bahia: Typ. e Encad. do Liceu de Artes e Ofícios, 1909, p. 86 ou QUERINO, Manoel R. *As Artes na Bahia* (Escorço de uma contribuição história). 2ª edição melhorada. Bahia: Oficinas do Diário da Bahia, 1913, p. 162.

um núcleo dirigente central e núcleos locais em cada paróquia ou distrito da cidade, todos subordinados ao centro político principal. De tal forma essas organizações estavam estruturadas, que cada núcleo paroquial dessas entidades correspondia, precisamente, a uma das partes da circunscrição eleitoral de Salvador, e sua reunião formava a *cabeça* do 1º Distrito Eleitoral da Bahia, isto é, o distrito eleitoral formado pela capital baiana, composto pelas 19 freguesias urbanas e suburbanas soteropolitanas, e por algumas cidades vizinhas.³⁴⁸ Concluímos que tais entidades foram criadas tendo em vista a expectativa de assegurar aos operários um espaço que lhes permitisse participar do jogo eleitoral e tentar influenciar no processo político da Primeira República.

Como já demonstramos, as organizações operárias que estudamos tinham uma estrutura e um funcionamento que em muito se assemelhavam aos dos partidos tradicionais. Regra geral, seus dirigentes se envolviam em alinhamentos políticos com diferentes setores das elites dominantes. Disso resultavam os conflitos entre as facções operárias e a formação de clientelas no interior dessas instituições da classe operária, que, em grande medida, assimilavam o *ethos* da sociedade e do sistema político oligárquico vigente.

Além disso, explicitamos que, tanto o Partido Operário da Bahia e a União Operária Baiana, quanto o Centro Operário da Bahia, eram organizações fortemente enraizadas nas classes trabalhadoras, mas que também contavam com a participação de membros de outras classes e grupos sociais, desde caixeiros, empregados do setor privado, profissionais liberais e funcionários públicos até ricos comerciantes e industriais, sem contar os políticos profissionais. Os trabalhadores, nós dissemos, estavam envolvidos, desde o século XIX, com uma ampla e diversificada rede associativa, espaços de sociabilidade formados por irmandades religiosas e sociedades de auxílio-mútuo, além dos primeiros sindicatos, fundados nos anos iniciais do século XX. Vimos, ainda, que o ideário social professado por esses operários era um caldeirão de idéias que iam do mutualismo e do cooperativismo ao socialismo reformista da Segunda Internacional, aqui aportado pelas obras de Benoît Malon e Sebastião de Magalhães Lima.

Neste Capítulo, à luz de tudo que já sabemos sobre esses indivíduos e suas organizações, vamos analisar sua ação política no sentido mais estrito, isto é, nas

³⁴⁸ Além de Salvador, compunham o 1º Distrito Eleitoral da Bahia as seguintes cidades: Alagoinhas, Itaparica, Santana do Catu, Mata de São João e Abrantes.

eleições. Uma das perguntas que nos fazemos é se, na comparação do Império com a República, a participação da classe operária sofreu mudanças qualitativas. Dessa questão deriva outra: se houve tal alteração, como ela se expressou em termos quantitativos? Sendo mais preciso, o número de operários com direitos políticos plenos e dos que faziam uso deles aumentou, diminuiu ou se manteve estável?

Para responder a essa questão, trabalhamos fundamentalmente com fontes eleitorais e dados censitários. Para o período imperial, conseguimos localizar, no Arquivo Histórico de Salvador e no Arquivo Público do Estado da Bahia, diversas listas de votantes para quase todas as freguesias urbanas e suburbanas de Salvador, referentes aos anos entre 1850 e 1881. Essas fontes, como se sabe, continham dezenas, centenas e, às vezes, milhares de nomes em grandes folhas avulsas ou em livros, ao lado dos quais eram anotados dados acerca da idade, naturalidade, profissão / ocupação, escolaridade, filiação, domicílio e renda dos cidadãos qualificados como *votantes*. Algumas listas indicavam, ainda, se os votantes alistados eram, também, *elegíveis*. Essa riqueza de detalhes nos permitiu o acesso não apenas aos dados quantitativos, mas também qualitativos, isto é, nos levou a conhecer o perfil da população votante de Salvador, durante o Império, com particular atenção para o peso da participação da classe operária nesse processo.

O *Almanak administrativo, commercial e industrial da província da Bahia para o ano de 1873*, por outro lado, nos forneceu listas contendo os nomes dos *eleitores* para todos os distritos eleitorais da Bahia, o que nos permitiu mensurar a quantidade de indivíduos que detinham a plenitude dos direitos políticos em relação aos *votantes* das eleições primárias do Império e aos *eleitores* da República.

Para o período republicano, não conseguimos as listas com os nomes e demais informações dos eleitores qualificados, mas a farta quantidade de informações oficiais e partidárias publicada pelos diversos órgãos de imprensa da cidade compensou, em parte, tal deficiência. Assim, tivemos acesso aos documentos oficiais que indicavam a quantidade de cidadãos alistados e o número dos que efetivamente votaram em cada paróquia e em diversos pleitos sob o novo regime. Além disso, conseguimos as nominatas de chapas eleitorais, inclusive as do Partido Operário da Bahia e as de seu sucessor, o Centro Operário da Bahia, para várias eleições realizadas desde o início do novo regime. Também nos foi possível acessar os números dos votos recebidos por cada candidato, em cada pleito, e o nome dos que se elegeram, especialmente para aqueles

cargos que nos interessam mais, quais sejam, os de juiz de paz, membros e administradores das juntas distritais e os de conselheiros municipais.

Os dados populacionais foram extraídos dos censos de 1872, 1890, 1900 e 1920, e foram colhidos com a finalidade de, por meio de cruzamentos com as fontes eleitorais, calcular os percentuais de participação política dos cidadãos soteropolitanos. Com essa operação, conseguimos responder, mesmo que de forma parcial e aproximada, às questões relativas às taxas de participação dos indivíduos nas eleições.

Partimos da idéia de que os operários de ofício já tomavam parte na política e nas eleições desde o Império, o que, aliás, pode ser antevisto pelas palavras do pintor e desenhista Manuel Querino, que abrem esse capítulo. Contudo, com a República, esse engajamento muda qualitativamente, pois ele passou a ocorrer a partir das próprias organizações de classe dos trabalhadores, o que não ocorria durante o regime monárquico.

Com isso não se quer dizer que a partir da República a participação política operária passou a ser absolutamente autônoma, em contraste com uma heteronomia sob o Império. Como veremos adiante, os membros das organizações estudadas tanto tomavam parte nas eleições a partir de suas entidades como realizavam composições políticas com os partidos republicanos. Além disso, as lideranças operárias, em geral, continuaram a compor com os *notáveis* egressos do Império e formaram seus próprios grupos políticos no interior das entidades operárias sob a República em aliança com os novos donos do poder.

Mas esses fatos não alteram nossa percepção mais geral de que, a despeito de sua participação ocorrer nos marcos da política tradicional e com os políticos profissionais do *antigo regime*, a fração da classe operária que estamos estudando já tivesse a consciência de que o operariado constituía uma comunidade à parte, com interesses próprios e, no limite, antagônicos aos dos membros das elites. A própria *opção* pela tática reformista e eleitoral não ocorreu sem tensões internas ou constrangimentos externos. Em um momento de formação, com suas instituições ainda em construção, e inseridos em um sistema econômico-social e político fortemente marcado pela dominação oligárquica e plutocrática, não restavam muitas alternativas aos trabalhadores. Afinal, os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem ou sob as circunstâncias de sua escolha.³⁴⁹ Os operários baianos

³⁴⁹ MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. 7ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 21.

assumiram os riscos de atuar em termos político-eleitorais nos limites impostos pelas *circunstâncias* com as quais se defrontaram diretamente. Em última instância, o que vamos demonstrar é que: a) os operários jogaram um papel relevante nos arranjos político-eleitorais da Primeira República em Salvador; b) essa participação operária ocorreu em níveis distintos e cumprindo funções diferenciadas a depender do caráter do pleito: se municipal, estadual ou federal; c) nas eleições do período, a natureza do engajamento dos operários urbanos era qualitativamente diversa da participação dos trabalhadores rurais.

Ao longo do texto, já apresentamos várias evidências que confirmam o fato já apontado para outras regiões do país de que existia uma cultura bem enraizada de participação das classes trabalhadoras na política durante o Império. Em um dos primeiros trabalhos de pesquisa feitos com base nas listas eleitorais, Maria Yedda Linhares calculou em 24,6% o número de trabalhadores urbanos e artesãos qualificados para o voto na cidade do Rio de Janeiro em 1876. Naquele ano, a então Corte Imperial tinha 15.958 votantes alistados em suas 21 freguesias (oito rurais e treze urbanas), e sua população foi estimada, em 1870, em 235.381 habitantes, sendo que 50.092 (21,28%) eram escravos e 64.917 (27,57%) eram estrangeiros. Se cruzarmos os números da população total da cidade com o número de cidadãos qualificados, teremos um percentual de votantes potenciais de 6,8%, aproximadamente.³⁵⁰

Outro exemplo pode ser retirado de uma pesquisa sobre Campos dos Goytacazes, na então província do Rio de Janeiro com base nas listas eleitorais de três paróquias daquela cidade: São Salvador (1876), São Gonçalo (1878) e N. S. da Natividade do Carangola (1878). O número de votantes achado foi de 2.508, 2,8% da população total de 88.825 habitantes. Na freguesia de São Salvador, que era urbana, 53% dos qualificados eram artesãos ou estavam vinculados ao comércio ou serviços, ao passo que nas freguesias de São Gonçalo e N. S. da Natividade do Carangola, ambas rurais, 75% dos alistados estavam ocupados na agricultura, pecuária, atividades extrativas ou eram lavradores.³⁵¹

Em nossa pesquisa sobre a capital baiana, conseguimos localizar listas eleitorais para quinze das dezoito freguesias da cidade no Arquivo Histórico de Salvador e no

³⁵⁰ LINHARES, Maria Yedda Leite. As Listas Eleitorais do Rio de Janeiro no Século XIX - projeto de classificação profissional. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, v. 48, p. 121-153, 1979.

³⁵¹ NUNES, Neila Ferraz Moreira. A experiência eleitoral em Campos dos Goytacazes (1870-1889): frequência eleitoral e perfil da população votante. *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 46, n° 2, p. 311-343, 2003.

Arquivo Público do Estado da Bahia. Das onze paróquias urbanas, localizamos listas para dez delas: Sé (1876), São Pedro (1876), Santana (1876), Vitória (1880), Conceição da Praia (1876), Pilar (1859), Mares (1874), Santo Antonio (1853), Penha (1875), Brotas (1879). Não conseguimos nenhuma lista para a Rua do Paço em nenhuma das instituições onde fizemos buscas. Das sete freguesias suburbanas, conseguimos listagens de votantes para cinco delas: Ilha de Maré (1865), Matoim (1870), Itapuã (1880), Passé (1880) e Paripe (1858). Em que pese nossos esforços, também não nos foi possível acessar as listas para as paróquias de Pirajá e Cotegipe.

Por fim, não conseguimos reunir listas que compusessem uma série completa para os mesmos anos de qualificação em todas as freguesias, como fez Maria Yedda Linhares para a cidade do Rio de Janeiro. Esse fato nos levou a estabelecer como critério de análise o uso de listas posteriores a 1850 e anteriores a 1881, ano da Lei Saraiva e todo o seu corolário de restrições aos direitos políticos dos pobres e dos trabalhadores. Os dados apurados estão sistematizados na Tabela 10 na página seguinte.

A primeira observação a ser feita é que o número de indivíduos habilitados ao exercício de direitos políticos nas eleições primárias foi de 8.332 votantes, ou seja, 6,2% dos 134.109 habitantes de Salvador segundo os dados do *Recenseamento Geral de 1872*. Esse percentual está abaixo da média nacional do Império até 1881 que, segundo a bibliografia já passada em revista, era de 10%. Contudo, ele é muito próximo dos algarismos encontrados para as cidades do Rio de Janeiro (6,8%) e de São Paulo (6,5%).³⁵² Essa defasagem entre o percentual global e o encontrado para as cidades parece indicar que os potentados rurais foram mais eficientes do que os chefes políticos urbanos na tarefa de arregimentar legiões de votantes e colocá-los ao seu serviço. No entanto, tudo indica que o índice de participação soteropolitano era próximo do que havia para as grandes cidades da época.

³⁵² Para o Rio de Janeiro, ver o já citado estudo de Maria Yedda Linhares. Para São Paulo, ver: KLEIN, Herbert S. A participação política no Brasil do século XIX: os votantes de São Paulo em 1880. *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 38, nº 3, p. 527-544, 1995.

TABELA 10
NÚMERO DE VOTANTES E DE ELEITORES DE SALVADOR NO IMPÉRIO

FREGUESIAS URBANAS	ANO DA QUALIFICAÇÃO DOS VOTANTES	NÚMERO DE VOTANTES QUALIFICADOS	NÚMERO DE ELEITORES QUALIFICADOS EM 1873	POPULAÇÃO EM 1872	PERCENTUAL DE VOTANTES (APROXIMADO) DA POPULAÇÃO	PERCENTUAL DE ELEITORES (APROXIMADO) DA POPULAÇÃO
SÃO SALVADOR DA SÉ	1876	359	29	15.111	2,4	0,2
SÃO PEDRO VELHO	1876	1.284	21	14.743	8,7	0,1
SANTÍSSIMO SACRAMENTO DE SANTANA	1876	191	28	17.954	1,1	0,1
NOSSA SENHORA DA VITÓRIA	1880	686	25	11.666	5,9	0,2
NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA PRAIA	1876	454	14	5.490	8,3	0,2
SANTÍSSIMO SACRAMENTO DO PILAR	1859	997	28	8.346	11,9	0,3
SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA RUA DO PAÇO	-	-	7	3.636	-	0,2
NOSSA SENHORA DOS MARES	1874	90	9	3.722	2,4	0,2
SANTO ANTONIO ALÉM DO CARMO (1º e 2º DISTRITOS)	1853	830	27	16.613	5,0	0,2
NOSSA SENHORA DA PENHA DE ITAPAGIPE	1875	576	12	5.767	10,0	0,2
NOSSA SENHORA DE BROTAS	1879	769	11	5.090	15,1	0,2
FREGUESIAS SUBURBANAS	ANO DA QUALIFICAÇÃO DOS VOTANTES	NÚMERO DE VOTANTES QUALIFICADOS	NÚMERO DE ELEITORES QUALIFICADOS EM 1873	POPULAÇÃO EM 1872	PERCENTUAL DE VOTANTES (APROXIMADO) DA POPULAÇÃO	PERCENTUAL DE ELEITORES (APROXIMADO) DA POPULAÇÃO
SÃO BARTOLOMEU DE PIRAJÁ (1)	-	-	8	2.863	-	0,3
SANTANA DA ILHA DE MARÉ (2)	1865	200	4	1.124	17,8	0,3
NOSSA SENHORA DA PIEDADE DE MATOIM (3)	1870	191	6	2.446	7,8	0,2
NOSSA SENHORA DA COCEIÇÃO DE ITAPUÁ (1º e 2º DISTRITOS)	1880	788	15	4.935	16,0	0,3
SÃO MIGUEL DE COTEGIPE (4)	-	-	6	2.052	-	0,3
NOSSA SENHORA DA ENCARNACÃO DE PASSÉ (5)	1880	643	14	4.443	14,5	0,3
NOSSA SENHORA DO Ó DE PARIPE (6)	1858	274	9	8.108	3,4	0,1
TOTAL	-	8.332	273	134.109	6,2	0,2

Fontes: FGM-AHS. Setor de Arquivos Permanentes - Fundo: Eleitoral - Séries Documentais – Listas Eleitorais 1828-1893 (Paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Praia – 1876; Paróquia de Itapuã – 1880; Paróquia de Santana – 1876; Paróquia da Sé – 1876; Paróquia de São Pedro – 1876); Livro 116 – Listas Gerais de Votantes da Paróquia de Brotas – 1879; Livro 592 – Qualificação da Freguesia da Penha de Itapagipe – 1859-1875; Livro 619 – Junta de Qualificação dos Votantes da Freguesia da Vitória – 1880; Livro 620 – Qualificação da Freguesia do Passé – 1880; APEB, Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais, 1ª Parte – Série Justiça – Correspondência Recebida da Junta de Qualificação, maço 2830 – Qualificação da Freguesia de Santana da Ilha de Maré - 1865; maço 2830 – Qualificação da Freguesia de N. S. do Matoim – 1870; maço 2814 - Qualificação da Freguesia do Pilar – 1859; maço 2830.1 - Qualificação da Freguesia dos Mares – 1874; maço 2807 – Qualificação da Freguesia de Santo Antonio Além do Carmo – 1853; IBGE - *Recenseamento Geral do Brasil em 1872 – Bahia*. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/> Acessado em: 01/10/2007; *Almanak administrativo, commercial e industrial da província da Bahia para o anno de 1873, quinquagésimo segundo da Independência e do Império*. Compilado por Albino Rodrigues Pimenta, Bacharel em Direito e Chefe de Seção da Secretaria da Presidência. Anno I. Bahia: Typographia de Oliveira Mendes & C., 1872.

1- Subúrbio Ferroviário de Salvador.

2- Ilha localizada na baía de Todos os Santos, ainda pertencente à jurisdição de Salvador.

3- Área abrangida pelo atual município de Candeias, vizinha do Pólo Petroquímico de Camaçari e da Refinaria Landulpho Alves, da Petrobras.

4- Antiga região do Recôncavo açucareiro, hoje área abrangida pelo município de Simões Filho, na Região Metropolitana de Salvador, fortemente influenciada pelo Centro Industrial de Aratu – CIA e pelo Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC.

5- Área também abrangida pelo atual município de Candeias.

6- Subúrbio de Salvador, localizado na área limítrofe com o município de Simões Filho e próximo à Ilha de Maré.

O segundo ponto de nossa análise é quanto ao número de eleitores do Império, isto é, aqueles aos quais estamos chamando de cidadãos plenos, que podiam votar, também, nas eleições de segundo grau, nas quais se escolhiam, efetivamente, os representantes da nação (deputados provinciais, deputados gerais e senadores). Como se pode ver na Tabela 10, Salvador possuía, em 1873, 273 eleitores, o que correspondia a 0,2% da população da capital baiana. Em 1872, segundo o já citado Recenseamento, o Brasil tinha uma população de 9.930.478 habitantes, e o número de eleitores do país foi fixado, pelo Decreto nº 6.241, de 5 de agosto de 1876, em 24.114.³⁵³ Cruzando os dois dados, temos um percentual de 0,2%, ou seja, o número de cidadãos plenos achados para Salvador era igual ao existente no Brasil como um todo, o que nos permite concluir que, apesar da abertura à participação popular nas eleições primárias, o efetivo poder de escolha estava nas mãos de um minúsculo corpo de cidadãos, apenas 0,2% da população, cujas dimensões não parecem variar de modo significativo quando comparamos o mundo rural e o urbano.

TABELA 11
NÚMERO DE VOTANTES DE SALVADOR POR PROFISSÃO NO IMPÉRIO, 1853-1880

PROFISSÃO / OCUPAÇÃO DOS CIDADÃOS QUALIFICADOS	NÚMERO DE CIDADÃOS QUALIFICADOS	PERCENTUAL
TRABALHADORES	6.059	72,8
PROFISSIONAIS LIBERAIS	246	2,9
NEGOCIANTES / COMERCIANTES	1.398	16,8
PROPRIETÁRIOS	221	2,6
SACERDOTES	39	0,5
POLICIAIS / MILITARES	74	0,9
OUTROS*	195	2,3
NÃO-IDENTIFICADOS	100	1,2
TOTAL**	8.332	100,0

Fontes: Fundação Gregório de Mattos – Arquivo Histórico de Salvador (FGM-AHS), Setor de Arquivos Permanentes - Fundo: Eleitoral - Séries Documentais – Listas Eleitorais 1828-1893 (Paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Praia – 1876; Paróquia de Itapuã – 1880; Paróquia de Santana – 1876; Paróquia da Sé – 1876; Paróquia de São Pedro – 1876); Livro 116 – Listas Gerais de Votantes da Paróquia de Brotas – 1879; Livro 592 – Qualificação da Freguesia da Penha de Itapagipe – 1859-1875; Livro 619 – Junta de Qualificação dos Votantes da Freguesia da Vitória – 1880; Livro 620 – Qualificação da Freguesia do Passé – 1880; Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais, 1ª Parte – Série Justiça – Correspondência Recebida da Junta de Qualificação, maço 2830 – Qualificação da Freguesia de Santana da Ilha de Maré - 1865; maço 2830 – Qualificação da Freguesia de N. S. do Matoim – 1870; maço 2814 - Qualificação da Freguesia do Pilar – 1859; maço 2830.1 - Qualificação da Freguesia dos Mares – 1874; maço 2807 – Qualificação da Freguesia de Santo Antonio Além do Carmo – 1853.

* Em “Outros” constam nomes de difícil conceituação em termos sócio-ocupacionais ou de identificação do local de trabalho, tais como “agrimensor”, “pensionista”, “despachante”, “oficial de descarga”, “fiel”, “diretor de máquinas”, “chefe de divisão”, “fabricante”, “músico”, “pianista”, “avaliador”, “tabelião”, “solicitador”, “corretor”, “feitor”, boticário, entre outros.

** Das 18 freguesias urbanas e suburbanas de Salvador à época, não conseguimos os números de qualificados para a Rua do Paço, Pirajá e Cotegipe.

³⁵³ *Diário da Bahia*, Salvador, 6 ago. 1876, p. 1.

Cabe então perguntar: entre votantes e eleitores, onde estavam os trabalhadores soteropolitanos? Já demonstramos como o direito de voto, no Império, era relativamente alargado, ao menos nas eleições primárias até 1881. Contudo, precisamos marcar, especificamente, como era grande a participação das classes trabalhadoras, o que faremos por meio da análise da Tabela 11.

O número de trabalhadores alistados como votantes era de 6.059 indivíduos, perfazendo expressivos 72,8% dos cidadãos qualificados. Dentro desse conjunto, 2.946 eram artesãos, correspondendo a 35,4% do total de alistados. No conjunto das classes trabalhadoras, destacamos, também, os 235 marítimos e os 248 saveiristas que encontramos nas listas eleitorais, o que está em sintonia com o fato de Salvador ser uma cidade costeira e fortemente dependente das atividades econômicas ligadas ao porto e à navegação. Mas a capital baiana era um centro urbano que guardava, tanto em seu interior quanto em seu entorno, roças, hortas, chácaras e colônias de pesca, o que explica termos achado 1.254 votantes classificados como lavradores, roceiros e plantadores, e outros 687 listados como pescadores. Os empregados do setor privado, inclusive os do comércio, somavam 300 votantes, e os empregados públicos totalizavam 389 cidadãos alistados. As classes médias e as classes dominantes estavam representadas, respectivamente, pelos 246 profissionais liberais e pelos 1.398 comerciantes e 221 proprietários alistados como votantes.

As várias categorias de trabalhadores votantes de Salvador estavam distribuídas de modo desigual pelas dezoito freguesias da cidade. Os artesãos, isto é, os operários mais qualificados, com maior grau de instrução e melhores condições de vida, estavam fortemente presentes em todas as freguesias da cidade. Eles eram 46,2% dos alistados da Sé e de São Pedro, 43,1% de Santo Antonio, 38,2% de Santana, 35,6% da Vitória, 36,8% da Conceição da Praia, 36,3% do Pilar, 42,2% dos Mares e 36,5% da Penha. Mesmo em freguesias suburbanas os operários de ofício eram grande parte dos alistados, a exemplo de Brotas, Matoim e Paripe, onde eles correspondiam, respectivamente, a 35,9%, 42,9% e 35,9% dos cidadãos votantes. Mas o fato é que, nas paróquias suburbanas, os votantes eram, em sua maioria, trabalhadores engajados em atividades ligadas à criação e agricultura (provavelmente, de subsistência) e à pesca, como em Itapuã e Passé, onde os lavradores eram em número de 55% e 68,9% dos votantes, respectivamente, e na Ilha de Maré, local em que os pescadores perfaziam 69% dos qualificados ao voto. De todo modo, é importante frisar que os indivíduos

ocupados nas atividades econômicas primárias representavam apenas 15% e 8,2%, respectivamente, do total de cidadãos qualificados ao voto em Salvador.³⁵⁴

Mas além de terem uma presença marcante e relevante no jogo eleitoral do Império na qualidade de *votantes*, as classes trabalhadoras em geral, e os operários de ofício em particular, estavam mobilizados, também, como *eleitores* e, até, como candidatos a cargos eletivos em Salvador. Em 1876, por exemplo, o Partido Liberal apresentou várias chapas de candidatos a eleitores, juízes de paz e vereadores nas eleições que seriam realizadas naquele ano, entre os quais se encontravam vários artífices. As candidaturas foram divulgadas por meio do *Diário da Bahia*, o órgão dos liberais desde 1868. A chapa apresentada aos *votantes* da freguesia de São Pedro continha 22 candidatos a *eleitores*, entre os quais dois artesãos, Eduardo Soares da Silva Campos e o capitão da Guarda Nacional José Luiz Soares Sobrinho.³⁵⁵

Sobre o último não temos informações qualitativas, mas é possível dizer algumas palavras sobre o primeiro. Eduardo Soares da Silva Campos (1846-1906) serviu ao Brasil na Guerra do Paraguai como alferes do 1º Batalhão da Guarda Nacional, foi um dos principais organizadores da Liga Operária Bahiana, criada em 1876, fundador da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição do Tororó e integrante do Partido Operário da Bahia, fundado em 1890. Suas relações com o Partido Liberal eram bem estreitas em 1876, ano em que ocupou o cargo de presidente do Diretório da Liga Operária, ao lado do conselheiro Manoel Pinto de Souza Dantas, que havia sido presidente de província da Bahia (24/07/1865-03/03/1866), nomeado presidente da Assembléia da mesma organização. Segundo Manuel Querino, a Liga Operária desfrutava de tanto prestígio e confiança do Governo, que o desembargador e presidente de província, Henrique Pereira de Lucena (05/02/1877-04/02/1878) permitia que as obras públicas fossem encampadas por ela, sem “formalidade de concorrência” e “sem contrato”, sendo suficiente que a repartição competente fizesse o orçamento dos

³⁵⁴ Fundação Gregório de Mattos – Arquivo Histórico de Salvador (FGM-AHS), Setor de Arquivos Permanentes - Fundo: Eleitoral - Séries Documentais – Listas Eleitorais 1828-1893 (Paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Praia – 1876; Paróquia de Itapuã – 1880; Paróquia de Santana – 1876; Paróquia da Sé – 1876; Paróquia de São Pedro – 1876); Livro 116 – Listas Gerais de Votantes da Paróquia de Brotas – 1879; Livro 592 – Qualificação da Freguesia da Penha de Itapagipe – 1859-1875; Livro 619 – Junta de Qualificação dos Votantes da Freguesia da Vitória – 1880; Livro 620 – Qualificação da Freguesia do Passé – 1880; Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais, 1ª Parte – Série Justiça – Correspondência Recebida da Junta de Qualificação, maço 2830 – Qualificação da Freguesia de Santana da Ilha de Maré - 1865; maço 2830 – Qualificação da Freguesia de N. S. do Matoim – 1870; maço 2814 - Qualificação da Freguesia do Pilar – 1859; maço 2830.1 - Qualificação da Freguesia dos Mares – 1874; maço 2807 – Qualificação da Freguesia de Santo Antonio Além do Carmo – 1853.

³⁵⁵ *Diário da Bahia*, Salvador, 14 set. 1876, p. 2.

trabalhos a serem executados. Quanto a Eduardo Soares da Silva Campos, ele parece ter saído da Liga Operária pouco tempo depois que a criou, sendo nomeado oficial de 1ª classe da oficina de carapina do Arsenal de Marinha da Bahia, depois ascendendo aos postos de mandador, contramestre e mestre de carapina dessa instituição até o momento de sua extinção.³⁵⁶

O caso da freguesia de São Pedro não era exceção. Nesse ano, também em várias outras paróquias encontramos artesãos compondo chapas do Partido Liberal para concorrer às eleições municipais. Por outro lado, o percurso do mestre de carapina Eduardo Soares da Silva Campos também não se configurava como uma trajetória isolada. Outros artistas liberais sobreviveram à queda do Império e integraram as organizações que estamos estudando no período da Primeira República. Como exemplo, vale a pena citar o caso do tipógrafo pardo Ignácio Hermogenes Cajueiro (1843-1906), que em 1876 foi candidato a *eleitor* na chapa do Partido Liberal da freguesia de Santo Antonio, tendo composto os quadros da Associação Typographica Bahiana, fundada em 1870, do Partido Operário da Bahia, de 1890, e de seu sucessor, o Centro Operário da Bahia, de 1893. Também foi o caso do alfaiate José Roque Pinto (1840-1894), proprietário de sua própria oficina, e do mestre de construção e capitão da Guarda Nacional Pedro Augusto da Silva que, em 1876, foram candidatos a *eleitores* nas chapas do Partido Liberal das freguesias de Santana e da Sé, respectivamente, e sob a República, pertenceram ao Partido Operário e ao Centro Operário da Bahia.³⁵⁷

A atração que o Partido Liberal exercia sobre os trabalhadores no Império, documentada a partir dos episódios sumariamente narrados acima, foi confirmada pela *memória* que o pintor e desenhista Manuel Querino guardou sobre o jogo eleitoral no antigo regime. Em artigo originalmente publicado no *Jornal de Notícias*, ele disse que os membros do Partido Conservador eram portadores de uma “fumaça de aristocracia improvisada”, ao passo que os liberais eram os eternos “defensores das liberdades públicas”, sabendo “seduzir o vulgacho” e obter “melhor resultado”.

Segundo Querino, o processo eleitoral em Salvador era baseado na *Cumbuca*, uma casa que era “transformada em hospedaria e bazar”, na qual se reuniam, em local próximo à paróquia, os votantes, responsáveis pela eleição dos juizes de paz, camaristas

³⁵⁶ QUERINO, Manoel R. *Artistas Bahianos* (indicações biographicas). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909, p. 204-205.

³⁵⁷ *Diário da Bahia*, Salvador, 14 set. 1876, p. 2. Os dados sobre Ignácio Hermogenes Cajueiro, José Roque Pinto e Pedro Augusto da Silva foram retirados, entre outras fontes, de: APEB, Seção Judiciária, 1/58/68/6, 7/3140/-/16 e 1/114/172/2 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

e eleitores, que, por sua vez, elegeriam os deputados provinciais, os deputados gerais e os senadores. A principal função da *cumbuca eleitoral* era fornecer alimentação e vestuário aos votantes que residiam em locais distantes, mas elas eram conhecidas, também, pelas bebidas alcoólicas servidas e pelas músicas cantadas e festas que só tinham fim no momento da votação. As despesas eram pagas a partir de cotizações entre os candidatos. As “cumbucas mais notórias” eram, de acordo com Manuel Querino, as que se localizavam nas paróquias da Sé, Santana, São Pedro, Santo Antonio e Brotas. Nessas freguesias, os chefes políticos e os cabos eleitorais “desenvolviam grande atividade na cabala”, isto é, no aliciamento de eleitores.

As cumbucas mais freqüentadas eram as dos liberais, não apenas pelos votantes, mas também por indivíduos que não tinham direitos políticos, que se colocavam à disposição do partido para demonstrar sua lealdade política de outras maneiras, inclusive como “provetos manejadores do cacete”. Havia, também, outro personagem, o capoeira, ao qual Querino reputou o qualificativo de “figura indispensável nos pleitos eleitorais”, responsável pela garantia de respeito à opinião do correligionário, pela provocação de desordem e pelo espancamento do adversário.³⁵⁸

* * * * *

Diante desse quadro que parece envolver participação, manipulação e coerção, é importante analisar os traços de continuidade e as mudanças que essa tradição sofreu com o novo regime. Em estudo clássico sobre o Rio de Janeiro, José Murilo de Carvalho defendeu a controversa tese segundo a qual a então Capital Federal era uma cidade onde a maioria da população havia se retirado da cena política institucional por não acreditar que a República tivesse trazido alguma novidade em termos de participação do povo nos processos decisórios do Brasil. As pessoas espertas, *bilontras*, preferiam tomar parte das festas religiosas a se engajar nas eleições, qualificadas como espaço da fraude, da *tribofe*, onde atuavam os políticos profissionais, que não representavam o povo, mas aos seus próprios interesses. Para Carvalho,

O espírito das mudanças eleitorais republicanas era o mesmo de 1881, quando foi introduzida a eleição direta. Até esta última data, o processo indireto permitia razoável nível de

³⁵⁸ QURINO, Manuel. A cumbuca eleitoral. In: *Jornal de Notícias*, 2 jun. 1914, p. 1.

participação no processo eleitoral, em torno de 10% da população total. A eleição direta reduziu este número para menos de 1%. Com a República, houve aumento pouco significativo para 2% da população (eleição presidencial de 1894).³⁵⁹

Ora, no parágrafo citado acima há, pelo menos, três distorções. O primeiro problema é que Carvalho trata os *votantes* e os *eleitores* do Império como se não houvesse diferenças importantes a separá-los. Como já demonstramos largamente, os *votantes* eram o que nós podemos chamar de cidadãos imperfeitos, tinham direitos políticos limitados, só votavam nas eleições primárias. Sua condição era bem inferior à dos *eleitores*, cidadãos plenos, eleitos pelos *votantes* de primeiro grau para sufragarem os candidatos a representante da nação. Portanto, *votantes* e *eleitores* não são termos comparáveis, não há como estabelecer paralelo entre as duas condições, pois elas são qualitativamente distintas.

O segundo problema diz respeito ao número de *eleitores* existentes no país após a reforma eleitoral de 1881, que Carvalho calculou em menos de 1%. É preciso não tomar a questão de modo isolado, pois esse pequeníssimo percentual era ainda menor antes da Lei Saraiva, quando as eleições eram indiretas. Como já vimos, em 1876, o número de *eleitores* do Império fora fixado em 24.114, o que redundava em apenas 0,2% da população total. Portanto, mesmo sob o Império, a eleição direta implicou em aumento substancial de cidadãos plenos, apesar de ter diminuído muito o número total daqueles que podiam votar.

O terceiro problema é que Carvalho subestimou a importância de seus próprios dados, ao dizer que a República trouxe “aumento pouco significativo” no número de cidadãos aptos ao exercício do voto, saindo de 1% da população total brasileira no pós-1881, para 2% sob o novo regime. Ora, esse número equivale a um aumento de 100%! Não desconhecemos que uma quantidade ainda muito diminuta de brasileiros adquiriu direitos políticos com a República. Também não é o caso de fechar os olhos à manutenção da exclusão das mulheres e dos analfabetos. Admitamos: esse era o caráter da república liberal-oligárquica: liberal para negar direitos trabalhistas e previdenciários aos que produziam a riqueza do país; oligárquica para preservar a direção política dos negócios públicos brasileiros nas mãos de poucos. Mas convenhamos: o fato concreto, objetivo e inegável é que o percentual de eleitores plenos foi duplicado, e isso tem

³⁵⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª ed., São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 43 e 85.

implicações. Além do mais, é o próprio José Murilo de Carvalho quem nos informa que, na eleição para a Constituinte Nacional de 1890, 28.585 eleitores estavam alistados na cidade do Rio de Janeiro, correspondendo a 5,5% da população total da capital da República, um índice, portanto, bem superior ao apurado para a média nacional.

A capital baiana registrou a existência de 9.414 eleitores potenciais, 5,4% da população total, calculada em 174.412 naquele ano. Portanto, sob a República, o número de cidadãos mais que quintuplicou na cidade do Salvador em relação ao momento posterior à Lei Saraiva. Registre-se, também, que esse crescimento é mais que o dobro do achado para a média nacional de expansão do eleitorado na mesma comparação, que foi de 2%, correspondendo quase exatamente ao que Carvalho calculou para a cidade do Rio de Janeiro no ano de 1890.³⁶⁰

Não há como negar, portanto, que a nova ordem importou na incorporação ao sistema político de um número significativamente maior de indivíduos portadores de direitos políticos plenos. Isso sugere que o fim do voto censitário teve um impacto maior, em termos de extensão dos direitos políticos, e uma importância que não foi claramente percebida pela literatura especializada, pois esta costuma enfatizar apenas a manutenção da exclusão dos analfabetos e das mulheres.

Ao contrário do que fez Carvalho, a conclusão a ser tirada é que houve aumento da participação político-eleitoral popular na escolha dos governantes e dos seus representantes, especialmente da classe operária, que fundou inúmeros partidos operários e/ou socialistas ao longo da Primeira República em todo o país, refletindo a expectativa de eleger seus representantes e influir nos destinos da nação. E a vantagem é que isso não implicava abrir mão das festas, do entrudo ou do carnaval, no Rio de Janeiro, em Salvador, no Recife ou em qualquer outro lugar do Brasil.

O engajamento do Partido Operário da Bahia, da União Operária Bahiana e do Centro Operário da Bahia nas eleições da Primeira República em Salvador ocorria em níveis distintos e cumprindo funções diversas. No plano municipal, a mobilização era feita para apresentar e eleger candidatos próprios para os cargos de juízes de paz, membros e administradores das juntas distritais e conselheiros municipais. Nesse primeiro tipo de envolvimento com a política, as candidaturas operárias podiam ser

³⁶⁰ Para os dados populacionais, ver: Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatísticas. *Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analfabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898, p. 156. Para o número de eleitores alistados, ver: “Mesas Eleitorais”. In: *O Pequeno Jornal*, Salvador, 18 ago. 1890, p. 2.

apresentadas de três formas: a) como candidaturas vinculadas direta e explicitamente às organizações operárias; b) compondo as chapas dos partidos tradicionais; ou c) compondo chapas de candidaturas avulsas. Porém, às vezes o quadro era mais complexo, com um membro da máquina política operária aparecendo, simultaneamente, em mais de uma das três situações acima mencionadas.

Essa situação de pulverização das candidaturas operárias em várias frentes foi observada de modo mais nítido a partir de 1893, quando as duas organizações originais se fundiram, dando origem ao Centro Operário, e se devia ao fato de a nova entidade conservar as antigas divisões políticas que haviam cindido o Partido Operário. De todo modo, devemos registrar que as chapas apresentadas pelo Centro Operário da Bahia incluíam, em geral, as pessoas que compunham o grupo hegemônico na entidade em dada conjuntura, sendo apoiadas, em regra, pelo partido que controlava o governo e o aparelho de Estado. Já a facção excluída da direção da associação operária se apresentava por meio das chamadas candidaturas avulsas ou também integrava uma das chapas dos partidos políticos tradicionais da elite, na maioria dos casos os da oposição. Mas o leitor vai observar, também, que, em alguns momentos, os grupos rivais no interior do Centro Operário chegavam a algum tipo de consenso ou acordo e apresentavam uma única chapa para todos os postos de mandatos eletivos. É importante enfatizar, no entanto, que em todos os casos, tanto durante o processo eleitoral, como depois, durante o mandato dos que logravam se eleger para algum cargo, esses indivíduos se apresentavam como integrantes da representação política da classe operária.

Quando as eleições eram estaduais ou federais, o comportamento das entidades e dos filiados era outro. Os associados e as lideranças das organizações operárias se apresentavam como apoiadores de uma das candidaturas, chapas ou partidos envolvidos na disputa, raramente indicando nomes de trabalhadores para os cargos do legislativo e nunca para o executivo estadual e federal. Também nesse caso, as facções rivais do Centro Operário se posicionavam em lados opostos, cada qual se vinculando a uma das facções oligárquicas e carreando votos operários para elas.

Essas definições de papel não eram absolutamente rígidas e imutáveis, particularmente na primeira década republicana, quando vigorou um razoável grau de incerteza e indefinição acerca do que aconteceria ao país. Tanto isso é verdade que, como vimos no Capítulo II, nas primeiras eleições republicanas, realizadas em 1890 e 1891 com o objetivo de escolher os representantes do povo para a assembléia

constituente nacional e estadual, respectivamente, o Partido Operário da Bahia apresentou candidatos, sendo obrigado a retirá-los da competição por causa dos conflitos que consumiam a nascente organização operária em suas entranhas. Para afastar a ameaça de fragmentação, a chapa foi desfeita, sem, contudo, conseguir cicatrizar as feridas abertas pela disputa.

Porém, isso não quer dizer que as lideranças operárias não tivessem cumprido papel algum nesse momento inicial do novo regime, muito pelo contrário. Com base no que estabeleceu o Regulamento Alvim, já explicado no Capítulo I, inúmeros artesãos integrantes do Partido Operário da Bahia foram designados pela Intendência para, na qualidade de eleitores, comporem as mesas eleitorais de várias freguesias de Salvador nas eleições de 15 de setembro de 1890, na qual seriam escolhidos os representantes para a Constituinte Nacional.³⁶¹

Além disso, ao menos dois operários da cúpula dirigente do Partido Operário e de sua dissidência, a União Operária, foram nomeados intendentes municipais da capital baiana pelo Governo do Estado. O *Jornal de Notícias* de 14 de setembro de 1892 chegou a divulgar os nomes que compunham as comissões da Intendência Municipal de Salvador naquele momento.³⁶² O alfaiate Elysiario Elysio da Cruz e o desenhista Manuel Raymundo Querino ocuparam a estratégica posição de intendentes encarregados de organizar o alistamento eleitoral das freguesias de São Pedro, Santo Antonio, Vitória, Mares e Penha, importantes paróquias urbanas da capital baiana.³⁶³

Isso significa que esses operários e suas organizações não apenas nutriram expectativas positivas em relação à República e se beneficiaram da limitada democratização que o novo regime propiciou, mas foram, desde o início, agentes do sistema político-eleitoral que estava sendo montado em seus alicerces. Esses operários e seus companheiros, pois, estavam na base dessa cadeia de nomeações baseadas na

³⁶¹ O Edital contendo os dados dos distritos de cada freguesia, suas respectivas seções eleitorais, número de eleitores alistados, bem como, nomes e funções dos membros das mesas eleitorais para o pleito de 1890 podem ser encontrados em *Pequeno Jornal*, Salvador, 18 ago. 1890, p. 2. Os artesãos filiados ao Partido Operário da Bahia que tomaram parte das mesas eleitorais foram os seguintes: Conceição da Praia – Porphyrio Manoel Lopes (mestre de obras); Rua do Paço – João Pessoa de Britto (alfaiate); Pilar – José Polybio da Rocha (marceneiro); Santo Antonio – Constantino de Aquino Leite (artistas); Mares – Antonio Bento Guimarães (mestre ferreiro); Pirajá – Francisco Pereira de Souza (artista) e Júlio Augusto de Souza (artista); Itapuã – Evaristo Ferreira das Virgens (artista).

³⁶² O leitor deve atentar para a mudança de significados do termo “intendente”, que até a aprovação da Lei Orgânica Municipal, em 1892, designava o membro do poder legislativo municipal, ao passo que depois de 1892 passou a definir o chefe do poder executivo municipal. O termo “conselho municipal” passou a ser o nome do membro do legislativo da comuna.

³⁶³ *Jornal de Notícias*, Salvador, 14 set. 1892, p. 2.

confiança política que teve como resultado último o controle do poder executivo federal sobre o Congresso Constituinte de 1890 e, depois, sobre o próprio parlamento.

Pode-se dizer, portanto, que, na prática, a estréia do Partido Operário da Bahia na política republicana ocorreu logo nos primeiros dias do novo regime, e que suas lideranças ajudaram a montar as engrenagens do sistema político-eleitoral do qual tomariam parte em seguida, na eleição municipal realizada em 18 de dezembro de 1892. Como se sabe, nesse pleito, cada eleitor deveria depositar cinco cédulas eleitorais na urna. Na primeira, ele deveria escolher um dos candidatos à Intendência, o poder executivo municipal. Na segunda, o cidadão deveria escrever os nomes de dez dos quinze membros que comporiam o Conselho Municipal, isto é, o poder legislativo da comuna. Como se vê, era um voto em *lista incompleta*. Na terceira e quarta cédulas, os eleitores deveriam sufragar os nomes de um administrador e dois membros da Junta Distrital de sua freguesia, perfazendo 54 integrantes desse órgão na cidade. Na quinta e última cédula, o cidadão era chamado a votar em três dos quatro indivíduos que ocupariam o cargo de juiz de paz em cada paróquia. Ao todo, seriam 72 membros da Justiça de Paz nas dezoito freguesias urbanas e suburbanas de Salvador.

Nesse pleito, a participação da máquina política dos trabalhadores foi bastante comprometida, já que o Partido Operário da Bahia havia se quebrado ao meio, dando lugar ao surgimento de sua dissidência, a União Operária Bahiana. De tal modo o conflito foi politicamente negativo, que nenhuma das entidades conseguiu se articular para lançar chapas próprias, e seus integrantes tomaram parte no processo de modo desorganizado, compondo as chapas das classes dominantes baianas. Algumas das principais lideranças não conseguiram se eleger, a exemplo do artista Domingos Silva, que se candidatou a membro da Junta Distrital da freguesia de Santana pelo Partido Federalista, mas não teve êxito.³⁶⁴ Também foi o caso do pedreiro Manoel do Bomfim Antunes, que se candidatou a membro do Conselho Municipal de Salvador pela Chapa Progressista, mas também não conseguiu o número de votos necessários.³⁶⁵ Igual sorte teve o marceneiro Victorino José Pereira Júnior, que havia sido lançado candidato ao cargo de administrador da Junta Distrital da Vitória pelo Partido Federalista.³⁶⁶ Mesmo alguns artesãos que se candidataram em chapas avulsas à Justiça de Paz enfrentaram dissabores nas urnas, a exemplo do que ocorreu com o tipógrafo José Carlos de Miranda

³⁶⁴ *Jornal de Notícias*, Salvador, 14 dez. 1892, p. 2.

³⁶⁵ *Jornal de Notícias*, Salvador, 16 dez. 1892, p. 2.

³⁶⁶ *Jornal de Notícias*, Salvador, 17 out. 1892, p. 1.

e o artista Pedro de Alcântara dos Santos Almeida, que não conseguiram se eleger nos distritos da Sé e de Santana.³⁶⁷

Apesar desses percalços, dois artesãos pertencentes ao Partido Operário se elegeram juízes de paz, ao passo que outros seis filiados da máquina política operária galgaram postos nas juntas distritais. No primeiro caso, temos os artistas Francisco Salles dos Santos e João José de Santana, eleitos juízes de paz dos distritos da Sé e de Pirajá, respectivamente. No segundo caso, citamos os nomes do funcionário público Guilherme Antonio Alves Gomes, do artista Ubaldo José de Oliveira Couto, do alfaiate Oséas Alves de Souza e do tipógrafo Manuel Victório da Ascensão, eleitos membros das juntas distritais de Santana, Conceição da Praia, Santo Antônio e Brotas, respectivamente. O artista Antonio Sabino Duarte foi mais longe e chegou a ser eleito administrador da Junta Distrital de Pirajá, o mesmo ocorrendo com o industrial têxtil Luiz Tarquínio, que foi escolhido para ocupar o mesmo cargo na freguesia da Vitória.³⁶⁸

Quanto ao Conselho Municipal de Salvador, os membros das elites baianas parecem ter ocupado quase todas as cadeiras, com exceção de uma, que foi reservada ao Partido Operário da Bahia. O assento foi assumido pelo artista ferreiro mestiço Francisco Luiz Azevedo (1844-1913), proprietário de sua própria oficina e tenente da Guarda Nacional, que conseguiu se eleger conselheiro municipal para o quadriênio de 1893-1897. Vale dizer que Francisco Luiz Azevedo conseguiu uma boa posição em termos de quantidade de votos, já que o primeiro colocado havia recebido 6.004 sufrágios, ao passo que ele, em oitavo lugar, teve 5.000. Nosso personagem ficou na frente até mesmo do professor Leopoldino Antonio de Freitas Tantu, 12º colocado, que daquele dia em diante se elegeria várias vezes para o mesmo cargo. É preciso lembrar, também, de outros membros do Partido Operário e da União Operária, como o artista chapeleiro Virgílio Francisco Coelho, cujo nome foi encampado por seus companheiros de ofício, mas ficou em 21º lugar, com 677 votos, e o pintor e desenhista Manuel Querino, que foi o 22º colocado, com 423 votos.³⁶⁹ No que diz respeito à Intendência Municipal, foram apresentados ao eleitorado o conselheiro José Luiz de Almeida Couto (Partido Nacional), que obteve 5.462 votos, o médico Horácio Cezar (Partido

³⁶⁷ *Jornal de Notícias*, Salvador, 16 dez. 1892, p. 2.

³⁶⁸ *Jornal de Notícias*, Salvador, 13 fev. 1893, p. 2.

³⁶⁹ *Jornal de Notícias*, Salvador, 6 e 12 dez. 1892, p. 1; *Jornal de Notícias*, Salvador, 17 jan. 1893, p. 2.

Federalista), ao qual foram dados 4.169 sufrágios, e o industrial Luiz Tarquínio (candidatura avulsa), contemplado com o apoio de apenas 29 eleitores.³⁷⁰

A intervenção do Centro Operário da Bahia nas eleições municipais de 22 de março de 1896 foi bem mais organizada e frutífera. Como que tirando lições da experiência anterior, as lideranças operárias começaram a se mobilizar bem cedo. Já em outubro de 1895, o artista Domingos Silva fez, através da grande imprensa, reiterados apelos aos trabalhadores para que estes participassem das eleições. Em um manifesto intitulado “Aos Operários”, ele argumentou que “o direito de votar é um dos primeiros que distinguem e validam o cidadão perante o país”. Por isso, era “necessário e de alta conveniência” que todos os cidadãos, “principalmente os pequenos e perseguidos”, como os operários, não se abstivessem nem se descuidassem de se qualificar como eleitores, “para não perder o direito de cidadão votante”. Informou que o período de alistamento se estenderia do dia 3 ao dia 13 de outubro de 1895, e renovou o apelo para que os trabalhadores se alistassem como eleitores e fizessem uso de tal direito de acordo com seus interesses. O empenho do capitão Domingos Silva, então presidente do Centro Operário da Bahia, para convencer os trabalhadores a participar do processo eleitoral foi tão grande, que ele chegou a formular e divulgar o modelo da *petição* que deveria ser preenchida pelos operários e, em seguida, encaminhada à junta de qualificação eleitoral, além de indicar os documentos e demais procedimentos necessários ao êxito do processo.³⁷¹

Esse cuidado com a qualificação eleitoral estava em sintonia com a forma como o Centro Operário da Bahia estava estruturado. Como já demonstramos, o alistamento de eleitores era feito pelas juntas de qualificação das freguesias. Em cada uma das dezoito freguesias de Salvador naquele momento havia um conselho paroquial do Centro Operário da Bahia, dirigido por nove membros e contando com, no mínimo, cem filiados. Nas paróquias soteropolitanas onde existiam dois ou três distritos eleitorais, havia igual número de conselhos paroquiais. No caso das vilas e cidades do interior do estado, o Centro Operário da Bahia era organizado por meio dos chamados conselhos filiais, dirigidos por quinze membros e agregando, no mínimo, cinquenta associados. Os conselhos paroquiais e filiais estavam diretamente submetidos ao controle do conselho executivo do Centro Operário, o núcleo do poder da máquina política operária. Como

³⁷⁰ *Jornal de Notícias*, Salvador, 4 nov. 1892, p. 1; *Jornal de Notícias*, Salvador, 17 jan. 1893, p. 2.

³⁷¹ *Jornal de Notícias*, Salvador, 9 e 11 out. 1895, p. 2.

vimos, em 1894 essa máquina possuía cerca de cinco mil filiados. Portanto, sua capacidade de garantir a realização de eleições controladas em seu favor era grande.

Já no início de fevereiro de 1896, o conselho executivo do Centro Operário da Bahia divulgou uma nota pública na qual informava que havia feito uma reunião e decidira lançar candidatos ao pleito que seria realizado em março, e que a chapa se constituía numa “representação das classes proletárias”.³⁷² Em documento posterior, o Centro Operário informou que as pessoas escolhidas como candidatos a serem apresentados pela entidade ao eleitorado eram Domingos Silva (operário da construção), José Pereira de Lacerda (artista), Ismael Ribeiro dos Santos (alfaiate), Elysiário Elysio da Cruz (alfaiate) e Prediliano Pereira Pitta (artista).³⁷³

Em longo manifesto “*Ao independente eleitorado da capital da Bahia*”, a direção do Centro Operário ratificou os nomes que havia indicado para a renovação do terço do Conselho Municipal de Salvador e adicionou outros dezoito artistas candidatos à Justiça de Paz e às Juntas Distritais das freguesias de São Pedro, Conceição da Praia, Santana, Rua do Paço, Pilar, Mares, Penha, Brotas e Pirajá. Também prometeu para tempo breve a apresentação dos candidatos aos mesmos cargos nas paróquias restantes.

No documento, argumentava-se que os portadores de mandatos eletivos municipais e da Justiça de Paz eram os que mais se ligavam aos “interesses da comunhão”, sendo a “primeira emanção para a boa ou má gestão dos negócios concernentes à vida doméstica das diferentes classes da sociedade”.³⁷⁴

Destarte, a vida, o bem ou o mal-estar do povo, o seu desenvolvimento moral e material, o progresso e adiantamento local, a fiscalização dos gêneros de primeira necessidade, na qualidade e no valor, o debelamento de todas as explorações do suor e da economia do povo, para consecução de tudo isto, faz-se preciso que o povo tenha no município um governo que, primando em patriotismo e nobreza de caráter, seja extremado em economizar e dar explicação racional e proveitosa aos dinheiros públicos, que seja autônomo e independente, que tenha a precisa capacidade de resistir a tudo que não for o bem do povo.³⁷⁵

No documento, portanto, o Centro Operário da Bahia se comprometia com uma postura mais ativa, proba, autônoma e independente em relação às outras esferas de

³⁷² *Jornal de Notícias*, Salvador, 6 fev. 1896, p. 2.

³⁷³ *Jornal de Notícias*, Salvador, 24 fev. 1896, p. 2.

³⁷⁴ *Jornal de Notícias*, Salvador, 27 fev. 1896, p. 2.

³⁷⁵ *Jornal de Notícias*, Salvador, 27 fev. 1896, p. 2.

poder. Além disso, o manifesto lembrava que as consequências da “péssima direção dos negócios municipais” repercutiam mais negativamente sobre as classes operárias do que em qualquer outra classe social. Disso decorria a declaração segundo a qual o Centro Operário da Bahia apresentava suas candidaturas às classes operárias, pedindo-lhes votos, mas firmava um compromisso público de acordo com o qual os trabalhadores eleitos não representariam nenhum partido político nem fariam alianças com eles, “trabalhando e auxiliando-os somente nas questões de legítimos interesses do povo”.³⁷⁶

Alguns membros do Centro Operário da Bahia apresentaram seus nomes por meio de outras chapas. Foi o que fez o pintor e desenhista Manuel Raymundo Querino, que entrou para a chapa do Partido Republicano Federalista como candidato a uma vaga de conselheiro municipal, nominata na qual podiam ser encontrados diversos nomes de representantes das classes médias e da burguesia da cidade, a exemplo dos industriais Luiz Tarquínio e Polydoro Bittencourt, proprietários da Companhia Empório Industrial do Norte e da Companhia Chapelaria Norte Industrial, respectivamente. Esses dois empresários, aliás, além de integrarem a chapa do Partido Republicano Federalista, também estavam na nominata do Partido Republicano Constitucional.³⁷⁷

O ferreiro Francisco Luiz Azevedo tentou a reeleição, concorrendo a uma cadeira de conselheiro municipal por meio de uma chapa avulsa, na qual também podiam ser encontrados médicos, engenheiros e bacharéis em direito. Já o alfaiate Aurélio Cardoso concorreu a uma vaga na Junta Distrital da Sé pelo Partido Federalista, o mesmo fazendo o operário Tertuliano Francisco da Silva Guimarães, na paróquia da Rua do Paço, o tipógrafo Paulino dos Santos Piedade, na freguesia de Santo Antonio, o desenhista Guilherme da Conceição Foepel, na paróquia de Brotas, e os artistas Ubaldo José de Oliveira Couto e Porphyrio Manuel Lopes, na paróquia da Conceição da Praia. Outros filiados do Centro Operário da Bahia submeteram seus nomes ao sufrágio popular através do Partido Constitucional. Foi o caso do tipógrafo João Carlos de Miranda e do artista João Alves Bellas, que se candidataram à Justiça de Paz e à Junta Distrital da Sé, e do artesão Pedro de Alcântara dos Santos Almeida, candidato a uma vaga de juiz de paz do distrito de Santana.³⁷⁸

O número de eleitores qualificados caiu de 9.414, isto é, 5,4% da população de Salvador em 1890, para 8.530 em 1896, ou seja, 4,9% dos habitantes da capital

³⁷⁶ *Jornal de Notícias*, Salvador, 27 fev. 1896, p. 2.

³⁷⁷ *Jornal de Notícias*, Salvador, 16, 18 e 21 mar. 1896, p. 2, 2 e 3, respectivamente.

³⁷⁸ *Jornal de Notícias*, Salvador, 20 mar. 1896, p. 1.

baiana.³⁷⁹ Não obstante, a eleição foi disputada, chegando a ocorrer duplicata de poderes do executivo municipal. O *Jornal de Notícias*, órgão que se dizia politicamente neutro, divulgou que o resultado do pleito para a Intendência teria revelado a vitória do Dr. Francisco de Paula Oliveira Guimarães, do Partido Federalista, com 2.888 votos, contra os 2.851 sufrágios obtidos pelo Dr. José Eduardo Freire de Carvalho, do Partido Constitucional. O *Correio de Notícias* também defendeu a tese da vitória dos federalistas sobre os constitucionais, de 2.876 a 2.840. O *Diário da Bahia*, porém, sustentou que José Eduardo Freire de Carvalho teria vencido Francisco de Paula Oliveira Guimarães por 2.833 a 2.791.³⁸⁰

Não há razão para tentarmos descobrir qual a versão mais próxima da realidade. É público e notório que, na Primeira República como no Império, a verdade do voto estava relacionada a questões de poder. Importa registrar que houve não apenas queda no número de eleitores qualificados ao voto, como já apontamos, mas, também, uma redução significativa na quantidade de cidadãos que efetivamente compareceram às urnas. Se somarmos os números que o *Jornal de Notícias* deu para os dois candidatos em apreço, por exemplo, chegaremos a um total de 5.739 cidadãos que compareceram para votar. Nas eleições de 1892, esse número foi de 9.660, portanto, mais elevado em quase 60%.³⁸¹

Como a ação do Centro Operário da Bahia no pleito municipal de 22 de março de 1896 foi mais organizada e com um razoável grau de coesão, a máquina política dos trabalhadores, em aliança com os partidos das classes dominantes, conseguiu eleger cinco operários como suplentes do Conselho Municipal. Dos quinze conselheiros municipais titulares empossados no dia 23 de maio de 1896, sete eram federalistas, seis eram constitucionais e dois haviam se candidatado por ambos os partidos. Nenhum deles poderia ser enquadrado na condição de trabalhador manual.³⁸² Porém, fatos inusitados e de conseqüências extraordinárias ocorreram menos de um ano depois da posse dos novos *edís*. No dia 28 de março de 1897, o Conselho Municipal foi levado a fazer uma nova eleição para suprir a vaga aberta pela renúncia do federalista Deocleciano Ramos. Foram candidatos José Alves Ferreira, pelo Partido Republicano

³⁷⁹ Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatísticas. *Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analfabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1898, p. 156; “Mesas Eleitorais”. In: *O Pequeno Jornal*, Salvador, 18 ago. 1890, p. 2.

³⁸⁰ *Jornal de Notícias*, Salvador, 20, 23 e 24 mar. 1896, p. 1.

³⁸¹ *Jornal de Notícias*, Salvador, 17 jan. 1893, p. 2; *Jornal de Notícias*, Salvador, 20, 23 e 24 mar. 1896, p. 1.

³⁸² *Jornal de Notícias*, Salvador, 22 jun. 1896, p. 1.

Federalista, e o artista Prediliano Pereira Pitta, pelo Partido Republicano Constitucional, o primeiro obtendo 1.328 votos e o integrante do Centro Operário arregimentando 731 sufrágios.³⁸³

A crise política, porém, parecia não ter fim. Prova disso é que outros seis conselheiros municipais, tanto federalistas quanto constitucionais, renunciaram aos seus respectivos mandatos, abrindo caminho para a convocação dos artesãos Domingos Silva, José Pereira de Lacerda, Ismael Ribeiro dos Santos, Elysiário Elysio da Cruz e Prediliano Pereira Pitta, os cinco que haviam se candidatado pelo Centro Operário da Bahia e que estavam na condição de suplentes.³⁸⁴ Ao se pronunciarem, esses artistas fizeram o registro de que tomavam posse como conselheiros municipais na qualidade de “representantes da classe operária”, à qual procuravam servir, defendendo seus interesses. Também o pintor e desenhista Manuel Querino foi beneficiado por esse singular acontecimento, que lhe assegurou uma das cadeiras do Conselho Municipal, e o presidente daquela casa legislativa da comuna soteropolitana foi forçado a marcar novas eleições para 11 de julho de 1897.³⁸⁵

Quando o pleito de 1897 foi realizado, portanto, a fortuna havia garantido que seis dos quinze membros do Conselho Municipal fossem artesãos vinculados ao Centro Operário da Bahia, alguns dos quais, candidatos à reeleição em diferentes chapas e partidos políticos. O artista Prediliano Pereira Pitta, por exemplo, teve seu nome apresentado na chapa do Partido Republicano Constitucional, ao passo que o operário Domingos Silva foi lançado pelo Centro Operário da Bahia, do qual era presidente.³⁸⁶ Entre os sete candidatos que se elegeram conselheiros municipais, estavam Manuel Querino, que recebeu 1.611 sufrágios, o maior número de votos, e Prediliano Pereira Pitta, que foi o sétimo colocado, com 1.198. Os demais trabalhadores filiados da organização operária não lograram posições efetivas no legislativo municipal.³⁸⁷ Isso parece ter desagradado profundamente algumas lideranças, como o alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos, que requereu e conseguiu, com o apoio de seus companheiros de

³⁸³ *Jornal de Notícias*, Salvador, 27, 29 e 30 mar. 1897, p. 1.

³⁸⁴ Os conselheiros municipais que renunciaram aos mandatos foram os industriais Polydoro Bittencourt e Luiz Tarquínio, eleitos pelo Partido Constitucional e pelo Partido Federalista; engenheiro Affonso Glycerio da Cunha Maciel (federalista); José Mariz Pinto (constitucional); Franz Wagner (federalista); Fernando Costa Coch (constitucional).

³⁸⁵ *Jornal de Notícias*, Salvador, 8 jul. 1897, p. 1. Por razões que não conseguimos compreender, apesar de a última vacância ter sido de seis demissionários, as novas eleições foram feitas para o preenchimento de sete vagas.

³⁸⁶ *Jornal de Notícias*, Salvador, 10 jul. 1897, p. 2.

³⁸⁷ *Jornal de Notícias*, Salvador, 30 jul. 1897, p. 2.

representação operária, a anulação do pleito sob o argumento de que teriam ocorrido irregularidades no processo eleitoral.³⁸⁸ O presidente do Conselho Municipal recorreu da decisão ao Senado do Estado que, sob o protesto do operário Domingos Silva acerca do que considerou uma violação da autonomia da comuna, validou os resultados originalmente apresentados pela Junta Apuradora.³⁸⁹

No dia 12 de novembro de 1899, novas eleições municipais foram realizadas em Salvador, sendo que cinco artesãos filiados ao Centro Operário da Bahia se lançaram candidatos ao poder legislativo da cidade. Em aliança com o Partido Republicano Constitucional foram apresentados os nomes dos artistas Prediliano Pereira Pitta, que em maio daquele ano havia tomado posse como membro do conselho executivo do Centro Operário, e Francisco Luiz de Azevedo, que também já haviam ocupado o cargo de conselheiro antes.³⁹⁰ O operário Domingos Silva, que havia perdido o posto de presidente do Centro Operário para o alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos, foi candidato avulso, e lembrou que, no passado, quando fora eleito suplente e exercera interinamente o cargo de conselheiro municipal, “nunca deixou de pugnar pelo proletariado, pelas idéias nobres e pela autonomia municipal”.³⁹¹

Em sua plataforma eleitoral, o fundador do Centro Operário se comprometeu com a abertura de novas ruas em pontos imprescindíveis e necessários; o alargamento de outras vias já existentes; a construção de uma rede de esgoto completa e o melhoramento do sistema de distribuição de água, distribuindo-a, gratuitamente, à população em suas residências; a substituição do sistema de iluminação pública existente por outro mais moderno, mais eficiente e mais barato, inclusive com a possibilidade de fornecimento de eletricidade aos particulares mediante a cobrança de módica contribuição; o melhoramento do sistema de limpeza pública, diminuindo seu custo; o reajuste dos salários dos servidores públicos municipais mediante a reposição das perdas causadas pelo aumento do custo de vida, tratando-os como “auxiliares do progresso municipal”. Por fim, o artista Domingos Silva dizia que o município era uma entidade política que não poderia deixar de ser o “ponto de emanção dos poderes, quer do Estado, quer da União”, e se comprometia com a garantia de meios para “educar e

³⁸⁸ *Jornal de Notícias*, Salvador, 16 ago. 1897, p. 1.

³⁸⁹ *Jornal de Notícias*, Salvador, 20 ago. 1897, p. 2; *Cidade do Salvador*, Salvador, 28 ago. 1897, p. 2.

³⁹⁰ *Jornal de Notícias*, Salvador, 25 out. 1899, p. 1.

³⁹¹ *Jornal de Notícias*, Salvador, 23 out. 1899, p. 2; *Jornal de Notícias*, Salvador, 2, 9 e 10 nov. 1899, p. 2.

instruir largamente” os habitantes da cidade e com a defesa da “causa da classe operária”, seu “posto de honra”.³⁹²

Os artistas Elysiario Elysio da Cruz e Manuel Raymundo Querino, que haviam ocupado postos de direção no Partido Operário, na União Operária e no próprio Centro Operário da Bahia, também apresentaram seus nomes como candidatos avulsos ao Conselho Municipal.³⁹³ Outros trabalhadores, vinculados à máquina política operária, também se candidataram a cargos eletivos distritais e municipais. O artífice dourador Melchiades José Garcia (1835-1912), por exemplo, tentou uma vaga de membro da Junta Distrital de São Pedro pelo Partido Republicano Constitucional.³⁹⁴ Já o artista Francisco Boaventura Duplat, foi candidato à Justiça de Paz do distrito de Brotas, também pelo Partido Republicano Constitucional.³⁹⁵

Os resultados do pleito de 1899 nos dão a conhecer que vários trabalhadores integrantes do Centro Operário da Bahia conseguiram se eleger para diversos cargos. Prediliano Pereira Pitta foi o 14º conselheiro mais votado, com 2.399 sufrágios, garantindo, outra vez, uma vaga como titular do Conselho Municipal de Salvador. Outros só conseguiram apoio suficiente para lograr a condição de suplentes. Na lista de 42 candidatos votados, identificamos os artesãos Francisco Luiz de Azevedo (19º colocado), que recebeu 2.225 votos, Manuel Querino (23º colocado), que obteve 324 sufrágios, Elysiário Elysio da Cruz (25º colocado), apoiado por 211 eleitores, e Domingos Silva (27º colocado), sufragado por 84 cidadãos. No caso da Intendência Municipal, José Eduardo Freire de Carvalho Filho, do Partido Republicano Federalista, venceu a eleição por 3.292 votos contra os 2.733 obtidos por Domingos Rodrigues Guimarães, do Partido Republicano Constitucional.³⁹⁶

Ao menos quatro artesãos vinculados ao Centro Operário da Bahia conseguiram se eleger administrador ou membro das juntas distritais. Como exemplo, temos o tipógrafo Paulino dos Santos Piedade, que obteve 426 votos pelo Partido Republicano, sendo eleito membro da Junta Distrital de Santo Antonio.³⁹⁷ Também foi o caso dos artistas Ubaldo José de Oliveira Couto e Porphyrrio Manuel Lopes, que se elegeram,

³⁹² *Jornal de Notícias*, Salvador, 9 nov. 1899, p. 2.

³⁹³ *Jornal de Notícias*, Salvador, 9 e 10 nov. 1899, p. 1.

³⁹⁴ *Jornal de Notícias*, Salvador, 26 out. 1899, p. 1.

³⁹⁵ *Jornal de Notícias*, Salvador, 28 out. 1899, p. 1.

³⁹⁶ *Jornal de Notícias*, Salvador, 6 dez. 1899, p. 1.

³⁹⁷ *Jornal de Notícias*, Salvador, 17 nov. 1899, p. 1.

respectivamente, administrador e membro da Junta Distrital da Conceição da Praia, e do artista Agripino Gomes de Jesus, escolhido membro da Junta Distrital de Itapuã.³⁹⁸

Também na Justiça de Paz vários membros do Centro Operário conseguiram se eleger. O tipógrafo José Bernardo da Cunha (1860-1901), no distrito de Nazaré, o artista Antonio Borges Nogueira e o mestre ferreiro Antonio Bento Guimarães (1851-1907), ambos federalistas, no distrito dos Mares, os artistas Evaristo Ferreira das Virgens, no distrito de Itapuã, Clemente Sezinio de Barros Leite e Manuel Anastácio Vianna, no 2º distrito de Pirajá, além do tipógrafo João Carlos de Miranda e do alfaiate Aurélio Cardoso, o primeiro constitucional e o segundo federalista, no distrito da Sé, são alguns exemplos dessa intervenção com êxito no processo.³⁹⁹

O Conselho Municipal eleito em 1899 teve que ser completado por meio de um pleito suplementar em 8 de março de 1903 em função da morte de um de seus membros. O artista Prediliano Pereira Pitta concorreu a essa vaga apoiado pelo Centro Operário e pelo Partido Republicano, sendo o mais votado, com 2.177 sufrágios contra 339 do Dr. Bayma de Moraes e 59 do padre Luiz da França.⁴⁰⁰ As razões que levaram Prediliano Pitta a se candidatar são obscuras, já que ele havia sido eleito em 1899, estando, teoricamente, no exercício do mandato do mesmo cargo. Talvez o fato se relacione com as tramas personalizadas da política local na Primeira República.

De todo modo, é preciso dizer que as eleições distritais e municipais do dia 8 de novembro de 1903 foram mais complexas. Elas foram reveladoras da intensidade e das conseqüências dos conflitos entre os grupos que atuavam no interior do Centro Operário da Bahia e das alianças que cada um estabeleceu com as diferentes oligarquias. Naquele ano, o artista Fernando da Costa Bastos, do grupo liderado pelo alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos, dirigia o Centro Operário, que era, sem a menor sombra de dúvida, a maior associação de trabalhadores, em termos de número de filiados, a mais sólida, do ponto de vista financeiro, e, politicamente, a mais importante organização da classe operária baiana. Já o grupo do artista Domingos Silva, fundador e primeiro presidente da referida associação, havia sido desalojado da direção da entidade, e travava uma guerra intestina e sem trégua por sua recuperação.

³⁹⁸ *Jornal de Notícias*, Salvador, 27 mar. 1900, p. 1

³⁹⁹ *Jornal de Notícias*, Salvador, 20, 21, 25 nov. 1899, p. 1; *Jornal de Notícias*, Salvador, 11 jan. 1900, p. 1; *Jornal de Notícias*, Salvador, 27 mar. 1900, p. 1.

⁴⁰⁰ *Diário da Bahia*, Salvador, 3 jan. 1903, p. 4; *Diário da Bahia*, Salvador, 10 mar. 1903, p. 1; *A Bahia*, Salvador, 9 abr. 1903, p. 1.

Essa disputa não refletia nenhuma linha de separação por cor, etnia ou nacionalidade, pois, como vimos no Capítulo III, todas as organizações que estudamos possuíam uma base social formada, em sua maior parte, por artesãos brasileiros negros e mestiços, que conviviam sem nenhum conflito com a minoria de brasileiros brancos ou com os raros estrangeiros que nelas existiam. O conflito também não tinha como móvel nenhum diferenciação ideológica. Como vimos no Capítulo IV, ambas as facções partilhavam o mesmo universo cultural, tinham o mesmo ideário social reformista moderado e, muitas vezes, conservador em termos morais, além de compartilharem as mesmas práticas religiosas, possuírem os mesmos vínculos com as irmandades católicas e as sociedades de auxílio mútuo. Os dois grupos tinham as mesmas origens e condições de classe, e se empenhavam desesperadamente na defesa de seus ofícios e de um mercado de trabalho relativamente fechado e controlado pelo Centro Operário. O que os separavam, pois, era a disputa em torno do controle da máquina político-eleitoral representada pelo Centro Operário da Bahia, um mecanismo que poderia ser determinante no estabelecimento de conexões com o poder visando à conquista de certos cargos eletivos e o estabelecimento de relações importantes para a consecução de contratos de obras públicas e postos de trabalho.

Nos momentos dos pleitos da macro-política institucional e nas eleições para a diretoria do Centro Operário, os alinhamentos levavam à formação ou ao estremecimento das facções, conflitos internos, dissidências e rearranjos. Podemos dizer que tais cisões e o sectarismo no interior da associação estavam informados pelo facciosismo dos partidos oligárquicos. O conflito interoligárquico parece ter sido transportado para o interior do Centro Operário, e o modo como as facções operárias lutavam guardava uma semelhança muito grande com a forma como as classes dominantes disputavam o aparelho de Estado.

Esse entrelaçamento das eleições para os cargos eletivos da Justiça de Paz, das Juntas Distritais e do Conselho Municipal com as disputas internas pela máquina política do Centro Operário da Bahia pode ser visto claramente no pleito feito em 5 de abril de 1903 para escolher os dirigentes da entidade para o quadriênio de 1903 a 1907, que antecedeu as eleições municipais de 8 de novembro daquele ano. As chapas da situação – presidida por Fernando da Costa Bastos e apoiada por Ismael Ribeiros dos Santos – e da oposição – liderada por Domingos Silva – não chegaram a um consenso

sobre o resultado do pleito. Enquanto os primeiros diziam serem os vencedores com 416 votos contra 121, seus antagonistas asseveravam que tinham ganhado de 417 a 127.⁴⁰¹

Um grande número de sócios do Centro Operário chegou a assinar um documento, publicado pelo *Jornal de Notícias*, no qual questionavam o fato de os filiados de vários conselhos paroquiais estarem sendo avisados pelo grupo dirigente da entidade que só poderiam votar em distritos diferentes dos seus. A oposição denunciou que a medida não estava prevista na Constituição do Centro Operário, e que havia mesas nomeadas para todas as localidades da cidade. Os signatários do documento concluíram que o deslocamento de eleitores para seções eleitorais de outras freguesias só poderia ser uma manobra política visando favorecer a chapa encabeçada por Fernando da Costa Bastos. Mas as acusações de que o diretório presidido por Ismael Ribeiro dos Santos estava fraudando a vontade dos membros do Centro Operário não paravam por aí. Segundo o mesmo documento, critérios diferenciados estavam sendo usados para a comprovação de filiação dos operários à organização, exigindo-se de alguns trabalhadores recibos de pagamento de mensalidade recentes, e, de outros, aceitando-se comprovantes antigos. Parece óbvio que se tratava de um artifício para dificultar o livre exercício do direito de voto para uns e o facilitar para outros.⁴⁰²

Com uma disputa tão acirrada e havendo tantas denúncias de fraude e intimidação, não surpreende que a quantidade de operários que compareceu para votar tivesse sido bem inferior ao número de associados ao Centro Operário. Enquanto em 1895 quase três mil associados do Centro Operário da Bahia haviam comparecido às urnas para conferir uma vitória apertada a Domingos Silva sobre seu arquiinimigo, Ismael Ribeiro dos Santos, de 1.515 votos contra 1.407, em 1903 menos de seiscentos filiados votaram.⁴⁰³ Ainda assim, é preciso reconhecer que poucas instituições operárias brasileiras tinham tantos agremiados tomando parte nas eleições de sua diretoria.

De todo modo, o grupo dirigente da entidade também desferiu diversos ataques contra seus opositores. Durante o mês de julho de 1903, inúmeros documentos foram publicados no *Diário da Bahia* pelos artesãos Ismael Ribeiro dos Santos, Anastácio Machado de Menezes e José Balbino Falcão fazendo duríssimas críticas ao operário Domingos Silva e seus companheiros. Na primeira mensagem dirigida “Aos nossos

⁴⁰¹ *Diário de Notícias*, Salvador, 6, 7, 17 e 20 abr. 1903; 6 mai. 1903; *Correio da Tarde*, Salvador, 8, 14 e 30 mai. 1903; *Jornal de Notícias*, Salvador, 6 jun. 1903; 11 jul. 1903.

⁴⁰² *Jornal de Notícias*, Salvador, 3 e 4 abr. 1903, p. 2 e 3. As instruções com a designação das mesas eleitorais do Centro Operário foram publicadas em diferentes edições do jornal *A Bahia*. Ver: *A Bahia*, Salvador, 20, 21, 24 e 28 mar. 1903, p. 2; *A Bahia*, Salvador, 4 abr. 1903, p. 2.

⁴⁰³ *Jornal de Notícias*, Salvador, 15 mar. 1895, p. 1.

companheiros, homens do trabalho”, falava-se da necessidade de “protestar enérgica, solene e publicamente contra a indigna e aviltante exploração” de que estaria se servindo uma “súcia de ociosos e desocupados, que, sem ofício nem benefício”, apenas buscava “tirar proveito do suor do operário”, em alguns momentos como “empreiteiros de obras em que não tem arte nem aptidão para colaborar nem como serventes de faxina, porque nunca souberam pegar da ferramenta do artista e operário, que se nobilita pelo trabalho”; em outros “locupletando-se das minguadas economias da classe, desviando-as do destino que as reuniu nas caixas de beneficência, de que, iludindo a boa fé dos incautos, se fizeram administradores e, finalmente, vendendo a politicagem a mais vil o prestígio que alardeiam a custa do pequeno número de parvos que os acompanham”.⁴⁰⁴

No segundo documento, o grupo de Ismael Ribeiro dos Santos disse que era necessário “cerrar fileiras contra a audácia do parasitismo traiçoeiro e hipócrita que, dia a dia, se avoluma manhosamente em torno de nossas fagueiras esperanças, sugando toda a sua seiva”. Domingos Silva foi acusado de usar a “nojenta política” e “pregar a ameaça do sangue” com o objetivo de “levar a desunião, o terror e o esfacelamento” ao Centro Operário. Os signatários do texto diziam que a direção da entidade estava sendo acionada judicialmente pelo “herói de escândalos”, apenas “porque a briosa classe operária” vedou seu “pernicioso ingresso” no “Santuário do Trabalho” ao repelir sua “infeliz candidatura à presidência” do Centro Operário. Por fim, a facção de Ismael Ribeiro dos Santos acusou Domingos Silva de ser um “escravo da politicagem soez, difusa pelos invejosos e pelos traidores enxotados do convívio são dos homens de bem”, que esgrimia as “armas da calúnia, do ódio e do descrédito, sacrificando a honra e a probidade de incautos pais de família, que, seduzidos pelos seus cantos, prestam-lhes iludidos o seu apoio”.⁴⁰⁵

No terceiro documento, Domingos Silva foi acusado por seus contendores de estar mentalmente desequilibrado. Contudo, dizia o grupo de Ismael Ribeiro dos Santos, “o lugar de loucos é nos manicômios”, pois não se podia consentir que “loucos e ajuizados” se transformassem em “instrumentos de paixões alheias para arrastarem ao descrédito, pela entrada infamante das explorações ignominiosas, os brios de uma classe inteira”. Segundo a facção dirigente do Centro Operário da Bahia, “a mentira é sempre a

⁴⁰⁴ *Diário da Bahia*, Salvador, 7 jul. 1903, p. 3.

⁴⁰⁵ *Diário da Bahia*, Salvador, 10 jul. 1903, p. 2.

arma predileta dos invejosos; o invejoso é sempre um egoísta e este um criminoso público iludindo a perspicácia das leis”.

Como se vê, parece estar em jogo não só o controle da máquina política dos trabalhadores e a representação da classe operária, como também as conexões políticas garantidoras de contratos e empregos para os mestres de ofícios e seus operários. Daí a necessidade de desmentir o inimigo e desqualificar o adversário em suas tentativas de relacionar o seu nome com a “personificação da classe operária da Bahia” perante a imprensa, o governo, as autoridades e o grande público.⁴⁰⁶ De fato, tendo saído derrotado da contenda interna, Domingos Silva e seu grupo acionaram seus contatos e aliados no jogo oligárquico, inclusive apelando para o presidente da república, Rodrigues Alves, e para três de seus ministros, José Joaquim Seabra (Interior), marechal Francisco de Paula Argollo (Guerra) e barão do Rio Branco (Relações Exteriores).⁴⁰⁷

A prova de força do grupo dirigente liderado pelo alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos foi dada em uma grande assembléia realizada num domingo, dia 12 de julho de 1903, no salão nobre do Centro Operário. Na convocatória, dirigida a “todas as classes sociais” de Salvador, “especialmente as classes artísticas, operárias e proletárias”, anunciava-se que o objetivo do encontro era “protestar solene, publica e energicamente contra a vil e criminosa exploração”, de um “bando composto de mal-intencionados e incautos”, dirigido pelo “desocupado” Domingos Silva.⁴⁰⁸ Segundo foi noticiado, “mais de trezentos operários, além de grande número de representantes das demais classes sociais” estavam presentes na reunião.⁴⁰⁹ O *Diário da Bahia* de 15 de julho de 1903 transcreveu a ata daquela sessão com os pronunciamentos, propostas, deliberações e lista dos presentes ao conclave. Um dos primeiros a falar foi o próprio Ismael Ribeiro dos Santos, que deu o tom da situação:

Pediu então a palavra o Sr. Ismael Ribeiro que produziu um substancioso discurso protestando contra a usurpação arbitrária, criminosa mesmo, praticada pelo Sr. Domingos Silva, que, em nome das classes operárias, promove manifestações e passa telegramas para a capital da União, ao ilustre cidadão presidente da República e aos ilustres baianos que servem atualmente nos ministérios do Interior e da Guerra, inspirados

⁴⁰⁶ *Diário da Bahia*, Salvador, 12 jul. 1903, p. 2.

⁴⁰⁷ *Diário de Notícias*, Salvador, 23, 26 e 30 jun. 1903; *Jornal de Notícias*, Salvador, 23, 26 e 30 jun. 1903; 1, 9 e 11 jul. 1903; *Correio da Tarde*, Salvador, 23 jun. 1903.

⁴⁰⁸ *Diário da Bahia*, Salvador, 7 jul. 1903, p. 3.

⁴⁰⁹ *Diário da Bahia*, Salvador, 14, 17, 24 e 28 jul. 1903, p. 2, 7, 3 e 4, respectivamente.

em pensamentos reservados e indignos, especulando com os brios e interesses das classes operárias desta terra (...).

O líder da facção hegemônica do Centro Operário foi ainda mais longe, e propôs que fossem enviados telegramas aos ministros José Joaquim Seabra e Francisco de Paula Argollo, “protestando contra o procedimento indigno” e a “usurpação de direitos” praticada por seu opositor, o que foi “aprovado por unanimidade”. Vários outros oradores fizeram uso da palavra, inclusive o pedreiro Anastácio Machado de Menezes, que mais uma vez recorreu ao argumento de que Domingos Silva era um “desequilibrado mental com a mania das especulações inconfessáveis”, mas ponderava que ele carecia da “comiseração dos companheiros de classe”.⁴¹⁰

A crise gerada pela duplicata de poderes, iniciada em abril de 1903, estendeu-se por anos, sempre tendo Domingos Silva, de um lado, e Ismael Ribeiro dos Santos, de outro. Como dissemos, em seu enfrentamento com a facção rival, Domingos Silva apelou para a Justiça, interpondo uma ação contra o conselho executivo do Centro Operário empossado em 1903. Derrotado na 1ª Vara Cível, recorreu ao Supremo Tribunal de Apelação e Revista do Estado, que anulou a eleição de 5 de abril de 1903, destituiu o conselho executivo empossado a partir daquele pleito e ordenou que a diretoria anterior assumisse, interinamente, procedendo à nova eleição. Porém, Domingos Silva e seus aliados conseguiram, apenas, uma vitória parcial, pois a antiga diretoria era presidida pelo próprio Ismael Ribeiro dos Santos, seu arquiinimigo. Ainda assim, Fernando da Costa Bastos opôs embargo ao aresto, alegando que seus opositores haviam sido expulsos do Centro Operário por estarem, há muito tempo, inadimplentes. De todo modo, a decisão favorável a Domingos Silva foi confirmada em outubro de 1906, mas, em fins de 1908, ele ainda ressentia-se dos recursos protelatórios e da desobediência às ordens judiciais praticadas por seus rivais. O clima de tensão entre as facções continuou, e nas eleições realizadas entre 1911 e 1915, foram registrados novos conflitos envolvendo Domingos Silva, Ismael Ribeiros dos Santos e diversos outros militantes do Centro Operário, além do chefe de polícia José Álvaro Cova e do governador do estado J. J. Seabra.⁴¹¹

⁴¹⁰ *Diário da Bahia*, Salvador, 15 jul. 1903, p. 2.

⁴¹¹ *Diário de Notícias*, Salvador, 18 nov. 1905; 29 out. 1908; 6 e 24 fev. 1911; 7, 9 e 24 mar. 1911; 1, 4, 7, 8, 11 e 17 abr. 1911; 6 e 8 mai. 1911; 27 e 28 fev. 1912; 5 e 14 mar. 1914; *Jornal de Notícias*, Salvador, 24 e 29 mai. 1912; 25 jun. 1912; 1, 3, 4, 10, 16, 18, 20 e 23 jul. 1912; 12 abr. 1915; *Diário da Bahia*, Salvador, 13 abr. 1915.

É nesse contexto mais amplo que devem ser entendidas as eleições municipais de 8 de novembro de 1903, pois havia uma complexa situação de influências recíprocas entre os conflitos e as cisões internas do Centro Operário da Bahia e as divisões que separavam e colocavam em campos opostos as oligarquias. Naquele pleito, 11.764 eleitores estavam qualificados, representando 5,7% dos 205.813 habitantes de Salvador em 1900.⁴¹² Como se vê, é o maior índice de participação potencial verificado até aquele ano. O número, aliás, é ainda um pouco maior que o achado para a eleição de governador que seria realizada no dia 28 de janeiro de 1904, já que o alistamento feito no final de 1903 dava conta da existência de 11.662 cidadãos inscritos na capital baiana para escolher o chefe de seu executivo estadual.⁴¹³ Isso significa que os cidadãos valorizavam a participação na política local e que as eleições municipais são uma boa referência para aferir os níveis de envolvimento dos indivíduos, em geral, e dos operários, em particular, com a política.

Os dois grupos principais que disputavam hegemonia no Centro Operário da Bahia apresentaram candidatos em chapas diferentes e vinculadas a oligarquias igualmente diversas. Em ofício endereçado ao *Diário da Bahia*, os artesãos Fernando da Costa Bastos, José Balbino Falcão e Boaventura Gomes da Silva, respectivamente, presidente, vice-presidente e 2º secretário do Centro Operário, comunicaram que, no dia 2 de setembro de 1903, o conselho executivo daquela organização havia se reunido e decidido, por unanimidade, lançar as “candidaturas dos estimados artistas” Ismael Ribeiro dos Santos, Prediliano Pereira Pitta e Anastácio Machado de Menezes para membros do Conselho Municipal.⁴¹⁴ Esses três nomes foram reiteradas vezes recomendados pela direção do Centro Operário da Bahia aos “ilustres sócios e agremiados”, ao “brioso operariado” e às “demais classes da prestigiosa sociedade baiana”.⁴¹⁵ De fato, o próprio Ismael Ribeiro dos Santos se dirigiu “aos seus amigos do comércio, à briosa classe caixeiral, e aos seus dignos companheiros da classe operária” pedindo e agradecendo os votos que recebesse.⁴¹⁶

O grupo opositor, por sua vez, também apresentou candidatos ao pleito de 1903. Em seu manifesto “às classes operárias” e “ao independente eleitorado do município da

⁴¹² Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatísticas. *Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1905, p. 16; “Eleições Municipais”. In: *Jornal de Notícias*, Salvador, 6 nov. 1903, p. 2.

⁴¹³ *Diário da Bahia*, Salvador, 30 dez. 1903, p. 4.

⁴¹⁴ *Diário da Bahia*, Salvador, 17 set. 1903, p. 1.

⁴¹⁵ *Jornal de Notícias*, Salvador, 17, 24 e 31 out. 1903, p. 3, 3 4.

⁴¹⁶ *Jornal de Notícias*, Salvador, 5 nov. 1903, p. 3.

capital”, pediu votos para a candidatura de Domingos Silva ao Conselho Municipal e para outros quinze operários que se candidataram à Justiça de Paz dos distritos da Sé, São Pedro, Santana, Conceição, Pilar, Rua do Paço, Santo Antonio, Vitória, Brotas, Penha, Mares, Nazaré, Pirajá, Cotegipe e Itapuã. Como que para dar legitimidade ao grupo, outros dez artesãos assinaram o documento por uma entidade que se autoproclamava “comissão executiva das classes operárias”.⁴¹⁷

Muito importante de assinalar é que as duas chapas de membros do Centro Operário da Bahia guardavam uma relação direta com as outras duas chapas rivais apresentadas pelas elites baianas através de seus partidos. Os artistas Prediliano Pereira Pitta e Ismael Ribeiro dos Santos, ao mesmo tempo em que eram indicados pela direção da organização operária, estavam compondo, também, a chapa dos republicanos governistas, ao passo que o operário Domingos Silva, sustentado pelos contendores da direção daquela associação, vinculava-se à chapa dos republicanos oposicionistas.⁴¹⁸

Mas o resultado do pleito de 8 de novembro de 1903 serviu para evidenciar, também, que a eleição de representantes efetivamente operários era difícil, se não fosse articulada com membros das elites políticas baianas que estavam no poder. Prova disso é que os artesãos Prediliano Pereira Pitta e Ismael Ribeiro dos Santos, candidatos apresentados pelo Centro Operário da Bahia e legitimados pelos republicanos governistas, foram eleitos conselheiros municipais em 10º e 14º lugares, com 2.852 e 2.480 votos, respectivamente, enquanto os operários Domingos Silva e Elysiario Elysio da Cruz, que não foram ungidos por tal apoio, não conseguiram, sequer, ficar como suplentes, recebendo 342 votos, o primeiro, e 153, o último. Até mesmo o pedreiro Anastácio Machado de Menezes, que integrava a chapa do Centro Operário ao lado de Prediliano Pitta e Ismael Ribeiro dos Santos, mas não constava da nominata dos republicanos da situação, ficou para trás, recebendo apenas 213 sufrágios.⁴¹⁹

O mesmo raciocínio pode ser feito para a Justiça de Paz. Dos quinze artesãos que se candidataram pela chapa do grupo de oposição liderado por Domingos Silva,

⁴¹⁷ *Jornal de Notícias*, Salvador, 16 e 31 out. 1903, p. 1 e 3. Os filiados do Centro Operário que lançaram seus nomes candidatos à Justiça de Paz pela chapa liderada por Domingos Silva foram os seguintes: Sé - Aurélio Cardoso; São Pedro - Ignácio Ramos Seara; Santana - Júlio Alves da Rocha; Conceição da Praia - Porphyrio Manuel Lopes; Pilar - Antonio Corrêa de Moura; Rua do Paço - João Pedro Rodrigues Lima; Santo Antonio - Paulino dos Santos Piedade; Vitória - Feliciano Alexandrino de Santana; Brotas - Matheus Alves da Cruz Rocha; Penha - José Rodrigues da Nova; Mares - Manuel Hygino Alves de Souza; Nazaré - Faustino Gomes da Silva; Pirajá - Sérgio Nicoláo de Oliveira e Silva; Cotegipe - Leopoldino Manuel de Freitas; Itapuã - Florentino Antonio da Costa.

⁴¹⁸ *Jornal de Notícias*, Salvador, 6 nov. 1903, p. 2.

⁴¹⁹ *Jornal de Notícias*, Salvador, 2 dez. 1903, p. 1; *Diário da Bahia*, Salvador, 16 dez. 1903, p. 2..

apenas dois deles se elegeram como titulares e outros dois como suplentes. No primeiro caso, tínhamos o alfaiate Aurélio Cardoso, que se reelegeu 1º juiz de paz do distrito da Sé, e o tipógrafo Paulino dos Santos Piedade, 4º juiz de paz do distrito de Santo Antonio. Na segunda situação, mencionamos o alfaiate Ignácio Ramos Seara, 3º suplente do distrito de São Pedro, e o artista Porphyrio Manuel Lopes, 3º suplente do distrito da Conceição da Praia.⁴²⁰ Ocorre que mesmo os casos citados acima merecem ressalvas. O nome do tipógrafo Paulino dos Santos Piedade, por exemplo, também foi defendido pelo grupo que controlava, naquele momento, o Centro Operário da Bahia, não sendo, portanto, um nome propriamente da oposição à facção de Ismael Ribeiro dos Santos.⁴²¹

Quanto ao alfaiate Aurélio Cardoso, as coisas eram ainda mais complicadas. Em 9 de novembro de 1903, logo no dia seguinte à eleição, ele publicou uma carta dirigida ao eleitorado de seu distrito, agradecendo os votos que conseguira, mas fazendo reveladoras denúncias. De acordo com nosso personagem, sua candidatura havia sido lançada pelo Partido Republicano da Bahia, graças à intervenção do chefe político do distrito da Sé, professor Leopoldino Antonio de Freitas Tantú, eleito várias vezes conselheiro municipal de Salvador desde o início do novo regime. Mas, continuou o alfaiate, mesmo sendo filiado ao PRB e tendo o apoio de um dos chefes políticos daquela legenda, ele foi “traíçoeiramente cortado” por seus “próceres”, que tinham o objetivo de substituí-lo por outros indivíduos, o que o levaria à condição de suplente e não de titular. Contudo, Aurélio Cardoso disse que teve confiança em seus “amigos”, entregou sua candidatura à “proteção” deles e alcançou a vitória, “depois de muitas intrigas e outras coisas vergonhosas”. Apesar de tudo, ele disse que continuaria a prestar os seus “pequenos serviços ao partido”, respeitando o “honrado e prestimoso chefe político” Leopoldino Tantú, “sem alterações” em suas “convicções políticas, nem contrariedades com tais ocorrências”, julgadas por ele como improfícuas, considerando o resultado obtido nas urnas. Mas arrematava dizendo que precisava deixar claro que não devia nada ao partido, a não ser a inclusão de seu nome na chapa, pois os eventuais esforços empreendidos pela legenda resultariam em sua derrota. Sua dívida real era com o “eleitorado independente” e com seus “amigos”.⁴²²

⁴²⁰ *Diário da Bahia*, Salvador, 9 jan. 1904, p. 2.

⁴²¹ *Jornal de Notícias*, Salvador, 31 out. 1903, p. 4.

⁴²² *Jornal de Notícias*, Salvador, 9 nov. 1903, p. 1-2.

TABELA 12
ARTESÃOS FILIADOS AO CENTRO OPERÁRIO DA BAHIA QUE SE
ELEGERAM PARA A JUSTIÇA DE PAZ EM 8 DE NOVEMBRO DE 1903

Nome	Ofício	Distrito	Titular	Suplente
Paulino dos Santos Piedade	Tipógrafo	Santo Antonio	4º	
Aurélio Sebastião Cardoso	Alfaiate	Sé	1º	
João Carlos Miranda	Tipógrafo	Sé	2º	
João Alves Bellas	Artista	Sé		1º
Melchiades José Garcia	Dourador	São Pedro	1º	
Ignácio Ramos Seara	Alfaiate	São Pedro		3º
João Pedro Rodrigues Lima	Artista	Rua do Paço	4º	
Antonio Freitas da Silva	Artista	Rua do Paço		1º
Tertuliano Francisco da Silva Guimarães	Artista	Rua do Paço		4º
Antonio Borges Nogueira	Artista	Mares	4º	
Antonio Bento Guimarães	Ferreiro	Mares		1º
Francisco Boaventura Duplat	Artista	Brotas	2º	
João Pompílio de Abreu	Artista	Conceição da Praia	2º	
Porphyrio Manoel Lopes	Artista	Conceição da Praia		3º
Clemente Sezinio de Barros Leite	Artista	2º Pirajá	2º	
Fructuoso Vespaziano da Cunha Pimentel	Artista	2º Pirajá	3º	
José Antonio Vergne	Artista	2º Pirajá		1º
Manoel Anastácio Vianna	Artista	2º Pirajá		4º

Fonte: *Diário da Bahia*, Salvador, 9 jan. 1904, p. 2.

A ocupação de postos de direção na máquina política operária e o apoio das máquinas políticas das classes dominantes eram fundamentais à eleição de trabalhadores para os cargos eletivos da Justiça de Paz, das Juntas Distritais e do Conselho Municipal de Salvador. Para sustentar essa afirmação, vamos analisar mais detidamente a eleição de 8 de novembro de 1903 através das informações contidas na Tabela 12.

Dos dezoito operários que se elegeram juízes de paz (dez titulares e oito suplentes), quatorze exerceram e/ou exerciam cargos de direção nas organizações operárias. Antonio Borges Nogueira (artista), Antonio Bento Guimarães (ferreiro) e Porphyrio Manoel Lopes (artista) haviam participado, em 1890, das comissões paroquiais do Partido Operário da Bahia em seus respectivos distritos. O tipógrafo Paulino dos Santos Piedade foi 1º secretário do conselho paroquial do Centro Operário da Bahia no 1º distrito de Santo Antonio, entre 1895 e 1899, e seu presidente nos anos de 1899 a 1903. Em seguida, ele ocupou um lugar no conselho executivo da entidade no período de 1911 a 1913. O alfaiate Aurélio Sebastião Cardoso foi vogal da comissão paroquial do Partido Operário em 1890 no distrito da Sé, e entre 1899 e 1903 foi membro do conselho executivo do Centro Operário da Bahia. O artista Antonio Freitas

da Silva ocupou a cadeira de presidente do conselho paroquial do Centro Operário no distrito da Rua do Paço de 1895 a 1899. Os artistas Clemente Sezinio de Barros Leite, Frutuoso Vespaziano da Cunha Pimentel, José Antonio Vergne e Manoel Anastácio Vianna, todos eleitos juízes de paz do 2º distrito de Pirajá, também haviam sido eleitos para o conselho paroquial do Centro Operário da Bahia naquela freguesia, e controlavam as estruturas locais da máquina política operária de 1903 a 1907.

A ocupação de mandatos eletivos no aparelho de Estado retroalimentava a continuidade ou possibilitava a retomada do controle das organizações dos trabalhadores. Certamente foi isso o que aconteceu com o artista e capitão da Guarda Nacional João Pedro Rodrigues Lima, que foi membro do conselho executivo do Centro Operário entre 1899 e 1903, elegeu-se juiz de paz para um mandato de 1904 a 1908, e voltou à direção do Centro Operário na qualidade de seu presidente entre 1915 e 1917. Um segundo caso semelhante é o do artista Francisco Boaventura Duplat, que se elegeu vice-presidente do conselho paroquial do Centro Operário no distrito de Nazaré em 1903, juiz de paz no distrito de Brotas por pelo menos duas vezes (1903 e 1911) e integrou o conselho executivo da organização operária de 1907 a 1911. Um terceiro exemplo é o do artista João Pompílio de Abreu, que por duas vezes consecutivas ocupou um cargo no conselho executivo do Centro Operário (1903-1907 e 1907-1911), paralelo ao exercício dos dois mandatos seguidos de juiz de paz.⁴²³

Nas eleições municipais de 10 de novembro de 1907, apenas o artista Prediliano Pereira Pitta conseguiu se eleger conselheiro municipal através das conexões que havia estabelecido com o Partido Republicano da Bahia. Seu nome constava de uma nominata ao lado de coronéis e doutores da terra, a exemplo do conselheiro Antonio Carneiro da Rocha, que foi candidato a intendente.⁴²⁴ O alfaiate e major da Guarda Nacional Aurélio Cardoso, que já havia sido eleito no pleito anterior para a Justiça de Paz da Sé, também tentou uma vaga no Conselho Municipal, só que integrando a “Chapa Política Patriótica”, encabeçada por José Joaquim Seabra. Essa segunda chapa, aliás, compartilhava com a que mencionamos antes, vários daqueles nomes tradicionais da

⁴²³ As informações sobre os indivíduos que ocuparam cargos no Partido Operário da Bahia, na União Operária Bahiana e no Centro Operário da Bahia estão nas seguintes fontes: *Pequeno Jornal*, Salvador, 21, 22 e 27 jan. 1891, p. 2; 22 e 26 fev. 1891, p. 2; *Diário de Notícias*, Salvador, 20 e 21 abr. 1903, p. 3; *Diário da Bahia*, Salvador, 22 abr. 1903, p. 1; 16 out. 1903, p. 1; *Jornal de Notícias*, Salvador, 7 ago. 1903, p. 3; APEB, Seção Legislativa, Câmara dos Deputados, Ofícios Recebidos e Expedidos, livros 1187 (1891-1894) e 1189 (1895-1896); *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, p. 344-351, 2 de julho de 1923. Edição Especial do Centenário.

⁴²⁴ *Jornal de Notícias*, Salvador, 5 nov. 1907, p. 1

política baiana, mas terminou não se mantendo.⁴²⁵ Quanto ao alfaiate Aurélio Cardoso, ele conseguiu ficar na suplência do Conselho Municipal, juntamente com o famoso rábula e major da Guarda Nacional Cosme de Farias.⁴²⁶ Uma terceira nominata apareceu, composta por vários bacharéis e comerciantes, tendo Antonio Pacheco Mendes como candidato a intendente.⁴²⁷ Como se vê, parece ter sido um pleito disputado, o que não pode ser evidenciado pelo número de cidadãos que se qualificaram ao voto, calculado em 8.041, contra os 11.764 de 1903.⁴²⁸ Como era de se esperar, o resultado final conferiu ao candidato a intendente pelo PRB, Antonio Carneiro da Rocha, a vitória sobre seu opositor, Antonio Pacheco Mendes, triunfo que foi traduzido nos números de 4.110 votos a 1.185 sufrágios.⁴²⁹

É importante registrar que, em 1908, logo que tomou posse em seu novo mandato como conselheiro municipal, o artista Prediliano Pereira Pitta reapresentou ao legislativo da comuna soteropolitana um projeto de sua autoria que previa que o Conselho Municipal, “como representante mais direto do povo”, solicitasse do Congresso Nacional uma lei que amparasse os operários nos acidentes de trabalho.⁴³⁰ O ato estava em sintonia com o pensamento de muitas lideranças operárias de Salvador, do Rio de Janeiro, do Recife e até de São Paulo, que pensavam ser possível conseguir melhorar as condições de vida da classe operária por meio de reformas sociais graduais, garantidas por uma legislação especial sobre o assunto, como se pôde ver pela análise dos programas dos primeiros partidos operários e socialistas no Capítulo II.

As eleições municipais de 12 de novembro de 1911 foram palco de conflitos muito sérios, inclusive com a ocorrência de *duplicata* de conselhos municipais.⁴³¹ Estavam alistados 9.324 eleitores nas dezenove freguesias urbanas e suburbanas de Salvador, já incluída, portanto a mais nova paróquia da cidade, Nazaré.⁴³² Prediliano Pereira Pitta se candidatou a um novo assento no legislativo da cidade pela chapa encabeçada por João Pedro dos Santos e apoiada pelos governistas e severinistas contra

⁴²⁵ *Jornal de Notícias*, Salvador, 21 set. 1907, p. 2.

⁴²⁶ *Jornal de Notícias*, Salvador, 17 dez. 1907, p. 1.

⁴²⁷ *Jornal de Notícias*, Salvador, 24 out. 1907, p. 1.

⁴²⁸ *Jornal de Notícias*, Salvador, 8 nov. 1907, p. 1.

⁴²⁹ *Diário de Notícias*, Salvador, 29 e 30 nov. 1907, p. 1 e 5.

⁴³⁰ *A Bahia*, Salvador, 7 mai. 1908, p. 1.

⁴³¹ Veja-se, a respeito, a cobertura dada pelo *Diário de Notícias* nos meses de novembro e dezembro de 1911.

⁴³² *A Bahia*, Salvador, 25 out. 1911, p. 2.

Júlio Viveiros Brandão, sustentado pelas “classes conservadoras” e pelo Partido Democrata.⁴³³

Sinal da crise que se abria no seio das classes dominantes, o candidato vencedor foi Júlio Brandão, supostamente por 3.161 a 2.975 votos obtidos por João Santos, e o Conselho Municipal foi composto por uma maioria pertencente ao Partido Republicano Conservador.⁴³⁴ Mas a cisão foi tão profunda, que somente no início de junho de 1912 os diplomas do intendente e dos conselheiros municipais foram reconhecidos pelo Senado do Estado. O artista Prediliano Pitta figurou como terceiro suplente, à frente do professor Leopoldino Antonio de Freitas Tantú, que estava na sétima posição.⁴³⁵

TABELA 13
ARTESÃOS FILIADOS AO CENTRO OPERÁRIO DA BAHIA QUE SE
ELEGERAM PARA A JUSTIÇA DE PAZ EM 12 DE NOVEMBRO DE 1911

Nome	Ofício	Distrito	Titular	Suplente
Aurélio Cardoso	Alfaiate	Sé	1º	
João Pedro Rodrigues Lima	Artista	Paço	1º	
Marcelino de Souza Aguiar	Marceneiro	Paço	3º	
Juvenal Luiz Souto	Artista	Nazaré	1º	
Felippe Tranquilino de Castro	Ourives	Nazaré		2º
Cyrillo Ladislau da Rocha Dorea	Artista	Nazaré		3º
Francisco Boaventura Duplat	Artista	Brotas	4º	
João Pompílio de Abreu	Artista	Conceição da Praia	1º	
Antonio Borges Nogueira	Artista	Mares	1º	
Carlos Francisco Actes	Artista	1º Pirajá	2º	
José Rodrigues da Nova	Artista	Penha	2º	
Francisco Miguel Chaves	Tipógrafo	Santo Antonio		2º

Fonte: *Jornal de Notícias*, Salvador, 16 abr. 1912, p. 6; 18 jul. 1912, p. 1.

Nenhum artesão conseguiu adentrar o legislativo da comuna, o que pode ser indicativo de que o sistema estava se fechando ou ficando menos permeável ao operariado. A ação política para eleger filiados do Centro Operário da Bahia para a Justiça de Paz parece ter sido mais eficiente. Em 1911, foram escolhidos, ao menos, doze artesãos vinculados a essa organização para ocupar cargos de juiz de paz, como se pode ver pela Tabela 13.

Ainda mais disputado foi o pleito municipal de 14 de novembro de 1915. Segundo as informações colhidas na imprensa, 71 candidatos disputaram uma vaga do

⁴³³ *Diário de Notícias*, Salvador, 11 nov. 1911, p. 2 e 4.

⁴³⁴ *Diário de Notícias*, Salvador, 14 nov. 1911, p. 1; 28 fev. 1912, p. 9.

⁴³⁵ *Jornal de Notícias*, Salvador, 6 jun. 1912, p. 2.

Conselho Municipal, sendo doze do Partido Republicano Democrata (PRD), chefiado pelo então governador J. J. Seabra, cinco *severinistas*, sete *marcelinistas* e o impressionante número de 47 avulsos. Todas as principais tendências oligárquicas do estado estavam formalmente na disputa, com exceção dos *vianistas*. Nosso conhecido personagem, Prediliano Pereira Pitta, então apresentado como empreiteiro de obras, constava da chapa dos *marcelinistas*, ao passo que outro membro do Centro Operário da Bahia, o artista João Pedro Rodrigues Lima, que havia sido eleito presidente do Centro Operário da Bahia em abril de 1915, aparecia como candidato daquela organização.⁴³⁶

Em manifesto dirigido ao eleitorado de Salvador, a direção do Centro Operário justificou a indicação de seu presidente com o argumento de que a classe operária já era a mais numerosa e esteio da sociedade, impondo-se a necessidade de eleger sua representação nas assembléias populares, por meio da indicação de delegados tirados do seu seio. Por fim, o nome de João Pedro Rodrigues Lima foi o escolhido em função de ele ser um conhecido “trabalhador pobre e modesto, mas probo”, além de ser um “velho paladino das nobres idéias do bem e do progresso”.⁴³⁷

Os artesãos Prediliano Pitta e Rodrigues Lima não conseguiram votos suficientes para lograr posições de representação operária no Conselho Municipal da capital baiana, tendo ficado em 31º e 32º colocações, respectivamente, com apenas 319 e 318 votos desta vez. Como o pleito era de renovação, só seriam eleitos onze titulares para o legislativo da comuna e três juízes de paz para cada distrito. Portanto, os dois operários não ficariam nem como suplentes, o que atesta a decrescente influência e eficácia da estratégia eleitoral da máquina política operária e de suas lideranças. Até mesmo o professor Leopoldino Antonio de Freitas Tantú ficou de fora, já que estava em 17º lugar, com 1.790 sufrágios.⁴³⁸

Dessa data em diante, nenhum artesão vinculado ao Centro Operário da Bahia conseguiu a eleição popular para o Conselho Municipal. Tudo indica que, em 1917, eles nem tentaram, e, em 1919, Júlio Fernandes de Leitão, Prediliano Pitta, Ismael Ribeiro dos Santos e Manuel Querino foram apresentados, mas apenas o empreiteiro Júlio Leitão arregimentou votos suficientes para ficar na suplência em 14ª posição. A oposição se queixou bastante das fraudes, e apenas dois terços dos eleitores qualificados compareceram às urnas. De fato, naquele ano, havia 9.373 cidadãos alistados, isto é,

⁴³⁶ *Jornal de Notícias*, Salvador, 11 nov. 1915, p. 1.

⁴³⁷ *Jornal de Notícias*, Salvador, 11 e 13 nov. 1915, p. 6 e 4; *Diário de Notícias*, Salvador, 11 e 13 nov. 1915, p. 5.

⁴³⁸ *Jornal de Notícias*, Salvador, 13 e 17 nov. 1915, p. 1

ínfimos 3,3% dos 283.422 habitantes recenseados em 1920. Como apenas dois terços efetivamente votaram, pode-se dizer que o percentual de participação político-eleitoral de Salvador havia caído para um dos patamares mais baixos de sua história.⁴³⁹

* * * * *

Mas, da mesma maneira que os operários fizeram largo uso dos partidos das elites baianas para galgar cargos no Conselho Municipal, nas Juntas Distritais e na Justiça de Paz, diversos indivíduos que pertenciam a grupos e classes sociais de fora da classe operária estavam filiados ao Centro Operário da Bahia com o objetivo de arregimentar votos operários para suas candidaturas nas eleições municipais, estaduais e federais, tanto para o poder legislativo quanto para o poder executivo. Isso pode ser visto por meio da quantificação e do cruzamento de dados referentes aos cargos eletivos e às ocupações / profissões dos associados eleitos. Vejamos a questão a partir do exame das eleições municipais realizadas em 1892, 1896, 1897, 1899, 1903, 1907, 1911, 1915, 1917 e 1919.

Dos 23 filiados ao Centro Operário da Bahia que se elegeram conselheiros municipais, sete eram artesãos, ao passo que dois eram comerciantes, um era industrial, onze eram profissionais liberais, um era rábula e um não teve sua ocupação identificada, totalizando dezesseis indivíduos de posições sociais exteriores à classe operária. Como já vimos, no grupo dos artesãos estavam os operários da construção civil Prediliano Pereira Pitta e Domingos Silva, os alfaiates Ismael Ribeiro dos Santos, Elysiario Elycio da Cruz e Aurélio Cardoso, o pintor e desenhista Manuel Querino e o artista José Pereira de Lacerda. Como se vê, os membros das elites filiados ao Centro Operário da Bahia elegeram mais que o dobro dos conselheiros municipais em relação aos trabalhadores. No caso da Justiça de Paz, a balança pendia em favor dos operários. Dos 35 membros do Centro Operário da Bahia que se elegeram juízes de paz, 28 eram artesãos, dois eram servidores públicos, três eram profissionais liberais e um não teve a profissão identificada.

Dos 1.176 filiados à máquina política operária, ao menos 79 (6,7%) eram membros da Guarda Nacional. Destes, conseguimos identificar a ocupação de 67, sendo

⁴³⁹ *Diário de Notícias*, Salvador, 20 dez. 1917, p. 1; *Diário de Notícias*, Salvador, 19 set. 1919, p. 1; *Diário de Notícias*, Salvador, 9, 17 e 30 out. 1919, p. 1-2; *Diário de Notícias*, Salvador, 10 nov. 1919, p. 1; *Diário da Bahia*, Salvador, 11 nov. 1919, p. 1; *Jornal de Notícias*, Salvador, 11 nov. 1919, p. 2

seis funcionários públicos, três comerciantes, dois proprietários, um profissional liberal, um industrial, um não teve a ocupação identificada e o significativo número de 53 eram operários qualificados e mestres de diversos ofícios. Portanto, a grande maioria dos filiados dessas organizações que pertenciam à Guarda Nacional eram indivíduos estruturalmente ligados ao mundo do trabalho. Dentre os 79 integrantes da Guarda Nacional filiados às organizações operárias, onze possuíam a patente de coronel, a mais alta da hierarquia militar da milícia, ao passo que um era tenente-coronel, quatorze eram maiores, quarenta eram capitães, onze eram tenentes e dois eram alferes. Dos 79 milicianos, treze também foram conselheiros municipais e quatorze foram juizes de paz, o que mostra que um posto de guarda nacional podia ser uma importante ante-sala para a política.

A idéia segundo a qual havia uma relação entre a posse de uma patente da Guarda Nacional e a política sob a Primeira República foi observada, também, por Benito Schmidt ao estudar a trajetória do litógrafo mestiço gaúcho Francisco Xavier da Costa (187?-1934), que começou como militante socialista e organizador de vários sindicatos operários e, depois, conseguiu as patentes de capitão e major daquela milícia, passando a se apresentar como discípulo do PRR e de seus principais líderes, Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, inclusive se elegendo, a partir de 1912, conselheiro municipal de Porto Alegre três vezes por essa legenda da oligarquia sul-rio-grandense.⁴⁴⁰

Em nosso estudo, os exemplos desses entrelaçamentos são muitos, bastando ficar com alguns casos de militantes que pertenciam às facções que atuaram e exerceram cargos de direção nas entidades desde a sua fundação. O primeiro é o do operário construtor mestiço Domingos Francisco da Silva (1865-1914), fundador e primeiro presidente do Centro Operário da Bahia, que foi capitão da Guarda Nacional, juiz de paz, presidente da mesa eleitoral do distrito de Santana (8ª Seção) nas eleições de 1894 e 1896 e membro da junta distrital daquela circunscrição e do Conselho Municipal de Salvador.⁴⁴¹ O segundo exemplo é o do alfaiate pardo abolicionista Ismael Ribeiro dos Santos (1857-1931), que, antes de suicidar-se, fora capitão (até pelo menos

⁴⁴⁰ SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004, p. 331 e 337.

⁴⁴¹ APEB, Seção Judiciária, 1/390/753/5 (Autos-Cíveis - Inventários e Testamentos); *Jornal de Notícias*, Salvador, 29, 30 e 31 out. 1894, p. 1-2; *Jornal de Notícias*, Salvador, 9 mar. 1896, p. 2; *Jornal de Notícias*, Salvador, 29 abr. 1907, p. 1; 15 e 16 jul. 1914, p. 1; *Diário de Notícias*, Salvador, 15 e 16 jul. 1914, p. 2.

1910) e coronel da Guarda Nacional e conselheiro municipal da capital baiana.⁴⁴² O terceiro caso é o do alfaiate Aurélio Sebastião Cardoso (1865-1915), que exerceu cargos de direção no Partido Operário e no Centro Operário por quatro vezes, foi capitão da Guarda Nacional e juiz de paz do distrito da Sé por diversas vezes.⁴⁴³ O último exemplo é o do tipógrafo Manuel Victorio da Ascensão (1867-1896), antigo militante do Partido Operário e da União Operária, eleito membro da junta distrital de Brotas no pleito de 1892 e integrante da mesa eleitoral daquele distrito no pleito de 1894.⁴⁴⁴

* * * * *

As duas facções que disputavam hegemonia no Centro Operário da Bahia, além de concorrerem aos diversos cargos disponíveis nas eleições municipais, também apresentaram seus nomes nos pleitos para o legislativo estadual e federal, embora devamos lembrar que essa era uma situação excepcional. Em nossa pesquisa, só conseguimos encontrar duas ocorrências desse tipo, referentes a duas ocasiões distintas, quando cada um dos grupos que lutavam pela liderança da classe operária de Salvador tentou eleger candidatos que se reivindicavam representantes do operariado.

O primeiro caso é retirado do pleito de 2 de novembro de 1902, no qual seriam eleitos os membros da Câmara e do Senado do Estado da Bahia. Uma comissão formada pelos operários Domingos Silva, José Pereira de Lacerda, Ignácio Ramos Seara, Hormindo de Souza Porto e Raymundo Nonato da Silva, todos integrantes da oposição ao grupo dirigente do Centro Operário, lançaram um manifesto endereçado “às classes operárias” e ao “brioso eleitorado da capital” baiana, pedindo votos para o artista e tenente da Guarda Nacional Olavo José de Almeida. Confiando na “dedicação e justiça do ativo e independente eleitorado” do primeiro distrito, argumentava-se que já era tempo de acionar o “nobre e patriótico empenho da opinião nacional” e “derrocar o indecente e eternizado feudalismo nas representações públicas”, elegendo deputado estadual um representante dos “homens do trabalho”.⁴⁴⁵

⁴⁴² APEB, Seção Judiciária, 6/2718/0/10 (Autos-Cíveis - Inventários e Testamentos); *A Tarde*, Salvador, 8 jan. 1931, p. 8; *Jornal de Notícias*, Salvador, 4 mai. 1901, p. 1; *Diário de Notícias*, Salvador, 3 mai. 1906, p. 1; 2 mai. 1908, p. 1; 2 mai. 1903, p. 1.

⁴⁴³ *Jornal de Notícias*, Salvador, 12 jan. 1903, p. 1; *Jornal de Notícias*, Salvador, 10 e 11 nov. 1915, p. 5 (Necrologia).

⁴⁴⁴ *Jornal de Notícias*, Salvador, 13 fev. 1893, p. 2; *Jornal de Notícias*, Salvador, 29, 30 e 31 out. 1894, p. 1-2; *Jornal de Notícias*, Salvador, 11 jun. 1896, p. 1.

⁴⁴⁵ *Jornal de Notícias*, Salvador, 21 out. 1902, p. 2.

O segundo caso é dado pela candidatura do empreiteiro de obras Prediliano Pereira Pitta a uma vaga de deputado pelo primeiro distrito nas eleições de 12 de janeiro de 1913. Em um “manifesto ao corpo eleitoral” da referida circunscrição, que, segundo o *Jornal de Notícias*, era assinado por 94 eleitores, procurou-se situar a candidatura de Prediliano Pitta no contexto do processo de organização sindical e de luta da classe operária por melhores condições de trabalho e de vida que se operava na Bahia naquele momento. Segundo o documento, em sua busca de meios urgentes para suavizar o “rude labor” desprendido em favor da sociedade, havia sido desencadeado um

(...) movimento intenso das classes artísticas e operárias, constituindo associações, reunindo congressos, onde se procura estabelecer por medidas coordenadas os elementos precisos a fazer do proletariado um cooperador da ordem e da paz social, em vez do eterno espoliado, cujo trabalho, produzindo a riqueza e o conforto dos abastados, lhe minava no mourejar constante sem compensação, a existência, que lhe era assim mais um fardo pesado que lhe alquebrava as forças, do que a alegria da prole desabrigada e triste.

Os partidários de Prediliano Pitta disseram que a classe operária da Bahia, até aquela ocasião, não havia se “divorciado” das demais classes da sociedade nem nos momentos de maior “provação”, pois, a “carteira de crédito”, a “cooperativa de trabalho” e as “habitações operárias”, criadas pelo Centro Operário da Bahia, garantiam a “orientação segura” para os trabalhadores e demonstravam que a forma como os operários propugnavam por seus “vitais interesses”, colaborava com as “classes conservadoras” para o “bem-estar geral” e o “progresso material”, “cimentando a ordem e a paz públicas”. O mestre de obras Prediliano Pitta foi apresentado como o criador desses mecanismos garantidores da moderação política e ideológica da fração de classe operária representada pelo Centro Operário. Seus correligionários o caracterizaram como um “infatigável artista” e um “modesto filho do povo”, que contava com uma “grande e apreciável estima” nos meios operários em função de sua “dedicação e desinteresse”, por ser um “homem que se faz por si” e que não ocultava as idéias que defendia.

Além disso, os partidários de Prediliano Pitta fizeram questão de lembrar que ele já era conhecido do eleitorado de Salvador em função de ter sido conselheiro municipal da capital baiana por mais de uma vez, oportunidade na qual se portou como um “sincero e dedicado defensor” do povo, promovendo a abertura de ruas, a criação de

escolas e o estabelecimento de mercados públicos, além de ter discutido, com “critério e patriotismo”, vários outros assuntos de “interesse vital”, referentes aos necessários “melhoramentos materiais da população”.

Sintomático de uma posição de crítica e combate aos preconceitos de classe vigentes na sociedade baiana, os eleitores de Prediliano Pitta disseram que “sua palavra” não tinha as “fulgurações do talento dos doutos”, mas possuía o “brilho de uma inteligência vivaz, servida por honestíssimos intuitos e por um patriotismo fervoroso”. Ainda segundo seus seguidores, Prediliano Pitta não tinha “títulos científicos nem literários, tão nobres e belos quando deles são portadores as inteligências que se poliram com o saber e se disciplinaram pelo estudo”. Seu diploma era o da oficina, seus títulos eram os do “trabalho áspero e rude”, que lhe moldaram o “caráter”. Suas credenciais eram as do “homem obscuro do povo”, que se criava na “escola da adversidade”. O manifesto finalizava dizendo que era com esses títulos que os “companheiros de classe” de Prediliano Pitta o apresentavam ao “digno e independente eleitorado da capital da Bahia”, pedindo-lhe os votos necessários para eleger alguém que combatesse em seu nome, em nome da “nobilitação do trabalho”, do “desenvolvimento material e moral do povo”, do “progresso” e da “civilização”.⁴⁴⁶

Contudo, como já dissemos anteriormente, a apresentação de candidaturas ao legislativo estadual e federal fugia à regra da estratégia escolhida pela máquina política operária. Além disso, é preciso reconhecer que a disputa no plano estadual e federal era quase privativa das oligarquias, e a ação das organizações operárias tinha uma eficácia duvidosa ou no mínimo muito limitada, mesmo que combinada com as máquinas políticas republicanas das elites. É por isso que a ação política do Centro Operário da Bahia nas eleições para escolher os membros do poder executivo e legislativo estadual e federal ocorria na forma de apoio eleitoral a determinados caciques e chapas das classes dominantes em troca de certos favores e compromissos delas com determinados pontos relacionados à defesa de medidas que resultassem em melhorias materiais para a classe operária, especialmente no que tange à realização de obras públicas que gerassem trabalho para os operários. Em alguns casos, as claques operárias arrancavam das elites compromissos que estavam em rota de colisão com o estreito liberalismo reinante, já que alguns políticos tradicionais defenderam a elaboração e aprovação de uma

⁴⁴⁶ *Jornal de Notícias*, Salvador, 4 jan. 1913, p. 3.

legislação de proteção ao trabalho, como era reivindicado pelos operários. Vejamos como ocorria essa transação.

Vamos começar com a recuperação pontual do que ocorreu no conflituoso ano de 1903, quando as duas facções que disputavam o controle do Centro Operário da Bahia se digladiaram pela representação da classe operária. Em 23 de junho de 1903, vários jornais de Salvador publicaram um manifesto “às classes operárias da Bahia”, assinado por uma comissão formada por Domingos Silva, José Pereira de Lacerda e Ignácio Ramos Seara, no qual os associados do Centro Operário, bem como, os dirigentes dos conselhos paroquiais e filiais, e os trabalhadores em geral eram convocados para, no dia 25 de junho, “testemunhar, pública e solenemente, o seu apoio e reconhecimento ao patriótico governo do Dr. Rodrigues Alves”, por meio de dois dos seus ministros, os baianos José Joaquim Seabra, da pasta do Interior, e o marechal Francisco de Paula Argollo, da Guerra. Deixando de lado maiores detalhes, o que nos interessa aqui são as razões alegadas pelo grupo de Domingos Silva para fazer tais homenagens. Segundo aquela liderança operária, as classes operárias deveriam hipotecar seus “sinceros apoios e reconhecimentos” ao presidente da República em vista dessa autoridade estar “empreendendo grandes melhoramentos e promovendo obras colossais”, geradoras de muitos empregos, na capital da República, além de ter solicitado do Congresso Nacional a “adoção de leis especiais para diminuição das horas e regularização do trabalho entre a idade e o sexo”.⁴⁴⁷

Esse era um aspecto central na vida dos muitos mestres e oficiais pertencentes ao Centro Operário da Bahia, pois a realização de obras públicas era o caminho seguro para a contratação de muitos operários qualificados e empreiteiros como Domingos Silva, preocupado em assegurar a sobrevivência e a coesão do grupo que liderava. O elogio das reformas urbanas feitas no Rio de Janeiro poderia ser um sinal de que, se algo semelhante fosse feito em Salvador, o fundador do Centro Operário estaria a postos com seus companheiros para a empreitada dos trabalhos.

Dessa forma, conforme programado, a reunião ocorreu na noite de quinta-feira, 25 de junho, no local onde havia funcionado o Tribunal do Grande Júri, situado na Ladeira de São Francisco, e contou com a presença de cerca de oitenta operários. A sessão foi presidida pelo artista José Pereira de Lacerda, secretariado por seus companheiros Manoel Innocencio Baptista Flores e Matheus Alves da Cruz Rocha.

⁴⁴⁷ *Jornal de Notícias*, Salvador, 23 jun. 1903, p. 3; *Correio da Tarde*, Salvador, 23 jun. 1903, p. 3; *Diário de Notícias*, Salvador, 23 jun. 1903, p. 1.

Exposto o objetivo do conclave, Domingos Silva fez uso da palavra longamente e lamentou a “ausência da maioria da classe naquela reunião operária”. O voto de apoio ao governo federal foi aprovado, e uma nova comissão, mais ampla, foi formada, com o propósito de encaminhar as decisões da assembléia.⁴⁴⁸ No início da tarde de domingo, 28 de junho de 1903, os membros da “comissão executiva das homenagens da classe operária ao Dr. Rodrigues Alves” se reuniram novamente, desta vez no salão da Sociedade Montepio dos Artífices, quando aprovaram o teor do telegrama que seria enviado aos referidos ministros, contendo uma “moção de apoio ilimitado” ao chefe do executivo federal.⁴⁴⁹

O apoio da classe operária parece ter sido um elemento importante de barganha e/ou legitimação, pois os membros das elites buscavam os sufrágios dos trabalhadores explicitamente. Um exemplo pode ser extraído das eleições de 30 de janeiro de 1909, quando seriam eleitos os novos senadores e deputados federais. O comendador João Augusto Neiva, velho conhecido da classe operária baiana em função de seu envolvimento pregresso com o Partido Operário e a União Operária, lançou seu nome à reeleição na disputa por uma cadeira na Câmara dos Deputados pelo primeiro distrito. Com o objetivo de angariar votos operários em seu reduto eleitoral, embarcou em um vapor no Rio de Janeiro com destino a Salvador, chegando à capital baiana no dia 22 de novembro de 1908. O deputado João Neiva e sua esposa foram recepcionados por uma comissão do Centro Operário da Bahia liderada pelo alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos, além das bandas de música do 16º Batalhão de Infantaria e do 2º Corpo do Regimento Policial. O desembarque ocorreu numa ponte da Companhia de Navegação Bahiana, de onde todos rumaram para a sede do Centro Operário. Lá, o parlamentar foi recebido “dignamente” e saudado pelo artista Olavo José de Almeida, orador oficial da sessão. Ao fazer uso da palavra, João Augusto Neiva, que já era sócio benemérito da entidade, não fez rodeios, e declarou que viera a Salvador pleitear sua candidatura, “convicto de ser eleito, em vista dos serviços prestados à Nação, à classe do funcionalismo público, e bem assim ao proletariado em geral”.⁴⁵⁰

Convicção no senso de retribuição aos serviços prestados à nação, aos servidores públicos e ao proletariado. Em outras palavras, consciência, da parte dos trabalhadores,

⁴⁴⁸ *Diário de Notícias*, Salvador, 26 jun. 1903, p. 1; *Jornal de Notícias*, Salvador, 26 jun. 1903, p. 1

⁴⁴⁹ *Diário de Notícias*, Salvador, 30 jun. 1903, p. 5; *Jornal de Notícias*, Salvador, 30 jun. 1903, p. 2

⁴⁵⁰ RELATÓRIO do Centro Operário da Bahia. Exercício Social de 6 de maio de 1908 a 5 de maio de 1909, apresentado pelo Sr. Ismael Ribeiro dos Santos, Presidente do Conselho Executivo à Assembléia Geral e por esta aprovado em sessão de 20 de abril de 1910, sob a presidência do sr. Felipe Tranquilino de Castro. Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1910.

de como funcionavam os mecanismos do clientelismo, as regras invioláveis da troca de favores. Isso é o que o parlamentar baiano esperava. Essa é a senha para compreender a relação de João Augusto Neiva (e de muitos outros membros das elites) com a classe operária, ou, com a fração dela que era representada pelas organizações que estudamos.

O relatório que o alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos apresentou à assembléia geral dos filiados do Centro Operário da Bahia no dia 3 de maio de 1903 é revelador de um dos principais “serviços prestados” pelo parlamentar aos operários e às suas organizações. Ao prestar contas do último ano de sua primeira gestão à frente da entidade (1899-1903), o coronel da Guarda Nacional Ismael Ribeiro agradeceu o apoio que havia recebido da classe operária baiana, fazendo especiais registros de gratidão ao conselheiro Antonio Carneiro da Rocha, presidente do Banco Auxiliar das Classes e seu “particular amigo”, por ele ter prestado seu “valioso concurso” numa transação do Centro Operário com aquela instituição financeira visando à aquisição do Palacete Ferrão, a sede social da entidade dos trabalhadores. O “humilde filho do trabalho” declarou sua gratidão, ainda, ao comendador José Alves Ferreira, membro da direção do Banco Comercial, por ele ter dispensado o Centro Operário de pagar o “cominatório” ao qual estava sujeito em função da “hipoteca” contraída com aquela outra instituição financeira. A tradução é simples: o diretório do Centro Operário, por meio de seu presidente, havia tomado dinheiro emprestado aos banqueiros, mas não conseguiu honrar com o pagamento dentro dos prazos estabelecidos. Sensibilizados pela “amizade” que tinham com o alfaiate, os banqueiros liberaram a entidade do pagamento dos juros e da multa decorrentes do atraso das parcelas.

Mas os agradecimentos mais eloquentes foram guardados exatamente para o deputado federal João Augusto Neiva, que teve uma seção específica do relatório destinada à distinção de sócio benfeitor que lhe fora conferida em 2 de janeiro de 1903. É que o parlamentar conseguira arrancar da Câmara Federal a aprovação de uma subvenção da União no significativo valor de quinze contos de réis anuais, durante sete anos, em favor do Centro Operário. Os “digníssimos cidadãos” José Joaquim Seabra e Félix Gaspar de Barros e Almeida foram alvos de “sinceras saudações” por terem envidado esforços favoráveis à concessão do benefício. O deputado Francisco de Paula Oliveira Guimarães e o padre Luiz da França dos Santos foram distinguidos com diplomas de sócios beneméritos, o primeiro em função de ter ajudado a convencer seus pares na Câmara Federal a aprovarem o projeto de concessão do auxílio, e o último por

“sua extremada abnegação, dirigindo gratuitamente as aulas noturnas do Centro Operário”.⁴⁵¹

De todo modo, a candidatura de João Augusto Neiva à reeleição não foi bem-sucedida, já que ele ficou em último lugar, com 1.032 votos, numa lista dos dez nomes mais votados do primeiro distrito. A explicação para isso está no fato de João Augusto Neiva não ter sido contemplado com a inclusão de seu nome na chapa oficial do governo, como ocorrera em outro momento, ao passo que os vitoriosos eram figuras de peso da política estadual, apoiadas pelo Partido Republicano da Bahia, como Antonio Calmon du Pin e Almeida, o mais votado, com 11.644 sufrágios, José Joaquim Seabra, 7.468, Pedro Francisco Rodrigues Lago, 7.447, Domingos Rodrigues Guimarães, 5.733, Leovigildo Filgueiras, 5.276, e Francisco Luiz da Costa Drummond, 4.216.⁴⁵²

O apoio dos trabalhadores foi buscado também em maio de 1910, quando a *Gazeta do Povo*, o órgão oficial do Partido Democrata, publicou um editorial, assinado por J. J. Seabra, Antonio Ferrão Moniz de Aragão e outros, dirigido ao eleitorado do 1º distrito pedindo votos para José Eduardo Freire de Carvalho Filho, candidato à cadeira de deputado federal que havia ficado vaga em face da morte de seu ocupante, Leovigildo Filgueiras. O editorial foi reproduzido em diversos números daquele diário, e no dia 25 de maio de 1910, foi posto ao lado de um artigo intitulado “O voto operário”, no qual se pedia o apoio dos trabalhadores ao referido candidato. José Eduardo Freire de Carvalho Filho ocupava o cargo de lente catedrático da Faculdade de Medicina, e havia sido deputado da Assembléia Provincial, intendente, conselheiro e presidente do Conselho Municipal de Salvador. Disputando o mandato com outros dois candidatos, o que se argumentava em seu favor era que ele já havia prestado “bons serviços” aos “homens do trabalho”, pois, quando exerceu a chefia do executivo municipal, realizou obras que geraram muitos postos de trabalho aos operários. O articulista insistia nesse ponto dizendo que, dentre os três candidatos, José Eduardo Freire de Carvalho Filho era o único que conhecia bem os “interesses do operariado”, pois com ele convivera e a ele se ligara “por mútuas e sinceras afeições”.⁴⁵³

Os membros das diferentes facções do Centro Operário da Bahia apoiaram candidatos de chapas e partidos igualmente diversos nas eleições estaduais e federais.

⁴⁵¹ RELATÓRIO do Centro Operário da Bahia. Exercício Social de 6 de maio de 1902 a 30 de abril de 1903, apresentado pelo Sr. Ismael Ribeiro, Presidente do Conselho Executivo e aprovado em sessão de Assembléia Geral de 3 de maio de 1903. Bahia: Imprensa Moderna de Prudêncio de Carvalho, 1903.

⁴⁵² *A Bahia*, Salvador, 6 jan. 1909, p. 1; *A Bahia*, Salvador, 6 mar. 1909, p. 1.

⁴⁵³ *Gazeta do Povo*, Salvador, 18, 19, 20, 21 e 25 mai. 1910, p. 1

Isso fica bem evidente quando analisamos os pleitos para governador do estado e presidente da república de 1919. No final da tarde do dia 15 de abril daquele ano, o mestre de obras e coronel da Guarda Nacional Júlio Fernandes Leitão, então presidente do Centro Operário, organizou uma manifestação de apoio à candidatura do senador Ruy Barbosa ao executivo federal. O conselheiro foi recepcionado no salão nobre da associação, ocupando a cadeira de presidente da sessão, secretariado por Bráulio Xavier da Silva Pereira, presidente do Tribunal de Justiça, e Miguel Calmon du Pin e Almeida, ex-ministro da Viação e Obras Públicas e, naquele momento, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.⁴⁵⁴

Já o sucessor de Júlio Fernandes Leitão na presidência do Centro Operário, o também mestre de obras e major da Guarda Nacional Eugenio Antonio Cardoso, declarou seu apoio à candidatura de José Joaquim Seabra, o arquiinimigo da “Águia de Haia”, ao executivo estadual baiano.⁴⁵⁵ O líder operário chegou a presidir uma reunião pró-Seabra no salão nobre do Conselho Municipal, da qual tomaram parte senadores e deputados estaduais, conselheiros municipais, magistrados, professores de escolas superiores, diretores e funcionários de repartições públicas, comerciantes, industriais, acadêmicos, operários, jornalistas e “muitos outros representantes das diferentes classes sociais”. Entre os oradores, além do major Eugenio Antonio Cardoso, vale registrar os nomes do antigo líder do Centro Operário da Bahia, o alfaiate e coronel da Guarda Nacional Ismael Ribeiro dos Santos, e do rábula, major da Guarda Nacional e deputado estadual Cosme de Farias.⁴⁵⁶

O senador J. J. Seabra recebeu apoio explícito, também, da Sociedade União dos Operários Estivadores, da Sociedade União dos Carregadores das Docas e Trapiches, da União dos Foguistas Marítimos e Terrestres e da Associação dos Marinheiros e Remadores, que fizeram uma assembléia conjunta, no dia 20 de outubro de 1919, presidida pelo delegado da sucursal dos estivadores, major Alípio Marciano dos Santos, da qual tomaram parte cerca de cinco mil operários, e decidiram votar no candidato do PRD no pleito que seria realizado em 29 de dezembro.⁴⁵⁷

⁴⁵⁴ CENTRO Operário da Bahia. Relatórios Apresentados pelo Presidente do Conselho Executivo, Tenente-Coronel Júlio Fernandes Leitão às Assembléias Gerais de 2 de abril de 1918 e 25 de abril de 1919 e nas mesmas aprovados. Referentes ao exercício de 1º de abril de 1917 a 31 de março de 1919. Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1919.

⁴⁵⁵ *O Tempo*, Salvador, 24 e 25 out. 1919, p. 1

⁴⁵⁶ *O Tempo*, Salvador, 31 out. 1919, p. 1.

⁴⁵⁷ *O Tempo*, Salvador, 21 out. 1919, p. 1.

Aliás, no dia 9 de março de 1919, os filiados das organizações sindicais dos estivadores, marítimos, carregadores, foguistas e conferentes já haviam promovido uma série de manifestações de rua em apoio a Seabra e ao seu candidato à presidência da República, Epitácio Pessoa, na eleição que seria realizada no dia 13 de abril daquele ano. Falando aos operários, Seabra disse que o conselheiro Ruy Barbosa era uma “candidatura de guerra” e que, naquele momento, a nação queria paz. Argumentava que a candidatura do conselheiro não teria surgido do “coração do povo”, mas “agitada por elementos anárquicos, que são os seus sustentadores”. O operariado não teria sentido pela candidatura da “Águia de Haia” nenhuma simpatia e nem poderia ser diferente, pois, “o eminente senador baiano nunca se preocupou com os seus interesses, assim como nada fez pela Bahia, apesar de já ter sido ditador”. De fato, Seabra demonstrou ser um oligarca mais sintonizado com seu tempo, já que, enquanto seu adversário permanecia preso ao velho liberalismo e fazia alianças preferenciais com a burguesia mercantil e industrial, ele se disse preocupado com a “urgência” de se decretar um “código do trabalho”, para que os direitos do operariado fossem discriminados e garantidos, evitando, dessa maneira, que “nos choques entre o trabalho e o capital, este sobrepuje aquele, asfixiando as suas aspirações, sempre modestas e justas”.⁴⁵⁸

Os nomes de Ruy Barbosa e de seus aliados foram rejeitados não apenas por todas as organizações operárias do porto de Salvador e pela maioria dos membros do Centro Operário da Bahia, mas também pela Sociedade União Geral dos Tecelões, pelo Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros e pela Associação dos Marmoristas. No final de novembro de 1919, os filiados dessas entidades operárias tomaram parte de um grande “protesto solene e uníssono contra as atitudes do pretendido apóstolo das liberdades” Ruy Barbosa, “declarado inimigo do operário”. Em uma assembléia realizada na sede do Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros, Agripino Nazareth, advogado daquele sindicato e líder socialista da greve geral de 1919, rebateu o que considerou acusações injuriosas de Ruy Barbosa, segundo as quais, o movimento vitorioso que paralisou toda a cidade em junho daquele ano teria sido o resultado de um “conluio entre operários e políticos situacionistas”.

Em sua conferência, Agripino Nazareth disse que Ruy Barbosa nutria um “antigo ódio à classe operária” e “inimizade ao socialismo”, conforme havia confessado em carta a Evaristo de Moraes. Por fim, advertia o operariado para que não sufragasse a

⁴⁵⁸ *O Democrata*, Salvador, 11 mar. 1919, p. 1.

candidatura a governador do juiz federal Paulo Fontes, aliado da “Águia de Haia”, pois ele não era merecedor da confiança e do voto da classe operária, já que trazia a “chancela da Associação Comercial e o sinete do Centro Industrial do Algodão, os dois maiores inimigos do operário”. Já Asterio Luiz dos Prazeres, delegado dos marceneiros, desqualificou Ruy Barbosa e Paulo Fontes enquanto candidaturas que tivessem qualquer penetração no seio da classe trabalhadora, alegando que o mestre de obras Júlio Fernandes Leitão, que o estava apoiando, abandonara o sindicato no momento em que foi deflagrada a greve geral, ao tempo em que Manuel Querino, outro partidário de Ruy, era empregado público há muitos anos, estando “afastado do operariado”.⁴⁵⁹

Concluindo, pode-se dizer que a participação política operária baiana ocorreu numa perspectiva que buscava a integração da classe trabalhadora ao sistema político e social vigente, isto é, em bases que não questionavam ou colocavam em xeque, explicitamente, os pilares da ordem social estabelecida, ou seja, o direito de propriedade, no plano econômico-social, e o domínio oligárquico, no plano político. O que se questionava não era a existência de uma representação das classes dominantes, mas sua desproporcionalidade. O que se reivindicava era o rompimento do monopólio do poder pelas classes dominantes e a extensão do direito de representação política à classe operária, juntamente com reformas sociais que lhes proporcionassem melhorias nas condições materiais de existência. Nesse sentido, os operários vinculados ao Partido Operário da Bahia, à União Operária Bahiana e ao Centro Operário da Bahia que lograram se eleger para os cargos de conselheiros municipais, administradores e membros das juntas distritais e juízes de paz, cumpriram, efetivamente, um papel de representação política da classe operária, evidente, inclusive, pelo encaminhamento, por parte daqueles indivíduos, das demandas dos trabalhadores no que diz respeito às questões relacionadas à geração de postos de trabalho, ao controle de preços dos gêneros de primeira necessidade, à construção e / ou subvenção estatal de habitações operárias e, até, às demandas por uma legislação de proteção ao trabalho, apresentadas junto aos parlamentos municipal, estadual e nacional como parte desse conjunto abrangente de lutas encampadas pela máquina política operária.

⁴⁵⁹ *O Tempo*, Salvador, 1º dez. 1919, p. 1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dissemos na Introdução que nosso objetivo principal era analisar em profundidade as relações de uma fração da classe operária com a política formal na Primeira República, uma dimensão até então pouco explorada pelos pesquisadores da história do trabalho. A partir de um estudo focado na atuação do Partido Operário da Bahia, da União Operária Bahiana e do Centro Operário da Bahia, conseguimos demonstrar que, no alvorecer da República, um importante setor da classe operária, formado basicamente pelos artesãos qualificados dos mais variados ofícios, conseguiu forjar a construção de uma máquina política fortemente enraizada em todos os distritos de Salvador, congregar milhares de filiados e eleitores e concorrer aos pleitos da capital baiana com um razoável grau de eficácia, demonstrada pela eleição de vários de seus membros para inúmeros cargos da Justiça de Paz, das Juntas Distritais e do Conselho Municipal. Os operários eleitos apresentavam-se durante o exercício de seus mandatos como representantes dos trabalhadores, apontando para a idéia de que eles defendiam ou tentavam defender os interesses específicos da classe operária.

Nesse sentido, nosso trabalho evidenciou que a substituição do regime monárquico pelo republicano abriu novos canais de participação popular e ampliou, mesmo que de forma tímida e limitada, os espaços da cidadania política para um arco maior de pessoas, a despeito da manutenção da exclusão de direitos políticos dos homens analfabetos e das mulheres.

Em decorrência disso, nossa tese revisa ou relativiza alguns postulados acerca das relações existentes entre a classe trabalhadora e o Estado e sobre o comportamento deste em relação ao movimento operário e sindical da Primeira República. Sobre esse aspecto, é preciso reconhecer que a postura de negação da participação na política eleitoral e parlamentar, assumida pelas mais variadas correntes libertárias e pelo sindicalismo revolucionário, um fenômeno com grande penetração em São Paulo, foi absolutamente marginal na Bahia. Observamos que os grupos socialistas e a idéia de intervir na política com vistas à consecução de reformas sociais garantidas por leis foram hegemônicos em Salvador. Esse fato reforça a necessidade de realização de novos estudos sobre o assunto na Bahia e em outras regiões do país. Em consonância com esse comportamento operário, o Estado e seus dirigentes mostraram-se mais abertos a alianças e composições entre as organizações políticas dos trabalhadores e os políticos e partidos tradicionais, já que na Bahia as oligarquias não conseguiram se constituir enquanto um grupo dotado de coesão e unidade.

Nosso estudo demonstrou também que nem toda a população negra e mestiça vivia na pobreza ou foi atirada ao desemprego após a Abolição. A fração da classe operária de Salvador que nós estudamos era, em grande medida, formada pelos artesãos e mestres de ofício, em sua maioria, pretos, pardos e mestiços, que dispunham de melhores condições de trabalho, maior autonomia e salários maiores do que os operários fabris. Talvez por não estarem submetidos à disciplina das fábricas e disporem de alguma instrução formal, puderam adquirir cidadania política, participar das eleições com relativa autonomia e lutar por cidadania social.

Porém, é preciso dizer que nosso trabalho se concentrou na dimensão política da atuação do Centro Operário da Bahia, mas diversos outros aspectos, cuja análise não era nosso objetivo, se colocaram para pesquisas posteriores, correspondendo à complexidade e amplitude de assuntos com os quais a máquina operária se envolveu. Um primeiro tema merecedor de estudos específicos é o da ação securitária do Centro Operário e das dezenas de outras associações operárias fundadas na Bahia entre 1832 e 1930. Aspectos como os tipos de auxílios oferecidos, o peso das contribuições dos sócios e das subvenções estatais, além do papel desempenhado por essas sociedades na construção da identidade profissional e de classe dos trabalhadores merecem destaque.

Um segundo tema diz respeito ao ideário social professado por esses artesãos, brevemente analisado em nossa tese, mas que também merece aprofundamento a partir de uma minuciosa e atenta pesquisa utilizando outras fontes, como as atas do Conselho Municipal de Salvador e a documentação de outras sociedades operárias nas quais esses homens transitaram, a exemplo da Sociedade Montepio dos Artistas, da Sociedade Protetora dos Desvalidos, da Associação Tipográfica Bahiana e outras.

O terceiro aspecto que pode ser desenvolvido referente à história do Centro Operário é o da educação, já que a entidade mantinha escolas femininas e masculinas e oficinas para a prática do ensino primário e profissionalizante. Esse fato nos faz pensar que há uma relação entre esse tema e o do ideário social, as experiências cooperativistas e mutualistas empreendidas pelos artesãos com o objetivo de garantir sua independência e a tentativa de proteger e controlar o mercado de trabalho dos ofícios artesanais.

Por fim, um último assunto que deve ser elencado é o da ação do Centro Operário enquanto organizador da população pobre em suas lutas contra a carestia dos gêneros de primeira necessidade e a escassez e especulação com os preços das habitações populares, problemas perenes nas vidas das classes subalternas na Primeira República.

APÊNDICES

Apêndice A

Comissão Central do Partido Operário da Bahia ampliada de três para nove membros na assembléia realizada no dia 22 de junho de 1890, no salão do Clube dos Maquinistas.

Elysiario Elysio da Cruz (presidente), Francisco Pedro do Bomfim (1º secretário), José Maria de Souza (2º secretário), Aurélio Sebastião Cardoso, Francisco Amaro Paraíso, Ângelo Custódio de Oliveira, Luiz Gonzaga, Marceano da Silva (vogais). O nono nome não é mencionado, mas é possível que fosse Domingos Silva ou o próprio Manuel Querino.

Fonte: *Pequeno Jornal*, Salvador, 22 e 27 jan. 1891, p. 2.

Apêndice B

Comissões Paroquiais do Partido Operário da Bahia nomeadas na reunião do dia 15 de junho de 1890

Sé: Manuel Salustiano do Bomfim, José Martins Moreira e Manuel dos Anjos Falcão;

São Pedro: Francisco Pedro do Bomfim, Benjamim Plácido Cavalcante e Luis Francisco Guilherme;

Santana: José Maria de Souza, Ignácio Hermógenes Cajueiro e Antonio Sebastião de Araújo Costa Junior;

Conceição da Praia: Guilhermino Álvares da Costa Dórea, Porphyrio Manuel Lopes e Cypriano da Silva Couto;

Pilar: Francisco Luiz de Azevedo, José Polybio da Rocha e Ceslau Joaquim de Sant'Anna;

Santo Antonio: Theodoro Marques Gomes, Ricardo José da Silva e Donato Carteador;

Rua do Paço: João Pessoa de Britto, Germiniano Gonçalves das Virgens e José Martins;

Mares: Antonio Borges Nogueira, Pedro Acurcio e Antonio Bento Guimarães;

Brotas: José Maria Leal, Anacleto Dias da Silva e Wenceslau Telles da Silva;

Penha: Bento Luiz dos Santos Pitta, Esteves Dias Guerra e Antonio de Souza Pio;

Vitória: Antonio Joaquim de Cerqueira, Joaquim Ferreira da Costa e Matheus Argollo de Pinho.

Fonte: *Pequeno Jornal*, Salvador, 21 jan. 1891, p. 2.

Apêndice C

Comissões Paroquiais do Partido Operário da Bahia nomeadas na reunião do dia 7 de julho de 1890.

2º Distrito de Santana: José Pereira de Lacerda, Miguel Archanjo de Jesus e Francisco Amélio Santiago;

2º Distrito de Santo Antonio: Silvestre Antonio de Carvalho, Miguel Archanjo do Nascimento e Adolpho Joaquim do Espírito Santo;

Conceição da Praia: Firmino Fernandes dos Santos, Porphyrio Manuel Lopes e Cypriano da Silva Couto;

Pilar: José Polybio da Rocha, Ceslau Joaquim de Sant'Anna e Camilo Borges de Barros;

2º Distrito da Vitória: José Zeferino de Sant'Anna, Hermelino Teixeira de Araújo e José Marcella;

Itapuã: Florentino Antonio da Costa, João de Deus Moreira e Mathias José dos Santos;

São Tomé de Paripe: Basílio José de Souza, Pedro Antonio de Souza e Ricardo Pinto de Souza.

Fonte: *Pequeno Jornal*, Salvador, 21 jan. 1891, p. 2.

Apêndice D

Comissões do Partido Operário da Bahia no interior do estado nomeadas na reunião do dia 7 de julho de 1890

Cachoeira: João Casimiro do Nascimento, João Antonio Nunes e Virgílio Ferreira Motta;

São Félix: José Theodoro Pamponet, Francisco de Menezes Uciria e Pedro Elisio Vieira;

Curralinho (Atual Castro Alves): João Heuviles de Mello, Davino da Silva Figueredo e José Hygino de Araújo;

Tapera e Pedra Branca: Porphyrio Adolpho Cardoso, José da Silva Freire e Pompilio de Britto Camacho;

Brejão: Possidonio Domingos de Oliveira Pinto, José Muniz Ferreira e Francisco Couto Galvão; **Areia:** Agnelo Muniz Barreto, Leonel Tiburcio de Almeida e Julio de Aragão;

Giboa: Antonio Manuel de Souza, João José de Figueredo e Virgílio Castro Garão;

Amargosa: Juvêncio Paulo Tupinambá, José Augusto de Castro e Manuel Falcão;

Tartaruga: Henrique Catulino de Freitas, José da Silva Mattos e José Pimentel.

Fonte: *Pequeno Jornal*, Salvador, 21 jan. 1891, p. 2.

Apêndice E

Chapa do Partido Operário da Bahia, nomeada em sessão da comissão central, no dia 17 de julho de 1890, para concorrer à eleição de deputados ao Congresso Nacional Constituinte em 15 de setembro de 1890.

Thomaz Pereira Palma (sapateiro); Irenio Baptista dos Reis Lessa (maquinista); Manuel Raymundo Querino (pintor e desenhista); Anisio Freire de Carvalho (profissional liberal); Manuel Victorino José Pereira Junior (marceneiro); José Luiz de Almeida Couto (profissional liberal); Frederico Augusto da Silva Lisboa (ofício não-identificado); Victalicio Edmundo Leal (ofício não-identificado); Amphilophio Botelho Freire de Carvalho (profissional liberal); João Ferreira de Moura (ofício não-identificado); João Ferreira de Araújo Pinho (profissional liberal); Landulpho Medrado (ofício não-identificado); Antonio Bahia da Silva Araújo (profissional liberal); Augusto Ferreira França (profissional liberal); Aristides Cesar Spinola Zama (profissional liberal); Joaquim Manuel de Sant'Anna (ofício não-identificado); Joaquim Ribeiro dos Santos (ofício não-identificado); Luiz Tarquínio (comerciante, depois industrial); Antonio Francisco Brandão (industrial); Barão de São Marcos (funcionário público); Amaro de Lellis Piedade (profissional liberal) e Francisco de Paula Argollo (profissional liberal). O documento de lançamento da chapa era assinado por Elysiario Elysio da Cruz (alfaiate), presidente; José Maria Leal (maquinista), 1º vice-presidente; Francisco Pedro do Bomfim (ferreiro), 1º secretário; José Maria de Souza (carpinteiro), 2º Secretário; Aurélio Cardoso (alfaiate); Francisco Amaro Paraíso (ofício não-

identificado); Domingos Silva (operário da construção civil); Ângelo Custodio de Oliveira (ofício não-identificado); Marciano da Silva Castro (ofício não-identificado); Luiz Gonzaga (artista).

Fonte: *Pequeno Jornal*, Salvador, 19 jul. 1890, p. 1.

Apêndice F

Diretório da União Operária Bahiana eleito na assembléia do dia 22 de fevereiro de 1891, realizada na Sociedade Filarmônica Luso-Guarani.

José Polybio da Rocha, marceneiro (presidente), João Pessoa de Britto, alfaiate (vice-presidente), Manuel Raymundo Querino, pintor e desenhista (1º secretário), Guilherme Conceição Foeppel, desenhista (2º secretário), Severiano Godofredo de Mattos, sapateiro, Elysiario Elysio da Cruz, alfaiate, José Maria Leal, maquinista, Manuel Victorino da Ascensão, tipógrafo, Frederico Francisco da Silva Guimarães, pedreiro, e Ismael Ribeiro dos Santos, alfaiate (vogais).

* O alfaiate Elysiario Elysio da Cruz, porém, declinou do cargo para o qual havia sido eleito na reunião da dissidência. Diante disso, o diretório da União Operária Bahiana convocou o operário gravador Paulo Cezar do Nascimento, que figurava como o imediato em votos.

Fonte: *Pequeno Jornal*, Salvador, 23 e 26 fev. 1891, p. 2.

Apêndice G

Comissão Provisória do Centro Operário da Bahia, criada na reunião do dia 18 de junho de 1893, e apresentada à Câmara dos Deputados da Bahia, por meio de ofício, datado de 1º de julho de 1893. Observe-se que eram todos artistas e que há membros das duas facções rivais.

Domingos Silva (presidente); Matheus Alves da Cruz Rocha (1º secretário); Aлыпio José Vianna (2º secretário); Elysiario Elysio da Cruz; Olavo José de Almeida; Wenceslau Telles da Silva; José Roque Pinto; Ismael Ribeiro dos Santos; Anacleto Dias da Silva; Tertuliano Francisco da Silva Guimarães; Ubaldo José de Oliveira Couto; Francisco Lopes Nuno; João Damasceno Alves; José Pereira de Lacerda; Virgílio Francisco Coelho; Eloy Aleixo Franco; Braulino Baptista Ferraz; Antonio Celso Leitão; Pedro Augusto da Silva; Sisnando Alves do Carmo Rocha; Silvestre Antonio de Carvalho (vogais).

Fonte: APEB, Seção Legislativa, Câmara dos Deputados, Ofícios Recebidos e Expedidos (1891-1894), *livro 1187*.

Apêndice H

Primeira Diretoria do Centro Operário da Bahia. Também aqui não há presença de indivíduos de fora da classe operária, constando membros das duas facções.

Domingos Silva (presidente); Ubaldo José de Oliveira Couto (vice-presidente); José Pereira de Lacerda (1º secretário); Tertuliano Francisco da Silva Guimarães (2º secretário); Elysiario Elysio da Cruz; Virgílio Francisco Coelho; Anacleto Dias da Silva; Matheus Alves da Cruz Rocha; Ismael Ribeiro dos Santos; Edistio Martins; Francisco Lopes Nuno; Eloy Aleixo Franco; Wenceslau Telles da Silva; João

Damasceno Alves da Costa; Pedro Augusto da Silva; José Maria da Rocha Argollo; Braulino Baptista Ferraz; Fortunato José do Espírito Santo; Francisco Salles dos Santos; Américo Ludgero Chaves; João Ferreira de Mendonça (vogais).

Fonte: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, p. 344-351, 2 jul. 1923. Edição Especial do Centenário; CONSTITUIÇÃO DO CENTRO OPERÁRIO DO ESTADO DA BAHIA. *Diário da Bahia*, Salvador, 8, 9 e 17 jun. 1894.

Apêndice I

Conselho Executivo do Centro Operário da Bahia eleito nos dias 10 e 24 de março de 1895 para o quadriênio 05/05/1895-05/05/1899.

Domingos Silva, presidente; Ismael Ribeiro dos Santos, vice-presidente; José Pereira Lacerda, 1º secretário; Tertuliano Francisco da Silva Guimarães, 2º secretário; Anacleto Dias da Silva, Elysiario Elysio da Cruz, João Damasceno Alves da Costa, Braulino Baptista Ferraz, Wenceslau Telles da Silva, Eloy Aleixo Franco, José Maria da Rocha Argollo, Leopoldo Magno Teixeira, Luiz da França Carvalho, Francisco Pereira de Souza, Francisco de Assis Ferreira, José Cyrillo do Sacramento, Emygdio Manoel de Deus, Antonio Moreira do Bomfim, Manuel Pedro da Costa Carvalho, Candido Ferreira de Oliveira, José Martins Moreira, vogais.

Fonte: APEB, Seção Legislativa, Câmara dos Deputados, Ofícios Recebidos e Expedidos (1895-1896), livro 1189.

Apêndice J

Conselhos Paroquiais do Centro Operário da Bahia eleitos nas eleições de 10 e 24 de março de 1895 para o quadriênio 05/05/1895-05/05/1899.

Distrito da Sé: presidente, Eugenio Antonio Cardoso; vice-presidente, Benjamin José Teixeira; 1º secretário, Juvêncio da Costa Pereira; 2º secretário, Euclides Telles; vogais, Justino Emiliano do Sacramento, Alfredo Lopes Vieira, Eloy Joaquim Ramos, Irineo José Pereira d'Assumpção, Raymundo Nonato;

Distrito de São Pedro: presidente, Antonio Martins; vice-presidente, Julio Alves da Palma; 1º secretário, André Corsino Octaviano; 2º secretário, Alberto d'Assenção Ferreira; vogais, Prudenciano Joaquim Palhares, Marciano Pacífico da Silva, Sérgio Augusto de Oliveira, José Victor da Costa Lima, Manuel Felipe do Bomfim;

Distrito da Conceição da Praia: presidente, Lourenço Machado de Menezes; vice-presidente, Anastácio Machado de Menezes; 1º secretário, Alfredo dos Santos Lisa; 2º secretário, Julio Vieira de Bittencourt; vogais, Lourenço Bento Gomes, Joaquim Custodio da Silva, João Lazaro dos Santos, Pedro Alexandrino Gonçalves, Alfredo João de Souza;

1º Distrito de Santana: presidente, Cyrillo Ladislau da Rocha Dorea; vice-presidente, Theophilo Francisco Brandão; 1º secretário, Alípio Teixeira Augustias; 2º secretário, Terencio Aranha Dantas; vogais, Marcolino da Rocha Dorea, Emygdio Francisco Guimarães, Primo Feliciano de Arruda, Affonso João Maria de Fritas, Samuel Alfredo de Castro;

2º Distrito de Santana: presidente, Manuel da Silva Friandes; vice-presidente, Antonio Francisco de Freitas; 1º secretário, Francisco das Chagas Athayde; 2º secretário, José Elyziario do Bomfim; vogais, Marcolino da Silva, Marciano José de Castro, Manuel

Polydoro da Conceição, Antonio Nicanor de Alcântara Bispo, José Venâncio do Espírito Santo;

Distrito da Rua do Paço: presidente, Antonio Freitas da Silva; vice-presidente, Marcolino Ribeiro da Silva; 1º secretário, João Ferreira Dias; 2º secretário, Aleixo Epiphany de Castro; vogais, Manuel Chaves, Firmino José da Boa Morte, Jovino Ezequiel de Sant'Anna, José Martins de Jesus, Lourenço Justiniano Bahia;

Distrito do Pilar: presidente, Antonio Florêncio Pinto da Costa; vice-presidente, Gabriel Archanjo Soares; 1º secretário, Sizinio Nonato de Carvalho; 2º secretário, Amado de Jesus Costa; vogais, Macário Bernardo Moréia, Leôncio de Figueiredo Nazareth, Constancio Bartholomeu Miranda, Manuel Bráulio do Espírito Santo, José Sabino da Silva;

1º Distrito da Vitória: presidente, Caetano Pereira da Fonseca; vice-presidente, Alexandre Manuel do Sacramento; 1º secretário, Romão José dos Santos; 2º secretário, Julio Manuel de Santa Rosa; vogais, Fortunato Francisco da Silva, Manoel da Paixão Rocha, Maximo José do Espírito Santo, João Francisco da Cruz, Caetano Vicente da Purificação;

2º Distrito da Vitória: presidente, Feliciano Alexandrino de Sant'Anna; vice-presidente, Claudino Moreira do Nascimento; 1º secretário, Epiphany Manuel de Sant'Anna; 2º secretário, Sabino Ignácio França Faria; vogais, Cyrillo Alexandrino de Sant'Anna, João Felix da Matta, Hermelino Joaquim dos Santos, David José Gonçalves, Honorato de Bittencourt Sá;

3º Distrito da Vitória: presidente, Izidoro Joaquim Manuel da Paixão; vice-presidente, José Zepherino de Sant'Anna; 1º secretário, Ursolino Pereira de Jesus; 2º secretário, Marcellino do Bomfim Ribeiro; vogais, Eugenio Ferreira dos Anjos, Hermelino Teixeira de Araújo, Genésio Nonato de Sant'Anna, Cecílio Ferreira dos Anjos, Onilio Francisco das Chagas;

1º Distrito de Santo Antonio: presidente, Ceciliano de Souza Mundim; vice-presidente, Lazaro José Correia; 1º secretário, Paulino dos Santos Piedade; 2º secretário, Pedro da Rocha Pitta; vogais, Manuel da Paixão, Manuel Egrímio do Carmo, Saturnino Colleto de Oliveira, Antonio José Martins;

2º Distrito de Santo Antonio: presidente, Heraclio Pires de Carvalho; vice-presidente, Cyrillo Pedro de Araújo; 1º secretário, Manuel Raymundo Querino; 2º secretário, Manuel Theodoro dos Passos; vogais, Antonio Epiphany dos Reis, Epiphany Manuel de Deus, João Cyrillo do Sacramento, Silvestre Gomes Pacheco, Florêncio Antonio de Lima Pitta;

Distrito de Brotas: presidente, Pedro Jorge de Oliveira; vice-presidente, Matheus da Cruz; 1º secretário, Argemiro de Leão; 2º secretário, Virgílio José de Mattos; vogais, Manuel Amando Padilha, Severiano Pedro de Alcântara, Rufino Justiniano da Conceição, Bernardo Alves do Sacramento, Julio Fernandes Leitão;

Distrito dos Mares: presidente, Manuel Hygino de Souza; vice-presidente, Agostinho Manuel da Silva; 1º secretário, Manuel Henrique Barbosa; 2º secretário, Sebastião José Rodrigues; vogais, Manuel Affonso Tavares, José Augusto do Sacramento, Maximiano Pereira de Souza, Manuel Alves da Silva, Bernardo Ricardo da Conceição;

Distrito da Penha: presidente, Bento Luiz dos Santos; vice-presidente, Gabino Garcia Rosa; 1º secretário, Victorino Alves; 2º secretário, Francisco de Paula Barbosa; vogais, André Francisco Lazaro, Bernardo Telles, Ovídio da Silva Britto, João Damasceno da Rocha Pitta, Amâncio Rodrigues Seixas;

Distrito de Pirajá: presidente, Euzébio Francisco de S. Pecegueiro; vice-presidente, Francisco Borges Tolentino; 2º secretário, Grato Antonio da Purificação; vogais,

Euphrosino da Silva Lopes, Joaquim Manuel de Menezes, Guilherme Justiniano da Paixão, Paulo José Pereira, Manuel Honorato Gomes;

Distrito de Itapuã: presidente, Florentino Antonio da Costa; vice-presidente, Evaristo Ferreira das Virgens; 1º secretário, Jesuíno Salustiano de A. Ramos; 2º secretário, Hygino Ferreira de S. Mônica; vogais, Gervasio Antonio da Costa, Manuel Xavier da Fonseca, Adolpho Avelino de Araújo, Manuel Lucio de Souza, Apollinario Liborio Teixeira;

Distrito de Cotegipe: presidente, Avelino José Correia; 1º secretário, Francisco de Assis Trinchão; 2º secretário, Manuel Paulo da Costa; vogais, Leopoldino Manuel de Freitas, Ramiro José dos Santos, Francisco Romão de Lima, Satyro Damião de Miranda, Rozendo Abundancia Monteiro de Alvim.

Fonte: APEB, Seção Legislativa, Câmara dos Deputados, Ofícios Recebidos e Expedidos (1895-1896), livro 1189.

Apêndice L

Conselho Filial do Centro Operário da Bahia na cidade de Maragogipe, fundado em 7 de outubro de 1894

Sabino Vieira de Carvalho, presidente; Theophilo José da Silva, vice-presidente; Honorato Flaviano da Costa, 1º secretário; Roberto Maurício de Souza, 2º secretário; vogais, Julio José de Souza, Antonio Telles de Menezes, Antonio José Pereira de Borba, Secundino da Costa e Almeida, Francisco Xavier do Carmo, Manuel Thomaz da Silva, Ignácio Colimerio de Jesus, Crescenciano Alves Nopheres, Umbelino Manuel da Silva, Severiano de Oliveira Andrade e Antonio Vieira de Carvalho; tesoureiro, Custodio Francisco de Souza.

Fonte: *Jornal de Notícias*, Salvador, 13 out. 1894, p. 3.

Apêndice M

Presidentes do Centro Operário da Bahia – 1893-1923

NOME	OFÍCIO	COR	MANDATO	PATENTE DA GUARDA NACIONAL	CARGOS PÚBLICOS ELETIVOS
Domingos Francisco da Silva	Mestre / Empreiteiro de obras	Mestiço	1893-1894	Capitão	Conselheiro Municipal
Domingos Francisco da Silva	Mestre / Empreiteiro de obras	Mestiço	05/05/1895-05/05/1899	Capitão	Conselheiro Municipal
Ismael Ribeiro dos Santos	Alfaiate	Pardo	06/05/1899-30/04/1903	Coronel	Conselheiro Municipal
Fernando da Costa Bastos	Mestre / Empreiteiro de obras		01/05/1903-05/05/1907	Tenente	-
Ismael Ribeiro dos Santos	Alfaiate	Pardo	06/05/1907-31/03/1911	Coronel	Conselheiro Municipal
Prediliano Pereira Pitta	Mestre / Empreiteiro de obras		01/04/1911-31/03/1913	Major	Conselheiro Municipal
Felippe Tranquilino de Castro	Ourives		1913-1915	Major	Juiz de Paz
João Pedro Rodrigues Lima	Artista		11/04/1915-31/03/1917	Capitão	Juiz de Paz
João Pedro Rodrigues Lima	Artista		22/05/1917-13/05/1917*	Tenente-Coronel	Juiz de Paz
Julio Fernandes Leitão	Mestre / Empreiteiro de obras		22/05/1917-31/03/1919*	Tenente-Coronel	Suplente de Juiz de Paz
Eugenio Antonio Cardoso	Mestre / Empreiteiro de obras		06/05/1919-31/03/1921	Coronel	-
Cordiano de Castro	Artista		1921-1923	Major	-

Fonte: **Fontes:** APEB, Seção Judiciária, Inventários e Testamentos; Necrológicos; Estatutos, Históricos, Atas, Relatórios e outros documentos do Partido Operário da Bahia, da União Operária Bahiana e do Centro Operário da Bahia; Memórias.

* O mandato de João Pedro Rodrigues Lima iria até 31/03/1919, mas ele faleceu em 13/05/1917.

** Julio Fernandes Leitão sucedeu a João Pedro Rodrigues Lima após a sua morte.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES E ARQUIVOS

- Arquivo Edgard Leuenroth (AEL - UNICAMP).
- Arquivo Histórico de Salvador (AHS) – Fundação Gregório de Mattos.
- Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).
- Associação Comercial da Bahia (ACB).
- Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro (BN).
- Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB).
- Centro de Documentação e Informação Cultural sobre a Bahia (Cedic) / Fundação Clemente Mariani.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHBA).

1- PERIÓDICOS

1.1- JORNAIS DA GRANDE IMPRENSA

A Bahia (Salvador – Ba – janeiro a abril de 1902; maio a agosto de 1902; janeiro a abril de 1903; janeiro a junho de 1908; janeiro a junho de 1909).

A Hora (Salvador - Ba - janeiro a dezembro de 1919).

A Ordem (Cachoeira - Ba - janeiro a dezembro de 1919).

A União (Salvador –Ba – 7, 12 e 17 de setembro de 1922)

A Tarde (Salvador - Ba – janeiro a março de 1913; janeiro a abril de 1914; outubro a dezembro de 1914; janeiro a abril de 1915; junho a dezembro de 1917; janeiro a dezembro de 1918; janeiro a dezembro de 1919; janeiro a dezembro de 1920; janeiro a março de 1921; janeiro a março de 1931).

Cidade do Salvador (Salvador – Ba – julho a dezembro de 1897)

Correio de Notícias (Salvador - Ba – setembro a dezembro de 1899; maio a agosto de 1900)

Correio da Tarde (Salvador – Ba – novembro de 1902 a julho de 1903)

Diário da Bahia (Salvador - Ba – junho a setembro de 1876; maio de 1888; janeiro a abril de 1889; maio a agosto de 1889; janeiro a março de 1890; jul. a dezembro de 1890; janeiro a junho de 1891; julho a dezembro de 1891; julho a dezembro de 1892; janeiro a abril de 1893; agosto a dezembro de 1893; janeiro a fevereiro de 1901; maio a agosto de 1901; maio a agosto de 1902; janeiro a abril de 1903; maio a agosto de 1903; setembro a dezembro de 1903; janeiro a março de 1903; janeiro a abril de 1904; maio a julho de 1904; janeiro a abril de 1913; janeiro a junho de 1914; janeiro a abril de 1915; janeiro a março de 1917; janeiro a dezembro de 1919; janeiro a março de 1920; abril a junho de 1927; julho a setembro de 1927).

Diário de Notícias (Salvador - Ba – outubro a dezembro de 1899; janeiro a março de 1900; março a junho de 1903; abril a outubro de 1903; outubro a dezembro de 1903; janeiro a março de 1904; abril a junho de 1904; julho a setembro de 1904; outubro a dezembro de 1904; janeiro a março de 1905; abril a junho de 1905; agosto a setembro de 1905; outubro a dezembro de 1905; abril a junho de 1906; julho a setembro de 1906; outubro a dezembro de 1906; janeiro a março de 1907; julho a setembro de 1907; outubro a dezembro de 1907; janeiro a março de 1908; abril a junho de 1908; julho a setembro de 1908; outubro a dezembro de 1908; janeiro a março de 1909; abril a junho de 1909; julho a setembro de 1909; outubro a dezembro de 1909; janeiro a março de 1910; abril a junho de 1910; julho a setembro de 1910; outubro a dezembro de 1910; janeiro a março de 1911; abril a junho de 1911; julho a setembro de 1911; outubro a dezembro de 1911; janeiro a março de 1912; abril a junho de 1912; outubro a novembro de 1912; janeiro a março de 1913; abril a junho de 1913; julho a setembro de 1913; janeiro a março de 1914; abril a junho de 1914; julho a setembro de 1914; fevereiro a maio de 1915; outubro a dezembro de 1915; outubro a dezembro de 1917; janeiro a março de 1919; abril a junho de 1919; julho a setembro de 1919; outubro a dezembro de 1919; janeiro a março de 1920; maio a agosto de 1920; setembro a dezembro de 1920; janeiro a março de 1921; outubro a dezembro de

1921; janeiro a março de 1922; outubro a dezembro de 1923; outubro a dezembro de 1927; outubro a dezembro de 1930; janeiro a março de 1931).

Diário Oficial do Estado da Bahia (Salvador - Ba - outubro de 1915 a junho de 1922; Edição Especial do Centenário, 2 de julho de 1923).

Gazeta do Povo (Salvador – Ba – julho a setembro de 1905; 19 de maio a agosto de 1910; janeiro a março de 1914).

Jornal de Notícias (Salvador - Ba – janeiro a abril de 1890; maio a agosto de 1890; setembro a dezembro de 1890; janeiro a abril de 1891; maio a agosto de 1891; setembro a dezembro de 1891; janeiro a junho de 1892; julho a dezembro de 1892; janeiro a abril de 1893; maio a julho de 1893; janeiro a abril de 1894; maio a agosto de 1894; setembro a dezembro de 1894; janeiro a junho de 1895; junho a dezembro de 1895; janeiro a abril de 1896; maio a agosto de 1896; janeiro a abril de 1897; maio a agosto de 1897; outubro a dezembro de 1898; janeiro a março de 1899; julho a setembro de 1899; outubro a dezembro de 1899; abril de 1900; julho a setembro de 1900; outubro a dezembro de 1900; janeiro a abril de 1901; maio a setembro de 1901; janeiro a junho de 1902; maio a agosto de 1902; setembro a dezembro de 1902; janeiro a abril de 1903; maio a agosto de 1903; setembro a dezembro de 1903; janeiro a abril de 1904; maio a agosto de 1904; julho a dezembro de 1905; janeiro a abril de 1906; maio a agosto de 1906; janeiro a junho de 1907; setembro a dezembro de 1907; janeiro a abril de 1908; maio a agosto de 1908; janeiro a junho de 1909; janeiro a junho de 1910; maio a agosto de 1911; janeiro a março de 1912; abril a junho de 1912; julho a setembro de 1912; outubro a dezembro de 1912; janeiro a março de 1913; abril a junho de 1913; abril a junho de 1914; julho a setembro de 1914; janeiro a abril de 1915; outubro a dezembro de 1915; outubro a dezembro de 1917; janeiro a dezembro de 1919; janeiro a março de 1920).

O Democrata (Salvador - Ba - janeiro a novembro de 1919; janeiro a junho de 1920)

O Imparcial (Salvador - Ba - novembro a dezembro de 1918; janeiro a novembro de 1919).

O Tempo (Salvador - Ba - maio a agosto de 1901; julho de 1918 a abril de 1920)

O Conservador (Nazaré - Ba - janeiro de 1918 a dezembro de 1920).

Pequeno Jornal (Salvador – Ba – março a dezembro de 1890; janeiro a junho de 1891; julho a dezembro de 1891; janeiro a junho de 1892; julho a 12 de setembro de 1892).

1.2- IMPRENSA OPERÁRIA

A Voz do Trabalhador (Rio de Janeiro – RJ – Confederação Operária Brasileira) - 1908, 1909, 1913, 1914, 1915. (A Voz do Trabalhador. Órgão da Confederação Operária Brasileira. Coleção fac-similar 1908-1915. Prefácio de Paulo Sérgio Pinheiro. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado/Secretaria de Estado da Cultura/Centro de Memória Sindical, 1985).

Imprensa Social (Salvador BA - Federação Socialista Bahiana) - 23/05/1903 (nº 03), 05/03/1904 (nº 5), 30/04/1904 (nº 6), 08/06/1904 (nº 7) e 30/07/1904 (nº 08).

Germinal (Salvador –BA - Agripino Nazareth) - 19/03/1920 (nº 01), 03/04/1920 (nº 02) e 01/05/1920 (nº 03).

A Voz do Trabalhador (Salvador – BA – Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes e dos Trabalhadores em Geral) - 02/10/1920 (nº 01), 09/10/1920 (nº 02), 05/02/1921 (nº 18), 12/02/1921 (nº 19), 19/02/1921 (nº 20), 26/02/1921 (nº 21), 05/03/1921 (nº 22), 12/03/1921 (nº 23), 19/03/1921 (nº 24), 01/05/1921 (nº 26), 16/09/1922 (nº ??) e 14/10/1922 (nº 35)

A Voz do Operário (Salvador – BA - Centro Operário da Bahia) - 19/09/1891 (nº 03), 02/01/1894 (nº I Especial), 06/05/1894 (nº Especial) e 02/01/1896 (nº 18).

O Trabalho (Salvador – BA - Manuel R. Querino) — 1894.

A Federação Operária: órgão noticioso e propagandista (Salvador-BA – Marcelino de Souza Aguiar) – 20/02/1901 (nº 2)

Revista da Associação Typográfica Bahiana (Salvador – BA – Associação Typográfica Bahiana - julho de 1902 (nº 1), agosto de 1902 (nº 2), setembro de 1902 (nº 3), outubro de 1902 (nº 4), novembro de 1902 (nº 5), dezembro de 1902 (nº 6), janeiro de 1903 (nº 7), fevereiro e março de 1903 (nº 8 e 9), abril de 1903 (nº 10), maio de 1903 (nº 11), junho de 1903 (nº 12), julho de 1903 (nº 13), agosto de 1903 (nº 14) e setembro e outubro de 1903 (nº 15 e 16).

Gazeta Operária (Rio de Janeiro – DF - Mariano Garcia) – set. a dez. de 1902 (nº 1 a 2 e 4 a 14), jan. a fev. de 1902 (nº 15 a 22) e set. a dez. de 1906 (nº 3 a 5 – segunda época).

1.3- ALMANAQUES

Almanach do Diário de Notícias – 1882, 1883, 1884, 1886, 1887, 1888, 1890 e 1897.

Almanak administrativo, commercial e industrial da província da Bahia para o anno de 1873, quinquagésimo segundo da Independência e do Império. Compilado por Albino Rodrigues Pimenta, Bacharel em Direito e Chefe de Seção da Secretaria da Presidência. Anno I. Bahia: Typographia de Oliveira Mendes & C., 1872.

Almanak da província da Bahia. Organizado por Antonio Freire – 1881. Bahia: Litho-typographia de João Gonçalves Tourinho, 1881.

Almanak brasileiro histórico-recreativo para 1885. Composto pelo professor Raymundo Gomes. Bahia: Typographia dos Dous Mundos, 1884.

Almanach litterário e de indicações para o ano de 1887. Organizado pela empresa Prudêncio de Carvalho & Rocha. Província da Bahia, 1886.

Almanach litterário e de indicações para o ano de 1889. Bahia: Typografia do Bazar, 1888. Direção de Prudêncio de Carvalho.

Almanaque Administrativo, Indicador, Noticioso, Comercial e Literário do Estado da Bahia Para o ano de 1896. Bahia: Reis e Cia., 1896.

Almanaque Administrativo, Indicador, Noticioso, Comercial e Literário do Estado da Bahia Para o ano de 1899. Organizado por Antônio Alexandre Borges dos Reis. Bahia: Wilcke, Picard e Cia., 1899.

Almanaque Administrativo, Indicador, Noticioso, Comercial e Literário do Estado da Bahia Para o ano de 1903. Bahia: Reis e Cia., 1903.

Almanak do Estado da Bahia – 1904-1905. Organizado por Antonio Alexandre Borges dos Reis. Sétimo anno. Bahia: litho-typographia e encadernação..., 1904.

Anuário Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial da República dos Estados Unidos do Brasil para 1913 (Almanaque Laemmert). Rio de Janeiro: Oficinas Typogrâphicas do Almanaque Laemmert, 1913.

Almanaque Indicador, Comercial e Administrativo do Estado da Bahia, v. 10 (1919-1920). Bahia: Reis e Cia., 1919.

2- LEGISLATIVAS

2.1- MUNICIPAIS

2.1.1- Correspondência do Conselho Municipal de Salvador

2.1.2- Séries Documentais – Fundo Eleitoral

2.2- ESTADUAIS

2.2.1- DOCUMENTOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO ESTADO DA BAHIA

Projetos de Leis e Resoluções, livros 173 (1913-1919), 174 (1917-1923); **Projetos**, livro 928 (1900-1921); **Atas das Sessões**, livros 320 (1919), 321 (1920), 322 (1921) e 323 (1922); **Representações**, livro 949 (1892-1928); **Requerimentos**, livro 956 (1900-1930); **Correspondências Recebidas e Expedidas**, livro 964 (1837-1937); **Correspondências Recebidas**, livro 450 (1901-1905); **Ofícios Recebidos e Expedidos**, livros 1186 (1891-1892), 1187 (1891-1894), 1188 (1893-1895), 1189 (1895-1896), 1190 (1896-1899), 1191 (1897-1899), 1192 (1900), 1193 (1900-1902), 1194 (1902-1904), 1195 (1903-1909), 1196 (1905-1908), 1197 (1912-1913), 1198 (1914-1915), 1199 (1916-1917), 1200 (1919-1920); **Ofícios Recebidos e Petições**,

livros 455 (1891), 456 (1891), 457 (1891-1901); **Abaixo-Assinados**, livro 992 (1901-1935); **Petições**, livro 1075 (1857-1919); **Relatórios**, livro 195 (1919-1925); **Registros Diversos**, livro 527, 528 e 531

2.2.2- DOCUMENTOS DO SENADO DO ESTADO DA BAHIA

Originais de Leis, livro 59 (1919); **Atas de Sessões**, livros 365 (1919), 366 (1920), 367 (1920), 368 (1921) e 369 (1922); **Abaixo-Assinados**, livro 990 (1896-1930); **Representações e Requerimentos**, livro 954 (1891-1930); **Correspondências Recebidas**, livro 967 (1917-1927); **Petições**, livro 1078 (1912-1931); **Ofícios Recebidos e Expedidos**, livro 1210 (1895-1921); **Pareceres**, livros 116 (1919), 117 (1920), 118 (1921) e 119 (1922); **Registros Diversos**, livro 517, 519, 520, 521 e 522; **Trabalhos**, livro 537 (1912-1933); **Minutas**, livros 486 (1919), 487 (1919-1920)

2.2.3- DOCUMENTOS DA ASSEMBLÉIA GERAL LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

Projetos, livros 165 (1891-1899), 891 (1893-1893), 905 (1912-1915), 906 (1913-1917), 907 (1918), 908 (1919), 909 (1920), 910 (1921); **Abaixo-Assinados**, livro 989 (1903-1937); **Ofícios Recebidos e Expedidos**, livros 1180 (1888-1894), 1181 (1891-1935), 1182 (1909-1935); **Petições**, livro 1072 (1900-1940), 1074 (1891-1939); **Representações**, livro 951 (1897-1925); **Pareceres das Comissões**, livro 1102 (1917-1919); **Mensagens**, livro 969 (1912-1923); **Minutas**, livro 1119 (1916-1919)

2.2.4- LEIS

CONSTITUIÇÃO E LEIS DO ESTADO DA BAHIA PROMULGADAS EM 1891 E 1892 SOB NS. 1 A 10. Bahia: Typ. e Encadernação do Diário da Bahia, 1892.

Collecção completa e annotada das leis eleitoraes e atos do Executivo sobre alistamento e eleições estaduaes. Bahia: Typographia d' "A Bahia", 1907.

LEIS e Resoluções da Assembléia do Estado da Bahia do ano de 1895. Bahia: Lito-Tipografia de João Gonçalves Tourinho, 1896.

ATOS do Governo do Estado da Bahia do ano de 1896.

LEIS e Resoluções do Estado da Bahia do ano de 1897. Bahia: Tipografia do Correio de Notícias, 1898.

LEIS e Resoluções do Estado da Bahia do ano de 1898. Bahia: Tipografia do Correio de Notícias, 1899.

LEIS e Resoluções do Estado da Bahia no ano de 1899. Bahia: Tipografia do Correio de Notícias, 1899.

LEIS e Resoluções do Estado da Bahia do ano de 1900. Bahia: Tipografia do Diário da Bahia, 1901.

LEIS e Resoluções do Estado da Bahia do ano de 1901 e Decretos do Poder Executivo do mesmo ano. Bahia: Oficinas do Diário da Bahia, 1903.

LEIS e Resoluções do Estado da Bahia do ano de 1902 e Decretos do Poder Executivo do mesmo ano. Bahia: Oficinas do Diário da Bahia, 1904.

LEIS e Resoluções do Estado da Bahia do ano de 1903 e Decretos do Poder Executivo do mesmo ano. Bahia: Oficinas do Diário da Bahia, 1905.

LEIS e Resoluções do Estado da Bahia do ano de 1904 e Decretos do Poder Executivo do mesmo ano. Bahia: Oficinas do Diário da Bahia, 1906.

LEIS e Resoluções do Estado da Bahia do ano de 1905 e Decretos do Poder Executivo do mesmo ano. Bahia: Oficinas do Diário da Bahia, 1906.

LEIS e Resoluções do Estado da Bahia do ano de 1906 e Decretos do Poder Executivo do mesmo ano. Bahia: Oficinas do Diário da Bahia, 1907.

LEIS e Resoluções do Estado da Bahia do ano de 1907 e Decretos do Poder Executivo no mesmo ano. Bahia: Oficinas da Empresa A Bahia, 1910.

DECRETOS do Poder Executivo do Estado da Bahia no ano de 1908. Bahia: Oficinas da Empresa A Bahia, 1910.

LEIS e Resoluções do Estado da Bahia do ano de 1909 e Decretos do Poder Executivo do mesmo ano. Bahia: Oficinas da Empresa A Bahia, 1911.

LEIS e Resoluções do Estado da Bahia do ano de 1910 e Decretos do Poder Executivo do mesmo ano. Bahia: Oficinas da Empresa A Bahia, 1911.

LEIS e Resoluções do Estado da Bahia do ano de 1911 e Decretos do Poder Executivo do mesmo ano. Bahia: Seção de Obras da Revista do Brasil, 1915.

LEIS do Poder Legislativo e Decretos do Poder Executivo do Estado da Bahia do ano de 1912. Bahia: Tipografia Bahiana, 1913.

LEIS do Poder Legislativo e Decretos do Poder Executivo do Estado da Bahia do ano de 1913. Bahia: Tipografia Bahiana, 1914.

LEIS do Poder Legislativo e Decretos do Poder Executivo do Estado da Bahia do ano de 1914. Bahia: Tipografia Bahiana, 1915.

LEIS do Estado da Bahia do ano de 1915. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1916.

LEIS do Estado da Bahia do ano de 1916. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1917.

LEIS do Estado da Bahia do ano de 1917. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1918.

LEIS do Estado da Bahia do ano de 1918. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1921.

LEIS do Estado da Bahia do ano de 1919. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919.

LEIS do Estado da Bahia do ano de 1920. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1922.

LEIS do Estado da Bahia do ano de 1921. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1922.

LEIS do Estado da Bahia do ano de 1922. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925.

LEIS do Estado da Bahia do ano de 1923. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1926.

LEIS do Estado da Bahia dos anos de 1924 e 1925. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925.

2.3- FEDERAIS

2.3.1- LEIS

CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL – Jurada a 25 de março de 1824. In: CONSTITUIÇÕES DO BRASIL. Compilação dos textos, notas, revisão e índices: Adriano Campanhole e Hilton Lobo Campanhole. 5ª ed., São Paulo: Atlas, 1981, p. 629-651.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL – PROMULGADA A 24 DE FEVEREIRO DE 1891. In: CONSTITUIÇÕES DO BRASIL. Compilação dos textos, notas, revisão e índice: Adriano Campanhole e Hilton Lobo Campanhole. 5ª ed., São Paulo: Editora Atlas, 1981, p. 567-623.

LEI nº 173, de 10 de setembro de 1893, dispondo sobre a organização das associações que se fundem para fins religiosos, morais, científicos, artísticos, políticos ou de simples recreio, nos termos do art. 72, inciso 3º da Constituição. *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1893*, Partes I e II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894, pp. 45-47.

LEI 1.637, de 5 de janeiro de 1907, dispondo sobre a criação de sindicatos profissionais e cooperativas. *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1907*, v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, s/d, pp. 17-22.

2.3.2- ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Anais da Câmara dos Deputados, v. V (1917). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.

3- JUDICIÁRIAS

3.1- TESTAMENTOS E INVENTÁRIOS

4- PODER EXECUTIVO

4.1- ESTADUAL

4.1.1- FALAS, RELATÓRIOS E MENSAGENS DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA E GOVERNADORES DE ESTADO

FALA com que abriu a 56ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia o Exmº Sr. Des. Henrique Pereira de Lucena, Presidente da Província, no dia 1º de março de 1877. Bahia: Tipografia do Jornal da Bahia, 1877.

RELATÓRIO com que o Exmº Sr. Dr. João dos Reis de Souza Dantas, 2º Vice-Presidente, passou a administração da Província ao Exmº Sr. Conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza, em 29 de março de 1882. Bahia: Tipografia do diário da Bahia, 1882.

FALA com que o Exmº Sr. Des. Aurelio Ferreira Espinheira, 1º Vice-Presidente da Província, abriu a 2ª Sessão da 27ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 3 de abril de 1889. Bahia: Tipografia da Gazeta da Bahia, 1889.

MENSAGEM apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1ª Sessão Ordinária da 12ª Legislatura, pelo Dr. J. J. Seabra, Governador do Estado da Bahia. Bahia: Seção de Obras da "Revista do Brasil", 1913.

MENSAGEM apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 2ª Sessão Ordinária da 12ª Legislatura, pelo Dr. J. J. Seabra, Governador do Estado. Bahia: Seção de Obras da "Revista do Brasil", 1914.

MENSAGEM apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1ª Sessão Ordinária da 13ª Legislatura, pelo Dr. J. J. Seabra, Governador do Estado. Bahia: Seção de Obras da "Revista do Brasil", 1915.

EXPOSIÇÃO apresentada pelo Dr. Joaquim José Seabra ao passar, a 29 de março de 1916, o governo da Bahia ao seu sucessor, o Exmº. Sr. Dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão, empossado nesse dia no cargo de Governador do Estado. Bahia: Imprensa Oficial, 1916.

MENSAGEM apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1ª Sessão Ordinária da 14ª Legislatura pelo Dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão, Governador do Estado. Bahia: Imprensa Oficial, 1917.

MENSAGEM apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 2ª Sessão Ordinária da 14ª Legislatura pelo Dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão, Governador do Estado. Bahia: Imprensa Oficial, 1918.

MENSAGEM apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1ª Sessão Ordinária da 15ª Legislatura pelo Dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão, Governador do Estado. Bahia: Imprensa Oficial, 1919.

EXPOSIÇÃO apresentada pelo Dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão ao passar, a 29 de março de 1920, o governo da Bahia ao seu sucessor, o Exmº. Sr. Dr. José Joaquim Seabra, empossado nesse dia no cargo de Governador do Estado no quadriênio de 1920 a 1924. Bahia, Imprensa Oficial, 1920, 260 p.

4.1.2- APEB - SECRETARIA DE GOVERNO

Correspondências, Caixa 1821 (Maço 1935), Caixa 2294 (Maços 2898, 2899)

4.1.3- APEB - SEÇÃO COLONIAL E PROVINCIAL (GUIA DO IMPÉRIO - 3ª PARTE)

Presidência da Província, série agricultura, indústria e comércio, maços 4602 e 4603 (Fábricas) e 1575 (Sociedades Operárias)

4.2- FEDERAL

4.2.1- IBGE - ESTATÍSTICAS OFICIAIS

Recenseamento Geral do Brasil em 1872 – Bahia. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/> Acessado em: 01/10/2007.

Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatísticas. *Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analfabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1898. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/> Acessado em: 01/10/2007.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de Setembro de 1920*. v. I (Introdução). Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1922.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920*. v. IV (1ª Parte - População). Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1927

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920*. v. IV (2ª Parte - População). Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1928

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920*. v. IV (5ª Parte - População). Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1930.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920*. v. V (1ª Parte - Indústria). Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1927.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatísticas. *Anuário Estatístico do Brasil, 1908-1912*. Rio de Janeiro, 1917.

Estatísticas Históricas do Brasil: Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988. 2ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

República dos Estados Unidos do Brasil. Estado da Bahia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento Estadual de Estatística. *Sinopse Estatística do Estado da Bahia*, v. 3. Salvador: Oficinas Gráficas Era Nova, 1939.

5- DOCUMENTOS DO PARTIDO OPERÁRIO DA BAHIA, DA UNIÃO OPERÁRIA BAHIANA E DO CENTRO OPERÁRIO DA BAHIA

LEI ORGÂNICA DO PARTIDO OPERÁRIO DO ESTADO FEDERADO DA BAHIA. *Pequeno Jornal*, Salvador, 17 nov. 1890, p. 2.

CONSTITUIÇÃO DA UNIÃO OPERÁRIA DO ESTADO FEDERADO DA BAHIA. *Pequeno Jornal*, Salvador, 4 e 6 abr. 1891, p. 2.

CONSTITUIÇÃO do Centro Operário do Estado da Bahia. *Diário da Bahia*, Salvador, 8, 9 e 17 jun. 1894.

ESTATUTOS do Centro Operário da Capital do Estado da Bahia. Bahia: Tipografia do Salvador - Catedral, 1911.36 p. reformado e passando a chamar-se *Associação Cooperativa Centro Operário da Bahia*.

RELATÓRIO do Centro Operário da Bahia no Exercício Social de 6 de maio de 1899 a 31 de abril de 1900 apresentado pelo sr. Ismael Ribeiro, Presidente do Conselho Executivo e Aprovado em Assembléia Geral de 12 de agosto de 1900. Bahia: Tipografia Passos, 1900.

RELATÓRIO do Centro Operário da Bahia. Exercício Social de 6 de maio de 1902 a 30 de abril de 1903, apresentado pelo sr. Ismael Ribeiro, Presidente do Conselho Executivo e aprovado em sessão de Assembléia Geral de 3 de maio de 1903. Bahia: Imprensa Moderna de Prudêncio de Carvalho, 1903.

RELATÓRIO do Centro Operário da Bahia. Exercício Social de 6 de maio de 1908 a 5 de maio de 1909, apresentado pelo sr. Ismael Ribeiro dos Santos, Presidente do Conselho Executivo à Assembléia Geral e por esta aprovado em sessão de 20 de abril de 1910, sob a presidência do sr. Felipe Tranquilino de Castro. Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1910.

RELATÓRIO da Associação Cooperativa Centro Operário da Bahia, do Exercício de 1º de abril de 1912 a 31 de março de 1913, Apresentado pelo Presidente do Conselho Executivo Prediliano Pereira Pitta, Aprovado em Assembléia Geral de 18 de maio de 1913. Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1913.

CENTRO Operário da Capital do Estado da Bahia. Relatório Apresentado pelo Presidente do Conselho Executivo, Capitão João Pedro Rodrigues Lima, à Assembléia Geral em sessão de 1º de Maio de 1917 e na mesma aprovado. Referente ao Exercício de 1º de abril de 1915 a 31 de março de 1917. Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1917.

CENTRO Operário da Bahia. Relatórios Apresentados pelo Presidente do Conselho Executivo, Tenente-Coronel Júlio Fernandes Leitão às Assembléias Gerais de 2 de abril de 1918 e 25 de abril de 1919 e nas mesmas aprovados. Referentes ao exercício de 1º de abril de 1917 a 31 de março de 1919. Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1919.

RELATÓRIOS do Centro Operário da Bahia Apresentados pelo Coronel Eugenio Antonio Cardoso, Presidente do Conselho Executivo. Exercício de 1º de abril de 1919 a 31 de março de 1921. Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1921.

6- ESTATUTOS, RELATÓRIOS, HISTÓRICOS E OUTROS DOCUMENTOS DOS CONGRESSOS, SINDICATOS OPERÁRIOS E SOCIEDADES MUTUALISTAS

ATA e Estatutos da Sociedade Cooperativa e Auxiliadora dos Empregados da Compagnie Chemins de Fer Fédéraux de l'Est Brésilien. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 30 de janeiro de 1918.

BOLETIM da Comissão Executiva do Terceiro Congresso Operário Brasileiro, ano I, nº 1, agosto de 1920.

CONCLUSÕES do Quarto Congresso Operário Brasileiro, realizado de 7 a 15 de novembro de 1912, no Palácio Monroe, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1913, 252 p.

ESTATUTOS do Sindicato de Pedreiros, Carpinteiros e demais classes. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 19 de outubro de 1919.

ESTATUTOS da União Geral dos Tecelões da Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 11 de fevereiro de 1920.

ESTATUTOS da Sociedade União dos Empregados de Bondes, Luz e Força Elétrica do Estado da Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 1 de fevereiro de 1920.

ESTATUTOS da União dos Metalúrgicos da Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 14 de outubro de 1919.

ESTATUTOS da União Gráfica Baiana. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 21 de fevereiro de 1920.

ESTATUTOS da União dos Foguistas. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 22 de maio de 1919.

ESTATUTOS da União dos Foguistas Terrestres da Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 28 de fevereiro de 1920.

ESTATUTOS da Sociedade Civil União Geral dos Carregadores da Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 12 de setembro de 1920.

ESTATUTOS da União dos Conferentes da Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 4 de julho de 1920.

Estatutos da Sociedade União de Resistência dos Trabalhadores das Docas da Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 6 de novembro de 1920.

ESTATUTOS do Sindicato dos Carregadores da Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 5 de agosto de 1920.

ESTATUTOS da Sociedade União Defensora dos Empregados de Ferrovia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 18 de março de 1920.

ESTATUTOS da Sociedade União dos Operários de Padaria. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 12 de setembro de 1919.

ESTATUTOS da União dos Condutores de Veículos e Classes Anexas da Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 28 de maio de 1920.

ESTATUTOS da Sociedade União dos Condutores de Carroças e Classes Anexas. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 25 de setembro de 1920.

ESTATUTOS da Sociedade Beneficente e Defensora dos Eletricistas. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 14 de fevereiro de 1920.

ESTATUTOS da Sociedade União Defensora e Beneficente dos Pintores da Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 10 de agosto de 1919.

ESTATUTOS (extratos) da Sociedade Beneficente dos Empregados do Telégrafo Nacional na Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 6 de agosto de 1919.

ESTATUTOS do Centro Automobilístico do Estado da Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 24 de abril de 1920.

ESTATUTOS da Sociedade Centro e União Culinária. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 21 de janeiro de 1921.

ESTATUTOS da Associação Liceu de Artes e Ofícios da Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 24 de janeiro de 1919.

ESTATUTOS da Sociedade Beneficente 24 de Julho dos Operários da Fábrica Boa Viagem, a Companhia Empório Industrial do Norte. Instalada em 4 de abril de 1909. Bahia: Tipografia do Colégio São Joaquim, 1933.

ESTATUTOS da Sociedade Beneficente Valença Industrial. Instalada em 8 de dezembro de 1913. Bahia: Tipografia Bahiana, 1914.

ESTATUTOS da Sociedade Beneficente 24 de Julho dos Operários da Fábrica Boa Viagem, a Companhia Empório industrial do Norte. Instalada a 4 de abril de 1909. Bahia: Tipografia do Colégio São Joaquim, 1933.

ESTATUTOS da Sociedade Beneficente Valença Industrial. Instalada em 8 de dezembro de 1913. Bahia: Tipografia Bahiana, 1914.

HISTÓRICO e Relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos 1832-1932. Apresentado pelo Presidente do Diretório Juventino Silvino da Costa. Aprovado em Assembléia Geral de 7 de setembro de 1934. Exercício de 1931-1934. Bahia, 1934.

PROJETO de Estatutos do Sindicato de Ofícios Vários de Maré (Ilha de Maré). *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 4 de janeiro de 1921.

PROJETO de Estatutos da Cooperativa Operária. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 6 de julho de 1919.

PROJETO de Reforma dos Estatutos da Sociedade Beneficência Caixeiral. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 18 de janeiro de 1918.

REAL Sociedade Portuguesa de Beneficência 16 de Setembro – 1857-1957. Um Século de Existência. Salvador: Tipografia Menu Editora Ltda., 1957.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Geral da Associação Typographica Bahiana pelo Conselho Diretorio de 1904 a 1905, em sessão de 30 de abril de 1905 e na mesma aprovado. Bahia: Imprensa Moderna, 1905.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Geral da Associação Typographica Bahiana pelo Conselho Diretorio de 1905 a 1906, em sessão de 22 de abril de 1906 e na mesma aprovado. Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1906.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Geral da Associação Typographica Bahiana pelo Conselho Diretorio de 1906 a 1907, em sessão de Assembléia Geral de 21 de abril de 1907 e unanimemente aprovado. Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1907.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Geral da Associação Typographica Bahiana pelo Conselho Diretorio de 1907 a 1908, em Assembléia Geral de 19 de abril de 1908 e unanimemente aprovado. Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1908.

ASSOCIAÇÃO Typographica Bahiana. Relatório apresentado pelo Conselho Diretorio em sessão da Assembléia Geral de 25 de abril de 1909, exercício de 1908 a 1909. Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1909.

ASSOCIAÇÃO Typographica Bahiana. Relatório do exercício de 1909 a 1910, apresentado pelo Conselho Diretorio em sessão da Assembléia Geral de 24 de abril de 1910. Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1910.

ASSOCIAÇÃO Typographica Bahiana. Relatório do exercício de 1910 a 1911, apresentado pelo Conselho Diretorio em sessão da Assembléia Geral de 16 de abril de 1911. Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1911.

ASSOCIAÇÃO Typographica Bahiana. Relatório apresentado pelo Conselho Diretorio em Assembléia Geral de 28 de abril de 1912 e na mesma unanimemente aprovado, exercício de 1911 a 1912. Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1911.

RELATÓRIO do exercício de 1924 da Associação Typographica Bahiana, apresentado pelo presidente do Conselho Diretorio, Theodomiro Baptista, aprovado em sessão de Assembléia Geral do dia 8 de fevereiro de 1925. Bahia: Tipografia América, 1925.

ASSOCIAÇÃO Typographica Bahiana. Relatório do exercício de 1928, apresentado pelo Conselho Diretorio, Caetano de Carvalho, aprovado em Assembléia Geral do dia 24 de fevereiro de 1929. Bahia: s/e, 1929.

ASSOCIAÇÃO Typographica Bahiana. Relatório do exercício de 1937, apresentado pelo Presidente do Conselho Diretorio, Democrito Gomes de Carvalho, aprovado em Assembléia Geral de 27 de março de 1938.

REAL Sociedade Portuguesa de Beneficência 16 de Setembro – 1857-1957. Um Século de Existência. Salvador: Tipografia Menu Editora Ltda., 1957.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Geral da Sociedade Bolsa de Caridade pelo presidente da direção Eduardo Victoriano de Souza na sessão magna do 21º aniversário em 14 de maio de 1893. Bahia: Litho-Typographia V. de Oliveira & C., 1893.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Geral da Sociedade Bolsa de Caridade pelo presidente da direção Eduardo Victoriano de Souza na sessão magna do 22º aniversário em 27 de maio de 1894. Bahia: Litho-Typographia V. de Oliveira & C., 1894.

RELATÓRIO apresentado em Assembléia Geral da Sociedade Bolsa de Caridade pelo presidente do diretório Euthymio da Cruz Baptista em sessão magna comemorativa do 31º aniversário em 14 de julho de 1903. Bahia, 1903.

RELATÓRIO apresentado em Assembléia Geral da Sociedade Bolsa de Caridade pelo presidente do diretório Euthymio da Cruz Baptista em sessão magna comemorativa do 35º aniversário em 14 de julho de 1907. Bahia, 1907.

RELATÓRIO Sociedade Bolsa de Caridade exercício de 1907 a 1908. Presidente do diretório capitão Euthymio da Cruz Baptista. Em sessão magna comemorativa do 36º aniversário em 9 de agosto de 1908. Bahia, 1908.

RELATÓRIO apresentado em Assembléia Geral da Sociedade Bolsa de Caridade pelo presidente do conselho diretório J. Prudencio F. de Carvalho em sessão magna comemorativa do 40º aniversário em 30 de junho de 1912. Bahia: Typographia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1912.

RELATÓRIO apresentado em Assembléia Geral da Sociedade Bolsa de Caridade pelo presidente do conselho diretório J. Prudencio F. de Carvalho em sessão magna comemorativa do 41º aniversário em 13 de julho de 1913. Bahia: Typographia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1913.

RELATÓRIO apresentado em Assembléia Geral da Sociedade Bolsa de Caridade pelo presidente do conselho diretório J. Prudencio F. de Carvalho em sessão magna comemorativa do 42º aniversário em 13 de setembro de 1914. Bahia: Typographia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1914.

RELATÓRIO apresentado em Assembléia Geral da Sociedade Bolsa de Caridade pelo presidente do conselho diretório José Prudencio F. de Carvalho na Assembléia Geral realizada em 7 de julho de 1916 e unanimemente aprovado. Bahia: Typographia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1916.

RELATÓRIO apresentado em Assembléia Geral da Sociedade Bolsa de Caridade pelo presidente do conselho diretório José Prudencio F. de Carvalho na sessão realizada em 27 de junho de 1918 e unanimemente aprovado. Bahia: Typographia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1918.

RELATÓRIO da Sociedade Bolsa de Caridade – Cinquenta anos de existência. 1872-1922. O seu movimento no exercício de 1921 a 1922, relatado pelo presidente do diretório J. Prudencio F. de Carvalho, em Assembléia Geral de 20 de junho de 1922 e na mesma unanimemente aprovado. Bahia: Typographia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1922.

7- RELATÓRIOS DOS MINISTÉRIOS DA GUERRA E DA MARINHA

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima oitava legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos negócios da Marinha Dr. José Rodrigues de Lima Duarte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima nona legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos negócios da Marinha Luiz Filipe de Souza Leão. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

Relatório apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo ministro de Estado dos negócios da Marinha contra-almirante Custodio José de Mello em maio de 1892. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

Relatório apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo ministro de Estado dos negócios da Marinha contra-almirante Custodio José de Mello em abril de 1893. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo contra-almirante Manoel José Alves Barbosa, ministro de Estado dos negócios da Marinha em abril de 1897. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897.

Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo contra-almirante Manoel José Alves Barbosa, ministro de Estado dos negócios da Marinha em abril de 1898. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo almirante reformado Carlos Balthazar da Silveira, ministro de Estado dos negócios da Marinha em abril de 1899. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo contra-almirante J. Pinto da Cruz, ministro de Estado dos negócios da Marinha em maio de 1901. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima oitava legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos negócios da Guerra, Franklin Américo de Menezes Doria. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na terceira sessão da décima oitava legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos negócios da Guerra, Carlos Affonso de A. Figueiredo. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

Relatório apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo general de brigada Francisco Antonio de Moura, ministro de Estado dos negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

Relatório apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo general de brigada Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Cestallal, ministro de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas e encarregado do expediente do ministério da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo general de divisão Bernardo Vasques, ministro de Estado dos negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

8- ELEITORAIS

Fundação Gregório de Mattos – Arquivo Histórico de Salvador (FGM-AHS)

Setor de Arquivos Permanentes

Fundo: Eleitoral

Séries Documentais – Listas Eleitorais 1828-1893 (Avulsos em Caixas)

- Paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Praia – 1876 (454 qualificados)
- Paróquia de Itapuã – 1880 (446+342 = 788 qualificados)
- Paróquia de Santana – 1876 (191 qualificados)
- Paróquia da Sé – 1876 (359 qualificados)
- Paróquia de São Pedro – 1876 (1.284 qualificados)

Livros

- Item 116 – Listas Gerais de Votantes da Paróquia de Brotas – 1879 (769 qualificados)

- Item 592 – Qualificação da Freguesia da Penha de Itapagipe – 1859-1875 (576 qualificados em 1875)
- Item 619 – Junta de Qualificação dos Votantes da Freguesia da Vitória – 1880 (686 qualificados)
- Item 620 – Qualificação da Freguesia do Passé – 1880

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)

Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais

1ª Parte – Série Justiça

Correspondência Recebida da Junta de Qualificação

Maço 2830 – Qualificação da Freguesia de Santana da Ilha de Maré - 1865;
 Maço 2830 – Qualificação da Freguesia de N. S. do Matoim – 1870;
 Maço 2814 - Qualificação da Freguesia do Pilar – 1859;
 Maço 2830.1 - Qualificação da Freguesia dos Mares – 1874;
 Maço 2807 – Qualificação da Freguesia de Santo Antonio Além do Carmo - 1853.

9- MEMÓRIAS

- ARAGÃO, Antonio Ferrão Moniz de. *A Bahia e os seus Governadores*. Salvador: Imprensa Oficial, 1923.
- BOCCANERA JUNIOR, Silio. *Bahia Cívica e Religiosa: Subsídios para a sua História*. Bahia: Nova Gráfica, 1926.
- _____. *Bahia Histórica: Reminiscências do Passado, Registro do Presente*. Bahia: Tipografia Bahiana, 1921.
- _____. *Bahia Epigráfica e Iconográfica* (Resenha Histórica). Bahia: S/E, 1928.
- PIEDADE, Lélis. *Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia* (1897-1901). 2ª edição. Edição, Apresentação, Notas e Projeto Gráfico de Antonio Olavo. Salvador: Portfolium Editora, 2002.
- QUERINO, Manuel R. *As Artes na Bahia* (Escorço de uma contribuição história). Bahia: Typ. e Encad. do Liceu de Artes e Ofícios, 1909.
- _____. *As Artes na Bahia* (Escorço de uma Contribuição História). 2ª edição melhorada. Bahia: Oficinas do Diário da Bahia, 1913.
- _____. *Artistas Bahianos* (indicações biográficas). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.
- _____. *A Bahia de Outrora: Vultos e Fatos Populares*. 2ª Edição. Bahia: Livraria Econômica, 1922.
- RIBEIRO, Ismael. *A Voz do Operário Falando a Verdade*. s.c.p., 1930.
- VIANNA, Francisco Vicente. *Memória Sobre o Estado da Bahia*. Salvador: Tipografia do Diário da Bahia, 1893.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Marieta. *Dicionário de artistas e artífices na Bahia*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1976.
- ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. *Classe Operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 1987.
- ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Tradução Magda Lopes. Bauru: EDUSC, 1998.
- ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. *A Construção do Consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30*. São Paulo: Scritta, 1998.
- BAETA NEVES, Maria Cecília. Greve dos sapateiros de 1906 no Rio de Janeiro: notas de pesquisa. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, v. 13, nº 2, p. 49-66, abr./jun. 1973.
- BAK, Joan. Labor, community, and the making of a cross-class alliance in Brazil: The 1917 railroad strikes in Rio Grande do Sul. *Hispanic American Historical Review*. Carolina do Norte (EUA): Duke University Press, v. 78, nº 2, p. 179-227, 1998.
- _____. Identities in conflict: class, ethnicity and gender in Porto Alegre's "strike of 21 days". *Latin American Research Review*. v. 35, nº 3, p. 83-123, agosto de 2000.
- BATALHA, Claudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- _____. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 145-158.
- _____. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro no século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*. Campinas (SP): IFCH/UNICAMP, v. 6, nº 10/11, p. 41-66, 1999.
- _____. Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1990, p. 17-27.
- _____. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 12, nº 23/24, p. 111-124, setembro de 1991 - agosto de 1992.
- _____. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. In MORAES, João Quartim (Org.). *História do marxismo no Brasil* (v. II - Os Influxos teóricos). Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1995, p. 11-44.
- _____. "Nós, filhos da Revolução Francesa": a imagem da revolução no movimento operário brasileiro no início do século XX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 10, nº 20, p. 233-249, março-agosto de 1991.
- _____. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do momento operário. *Anos 90*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, n. 8, p. 91-99, dez. 1997.
- _____. Benoît Malon e o socialismo no Brasil na era da Segunda Internacional. *Comunicação apresentada ao XIX Simpósio Nacional da ANPUH*. Belo Horizonte, julho de 1997.
- BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da unicamp, 2004.
- BELLO, José Maria. *História da República (1889-1954)*. 4ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- BILHÃO, Isabel. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário: Porto Alegre 1906-1911*. Porto Alegre: Editora da PUC-RS, 1999.

- BIONDI, Luigi. Entre associações étnicas e de classe. Os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920). 2002. Tese. (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- _____. Anarquistas italianos em São Paulo. O grupo do jornal anarquista *La Bataglia* e sua visão da sociedade brasileira: o embate entre imaginários libertários e etnocêntricos. In *Cadernos AEL*, Campinas, SP: AEL-Unicamp, v. 8/9, p. 117-147, 1998.
- BRITO, Jailton Lima. *A Abolição na Bahia: 1870-1888*. Salvador: CEB-UFBA, 2003.
- BUBER, Martin. *O socialismo utópico*. Tradução de Póla Civelli. 2. ed., São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989)*. A Revolução Francesa da Historiografia. Tradução de Nilo Odalia. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. 2ª reimpressão, São Paulo: Ed. da Unesp, 1992.
- CANÊDO, Leticia Bicalho (org.). *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.
- CARDOSO, Jayme Antonio. *A população votante de Curitiba, 1853-1881*. 1974. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.
- CARONE, Edgar. *O movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1981.
- _____. *O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)*. São Paulo: Difel, 1977.
- _____. *A República Velha (I – Instituições e classes sociais)*. 3ª ed. rev. e aum., São Paulo: Difel, 1975.
- _____. *A República Velha (II – Evolução política)*. 4ª ed., São Paulo: Difel, 1983.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª ed., São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- _____. *A formação das almas. O imaginário da república no Brasil*. 9ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. Mandonismo, Coronelismo e Clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 40, nº 2, 1997.
- _____. Rui Barbosa e a razão clientelista. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 43, nº 1, 2000.
- _____. Cidadania: tipos e percursos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 9, n. 18, 1996.
- _____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. 1ª reimpressão, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: Fieb, 2004 (II Prêmio Fieb de Economia Industrial).
- _____. Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 131-166, 2005.
- CASTILLO, Lisa Earl & PARÉS, Luis Nicolau. Marcelina da Silva e seu mundo: novos dados para uma historiografia do candomblé Ketu. Texto discutido na reunião da Linha de Pesquisa “Escravidão e invenção da liberdade”, do Programa de Pós-Graduação em História da FFCH-UFBA, no dia 14 de dezembro de 2007.
- CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. 2. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

- _____. A Guarda Nacional. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*, t. II – O Brasil Monárquico, v. 6 – (Declínio e Queda do Império). 6ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 320-348.
- CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL – Jurada a 25 de março de 1824. In: CONSTITUIÇÕES DO BRASIL. Compilação dos textos, notas, revisão e índices: Adriano Campanhole e Hilton Lobo Campanhole. 5ª ed., São Paulo: Atlas, 1981, p. 629-651.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL – PROMULGADA A 24 DE FEVEREIRO DE 1891. In: CONSTITUIÇÕES DO BRASIL. Compilação dos textos, notas, revisão e índice: Adriano Campanhole e Hilton Lobo Campanhole. 5ª ed., São Paulo: Editora Atlas, 1981, p. 567-623.
- CONSTITUIÇÃO E LEIS DO ESTADO DA BAHIA PROMULGADAS EM 1891 E 1892 SOB NS. 1 A 10. Bahia: Typ. e Encadernação do Diário da Bahia, 1892.
- COSTA E SILVA, Maria da Conceição Barbosa da. *O Montepio dos Artistas: elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia/Fundação Cultural/EGBA, 1998.
- DE LUCA, Tania Regina. *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo / Brasília: Contexto / CNPq, 1990.
- DINIZ, Eli. *Voto e máquina política*. Patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. 2ª edição. São Paulo: Nova Fronteira, 1977.
- DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. Belo Horizonte / São Paulo: Editora da UFMG / HUCITEC, 1988.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed., revista, São Paulo: Globo, 2001.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: DIFEL, 1976.
- _____. Conflito social na República Oligárquica: a greve de 1917. *Estudos CEBRAP*. São Paulo: Cebrap, nº 10, p. 79-109, out.- nov.-dez. de 1974.
- FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2ª ed. rev. e ampl., Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1996.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 2001.
- FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil (1880-1920)*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- FONTES, José Raimundo. *Manifestações operárias na Bahia: o movimento grevista, 1888-1930*. 1982. 274 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.
- GALLO, Ivone Cecília D’Avila. *A aurora do socialismo: fourierismo e o Falanstério do Saí (1839-1850)*. 2002. 297 f. Tese (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- GITAHY, Maria Lúcia C. *Ventos do mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo / Santos: Unesp / Prefeitura Municipal de Santos, 1992.
- GOMES, Angela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- _____. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- _____. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário?. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 5, nº 10, p. 208-231, março / agosto de 1985.
- _____. *Bureau Socialiste International*. Comptes Rendus des Réunions, Manifestes et Circulaires (1900-1997). Paris: Mouton & Co., 1969.
- HARDMAN, Francisco Foot & LEONARD, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. 2ª ed. rev. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão*. São Paulo: Brasiliense, 1983 (3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Unesp, 2002).
- HOBBSBAWM, Eric J. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. Tradução de Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Tradução de Waldea Barcellos & Sandra Bedran. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- _____. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Tradução de Donaldson Magalhães Garschagen. 5ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____. *A era das revoluções (1789-1848)*. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira & Marcos Penchel. 8ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. *A era do capital (1848-1875)*. Tradução de Luciano Costa Neto. 4ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. *A era dos impérios (1875-1914)*. Tradução de Siene Maria Campos & Yolanda Steidel de Toledo. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. & RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HOBBSBAWM, Eric J. (Org.). *História do marxismo* (v. 1 - O marxismo no tempo de Marx). 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *História do marxismo* (v. 2 - O marxismo na época da Segunda Internacional. Primeira parte). 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*, t. II (O Brasil Monárquico), v. 7 - (Do Império à República). 7ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. 8ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1992.
- KLEIN, Herbert S. A participação política no Brasil do século XIX: os votantes de São Paulo em 1880. *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 38, nº 3, p. 527-544, 1995.
- KONDER, Leandro. *A derrota da dialética: a recepção das idéias de Marx no Brasil até o começo dos anos trinta*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Manuel Querino: entre letras e lutas*. Bahia: 1851-1923. 2004. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 2ª ed., São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- _____. O Coronelismo e o Coronelismo de Cada Um. *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 23, nº 1, p. 11-14, 1980.
- LESSA, Renato. A invenção da república no Brasil: da aventura à rotina. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 11-58.

- LINHARES, Maria Yedda Leite. As Listas Eleitorais do Rio de Janeiro no Século XIX - projeto de classificação profissional. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, v. 48, p. 121-153, 1979.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer & STOTZ, Eduardo Navarro. Flutuações cíclicas da economia, condições de vida e movimento operário. *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, RJ: UFF, v. 1, nº 1, p. 61-86, 1985.
- LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora da UFPel., 2001.
- _____. O canto da sereia: os operários gaúchos e a oposição na República Velha. *História-Unisinos* (Dossiê trabalho e movimento operário), São Leopoldo, RS: PPGH-Unisinos, v. 6, nº 6, p. 97-125, 2002.
- _____. Operários e participação no início da República. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v. XXII, nº 2, p. 71-89, dez. 1996.
- LOPES, José Sérgio Leite. *O Vapor do Diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: UnB, 1988.
- _____. (org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/Marco Zero, 1988.
- LOPES, José Sérgio Leite et. al. *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação* (Estudos Sobre Trabalhadores Urbanos). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LOPREATO, Christina Roquette. *O Espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume / FAPESP, 2000.
- LYRA, Tavares de. *Instituições políticas do Império*. Brasília: Senado Federal / UnB, 1979.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *Aspectos políticos e sociais do Coronelismo no planalto catarinense*. In: XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, João Pessoa. *Comunicação*. João Pessoa: ANPUH, 27 jul. a 1º ago. 2003.
- _____. Coronelismo sem enxada e sem voto: aspectos do Coronelismo no planalto catarinense. *Trajeto* - Revista de História da UFC, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 67-76, 2003.
- MACHADO NETO, Zahidé e outros. *O Coronelismo na Bahia*. Salvador: Editora da UFBA, 1972 (Cadernos de Pesquisa 3).
- MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *Filhos do trabalho, apóstolos do socialismo: os tipógrafos e a construção de uma identidade de classe em Maceió (1895-1905)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.
- MAGALHÃES, Marcelo de S. Formulando projetos para a cidade: o Conselho Municipal do Rio de Janeiro: discutindo a questão da habitação popular (1892-1902). *Revista de História Regional*, Ponta Grossa - Pr., v. 5, n. 1, p. 111-151, 2000.
- _____. Repensando política e cultura no início da República: existe uma cultura política carioca? In: BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Fátima; SOIHET, Rachel. (orgs.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 285-303.
- _____. Calçamentos e batatas: o Conselho Municipal e a cidade (capital federal, 1892-1902). In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 395-410.

- MAGALHÃES, Wanda Moreira. Eleitores e eleitos: os agentes de poder em Campinas na segunda metade do século XIX. 1992. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 1992.
- MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. 7ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- MARTINS, José de Souza. *Subúrbio*. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. 2ª ed., São Paulo: Hucitec; Unesp, 2002.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX*. Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- _____. A opulência na Província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil: Império – A corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 143-179.
- _____. *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX*: itinerário de uma historiadora. Salvador: Corrupio, 2004.
- MATTOS, Marcelo Badaró (coordenador). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto / FAPERJ, 2004.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida*. Rio de Janeiro: Editora da FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes, tribuno da República*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- NEGRO, Antonio Luigi. Imperfeita ou refeita? O debate sobre o fazer-se da classe trabalhadora inglesa. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v. 16, n° 31-32, p. 40-61, 1996.
- NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- _____. A participação eleitoral no Brasil. In: VIANNA, Luiz Werneck (org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. 1ª reimpressão, Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ / FAPERJ, 2003, p. 255-295.
- NUNES, Neila Ferraz Moreira. A experiência eleitoral em Campos dos Goytacazes (1870-1889): frequência eleitoral e perfil da população votante. *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 46, n° 2, p. 311-343, 2003.
- OFFE, Claus & WIESENTHAL, Helmut. Duas lógicas da ação coletiva: anotações teóricas sobre classe social e forma organizacional. In: OFFE, Claus (org.). *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- PÁDUA, J. A. Valladares. A Capital, a República e o Sonho: A Experiência dos Partidos Operários de 1890. *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 28, n° 2, p. 163-192, 1985.
- PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias, 1889-1934*. A Bahia na Primeira República brasileira. Tradução de Vera Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.
- PANSARDI, Marcos Vinícius. O socialismo dos modernos e o socialismo dos antigos: a incorporação do vocabulário ideológico da II Internacional pelo movimento socialista brasileiro. *História Social*. Campinas (SP), n° 1, p. 65-94, 1994.
- _____. *Republicanos e operários: os primeiros anos do movimento socialista no Brasil (1889-1903)*. 1993. 247 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

- PEDRÃO, Fernando Cardoso. *As raízes da pobreza na Bahia: a condição econômica da questão social*. Salvador: CEB-UFBA, 1985.
- PENNA, Lincoln de Abreu. *O progresso da ordem: o florianismo e a construção da República*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *As barricadas da saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PETERSEN Silvia R. F. & LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS-Tchê, 1992.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Que a união operária seja a nossa pátria!:* história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Editora da UFSM; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.
- _____. Cruzando Fronteiras: As pesquisas regionais e a história operária brasileira. In ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997.
- PETITFILS, Jean-Christian. *Os socialismos utópicos*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio & HALL, Michael. *A classe operária no Brasil – Documentos (1889-1930)*. v. 1 (O movimento operário). São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- _____. *A classe operária no Brasil – Documentos (1889-1930)*. v. 2 (Condições de vida e de trabalho. Relações com as empresas e o Estado). São Paulo: Brasiliense; Campinas (SP): FUNCAMP, 1981.
- PINTO, Surama Conde Sá. *A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- PORTO, Walter Costa. *O voto no Brasil – Da Colônia à 6ª República*. 2ª ed. rev., Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da república*. Jacobinismo: ideologia e ação, 1893-1897. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RALLE, Michel. A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha (1870-1910). *Cadernos AEL*. Campinas (SP): Unicamp, v. 6, nº 10/11, p. 13-38, 1999.
- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. 1ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1993, p. 7-33.
- _____. A Greve Negra de 1857 na Bahia. *Revista USP*. São Paulo: USP, nº 18, p. 8-29, 1993.
- _____. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. *Afro-Ásia*. Salvador: CEAO-UFBA, nº 24, pp. 199-242, 2000.
- RUSS, Jacqueline. *O socialismo utópico*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. 2ª ed., Salvador: Editora da UFBA, 1999.
- _____. *Poder e representação: o legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1992.

- _____. Diário da Bahia. In: ABREU, Alzira Alves de et. al. (organização). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora da FGV; CPDOC, 2001, p. 1843-1844.
- _____. Diário de Notícias. In: ABREU, Alzira Alves de et. al. (organização). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora da FGV; CPDOC, 2001, p. 1847-1848.
- SANTOS, José Félix dos & NÓBREGA, Cida (orgs.). *Maria Bibiana do Espírito Santo, Mãe Senhora: saudade e memória*. Salvador: Corrupio, 2000.
- SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Sobrevivência e tensões: Salvador, 1890-1930*. 1982. 417 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- _____. *A república do povo: sobrevivência e tensão - Salvador, 1890-1930*. Salvador: Edufba, 2001.
- SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.
- _____. *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul, RS: Edunisc, 2000.
- _____. *Um socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho (1868 – 1945)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000.
- _____. A diretoria dos espíritos da classe: a ‘Sociedade União Operária’ de Rio Grande (1893-1911). *Cadernos AEL*, Campinas, SP: IFCH/Unicamp, v. 6, nº 10/11, p. 147-170, 1999.
- _____. Trajetórias e vivências: as biografias na historiografia do movimento operário brasileiro. *Projeto História*, São Paulo: PUC-SP, nº 16, p. 233-259, fev. 1998.
- _____. Ser socialista em Rio Grande na virada do século XIX: ciência/religião e reforma/revolução no pensamento de Antônio Guedes Coutinho. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 22, nº 2, p. 53-70, dez. 1996.
- SILVA, Fernando Teixeira da & GITAHY, Maria Lúcia. O movimento operário da construção civil durante a Primeira Guerra Mundial, 1914-1918. *História Social*. Campinas (SP), nº 3, p. 87-124, 1996.
- SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*. Os trabalhadores na cidade de Santos no entreguerras. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2003.
- SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)*. 574 f. 2004. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- _____. A bipolaridade política rio-grandense e o movimento operário (188?-1925). *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, PUCRS, v. XXII, nº 2, p. 5-26, dezembro de 1996.
- _____. Etnia e classe no mutualismo do Rio Grande do Sul (1854-1889). *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v. XXV, nº 2, p. 147-174, dezembro de 1999.
- _____. Estado e mutualismo no Rio Grande do Sul (1854-1940). *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*, 2000, Porto Alegre, Delnei Friedrich & Paulo Ribeiro, 2000, CD-ROM (s9a1.doc).
- _____. Primeiros apontamentos sobre grupos religiosos e sociedades de socorros mútuos. *História-Unisinos* (Dossiê trabalho e movimento operário), São Leopoldo, RS: PPGH-Unisinos, v. 6, nº 6, p. 185-218, 2002.
- SOBOUL, Albert. *A Revolução Francesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1979 (2 volumes)

- SOUZA, Francisco Belisário Soares de Souza. *O sistema eleitoral no Império* (com apêndice contendo a legislação eleitoral no período 1821-1889). Brasília: Senado Federal, 1979.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na República Velha. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 162-226.
- STEIN, Stanley. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil (1850-1950)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origens e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec / Editora da Unicamp, 2000.
- TELAROLLI, Rodolpho. *Eleições e fraudes eleitorais na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- TOLEDO, Edilene Teresinha. *Travessias revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- _____. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2004 (Coleção História do Povo Brasileiro).
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. 3ª edição. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 (3 vol.)
- _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2001.
- _____. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?. In *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Estudios Sobre la Crisis de la Sociedad Preindustrial. Barcelona: Crítica, 1979.
- VARGAS, João Tristan. *O trabalho na ordem liberal: o movimento operário e a construção do Estado na Primeira República*. Campinas: UNICAMP/Centro de Memória, 2004.
- VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. *Virando o jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. 1998. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- _____. *Amarelo e negro: matizes do comportamento operário na República Velha*. 1981. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1981.
- _____. Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*, Salvador: Ceao-UFBA, nº 24, p. 243-290, 2000.
- _____. Solidariedade X rivalidade: a formação do sindicalismo estivador brasileiro. *História Unisinos* (Dossiê Trabalho e Movimento Operário), São Leopoldo, RS: PPGH-Unisinos, v. 6, nº 6, 2002, p. 29-62.
- _____. Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro: a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908. *Revista USP*. São Paulo: USP, n. 68, p. 188-209, dez. / fev. 2005-2006.
- VENEU, Marcos Guedes. Enferrujando o sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895. *Dados*, Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 30, nº 1, p. 45-72, 1987.

VIOTTI DA COSTA, Emília. A nova face do movimento operário na Primeira República. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 2, nº 4, p. 217-232, set. de 1982.

_____. Estrutura versus experiência. Novas tendências da história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Vértice / ANPOCS, nº 29, p. 3-16, 1º semestre de 1990.

_____. A dialética invertida, 1960-1990. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, nº 27, p. 14-26, 1994.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2001.

VITORINO, Artur José Renda. *Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico* (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912). São Paulo: Annablume / Fapesp, 2000.

WESSELING, H. L. *Dividir para dominar: a partilha da África* (1880-1914). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ / Revan, 1998.

WOODCOCK, George. *História das idéias e movimentos anarquistas*. Tradução de Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM Editores, 1983, v. 1 – A idéia.

_____. *História das idéias e movimentos anarquistas*. Tradução de Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM Editores, 1983, v. 2 – O movimento.